Universidade de São Paulo
Faculdade de Saúde Pública

Violências, relações de gênero e poder: efeitos do trabalho sobre subjetividades e saúde mental de policiais militares.

Samantha Lemos Turte-Cavadinha

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública para obtenção do título de Doutora em Ciências, Programa de Saúde Pública.

Área de Concentração: Saúde Ambiental.

Orientadora: Profª. Dra. Frida Marina Fischer

São Paulo
2016

Violências, relações de gênero e poder: efeitos do trabalho sobre subjetividades e saúde mental de policiais militares.

Samantha Lemos Turte-Cavadinha

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Ciências, Programa de Saúde Pública.

Área de Concentração: Saúde Ambiental.

Orientadora: Profª. Dra. Frida Marina Fischer

São Paulo
2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na sua forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da tese.

Ao Edu por todo e cada segundo juntos... e por me ler!

À nossa família por me ensinarem, cada um a seu modo, a importância dos 4 Ps para o equilíbrio da saúde mental: partilhar, persistir, prosseguir e procrastinar.
Sou imensamente feliz por conviver com vocês.

Agradecimentos

Às mulheres e aos homens policiais militares do Distrito Federal que aceitaram participar do estudo e compartilhar um pouquinho de seu cotidiano e de suas experiências.

Ao Comando-Geral da PMDF e a todos que colaboraram para que a pesquisa pudesse ser realizada no âmbito desta instituição.

À Profª. Dra. Frida Marina Fischer por sua dedicação ao campo da Saúde do Trabalho e por seus ensinamentos ao longo de todos esses anos da minha formação como pesquisadora.

Aos professores Dr. Rubens Adorno, Dra. Márcia Couto, Dra. Ianni Scarcelli, Dra. Renata Paparelli, Dr. Marcelo Ribeiro, Dra. Marlene Guirado, Dr. Marco Akerman, Dr. Rodolfo Vilela e Dra. Aurea Ianni que gentilmente aceitaram avaliar este trabalho e por seus comentários que contribuíram para melhorá-lo.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Faculdade de Saúde Pública/USP pela bolsa de demanda social concedida no 1º ano do curso de Doutorado.

À minha família pelo amor e apoio incondicional de todos os momentos.

Aos amigos queridos, presentes mesmo na distância, e aos novos amigos, pela convivência sadia.

A todos os que tornaram este estudo possível e concreto, minha (e)terna gratidão.

"Amurallar el propio sufrimiento es arriesgarte a que te devore desde el interior". (Frida Kahlo)

"É necessário se espantar, se indignar e se contagiar, só assim é possível mudar a realidade..." (Nise da Silveira)

Turte-Cavadinha SL. Violências, relações de gênero e poder: efeitos do trabalho sobre subjetividades e saúde mental de policiais militares. [Tese de doutorado]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP; 2016.

RESUMO

Introdução – Os trabalhadores interlocutores neste estudo caracterizam-se pelo somatório simultâneo de duas profissões, de policial e de militar. Ambas exigem extremo engajamento subjetivo e incluem vivências violentas. As peculiaridades e exigências do trabalho destes profissionais fazem com que eles geralmente não sejam associados à categoria trabalhadores e fiquem à margem das discussões e ações pertinentes à área de Saúde do Trabalhador. Com este estudo pretende-se contribuir para a ampliação dos estudos sobre saúde mental e trabalho, especificamente considerando as relações de gênero e os elementos relacionados ao equilíbrio/desequilíbrio entre as esferas pessoal e profissional. **Objetivo –** Apreender, a partir do referencial de gênero, as mediações entre subjetividades, trabalho, violências e sofrimento psíquico de homens e mulheres trabalhadores na condição de policiais militares de uma corporação localizada em Brasília/DF. **Método –** Foram entrevistados individualmente a partir de roteiro norteador 7 mulheres e 17 homens policiais militares com posições diversas na hierarquia que atuavam ou tivessem atuado no policiamento ostensivo. Foi realizada uma análise de conteúdo temática, de cunho compreensivo e indutivo, do conjunto do material obtido. Este tipo de análise tem uma dimensão descritiva e outra interpretativa apoiada em conceitos teórico-analíticos. Na análise das entrevistas em profundidade utilizaram-se como categorias analíticas os seguintes conceitos teóricos estruturadores do estudo: subjetividade, relações de gênero, violência relacionada ao trabalho, saúde mental. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética da FSP/USP. **Resultados e discussão –** A organização do trabalho foi apontada pelos

informantes como um fator mais nocivo à saúde mental do que o conteúdo do trabalho de lidar com a violência urbana. A militarização molda a subjetividade dos policiais, e causa impedimentos para que estes indivíduos enfrentem as situações abusivas e expressem emoções, resultando em sofrimento psíquico para os trabalhadores. Paralelamente, as relações de gênero podem afetar negativamente ou exercer efeito protetor sobre a saúde mental dos policiais militares, a depender da qualidade das relações estabelecidas no trabalho e com familiares. **Conclusão –** São urgentes e necessárias ações preventivas e de promoção da saúde mental nas corporações policiais militares, de forma a melhorar a qualidade de vida e o bem-estar psíquico dos trabalhadores e familiares, com implicações, inclusive, sobre a violência intra e interpessoal, seja de cunho policial, doméstico ou social.

PALAVRAS-CHAVE - Saúde do Trabalhador, Saúde Coletiva, Saúde Mental, relações de gênero, policiais militares.

Turte-Cavadinha SL. Violence, gender and power relations: work effects on subjectivities and mental health of military police officers. [thesis]. São Paulo (BR): Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo; 2016.

Abstract

Introduction – Workers, interlocutors in this study, are characterized by the simultaneous sum of two professions, police and military. Both require extreme subjective engagement and include violent experiences. Job peculiarities and job demands entails that these professionals are not usually seen as workers and they frequently stay on the sidelines of discussions and relevant actions in the Occupational Health field. This study aims to contribute to the expansion of studies on mental health and work, specifically considering gender relations and the elements related to balance or imbalance between personal and professional lives. **Aim –** To apprehend, from the gender frame, mediations between subjectivities, work, violence and psychic suffering of men and women workers in the condition of military police officers of a corporation located in Brasilia, Federal District of Brazil. **Methodological procedures –** Interviews using a guiding script were conducted individually with 7 military policewomen and 17 military policemen from different positions in the organization hierarchy, who worked or had worked in ostensive policing. A thematic content analysis, comprehensive and inductive, was performed. This type of analysis has a descriptive and an interpretative dimension supported by theoretical and analytical concepts. In the analysis of in-depth interviews the following theoretical concepts were used as analytical categories: subjectivity, gender relations, work-related violence, and mental health. The project was approved by the Ethics Committee of School of Public Health/University of São Paulo. **Results –** Work organization was identified by informants as more harmful to the mental health than the work content (to deal with urban violence). Militarization

shapes the subjectivity of police workers, hindering them to face the abusive situations and expressing emotions, resulting in psychological distress. At the same time, gender relations may adversely affect or have a protective effect on mental health of military police, depending on the quality of relationships at work and with family. **Conclusion –** Preventive actions and mental health promotion in the military police organizations are required and urgent in order to improve the quality of life and psychological well-being of workers and their families, with implications, including, on the intra and interpersonal violence, either police, domestic or social violence.

Keywords - Occupational Health, Public Health, Mental Health, gender relations, military police.

ÍNDICE

1 APRESENTAÇÃO 18

2 DELINEANDO O PROBLEMA DE PESQUISA 19

2.1 CONTEXTUALIZANDO A POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL: ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICOS E OCUPACIONAIS 19

2.2 A PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES E SAÚDE MENTAL: CONSTRUINDO CAMINHOS PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE NO TRABALHO 25

2.3 RELAÇÕES DE GÊNERO, SUBJETIVIDADE E TRABALHO POLICIAL NO BRASIL 32

2.4 VIOLÊNCIAS E SUBJETIVIDADE: REPERCUSSÕES DO TRABALHO POLICIAL SOBRE A SAÚDE MENTAL DE TRABALHADORES POLICIAIS 47

2.5 EQUILIBRANDO VIDA E TRABALHO: O SHOW DEVE CONTINUAR 53

3 HIPÓTESES 59

4 OBJETIVO 60

4.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS 60

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 61

5.1 ACESSO AO CAMPO 61

5.2 PARTICIPANTES DO ESTUDO 64

5.3 OBTENÇÃO DAS INFORMAÇÕES 68

5.3.1 Contribuições etnográficas 71

5.4 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS 72

5.5 COSTURANDO INTERSUBJETIVIDADES 75

5.6 ASPECTOS ÉTICOS 85

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO 86

6.1 ENGAJAMENTO SUBJETIVO COM A PROFISSÃO 86

6.1.1 Escolha Profissional 87

6.1.2 Identidade e Trabalho: motivações, ideais e significados 94

6.1.3 Tornar-se policial 107

6.2 MILITARISMO E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO 116

6.2.1 Treinamento militar 117

6.2.2 Regulamento Disciplinar do Exército: poder disciplinar, punições e subjetivação 125
6.2.3 Hierarquia, relações de poder e abusos 130
6.2.4 As duas polícias: praças e oficiais 136
6.2.5 Desmilitarização: policiais e/ou militares 139

6.3 VIOLÊNCIA RELACIONADA AO TRABALHO 144

6.3.1 Compreensão das violências 144
6.3.2 Condições de trabalho 148
6.3.3 Conteúdo do trabalho: lidar com a violência 157
6.3.4 Violência policial 163

6.4 EQUILIBRANDO VIDA E TRABALHO 171

6.4.1 Organização das jornadas de trabalho 171
6.4.2 Qualidade de vida de trabalhadores policiais militares 178

6.5 MARCAS DE GÊNERO NAS RELAÇÕES PROFISSIONAIS E FAMILIARES DE POLICIAIS MILITARES 188

6.5.1 Relações profissionais 188
6.5.2 Relações familiares 212

6.6 SAÚDE MENTAL 224

6.6.1 Indicadores de desequilíbrio 226
6.6.1.1 Alcoolismo 226
6.6.1.2 Instabilidade emocional 230
6.6.1.3 Suicídio 240
6.6.1.4 Afastamento do trabalho 244
6.6.2 Estratégias pessoais relacionadas ao equilíbrio 252
6.6.2.1 Uso do tempo livre 252
6.6.2.2 Rede de apoio social 261
6.6.2.3 Acompanhamento psicológico 268

6.7 PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL NO TRABALHO 276

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS 287

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 293

ANEXO I – ROTEIRO NORTEADOR DA ENTREVISTA 308

ANEXO II – PARECER DE APROVAÇÃO ÉTICA 310

ANEXO III - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO 312

ANEXO IV – ACERVO DE TRECHOS DAS ENTREVISTAS POR CATEGORIA 313

ANEXO V – CURRÍCULO LATTES (SAMANTHA LEMOS TURTE-CAVADINHA) 343

ANEXO VI – CURRÍCULO LATTES (PROFª. DRA. FRIDA MARINA FISCHER) 344

1 APRESENTAÇÃO

"A finalidade única da existência humana é a de acender uma luz na escuridão do Ser." (Carl G. Jung)

A frase em epígrafe representa o momento em que consegui começar a traduzir minha inquietação existencial, ainda no início da adolescência, e culminou com minha decisão de cursar Psicologia. No decorrer da graduação, por meio da iniciação científica, aproximei-me das questões estudadas pelo campo da Saúde do Trabalhador. Quando concluí a graduação, minha inquietação aumentou: como utilizar o conhecimento adquirido num movimento que se deslocasse do indivíduo ao social? De que modo situações que ocorriam na microesfera de vivências cotidianas repercutiam na saúde das pessoas e, consequentemente, na saúde da sociedade?

Fui encontrar campo de pouso (e jamais de repouso) na Saúde Coletiva. Descobri que meu caminho de questionamentos e busca por soluções deveria conciliar pressupostos teóricos da Psicologia Social, da Saúde Mental e Trabalho e da Promoção da Saúde. Assim, no Mestrado comecei a estudar como a violência no cotidiano de trabalho, em especial a psicológica, poderia afetar a saúde mental dos trabalhadores desde o início da inserção profissional. Neste processo, comecei a refletir sobre como vários fatores podem contribuir para potencializar os efeitos da exposição à violência no trabalho, entre estes fatores, comecei a questionar especificamente qual seria o papel das relações de gênero. Neste contexto, com o presente trabalho pretendo discutir como as relações de gênero e as violências relacionadas ao trabalho configuram a subjetividade e atuam sobre a saúde mental de policiais militares.

2 DELINEANDO O PROBLEMA DE PESQUISA

2.1 CONTEXTUALIZANDO A POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL: ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICOS E OCUPACIONAIS

"No princípio era o ermo...
Eram antigas solidões sem mágoa,
O altiplano, o infinito descampado...
No princípio era o agreste:
O céu azul, a terra vermelho-pungente
E o verde triste do cerrado."
(Sinfonia da Alvorada, Vinícius de Morais)

No Brasil, as polícias militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, constituem-se em forças de segurança pública das unidades federativas (UF), cuja função é realizar o policiamento ostensivo e preservar a ordem pública (BRASIL, 1988). São consideradas forças auxiliares e reserva do Exército, motivo pelo qual se estruturam operacionalmente de maneira similar, dividindo-se em batalhões, companhias e pelotões, e são reguladas pelo Regulamento Disciplinar do Exército (RDE) (BRASIL, 2002). Nas polícias militares, o maior posto é o de coronel seguido dos demais oficiais (tenente-coronel, major, capitão, 1º tenente e 2º tenente), praças-especiais (aspirante-a-oficial) e praças (subtenente, 1º sargento, 2º sargento, 3º sargento, cabo e soldado). Os praças subordinam-se aos oficiais, os quais exercem cargos de gestão na instituição. Após aprovação em concurso, enquanto estiver participando do

curso de formação de praças (CFP), o profissional é considerado soldado 2ª classe.

As polícias militares possuem função dupla, atuar na segurança pública de pessoas e patrimônios (públicos e privados) por meio do policiamento ostensivo, ao mesmo tempo em que sua visibilidade e vinculação às forças armadas servem à manutenção da ordem pública por meio de repressão e busca ativa. O modelo repressivo das polícias militares foi potencializado no Brasil durante a Ditadura Militar (1964-1985) com o propósito de garantir a segurança nacional e conter os inimigos do Estado, bem como as manifestações de descontentamento e dissenso civil (BICUDO, 2000, p. 92). Com o fim da Ditadura, o foco principal das polícias militares passou ao enfrentamento dos crimes convencionais, entretanto prevalece em grande medida a mesma lógica de guerra ao inimigo na atuação das policiais militares. E, assim, o processo de redemocratização do Brasil deu início ao questionamento sobre o papel das polícias no país, culminando na proposta de unificação das polícias. A pauta da desmilitarização da polícia militar para coincidir com a sociedade democrática e a garantia de direitos dos cidadãos, tornou-se campo de tensão e disputa política, não havendo ainda consenso se a função da polícia deve ser preponderantemente repressiva ou preventiva (BENGOCHEA et al., 2004).

Em 1966, a Polícia Militar do Distrito Federal foi transferida do Rio de Janeiro para Brasília, sede da nova capital do país, com profissionais oriundos da polícia do Rio de Janeiro, oficiais do Exército Brasileiro e mais alguns remanejados de outras instituições de Segurança Pública (GDF, 2011). Atualmente, o Distrito Federal divide-se em 31 regiões administrativas, entre elas Brasília, a capital político-administrativa do Brasil.

De acordo com o Art. 21, inciso XIV, da Constituição Federal é competência da União organizar e manter a polícia militar do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a

execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio (BRASIL, 1988). Segundo os dados da pesquisa Perfil de 2010, os policiais militares da PMDF têm os maiores salários do país, sendo que do orçamento de R$ 2,2 bilhões, aproximadamente R$ 2 bilhões destinam-se ao pagamento de pessoal (BRASIL, 2013b). Em agosto de 2014, a remuneração dos policiais militares do Distrito Federal variava de R$ 4.543,93 para soldados 2ª classe a R$ 17.145,58 para coronéis – incluindo soldo, adicional de posto ou graduação, adicional de operações militares, gratificação de função de representação, gratificação de condição especial de função militar, vantagem pecuniária especial, gratificação por risco de vida, adicional de certificação profissional, auxílio moradia com ou sem dependentes e auxílio alimentação –, excluindo-se outros adicionais e gratificações não mencionados[1].

A identidade estratégica da PMDF é descrita no sítio eletrônico[2] da instituição e compõem-se de missão, visão e valores. A missão é "promover a segurança e o bem-estar social por meio da prevenção e repressão imediata da criminalidade e da violência, baseando-se nos direitos humanos e na participação comunitária". A visão é "ser reconhecida como instituição policial moderna e de referência nacional na prevenção e na repressão imediata da criminalidade e da violência, pautada na defesa e respeito aos direitos humanos, na filosofia de policiamento comunitário, na análise criminal, no policiamento orientado para o problema e na qualidade profissional de seus integrantes". São valores da força policial militar do Distrito Federal: a honestidade; a ética profissional; o cientificismo; o respeito aos direitos humanos.

Entre as ações de gestão previstas no Planejamento Estratégico da PMDF para o período 2011-2022, destaca-se a orientação de construir um

---

[1] Fonte: Site da PMDF - http://www.pmdf.df.gov.br/site/images/Destaques/TABELA_REAJUSTE.pdf

[2] Fonte: Site da PMDF - http://www.pmdf.df.gov.br/site/index.php/institucional/lorem-ipsum-ii/identidade-estrategica.

novo modelo policial, orientando o negócio institucional à prevenção em segurança pública, aos direitos humanos e à participação comunitária, bem como se almeja qualificar os efetivos policiais militares, padronizar métodos e procedimentos policiais, objetivando dotar a corporação de recursos materiais, humanos e de conhecimento necessários ao desempenho de suas missões. Para atingir o objetivo de fortalecer o desenvolvimento dos recursos humanos no período definido, foram estabelecidas as seguintes estratégias: ampliar a capacitação de policiais militares em atividades operacionais, em gestão organizacional, em polícia comunitária, para atuação em grandes eventos; fomentar o processo de ensino, de formação e capacitação continuada; realizar concurso público para reposição de efetivos; e, desenvolver a melhoria da qualidade de vida e condições de trabalho do efetivo da PMDF (GDF, 2011).

Em 2011, existiam 15.510 policiais militares distribuídos em 33 unidades operacionais na PMDF, sendo 22 batalhões e 11 batalhões especializados. A proporção de policiais por habitante era a maior do país, havendo 1 policial militar para cada 168 habitantes do Distrito Federal, seguindo-se o Amapá com 1 para 190 e distando mais o Maranhão com 1 para 876. Além disso, a PMDF contava com 130 bases fixas de polícia comunitária (BRASIL, 2013b).

Para planejar, organizar, coordenar, executar e fiscalizar as atividades relativas à área de saúde e assistência, a PMDF conta com um Departamento de Saúde e Assistência ao Pessoal que objetiva promover atenção integral à saúde e assistência social aos policiais militares e dependentes (GDF, 2014). Entre as inciativas previstas no plano diretor destacam-se as seguintes por serem mais afins às discussões dos próximos capítulos:

- Construir novas instalações de apoio à saúde, com ênfase no Centro de Saúde Mental;
- Construir e reformar instalações para o centro de capacitação física;

- Desenvolver projetos de humanização e sensibilização para profissionais de saúde;
- Criar projeto de segurança e prevenção de acidentes no trabalho;
- Desenvolver estudos sobre doenças ocupacionais relacionadas à atividade policial;
- Desenvolver campanhas de incentivo à atividade física / desportiva;
- Desenvolver projetos com foco na melhoria das condições físicas dos policiais militares;
- Desenvolver projetos e ações orientadas à melhoria das condições de saúde e qualidade de vida dos policiais militares, seus dependentes e pensionistas (Programa de Saúde da Família Policial Militar);
- Desenvolver projeto para redução do absenteísmo;
- Apoiar ações referentes à motivação do pessoal, comprometimento com a instituição e satisfação no trabalho realizado por outras Organizações Policiais Militares;
- Incluir elementos referentes à motivação do pessoal, comprometimento com a instituição e satisfação no trabalho em atividades de caráter psicossocial ou religioso;
- Ampliar os programas de prevenção e tratamento de dependências físicas e psíquicas;
- Implementar cursos para multiplicadores na prevenção ao uso de álcool e outras drogas.

Para execução de algumas das ações citadas, existe na PMDF um Centro de Assistência Social (CASO) que presta atendimento psicossocial aos policiais militares e seus dependentes na área de saúde mental. São militares e funcionários civis contratados pela Caixa Beneficente da PMDF (CABE) que compõem a equipe multidisciplinar composta por profissionais médicos, psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais e monitores. Por meio do CASO são realizados programas de recuperação e apoio ao dependente químico[3] e resgate e autoestima e valorização da vida[4]. Em 2013, o CASO

[3] Dependente químico é uma categoria biomédica que associa o uso abusivo de substâncias psicoativas lícitas ou ilícitas à um transtorno mental. O modelo psicossocial da saúde busca a compreensão do fenômeno e a promoção da saúde, indo além das questões orgânicas e psicológicas, ao ampliar a reflexão também para os aspectos sociais, políticos, econômicos, legais e culturais (PRATTA e SANTOS, 2009).

completou 36 anos de serviços prestados à corporação, atendendo mais de 3400 policiais, os quais foram encaminhados pelos comandantes ou buscaram ajuda espontaneamente ou por iniciativa de seus familiares. O CASO conta também com uma equipe de bem-estar social que presta apoio em funerais e visita policiais e familiares internados em hospitais[5].

De acordo com o Decreto nº 31.793/2010, que dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Distrito Federal, o Centro de Assistência Social constitui órgão de apoio da Diretoria de Assistência ao Pessoal do Departamento de Saúde e Assistência ao Pessoal, a qual compete:

> I - gerir programas de trabalhos sociais, psicológicos, religiosos e na área de psiquiatria em conformidade com as políticas de assistência ao pessoal em vigor da Corporação;
>
> II - promover atividades assistenciais e de serviços médicos, psiquiátricos, psicológicos, sociais e religiosos na Corporação;
>
> III - propor a elaboração de projetos para aquisição de bens e serviços inerentes às atividades da Diretoria de Assistência ao Pessoal;
>
> IV - pesquisar novas técnicas para o melhor desenvolvimento de atividades de bem-estar social;
>
> V - elaborar programas de cunho psicossocial para policiais militares e familiares, buscando atender necessidades afetivas, emocionais, psicológicas, sociais e religiosas, com abordagem preventiva, terapêutica e sócio-educativa;
>
> VI - propor e coordenar, controlar e fiscalizar a criação de núcleos de atividades de atenção ao pessoal nas diversas unidades operacionais da Corporação;
>
> VII - desenvolver programas de prevenção e combate ao estresse, tabagismo, alcoolemia, dependência química, e outros afins.
>
> (GDF, 2010, Art. 63)

---

[4] Fonte: Site da CABE – Caixa Beneficente da PMDF - http://cabepmdf.com.br/apoio-pmdf/caso.html

[5] Fonte: Comunicação Social PMDF https://www.facebook.com/pmdfoficial/posts/175774775908505

Comparando com outras Unidades Federativas, em relação ao atendimento psicológico, 17 oferecem serviço de atendimento psicológico feito por profissional do quadro próprio da PM, em 6 existe atendimento psicológico em clínicas conveniadas com a PM e em 12 são promovidas campanhas institucionais relacionadas à promoção do bem estar psicológico, podendo a mesma instituição oferecer mais de uma modalidade de atendimento (BRASIL, 2013b).

No próximo capítulo abordar-se-á a relação entre saúde mental e trabalho, bem como a importância da promoção da saúde mental no trabalho.

2.2 A PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES E SAÚDE MENTAL: CONSTRUINDO CAMINHOS PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE NO TRABALHO

A interdisciplinaridade do campo da Saúde Mental Relacionada ao Trabalho conta também com a contribuição da Psicologia Social, a partir do estudo dos processos que se refletem na sociabilidade e na intersubjetividade, para o esclarecimento das mediações que ocorrem através das relações sociais de trabalho e das relações de poder, e terminam por incidir sobre a subjetividade dos trabalhadores (SELIGMANN-SILVA, 2011). Ao longo do presente estudo, espera-se discutir elementos, com destaque às relações de gênero e ao equilíbrio entre as esferas pessoal e profissional, que possam contribuir com a ampliação das políticas de promoção da saúde mental de policiais militares.

Para muitas pessoas, o trabalho é tido como elemento central estruturador das relações sociais, de padrões de sociabilidade, das formas de vida, de construção de identidades e subjetividades (TELLES, 2006). NARDI (2006, p. 23), parte de Foucault ao defender a subjetividade como processo e o trabalho como dispositivo, e destaca que a subjetividade deve ser pensada como um “conceito operativo, uma categoria analítica que permite a compreensão da dinâmica e da estrutura social a partir da indissociabilidade do individual e do coletivo”.

PRADO FILHO e MARTINS (2007, p. 17), apoiando-se em Foucault, esclarecem que a subjetividade

> se produz na relação das forças que atravessam o sujeito, no movimento, no ponto de encontro das práticas de objetivação pelo saber/poder com os modos de subjetivação: formas de reconhecimento de si mesmo como sujeito da norma, de um preceito, de uma estética de si. Equivale dizer que não é suficiente a objetivação pelo discurso psiquiátrico e pelo jogo da norma para produzir, por exemplo, um louco, mas é necessário ainda que este vá ao encontro da marcação, que ele se reconheça no diagnóstico como sujeito da loucura e o reproduza em si mesmo, subjetivando-se como louco. A resistência aos modos de objetivação e de subjetivação acaba desempenhando importante papel nestes jogos de identificação e reconhecimento de si.

Complementarmente, NARDI (2006) afirma que o trabalho não deve ser analisado apenas em relação às técnicas de produção e dominação, mas deve-se considerar a maneira como os sujeitos vivenciam e dão sentido às suas experiências de trabalho, as quais variam formando diferentes processos de produção de subjetividade e diferentes sujeitos trabalhadores.

Segundo a lógica do materialismo-dialético de Marx, a subjetividade é constituída a partir das relações sociais em um contexto sócio-histórico-cultural, conforme o sujeito internaliza, subjetiva, as relações sociais que são externas a ele. Dessa forma, o indivíduo constrói a sua essência a partir da existência por meio de sua atividade prática, o trabalho, em um movimento dialético entre o mundo externo e o mundo interno, entre objetividade e

subjetividade (AITA e FACCI, 2011). Nessa ótica, haveria uma essência *a priori*, a qual seria invariavelmente afetada pela relação com o trabalho e, em última instância, a relação indivíduo-trabalho resultaria sempre em alienação em função da exploração. Entendemos que na contemporaneidade, embora o trabalho possa exercer um papel importante na subjetivação, existem outros fatores que balizam a relação do sujeito com o mundo e, inclusive, conformam diferentemente a reação às condições adversas de trabalho e de vida. Tomando como base a produção teórica de FOUCAULT (2010) deve-se pensar o trabalho considerando seus efeitos, para além da esfera econômica, se impondo sobre os corpos, os comportamentos e as relações sociais por meio de dispositivos reguladores e discursivos que contribuem para o controle dos indivíduos e gestão da coletividade (BATISTA E GUIMARÃES, 2009). O trabalho é um dos mecanismos de exercício de poder, não o único.

SELIGMANN-SILVA (2011) enfatiza que o trabalho tanto pode fortalecer a saúde mental quanto vulnerabilizá-la, neste caso, gerando distúrbios que se expressarão coletivamente e no plano individual. Saúde mental é uma dimensão indissociável do processo saúde-doença, considerando a unicidade corpo-mente, e a dinâmica deste processo se inscreve marcadamente nos fenômenos mentais. Segundo a autora, existe um processo social continuado que envolve os indivíduos, em suas relações interpessoais, e os afeta psíquica e somaticamente. Destarte, atualmente discute-se o papel do trabalho na constituição e dinâmica da identidade e da subjetividade, as quais se estruturam, se desestruturam e se reestruturam constantemente por meio das múltiplas interações sociais do sujeito. Neste processo, o trabalho (ou a ausência dele) pode afetar positivamente ou negativamente a saúde mental dos indivíduos, a depender da importância relativa concedida ao trabalho pelo sujeito e de outros fatores de igual ou maior investimento afetivo.

Saúde é entendida aqui, em conformidade com a definição de GONZÁLEZ REY (2004), como um processo qualitativo complexo,

multidimensional, social e historicamente determinado, que define o funcionamento completo do organismo, integrando o somático e o psíquico de maneira sistêmica. O termo psíquico se refere ao conjunto de conteúdos da consciência humana, ou dos estados ou processos que estão na base da experiência subjetiva e do comportamento, e que têm uma ligação mais ou menos consciente com a percepção, o pensamento, a lembrança, a sensibilidade, a motivação e a ação.

Deste modo, o estado mental afeta o funcionamento orgânico pela multiplicidade de formações, mecanismos e manifestações funcionais geradores de insegurança, ansiedade, depressão, distresse e outras formas de expressões psicológicas não saudáveis. GONZÁLEZ REY (2004) afirma que a vulnerabilidade a estados de tensão é mediatizada por complexos mecanismos e sistemas de personalidade que podem otimizar a capacidade do indivíduo de enfrentá-los ou, ao contrário, facilitar o desenvolvimento desses estados de tensão. Assim, é enfatizada a necessidade de autorrealização e de expressão criativa e ativa na vida social, profissional e pessoal como extremamente importantes para a saúde humana.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, em 2004, aproximadamente 450 milhões de pessoas no mundo sofriam com transtornos mentais e comportamentais, responsáveis por 13% do total de anos de vida perdidos ajustados por incapacidade (“Disability Adjusted Life Years – DALYs”) e estimava-se que até 2020 serão 15%. Cinco das dez principais causas de incapacidade e morte prematura em todo o mundo são transtornos mentais, que representam não só um imenso fardo psicológico, social e econômico para a sociedade, mas também aumentam o risco de outras doenças (WHO, 2004a).

No Brasil, em 2008, os transtornos psiquiátricos eram a primeira causa responsável pela carga de doença, representando 1/3 do total, resultado dos anos de vida vividos com incapacidade e anos de vida perdidos por morte prematura, havendo pouca variabilidade inter-regional.

Dentre os transtornos psiquiátricos, a depressão foi a primeira causa nas mulheres e, nos homens, foi o abuso e dependência de álcool (LEITE et al., 2008).

Os transtornos mentais são, portanto, os maiores causadores de incapacidade temporária ou permanente no funcionamento global do indivíduo, prejudicando seu desempenho em diversas esferas, tais como no trabalho e nas relações interpessoais, contribuindo, assim, para uma perda do capital humano no âmbito socioeconômico de um país, através do absenteísmo no trabalho, dos acidentes de trabalho, do grande número de licenças médicas e, inclusive, da morte precoce por suicídio (RAZZOUK, 2013). Com relação aos transtornos mentais relacionados ao trabalho, o estudo de Le Guillant sobre os desdobramentos psíquicos da fadiga, da servidão e da humilhação foram precursores das atuais constatações sobre o *burnout* (esgotamento profissional), depressões e suicídios decorrentes de pressões organizacionais (SELIGMANN-SILVA, 2011).

Importa destacar que transtornos mentais são categorias psiquiátricas usadas para classificar, delimitar e rotular comportamentos e atitudes consideradas desviantes da norma sejam eles acompanhados ao não de sofrimento psíquico. A classificação dos transtornos mentais é situada histórica e culturalmente, podendo um mesmo comportamento ou padrão de reação a situações críticas gerar diferentes compreensões e formas de cuidado/enfrentamento. FOUCAULT (2010), analisa a produção de verdade sobre a loucura ao longo da História e questiona os dispositivos de controle e os deslocamentos de poder nos discursos científicos que cristalizam identidades e suas repercussões sociais.

Yves CLOT é citado por SELIGMANN-SILVA (2011) por pensar o sofrimento psíquico como impedimento da relação do trabalhador com a atividade, pois quando o sujeito é impedido de agir com criatividade ocorre uma desvitalização da atividade, uma perda de sentido ao que faz em seu trabalho e, consequentemente, uma impossibilidade de ser. Esse paradigma

é especialmente significativo no caso dos sujeitos para os quais o trabalho assume de fato posição central de produção de subjetividade.

Neste estudo, utilizamos o conceito de sofrimento psíquico por entendermos que se trata de um fenômeno individual com repercussões sociais, não sendo necessariamente indicativo de um transtorno mental. O sofrimento psíquico deve ser entendido como um sinal de alerta para o descompasso existente entre as condições de trabalho e as repercussões sobre a subjetividade e saúde do indivíduo. Em razão disso, pode-se relacionar o sofrimento psíquico ao desgaste mental no trabalho.

Para fazer uma análise do desgaste mental no trabalho, SELIGMANN-SILVA (2011) propõe um modelo teórico considerado um “paradigma integrador” ao considerar os fatores ambientais e psicossociais; o mundo subjetivo e a identidade; e as diferentes esferas da vida social onde se desenvolvem relações de poder (à luz de Foucault), como igualmente responsáveis pela integridade e estabilidade mental do trabalhador. Destaca ainda que várias mediações podem ser identificadas nos processos coletivos e individuais que conduzem ao desgaste mental vinculado ao trabalho, sendo as mais importantes de natureza micropolítica, cultural e psicossocial (aí incluída a intersubjetiva). Para tanto, a autora supracitada baseia-se no conceito de desgaste de Asa Cristina Laurell, entendido como ”perda de capacidade potencial e/ou efetiva, corporal e psíquica” (p.135). O desgaste mental, por sua vez, conjugaria o desgaste concreto no plano orgânico e o “desgaste da esperança em relação ao próprio projeto de vida” (p.137), aliando deterioração da autoimagem e da autoestima.

A promoção da saúde mental no trabalho pode ser uma estratégia para aliviar o desgaste mental e melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores. As bases atuais da Promoção da Saúde presentes na Carta de Ottawa, redigida em 1986 e considerada o documento mais importante e norteador das políticas de saúde subsequentes (BUSS, 2003), fundamentam-se no seguinte alicerce: “para que um indivíduo ou coletivo

tenha saúde é necessário que eles sejam capazes de identificar e realizar aspirações, satisfazer necessidades, transformar e (ou) desenvolver mecanismos de adaptação ao meio ambiente" (WHO, 1986 *apud* CARVALHO, 2005, p.58).

Ao pensarmos no trabalho policial, percebemos que existem contingências externas, como o lidar cotidiano com a violência, que agravam os riscos à saúde e à vida e que podem dificultar o estabelecimento de estratégias de promoção da saúde. Por outro lado, policiais são indivíduos que costumam ser associados à violência não só por combaterem-na, mas por reproduzirem-na. O trabalho do policial insere-se em um modo de organização do trabalho situado no âmbito das chamadas Instituições Totais (GOFFMAN, 2013), um aparato que se relaciona a ações de sujeição, por meio de regras e punições, constituindo um segmento sancionado e disciplinado a sancionar e disciplinar e que convoca seus servidores ao exercício de um ofício que opera entre a limitação da própria liberdade e da liberdade dos outros (AMADOR, 2002).

Deste modo, a organização policial é historicamente uma instituição produtora e reprodutora de relações de poder hierarquizadas, de dominação pela força e pela coação e que se distancia do social ao considerar-se "detentora da lei" e, portanto, acima dela. Tais características são relevantes, pois favorecem o adoecimento dos trabalhadores policiais por meio do sofrimento psíquico gerado na relação com o trabalho.

MATEUS (2013) destaca algumas intervenções que podem ser incorporadas no ambiente de trabalho para promover a saúde mental, como exemplo: intervenções objetivando manejar o estresse profissional (aconselhamento, paradas para exercícios físicos ou relaxamento durante o expediente); intervenções sobre a tarefa e o ambiente físico de trabalho (melhor planejamento, mudanças ergonômicas); melhoria na definição dos papéis e melhor interação interpessoal (melhor comunicação, solução de

conflitos); melhoria das condições de trabalho (melhor remuneração, participação efetiva nas decisões sobre o processo de trabalho).

Existem evidências de benefícios em longo prazo de programas de promoção de saúde mental: melhor saúde física; participação mais ativa no trabalho, em casa e na escola; menor violência e criminalidade; redução das desigualdades na saúde; melhor qualidade de vida; melhor expectativa de vida; menor ansiedade e depressão; menor abuso de substâncias. O incremento da atenção à saúde mental deve abranger, além de ações de promoção da saúde e prevenção dos transtornos mentais, detecção precoce e tratamento dos transtornos leves e moderados (MATEUS, 2013).

No caso dos policiais militares há dificuldade de serem implementadas ações de promoção da saúde mental, pois, de acordo com SILVA (2009), em revisão de estudos brasileiros sobre as implicações do trabalho policial sobre a saúde mental, percebeu-se uma lacuna em considerar a subjetividade dos policiais. São citadas como possíveis justificativas a dificuldade de acesso às organizações policiais e a resistência dos pesquisadores, talvez baseada em estereótipos, em enxergarem os profissionais de segurança pública como cidadãos, frágeis e suscetíveis às diversas formas de sofrimento como qualquer pessoa.

2.3 RELAÇÕES DE GÊNERO, SUBJETIVIDADE E TRABALHO POLICIAL NO BRASIL

No Brasil, enquanto o início das atividades policiais data do princípio do século XIX (SOARES, 2012), a primeira corporação policial militar a permitir a inclusão de mulheres foi a Polícia Militar do Estado de São Paulo

em 1955 (LOIOLA, 2009). No Distrito Federal, o primeiro concurso para o ingresso de mulheres na polícia militar só ocorreu em 1983. E, embora, entre o final da década de 1970 e o final da década de 1990 tenha ocorrido o ingresso de mulheres em todas as instituições militares brasileiras, não deixou de haver um limite tanto físico quanto ideológico à participação das mulheres (SOARES e MUSUMECI, 2005). Em 2011, em todas as unidades da federação, o número de homens na instituição representava 85% ou mais do contingente (BRASIL, 2013b). As corporações policiais militares brasileiras são, portanto, espaços profissionais fortemente marcados pelas relações de gênero, sendo importante discutir como o gênero relaciona-se à subjetividade e como estes aspectos se articulam para demarcar territórios e expectativas profissionais.

Os estudos de gênero questionam as crenças na determinação natural dos comportamentos de homens e mulheres e, em uma de suas vertentes que se correlaciona à teoria da construção social, gênero é compreendido como categoria relacional, isto é, o gênero é constituído e aprendido por meio de processos sociais. Joan SCOTT (1990) ao propor o gênero como categoria de análise destaca dois pontos importantes no que se refere à construção da subjetividade: gênero tanto é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, quanto uma maneira primária de significar relações de poder.

AMÂNCIO (1992) afirma que a diferenciação entre os gêneros é internalizada por meio da socialização. Existem comportamentos tidos como adequados à identidade de gênero que são aprendidos e reforçados ao longo da vida, sendo que as expectativas associadas a esses comportamentos acabam funcionando como um dado objetivo e explicativo em si mesmo, ocultando o sistema social que precede e orienta os próprios processos de socialização. BUTLER (2003, p.200) afirma que o gênero é uma “identidade tenuamente construída através do tempo” por meio de uma repetição incorporada através de gestos, movimentos e estilos. Nas palavras

da autora: “o gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (BUTLER, 2003, p.59). Estruturas reguladoras são constituídas de práticas normativas que podem aparecer como uma lei, mas, em geral, funcionam muito mais a partir da expectativa social e pressão de pares.

CASTELLS (2010) entende identidade como o processo de autoconstrução de significado e individuação com base em um atributo cultural (ou atributos inter-relacionados) que prevalece sobre outras fontes de significado. Segundo o autor, história, geografia, aparatos de poder e instituições produtivas e reprodutivas são alguns dos componentes que o individuo reorganiza internamente para construir sua identidade. Pode-se considerar identidade, deste modo, como uma narrativa construída ao longo do tempo de vida de um indivíduo, de forma a que se construa e organize o sentido da existência no tempo-espaço e se lide com os relacionamentos sociais.

HALL (2006) defende que o conceito de identidade pode ser usado de forma a alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. Embora a compreensão deste autor destoe do referencial construtivista de CASTELLS (2010), merece destaque a ressalva que faz à possibilidade de existirem identidades contraditórias em si, originadas nas representações coletivas e no conjunto de significados partilhados e culminando numa multiplicidade de identidades. De acordo com HALL (2006) o sujeito contemporâneo, ou pós-moderno, não possui identidade fixa, como consequência, diferentes identidades são assumidas em diferentes momentos. Sobre a construção reflexiva do sujeito, MONTEIRO (2002, p.246) destaca:

> o sujeito neste contexto de incerteza ontológica é forçado a fazer escolhas constantemente no decorrer do seu dia-a-dia. Sua

> segurança existencial não mais se baseia na certeza de estar seguindo preceitos validados pela imutabilidade da tradição. (...) A coerência e estabilidade do sujeito se tornam uma tarefa reflexiva diária, onde referenciais múltiplos são filtrados e se incorporam ao sujeito na forma de um estilo de vida particular.

BUTLER (2003), por sua vez, enfatiza que os sujeitos nunca são pré-discursivos. O gênero pode, portanto, ser entendido como destacam ARÁN e PEIXOTO JUNIOR (2007), em sua leitura de BUTLER (1997), como uma forma de regulação social em que atuam e impõem-se sobre o sujeito alguns dispositivos específicos de regulação – legais, institucionais, militares, educacionais, sociais, psicológicos e psiquiátricos. Segundo esta interpretação não haveria uma regulação anterior ou autônoma em relação ao gênero, pois, ao contrário, o sujeito gendrado só passaria a existir na medida de sua própria sujeição às regulações.

BUTLER (2003) desenvolveu seus conceitos fundamentando-se, nomeadamente, na teoria de poder de Foucault, segundo a qual o poder não atua simplesmente oprimindo ou dominando as subjetividades, mas opera de forma imediata na sua construção. Dessa forma, o poder atuaria a partir dos discursos reguladores que formam o sujeito do gênero e, ao mesmo tempo, são responsáveis pela produção da sujeição, estando o caráter formativo ou produtivo do poder totalmente vinculado aos mecanismos de regulação e disciplina que ele instaura e procura conservar. O poder problematizado como biopoder seria, antes, algo que circula, que funciona em rede, fazendo com que o indivíduo não seja o outro do poder, mas um dos seus primeiros efeitos (ARÁN e PEIXOTO JUNIOR, 2007). É importante ressaltar, então, que FOUCAULT (1995) não fala “do” poder (um poder global, vertical e hierarquizado), mas de “relações de poder”, pois o poder só existe em ato, de “uns” exercendo sobre os “outros”.

Contudo, diferentemente de Foucault, BUTLER (2004) considera que as regulações de gênero não são apenas mais um exemplo das formas de regulamentação de um poder mais extenso, mas constituem uma

modalidade de regulação específica que tem efeitos constitutivos sobre a subjetividade. De acordo com BENTO (2006), “agir de acordo com uma mulher/um homem é pôr em funcionamento um conjunto de verdades que se acredita estarem fundamentadas na natureza.” (p.93). A discriminação de gênero, a subordinação do trabalho, a experiência de ser socialmente e profissionalmente marginalizado(a) influenciam a experiência cotidiana e se tornam integrados em um senso de subjetividade/identidade. Desenvolve-se, portanto, uma estreita relação entre a organização do trabalho policial, de caráter militar, e a construção do gênero no processo de subjetivação, nas práticas cotidianas do ofício de polícia (CALAZANS, 2003).

As instituições militares e policiais têm sido historicamente espaços ocupados por homens, utilizando-se de símbolos e práticas identificadores de masculinidades e construções simbólicas vinculadas à violência, à força e à coragem (SCHACTAE, 2006). Como ressalta FOUCAULT (1995), “não nos esqueçamos de que a força policial não foi inventada, no século XVIII, apenas para manter a lei e a ordem, nem para assistir os governos em sua luta contra seus inimigos, mas para assegurar a manutenção, a higiene, a saúde e os padrões urbanos, considerados necessários para o artesanato e o comércio” (p.238). Ou seja, a função da polícia desde sua concepção foi exercer o controle sobre as subjetividades, ao mesmo tempo em que para isso é preciso que a organização formate seus integrantes para que consigam exercer este ofício. A institucionalidade da polícia militar, segundo CALAZANS (2003) tem como característica identificadora a violência e, de acordo com esta autora, o espaço da violência é entendido como pertencente aos homens, sendo “natural” a “cultura violenta” da Polícia Militar.

É importante ressaltar que as colocações trazidas aqui a respeito das características vinculadas/impostas ao policial homem ou à policial mulher têm o intuito de questionar tais identificações como sendo inerentes ao sexo do profissional. Enfatiza-se, pois, que concordamos com as colocações de ALMEIDA (1996), segundo as quais:

> Masculinidade e feminilidade não são sobreponíveis, respectivamente, a homens e mulheres: são metáforas de poder e de capacidade de acção, como tal acessíveis a homens e mulheres. Se assim não fosse, não se poderia falar nem de várias masculinidades nem de transformações nas relações de género. O carácter móvel e contingente da relação entre masculinidade, homens e poder toma-se claro quando analisamos etnografias que prestam atenção ao diálogo e conflito entre masculinidades hegemónicas e subordinadas, ou que prestam atenção quer à variabilidade individual das identidades masculinas, quer às alterações destas num só indivíduo ao longo do ciclo de vida ou consoante diferentes situações de interacção. (p.162)

A construção das masculinidades e feminilidades decorre, portanto, das múltiplas interações entre homens e mulheres, entre homens e homens, e entre mulheres e mulheres, sendo necessária a abordagem relacional ao estudar as relações entre o masculino e o feminino para não incorrer no risco de essencializar tais noções caso se associe sem mediações as relações homem/masculino ou mulher/feminino (COSTA, 2002).

O ingresso de mulheres na polícia militar coincidiu com o momento de crise atravessado por esta instituição, partindo do pressuposto que a inclusão de mulheres colaboraria na mudança de imagem institucional, uma vez que a identidade feminina era costumeiramente associada a diferentes valores menos violentos. Entretanto, CALAZANS (2003) concluiu que, ao contrário do previsto, essa inclusão acarretou mudanças subjetivas nas mulheres ingressantes, pois para serem aceitas percebiam que, sendo a instituição militar considerada um espaço da violência e de homens, para se tornar uma policial a mulher deveria agir como um policial homem.

A disciplina militar seria o instrumento de sujeição do corpo e, na mesma medida, da subjetivação dos policiais. Disciplina, como afirma FOUCAULT (1995), conjuga a aplicação de capacidades técnicas, o jogo

das comunicações e as relações de poder que atuam ajustados uns aos outros, segundo fórmulas refletidas. De acordo com CALAZANS (2003), a disciplina não deve ser compreendida somente como restrição, como interdição, mas sim como um processo no qual as mulheres são constituídas em policiais, numa perspectiva de aumento máximo da produtividade. O objetivo da disciplina é subordinar o pensamento e a ação, a praticidade da economia e da eficiência, consistindo em técnicas de individualização do poder, de vigilância, de controle da conduta, do comportamento e das atitudes, sendo possível multiplicar as capacidades e colocar cada indivíduo no lugar onde ele será mais útil.

SOARES e MUSUMECI (2005) tentando compreender a trajetória de inserção das mulheres nos contingentes policiais, depreendem o desejo de "humanizar" a imagem da polícia, até então fortemente associada à ditatura militar. Alguns fatos corroboram esta afirmação como a inclusão de disciplinas de Direitos Humanos nos currículos policiais, as iniciativas de implantação de policiamento comunitário, e as tarefas para as quais as mulheres foram inicialmente designadas vinculadas à assistência social e à "reforma cosmética da instituição" – que, sem alterar paradigmas, sinalizava mudança e modernização em locais de alta visibilidade como aeroportos e locais turísticos. Entre as primeiras missões que configuravam os campos virtuais de atuação das mulheres na força policial estavam:

- trabalho preventivo e assistencial junto a crianças e adolescentes, mulheres e idosos;
- atendimento a, e condução de alcoólatras, drogados e mendigos;
- policiamento ostensivo em portos, aeroportos e terminais rodoviários;
- policiamento de trânsito;
- policiamento de áreas comerciais e turísticas; patrulhas de grandes eventos;
- trabalhos comunitários e assistenciais em geral;
- revista de mulheres detentas ou suspeitas, e de visitantes do sexo feminino em estabelecimentos penais;

- serviços internos de secretaria, telefonia, arquivo, recepção etc.

(SOARES e MUSUMECI, 2005, p.17)

Em levantamento realizado em 23 estados brasileiros, em 2003, SOARES e MUSUMECI (2005) concluíram que a participação das mulheres no contingente da organização policial militar correspondia a cerca de 7%. Dentre estes Estados a proporção distribuía-se entre 1,5% no Ceará e, no máximo, em 13,4% no Pará, sendo que apenas em 3 estados a porcentagem ultrapassava 10% (Pará, Bahia e Amapá), mas não chegava a 15%. No Distrito Federal, em 2011, as mulheres representavam 8,7% do efetivo de 15 mil policiais militares na ativa (BRASIL, 2013b). Em levantamento realizado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP/MJ com mulheres profissionais de segurança pública no país, apenas 37,66% das policiais militares participantes declararam desempenhar atividades operacionais (BRASIL, 2013a). A partir destes dados, pode-se entender que os motivos que abriram a organização policial militar às mulheres no passado continuam presentes, tendo as mulheres espaço adjacente na corporação, sendo em geral colocadas em funções secundárias, principalmente administrativas e assistenciais.

Há iniciativas amplamente divulgadas de maior inclusão de mulheres em policiamentos comunitários, como nas Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro (CARVALHO, 2012, reportagem do G1 RJ, de 13/05/2012). Contudo, são ainda raros os casos de iniciativas de maior abertura da organização militar para que haja mais participação das mulheres no policiamento ostensivo e comunitário, em missões de pacificação dos territórios de atuação. Soma-se a isso a forte resistência ao aumento de mulheres na Polícia Militar, até mesmo ocorrendo impedimento de mulheres participarem de concurso público também na cidade do Rio de Janeiro para ingresso na carreira policial (SALGADO e ALVES, 2012, reportagem do Jornal O Dia, de 20/09/2012). A justificativa, neste segundo

caso, baseava-se primeiramente na afirmação de que a polícia não estaria adequadamente instrumentada para receber as mulheres na profissão, pois os equipamentos seriam pesados demais e, em seguida, na argumentação de que as mulheres desistiriam mais por motivos emocionais nas ocorrências de morte de policiais em serviço.

SOUSA e SANTIAGO (2007) observaram que o vazio no tratamento das peculiaridades das mulheres policiais militares (tais como equipamentos adequados e disponibilidade de instalações físicas como alojamentos, vestiários e, sobretudo, banheiros especialmente nos períodos menstruais) são, frequentemente, ignoradas em nome de uma suposta igualdade profissional que, na prática, dificilmente é verificada. Além disso, participantes de pesquisa realizada pela SENASP/MJ enfatizaram que a escassez de equipamentos de proteção individual ergonomicamente adaptados e em boas condições de uso é um problema que não atinge apenas às mulheres (BRASIL, 2013a).

Estes pontos apresentados vão ao encontro dos dados de SOARES e MUSUMECI (2005) quando demonstram que existem inúmeras leis estaduais limitando a proporção de mulheres no efetivo em no máximo 10%, sendo que em muitos dos estados onde não consta limitação alguma os efetivos não chegam a 3%. Tal distribuição perpetua a situação das mulheres como minoria nos espaços da segurança pública. Depois de 50 anos, segundo a publicação da SENASP/MJ (BRASIL, 2013a), não houve mudanças estruturais significativas com a entrada das mulheres na segurança pública, pois não há igualdade de oportunidades para homens e mulheres no acesso às carreiras policiais, nem reconhecimento da contribuição das mulheres a partir de sua formação profissional e técnica, o que representaria uma mudança substantiva para o funcionamento dessas instituições.

As mulheres costumam ser associadas à fragilidade e à benevolência, ao cuidado e não à violência, sendo vistas com desconfiança e preconceito

por aqueles que consideram o trabalho policial apenas como combate à violência através da força. CALAZANS (2003) reforça este aspecto ressaltando que existe no imaginário da população e dos operadores de segurança pública a crença de que a violência presente nas forças policiais é menor entre as mulheres e, por isso, elas teriam um papel saneador na instituição policial.

Por outro lado, podemos pensar a inserção das mulheres nas corporações militares como resistências aos estereótipos que as consideram inadequadas ao verdadeiro trabalho policial, tendo em vista que as características descritas como inerentes e necessárias ao trabalho são tidas como essencialmente masculinas. Estereótipos de gênero são entendidos como potentes categorizações sociais que se entremeiam na cultura na forma de expectativas normativas sobre o que é ser homem e o que é ser mulher. Essas construções são produtoras de identidades de gênero, afirmando um “saber a respeito das diferenças sexuais” (SCOTT, 1990) que é expresso em práticas, símbolos e leis que organizam e identificam o Estado e suas instituições.

Estudos psicológicos sobre tais estereótipos sugerem que competência, assertividade, domínio técnico e racionalidade são considerados traços masculinos, enquanto o cuidar, a emotividade e a subserviência são considerados atributos femininos (BROWN, 1998). Estes estereótipos tendem a inferiorizar as características tidas como femininas, ressaltando aspectos de fragilidade e, como contrapartida, a atribuir características de força e soberania aos atributos considerados masculinos. Seguindo este mesmo raciocínio de fragilidade, as mulheres são mais frequentemente vinculadas à ocorrência de transtornos mentais e queixas físicas decorrentes do trabalho.

ROCHA (2008) verificou que dentre o montante de pessoas adoecidas registradas na Previdência Social, em 2007, 75% era composto por mulheres e que, da mesma maneira, entre as causas das incapacidades

no trabalho, com problemas de músculos e coluna, as mais atingidas eram as mulheres. Apesar disso, a autora afirma que o fenômeno do adoecimento de mulheres no (e pelo) trabalho se dá através das diferenças de exigências e atribuição para mulheres e homens, formas de incorporação ao mercado de trabalho, múltipla jornada, e não por uma maior suscetibilidade biológica "natural" das mulheres ao adoecimento. Outras justificativas apresentadas pela autora sugerem que mulheres relatam mais suas queixas do que os homens, por terem mais espaço e aceitabilidade para falarem sobre suas "fraquezas" (forma como o adoecimento é considerado) em meio social em virtude das relações de poder estabelecidas. Além disso, discute-se que médicos diagnostiquem com mais frequência mulheres do que homens quando são apresentadas as mesmas queixas. Essa reflexão faz sentido quando lembramos que os corpos das mulheres foram os primeiros a serem normatizados e domesticados pela área da saúde, usados como dispositivos biopolíticos (FOUCAULT, 2015), sendo ao longo da História lugar de intervenção em nome do bem social e da reprodução. O discurso da ciência, reforçado pela apropriação médica do corpo feminino como objeto de saber, desde o século XVIII passou a associar a "natureza feminina" aos órgãos reprodutivos e limitar a participação social e econômica da mulher às atividades no espaço doméstico (COSTA et al., 2006).

De forma similar, até a Constituição de 1988, o ordenamento jurídico brasileiro tendia a "proteger" o trabalho da mulher, o que servia à perpetuação da discriminação da mulher no mercado de trabalho. A partir desta Constituição revogaram-se todas as disposições estabelecidas anteriormente na CLT, inclusive aspectos discriminatórios de proteção à mulher, tais como os preceitos que autorizavam a interferência marital ou paterna no contrato empregatício da mulher adulta ou que lhe restringiam a prestação de certos tipos de trabalho e exigiam atestados médicos especiais. A respeito da falsa benignidade das normas protetivas da mulher, LOPES (2006) exemplifica a partir das normas que proibiam a mulher de realizar horas extras ou de trabalhar no período da noite. Sabendo-se que o

trabalho do homem também era sobreexplorado e nem por isso se pensou em providências semelhantes; a autora afirma que o interesse de “proteger” não era mais que recordar o verdadeiro lugar da mulher na sociedade de então (em casa, cuidando da família). A lógica vigente informava que o trabalho da mulher não poderia impedir ou prejudicar a realização de sua principal função: a maternidade. O que não era discutido, e quiçá imaginado, era que nem todas as mulheres almejam a maternidade, casar-se ou exercer o papel de cuidadoras.

Em “O sujeito e o poder”, FOUCAULT (1995) procura desenvolver e aprofundar como exatamente se constituem as relações de poder implicadas na produção de subjetividades. Michel Foucault associa o poder à sujeição, à subjetivação e à submissão, no sentido em que o indivíduo é ligado a si mesmo e submetido aos outros. Sobre esta noção, o autor detalha: “esta forma de poder aplica-se à vida cotidiana imediata que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos. Há dois significados para a palavra sujeito: sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito a” (FOUCAULT, 1995, p.235).

Neste sentido, mulheres que assumem a identidade militar podem estar negando a vinculação de sua identidade com os atributos tidos como femininos ou, ao contrário, podem entender que o espaço militar deve ser modificado e incorporar justamente características que vão além daquelas consideradas masculinas. De uma forma ou de outra, é possível vislumbrar uma resistência às identidades fixas que predeterminaram o que era (e ainda hoje é) ser policial militar quando a profissão foi concebida e era exclusivamente exercida por homens. O que está em jogo não é o estabelecimento de uma identidade fixa – que se localizaria num dos extremos do contínuo homem-masculino ou mulher-feminino, ao contrário,

abrem-se inúmeras possibilidades de expressões de gênero, ou como distingue BUTLER (2003), “performances” de gênero –, pois o sujeito é produzido continuamente, ou seja, está em permanente processo de ressignificação (COSTA, 2002). Como ressalta BUTLER (2003), o sujeito não é um dado, ele se constitui o tempo inteiro (em processo): “se os atributos e atos de gênero, as várias maneiras como o corpo mostra ou produz sua significação cultural são performativas, então não há identidade preexistente pela qual um ato ou atributo possa ser medido; não haveria atos de gênero verdadeiros ou falsos, reais ou distorcidos, e a postulação de uma identidade de gênero verdadeira se revelaria uma ficção reguladora” (p.201). O gênero, portanto, pode e deve se deslocar além do “binário natural”, ou como coloca COSTA (2002), não se deve desconsiderar todas as mediações existentes para além dos polos fixos, que fazem com que as categorias de gênero sejam fluidas e relacionais.

Se o gênero é uma norma, ele também pode ser fonte de resistência. Existe uma fragilidade na incorporação do gênero pelas subjetividades que abre espaço para possíveis deslocamentos na repetição do binarismo masculino-feminino (ARÁN e PEIXOTO JUNIOR, 2007). Desse modo, se os atributos de gênero são performativos e não uma identidade pré-existente, faz-se necessária uma “repetição reiterativa”, para que ocorra a aproximação de um ideal de gênero (masculino ou feminino), que na realidade nunca pode ser atingido. BUTLER (2004) contribui para desestabilizar a noção de um gênero construído socialmente, refletindo sobre o caráter fluido dos corpos e do gênero: “o gênero é o mecanismo pelo qual as noções de masculino e feminino são produzidas e naturalizadas, mas ele poderia ser muito bem o dispositivo pelo qual estes termos são descontruídos e desnaturalizados” (p.59).

Como afirma Foucault, o poder é difuso, se apresenta como correlação de forças desiguais e móveis, portanto, onde há poder, há resistência. Neste sentido é possível constatar a resistência também à presença das mulheres nesta profissão tida como predominantemente

masculina. BROWN (1998) enfatiza que quando mulheres assumem empregos masculinos, elas sofrem as consequências dos conflitos dos papéis de gênero e ocupacionais. Como exemplo das citadas consequências, a autora verificou ser comum a ocorrência de discriminação e assédio sexual contra as mulheres policiais. No caso do Brasil, dentre os obstáculos mais frequentes que se expressam nas relações cotidianas, são citadas “a rejeição de mulheres para o desempenho de determinadas atividades”; “a recusa de alguns policiais em trabalhar com mulheres”; a violência psicológica por meio de ‘piadinhas’, ‘gracejos’, assédio sexual e assédio moral; e, “a inadequação da infraestrutura para acolher mulheres em delegacias e batalhões” (BRASIL, 2013a).

No presente capítulo buscou-se refazer o percurso e discutir este contexto institucional que tem na corporação militar o espaço historicamente idealizado para o exercício da masculinidade hegemônica, motivo pelo qual se colocam tantas resistências à participação efetiva de mulheres na força policial. ALMEIDA (1996, p.163) relembra que:

> a masculinidade hegemónica é um modelo cultural ideal que, não sendo atingível – na prática e de forma consistente e inalterada – por nenhum homem, exerce sobre todos os homens e sobre as mulheres um efeito controlador. Implica um discurso sobre a dominação e a ascendência social, atribuindo aos homens (categoria social construída a partir de uma metonímia do dimorfismo sexual) este privilégio potencial. Um paradoxo deve, desde já, ser elucidado: se masculinidade e feminilidade são, ao nível da gramática dos símbolos, conceptualizadas como simétricas e complementares, na arena do poder são discursadas como assimétricas.

Assim sendo, a instituição militar é a arena onde se exerce a pressão sobre os indivíduos para que correspondam ao ideal de masculinidade, e as mulheres para serem aceitas, ora sofrem exigências para que assumam as características masculinas valorizadas profissionalmente, ora são discriminadas por não corresponderem (idealmente) ao padrão masculino

esperado. É importante então questionar se desejamos realmente mulheres assemelhadas a este padrão de masculinidade hegemônica, ou ao contrário, se o que deve ser almejado é uma instituição onde todas as características sejam respeitadas e bem aproveitadas para ser desenvolvido um trabalho de segurança adequado às necessidades de nossa sociedade.

De acordo com CALAZANS (2004), pesquisas sobre a participação das mulheres nas forças policiais responsáveis pelo policiamento ostensivo eram raras no Brasil, e existiam poucos estudos disponíveis nesse campo. A autora observou que existiam nestes trabalhos o predomínio da metodologia quantitativa, apresentando uma espécie de mapeamento da distribuição de mulheres em unidades de policiamento. Embora tais estudos revelem uma multiplicidade de questões decorrentes da presença feminina nas polícias, poucos deles abordam as relações entre os aspectos de formação nas academias de polícia, construção de gênero, constituição dessas mulheres em policiais e suas práticas cotidianas no policiamento ostensivo. Nos últimos dez anos, houve um aumento do número de estudos sobre relações de gênero na polícia miliar, contudo, são ainda raros os estudos que abordam os aspectos relacionados aos efeitos das características do trabalho sobre a vida pessoal e familiar, ou das condições subjetivas do trabalho sobre a saúde mental, lacuna esta que se pretende contribuir para preencher com este estudo. Nele, utilizaremos a perspectiva relacional do gênero, entendendo-o não como identidade fixa e sim como performático, um processo constitutivo da subjetividade e da identidade ao longo do tempo, podendo ser construído, reconstruído e desconstruído a partir das inúmeras relações e tensões das pessoas com expectativas e interações sociais, estereótipos, normas e consigo mesmas.

2.4 VIOLÊNCIAS E SUBJETIVIDADE: REPERCUSSÕES DO TRABALHO POLICIAL SOBRE A SAÚDE MENTAL DE TRABALHADORES POLICIAIS

Os trabalhadores da Polícia Militar, além da exposição a riscos diversos vividos nas ruas no combate à violência e no exercício da segurança pública, vivenciam questões relacionadas à organização do trabalho, marcado por um alto rigor prescritivo e alicerçado em um permanente sistema de disciplina. O contato cotidiano com as diversas formas de violência relacionadas ao trabalho policial torna esta categoria profissional bastante vulnerável à produção de sofrimento psíquico (SPODE E MERLO, 2006).

A organização do trabalho policial militar é direcionada pelas características da instituição, que para atingir seu objetivo de garantir a segurança pública deve obter total obediência e adesão de seus trabalhadores aos princípios estabelecidos. Por meio do poder disciplinar (FOUCAULT, 2014) a instituição consegue docilizar e enrijecer os corpos destes trabalhadores tornando-os mais produtivos e buscando obter o máximo de precisão nas ações realizadas, além de minimizar, quando não impedir, questionamentos aos seus desígnios. É com violência que o poder disciplinar se exerce, sujeitando os trabalhadores e buscando controlá-los para, paradoxalmente, torná-los impermeáveis às violências externas.

OLIVEIRA (2008) propõe que o uso de uma denominação conceitual única que englobe os diversos significados da relação entre violência e trabalho, a de “violência relacionada ao trabalho”. Esta designação abrangeria, de forma complementar e ampla, as denominações comumente usadas na literatura científica de “violência **do** trabalho” e “violência **no** trabalho”.

A “violência **do** trabalho” seria aquela originada na organização do processo de trabalho e, assim, o modo como o trabalho pode ser organizado e gerenciado constituiria uma forma de violência. A “violência **no** trabalho” relaciona-se às formas de violência que representariam riscos ao trabalhador no ambiente de trabalho e que podem ser considerados crimes, tais como agressões físicas, assaltos, assassinatos (OLIVEIRA, 2008; SANTOS JUNIOR e DIAS, 2004).

Outras faces da violência que também ocorrem no ambiente de trabalho, como a violência psicológica (incivilidade, assédio moral, humilhação, assédio sexual, entre outras situações), são levadas em consideração nesta proposta conceitual. Deste modo, utilizaremos neste estudo o conceito de “violência relacionada ao trabalho” para pensarmos a relação dos trabalhadores policiais com suas vivências profissionais cotidianas. Destaca-se a percepção de SPODE e MERLO (2006) a respeito do contato dos policiais com a violência: “o policial trabalhador tem como função conter a violência, mas ao mesmo tempo, corre o risco de reproduzi-la e/ou de ser vítima dela” (p.362).

O adoecimento dos policiais, em função da atividade que exercem, é decorrente tanto de seu contato com a violência, quanto das distintas vivências relacionadas ao trabalho (ANCHIETA et al., 2011). BARCELLOS (1999, p.3) argumenta que:

> A essência da polícia ostensiva é o controle da criminalidade, do qual se depreende que os profissionais que desenvolvem esta atribuição lidam diretamente com a violência humana. Portanto, os policiais militares, trabalhando na execução do policiamento ostensivo, exercem uma atividade de risco à sua vida e à sua saúde que resulta em desgaste físico e psicológico.

Muitos estudos avaliam a relação entre a saúde mental e o trabalho utilizando o conceito de *burnout*[6], pois ele é um importante indicativo dos efeitos nocivos que o trabalho pode exercer sobre a saúde mental, sendo considerado um estado de extremo esgotamento de recursos, resultante de uma exposição crônica ao estresse laboral (SILVEIRA et al., 2005). Sua ocorrência se vincula a ocorrência de mal-estar físico, depressão, ansiedade, dificuldade nas relações interpessoais, tendência ao aumento no uso de drogas, déficit no desempenho do trabalho, aumento do absenteísmo, da rotatividade de funcionários, bem como da diminuição do comprometimento organizacional ou intenção de abandonar o emprego (KOHAN e MAZMANIAN, 2003). Os trabalhadores seriam mais vulneráveis nos primeiros anos da carreira profissional ao desenvolvimento da doença e considera-se que há preponderância do transtorno em mulheres, sendo que as percepções globais do local de trabalho são importantes preditores do *burnout* (BALLONE, s/d). Atualmente, a ocorrência da síndrome de *burnout* têm sido verificada com frequência crescente entre docentes, trabalhadores da área de Enfermagem e da Saúde Mental, bem como profissionais de segurança pública. São profissões cuja organização tem refletido uma diminuição da autonomia de atuação, sofrendo grandes pressões sociais e emocionais e que, em geral, exigem grande esforço físico e mental em longas jornadas de trabalho. A metáfora do *burnout,* do queimar até o fim, no contexto brasileiro, talvez fosse mais apropriada se associada ao ato de espremer uma laranja até o fim, quando o sumo se esgota e só resta o bagaço. As pessoas trabalham até o limite de suas forças, até que não reste mais nada a dispor para a instituição, até adoecerem e serem dispensadas. Em geral são profissões cuja realocação no mercado de trabalho costuma

---

[6] O psicólogo Herbert Freudenberger é tido como o primeiro a descrever cientificamente a síndrome de *burnout* em 1975, a partir de seu próprio esgotamento profissional e adoecimento. Ele associa a ocorrência da síndrome, particularmente, às profissões com grandes demandas emocionais, como aquelas que lidam com pessoas que buscam ajuda para a resolução de problemas (como exemplo o autor cita profissionais de saúde).

ser viável apenas em funções semelhantes as que levaram ao desgaste, agravando o problema ou aumentando a sensação de não haver saída possível.

SILVEIRA et al. (2005) ao avaliarem a ocorrência de *burnout* em policiais civis que realizavam atividade laboral interna e externa, não encontraram diferenças significativas entre os grupos, concluindo que a somatória dos fatores organizacionais pode estar mais vinculada à síndrome do que o tipo de atividade desenvolvida.

Em estudo realizado por MINAYO et al. (2011) com policiais civis e militares do Rio de Janeiro foi verificada a relação entre adoecimento físico, sobrecarga de trabalho e sofrimento psíquico entre os servidores das duas corporações. No entanto, foi observada maior intensidade de sofrimento psíquico (sintomas psicossomáticos, depressivos e de ansiedade) entre policiais militares (33,6%) em relação aos civis (20,3%), diferença estatisticamente significativa. Existiam também um grande número de licenças concedidas por motivos de distúrbios psiquiátricos e um percentual significativo de profissionais informava “dormir mal”, “sentir-se nervoso”, “triste” e “cansado”, tornando mais penosa a realização de suas atividades profissionais (MINAYO et al., 2011). Os trabalhadores da polícia militar, portanto, representariam um grupo ocupacional mais propenso ao intenso estresse. Os três principais fatores correlacionados à experiência de estresse, segundo Smith e Ward (1986, citado por DEMEROUTI et al., 2004), seriam: problemas familiares, uso de bebidas alcoólicas e doenças autorreferidas.

Entre os efeitos do não cuidado com as situações de estresse e de sofrimento psíquico, MINAYO et al. (2011) destacam as “formações reativas”, sobretudo nos casos em que os policiais cometem violências ou assistem a cenas de violência que redundam em mortes. Uma delas é a banalização das intercorrências; outra é o tratamento jocoso dos colegas a respeito dos episódios de confronto.

ANDERSON et al. (2002), estudando as relações entre agravos físicos e psicológicos em policiais no desempenho de sua atividade, constataram que eles sofrem estresse físico e psicológico antecipado quando saem para o trabalho, embora os maiores níveis de estresse psicológico ocorram antes de e durante incidentes críticos. O estresse é responsável por sintomas psicossomáticos, geralmente não reconhecidos pelo médico clínico como doenças, tais como as enxaquecas e as dores de estômago. Segundo MINAYO et al. (2011), tais sintomas relatados pelos participantes do estudo não eram levados em consideração pelas chefias e as queixas não eram tomadas a sério. CONCEIÇÃO e SOUZA (2013), ao analisarem o perfil de morbimortalidade das mulheres policiais militares do Rio de Janeiro, verificaram que os problemas de saúde mais comuns no ano de 2008 foram as doenças do aparelho digestivo (19,7%), as doenças osteomusculares e do tecido conjuntivo (14,4%) e os transtornos mentais e comportamentais (11,4%), sendo as hospitalizações proporcionalmente mais frequentes entre as praças (89,6%) do que entre as oficiais (10,4%).

A organização das jornadas de trabalho pode ser igualmente geradora de estresse e, portanto, é outro fator psicossocial relacionado à saúde mental. No caso dos policiais, o trabalho é organizado em turnos, os quais podem assumir escalas de diferentes configurações: 12X24h, 12X36h (mais frequente), 12X48h, 24X48h, 24X72h (MINAYO et al., 2008a). Segundo HAINES et al. (2008), o trabalho em turnos é um estressor psicossocial que ao interferir na dinâmica familiar relaciona-se à maior ocorrência de depressão nos trabalhadores. Da mesma maneira, o trabalho em turnos está relacionado ao distresse psicológico, ansiedade e síndrome de *burnout*, quando os efeitos dos estressores relacionados às escalas de trabalho sobrepõem-se às estratégias de enfrentamento do trabalhador.

VIOLANTI et al. (2008) [em pesquisa com 111 policiais, sendo 41 mulheres e 70 homens] estudaram a associação entre sintomas depressivos e relacionados à síndrome de estresse pós-traumático, ideação suicida e trabalho em turnos. Os autores constataram que existe associação entre os

fatores e que esta se expressa de diferentes maneiras em homens e mulheres. Entre as mulheres houve maior prevalência de ideação suicida naquelas com maiores pontuações na escala de depressão, e esta prevalência crescia proporcionalmente ao aumento do número de horas trabalhadas no turno diurno. Com os homens, o aumento na prevalência de ideação suicida relacionou-se ao aumento de horas trabalhadas no turno noturno. De acordo com os autores, é possível que as mulheres encontrem um ambiente mais estressante no período em que seriam mais avaliadas pelos colegas homens e pela população atendida, enquanto os homens sofreriam mais com o isolamento social que o turno noturno acarretaria na relação com os colegas policiais.

Os achados de VIOLANTI et al. (2008) coadunam com a percepção de BROWN e FIELDING (1993), segundo os quais em meio a este ambiente com diversos estressores ocupacionais, as mulheres enfrentariam estressores ocupacionais adicionais em virtude das condições de inserção profissional e de outros aspectos relacionados às desigualdades de gênero no âmbito social e familiar. Tais desigualdades referem-se às relações sociais de poder historicamente constituídas em nossa sociedade, conforme discutido no capítulo anterior.

Ao longo deste capítulo foram apresentados os múltiplos fatores presentes no trabalho policial que podem afetar negativamente a saúde mental destes trabalhadores, quais sejam: a organização do trabalho, a violência relacionada ao trabalho e o trabalho em turnos. No próximo capítulo, discutir-se-ão possíveis efeitos do esforço para equilibrar trabalho e vida pessoal, inclusive na conciliação das jornadas de trabalho, sobre o bem-estar e a qualidade de vida, os quais, em última instância, dizem respeito à integralidade da saúde dos trabalhadores.

2.5 EQUILIBRANDO VIDA E TRABALHO: O SHOW DEVE CONTINUAR

Empty spaces
What are we living for?
Abandoned places
I guess we know the score
On and on
Does anybody know what we are looking for?
Another hero
Another mindless crime
Behind the curtain
In the pantomime
Hold the line
Does anybody want to take it anymore?
The show must go on
Inside my heart is breaking
My make-up may be flaking
But my smile
Still stays on
(Queen)

Equilibrar é um ato que requer esforço e protagonismo. Um bom equilibrista consegue manter-se estável não importa o quão adversa é a sua situação. Ao andar na corda bamba distante do solo, um equilibrista gera admiração e aplausos da plateia por encarar uma tarefa potencialmente fatal. Pensando nesta analogia, equilibrar vida e trabalho não parece ser uma tarefa nada fácil. Entre os policiais militares, particularmente, a metáfora do equilibrista se relaciona à *performance* dentro da instituição, pois constantemente se confrontam com tênues linhas entre vida/morte, (re)produção/contenção de violências, legalidade/ilegalidade, impulsividade/autocontrole, emoção/razão. Ademais, fora da instituição, de outra forma, devem conseguir equilibrar ainda a vida civil com a disciplina e vinculação militar.

Entretanto, como propõe GUEST (2002), neste trabalho pensaremos o ato de equilibrar como uma metáfora positiva que deve ser compreendida considerando-se que existem significados e mensurações objetivos e subjetivos envolvidos e inter-relacionados, que sofrem tanto variações individuais quanto circunstanciais. Sendo assim, investigar a existência de equilíbrio entre vida e trabalho mostra-se tarefa complexa devido aos inúmeros fatores associados, incluindo-se aí a autoavaliação dos trabalhadores sobre sua satisfação com a própria dinâmica socioprofissional.

Foi pensando na importância do equilíbrio que FRONE (2000) realizou um estudo com trabalhadores adultos que eram casados ou pais de crianças/adolescentes com até 18 anos de idade. Este estudo revelou que trabalhadores que frequentemente vivenciavam conflitos trabalho-família demostraram ter mais probabilidade de desenvolverem um transtorno mental clinicamente significativo do que trabalhadores que não relataram nenhum tipo de conflito trabalho-família. Os transtornos mentais relacionados foram: sintomas depressivos, transtornos de humor, ansiedade, abuso ou dependência de álcool e outras drogas. FRONE (2000) concluiu que o equilíbrio entre vida e trabalho está diretamente relacionado à inexistência de conflitos trabalho-família e família-trabalho.

Conflito trabalho-família ocorre quando o esforço de cumprir as demandas do papel profissional interfere com a possibilidade de cumprir as demandas familiares. Porém, pensar em equilíbrio trabalho-família traz inúmeras limitações por não considerar outras esferas da vida do indivíduo além da familiar. Neste contexto, WHARTON (2012) propõe o uso dos termos vida-trabalho/trabalho-vida em contraposição aos termos trabalho-família/família-trabalho. Outra justificativa reside na existência de grande número de pessoas que, por não terem dependentes, não se beneficiariam de políticas organizacionais específicas voltadas à dimensão trabalho-família.

Os dois estudos mencionados colaboram na compreensão de que para haver saúde é necessário haver equilíbrio entre demandas e vivências positivas e negativas tanto profissionais quanto pessoais. Assim, consideraremos aqui o equilíbrio entre a vida e o trabalho como um mediador importante da saúde mental nos trabalhadores. Equilibrar essas duas esferas relaciona-se ao tempo dedicado a cada atividade, à qualidade das condições de trabalho e à qualidade das condições de vida. O equilíbrio dos policiais militares na corda bamba, indicativo da saúde destes trabalhadores, depende, portanto, de sua qualidade de vida no trabalho e fora dele (FISCHER, 2004).

As condições de vida incluem: aspectos socioeconômicos, segurança financeira, apoio social, qualidade das relações familiares e de amizade, satisfação com a vida pessoal, hábitos e estilos de vida, tempo para lazer e vida familiar, condições de saúde, tempo para cuidar dos outros e para cuidar de si, entre outros. Pode-se pensar o cuidado de si, conceito filosófico discutido por FOUCAULT (2006), como um reflexo do equilíbrio entre vida e trabalho na atualidade, em especial no que diz respeito às pessoas poderem dispor do tempo necessário para se dedicarem a si mesmas. Três dimensões compõem o conceito de cuidado de si: o modo de estar no mundo influenciando a atitude para consigo, para com os outros e para com o mundo; estar atento ao que se pensa e ao que se passa no pensamento por meio de exercícios de meditação e autoconhecimento; e, as ações exercidas de si para consigo. Considerando que o trabalho pode exigir grande engajamento subjetivo, em especial no caso do trabalho policial militar, como discutimos anteriormente, ter tempo para si e para dedicar-se a atividades que dão prazer e conforto pode se tornar um importante fator de extravasamento de emoções e de tensões vividas cotidianamente.

Assim, a qualidade de vida é um conceito amplo que envolve a percepção do indivíduo de sua posição na vida, no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações (WHO, 1995). SIQUEIRA e

PADOVAM (2008) ressaltam que “esta perspectiva subjetiva de qualidade de vida, incluindo-se nela satisfação com a vida, é defendida como uma possibilidade de se levar em conta, em avaliações individuais, diferenças culturais na percepção do padrão de vida” (p.204). As várias definições de qualidade de vida incluem tanto os aspectos físicos (prazer, sono e repouso, etc.) e do meio ambiente (moradia, recreação e lazer, transporte, etc.); quanto os aspectos psicológicos e relacionais (interações interpessoais profissionais, familiares e sociais) (ANDRADE et al., 2009).

A qualidade de vida define-se, portanto, a partir da uma avaliação subjetiva individual que é afetada por fatores biogenéticos, culturais, sociais, políticos, econômicos e ambientais e, diz respeito, sobretudo, à dimensão de bem-estar a que se refere a concepção ampliada de saúde, conforme definida pela OMS (WHO, 1946).

O conceito de bem-estar tem sido estudado por pesquisadores há mais de três décadas, especialmente no campo da Psicologia, que busca compreender os fatores psicológicos que integram uma vida saudável. De acordo com SIQUEIRA e PADOVAM (2008), as principais abordagens do bem-estar no campo psicológico referem-se a duas dimensões distintas, mas complementares: bem-estar subjetivo, que adota a visão de bem-estar como prazer ou felicidade e foca no balanço entre afetos positivos e negativos; e, bem-estar psicológico, que pode ser constatado pelo pleno funcionamento das potencialidades de uma pessoa (capacidade de pensar, usar o raciocínio e o bom senso) para enfrentar os desafios da vida. Além disso, outras dimensões seriam associadas ao bem-estar: auto-aceitação, relacionamentos interpessoais positivos, autonomia, propósito de vida e crescimento pessoal. Segundo WESTPHAL (2008), esta maneira de compreender a saúde baseia-se em uma concepção do indivíduo como um ser integral e, como destaca MINAYO (2000), inclui valores não materiais, como amor, liberdade, solidariedade e inserção social, realização pessoal e felicidade.

Por condições de trabalho, no caso dos policiais militares, entendemos que estão incluídos diversos aspectos como: organização do trabalho em turnos; atividades cotidianas/ conteúdo do trabalho; relações no trabalho/relações de gênero (respeito, autoridade, solidariedade, apoio social, prestígio, satisfação, reconhecimento e valorização do profissional); violências relacionadas ao trabalho - entre colegas, e na realização das atividades de trabalho (atividades externas); motivações para permanência na carreira militar, satisfação no trabalho, estabilidade no emprego, remuneração adequada.

Existem ainda estudos que abordam o bem-estar em relação ao trabalho, sendo possível olhar o fenômeno a partir de fatores positivos, como a satisfação no trabalho, ou a partir de fatores negativos como o *burnout* ou estresse. Três componentes compõem o conceito de bem-estar no trabalho: satisfação no trabalho, envolvimento com o trabalho e comprometimento organizacional afetivo (forte identificação com os objetivos da organização e reconhecimento de efeitos positivos que podem advir dessa ligação com a organização) (SIQUEIRA e PADOVAM, 2008).

GUEST (2002) enfatiza que existe forte correlação entre a percepção de desequilíbrio entre a vida e o trabalho quando o trabalho realizado envolve extensas jornadas. DEMEROUTI et al. (2004), por sua vez, afirmam que os períodos de trabalho estão mais relacionados aos conflitos entre trabalho e vida pessoal do que a rotação dos turnos, esta última estaria associada mais claramente às atitudes profissionais negativas, como insatisfação com o trabalho, ineficácia profissional e intenção de abandonar o emprego. ROTENBERG (2004) destaca ainda a interferência significativa que a organização das jornadas de trabalho, e em especial o trabalho em turnos, tem sobre a vida familiar do trabalhador, mormente sobre as mulheres, a quem culturalmente costuma ser delegado o papel de cuidar das crianças e dos afazeres domésticos. O tempo utilizado pelas mulheres trabalhadoras para desempenhar tais atividades pode conflitar com as

escalas de trabalho ou, de outra forma, pode facilitar a conciliação das esferas profissional e familiar.

Diversos estudos têm demonstrado os efeitos nocivos do trabalho em turnos e noturno sobre a saúde. A organização dos horários de trabalho pode interferir negativamente sobre as seguintes esferas da vida do indivíduo: funções biológicas básicas, capacidade para o trabalho, relacionamentos sociais e condições de saúde (físicas e psicológicas) (COSTA, 2003). Segundo ROTENBERG (2004), existe influência dos papéis de gênero na tolerância ao trabalho em turnos atuando mais efetivamente do que as diferenças biológicas entre homens e mulheres. O tempo de sono e o tempo dedicado ao lazer também seriam mais prejudicadas em função desta influência de gênero.

Diante do exposto, visualiza-se que o equilibrista, policial militar, tem a difícil tarefa de não cair diante do público para não estragar o espetáculo. Com mais este desafio, buscaremos neste estudo abordar as repercussões das condições de trabalho sobre a saúde mental, levando-se em conta a vivência cotidiana de policiais militares concernentes às relações de gênero nos espaços institucionais e sociais, bem como às diversas formas de violência relacionadas ao trabalho.

O objeto deste estudo é o trabalhador, que passa a ser oprimido e opressor no momento em que ingressa na instituição. Parte-se do pressuposto que essas pessoas se modificam a partir do exercício do trabalho e que essas mudanças têm consequências diretas sobre a saúde e sobre a sociedade. Neste sentido, atentar-nos-emos em especial para a relação do trabalhador com o trabalho e de que forma este afeta, conforma e produz sua subjetividade. Com isso, apoiamo-nos em conceitos teóricos formulados por Foucault e em teorias de gênero desconstrucionistas com olhar crítico sobre como os modos de vida e as relações sociais são estabelecidas segundo normas de gênero (pretensamente fixas) e relações de poder. Admite-se que os policiais militares estão inseridos em uma

estrutura hierárquica rígida e um regime disciplinar formatados pela instituição, a qual se utiliza da violência desde o processo de formação e, inclusive, na relação com a sociedade com a justificativa de combatê-la. Entretanto, partimos do referencial da Saúde do Trabalhador para pensar a relação do sujeito com o trabalho e o processo saúde-doença de modo a propor intervenções e melhorias nas condições de trabalho e de vida das pessoas. Relacionar todos estes referenciais é tarefa interdisciplinar complexa que buscamos concretizar para discutir a promoção da saúde mental de policiais militares.

3 HIPÓTESES

- As relações de gênero, da forma como se apresentam no cotidiano da sociedade brasileira e da corporação militar, prejudicam as condições de trabalho, tem efeitos sobre a subjetividade dos trabalhadores e das trabalhadoras e, consequentemente, colaboram para afetar negativamente a saúde mental de policiais militares.
- As relações de gênero associam-se à violência relacionada ao trabalho compondo um cenário profissional mais nocivo à saúde mental, com efeitos, inclusive, sobre a vida pessoal de policiais trabalhadores.

4 OBJETIVO

Apreender, a partir do referencial de gênero, as mediações entre subjetividades, trabalho, violências e sofrimento psíquico de homens e mulheres trabalhadores na condição de policiais militares de uma corporação localizada em Brasília/DF.

4.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

a. Identificar as condições de trabalho e de vida, e repercussões na saúde, de policiais militares que atuam no policiamento ostensivo.
b. Analisar se e como as violências relacionadas ao trabalho afetam as condições de vida e de saúde mental de policiais militares.
c. Identificar relações de gênero associadas ao trabalho policial.
d. Compreender quais os impactos das relações de gênero sobre as condições de trabalho e de vida pessoal de policiais militares.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

5.1 ACESSO AO CAMPO

A decisão de realizar o estudo em Brasília pautou-se pela conveniência, entretanto, revelou-se uma oportunidade ímpar pela configuração institucional desta corporação sediada na capital brasileira, que se conduz com orçamento federal e gestão do Governo do Distrito Federal, e pelo seu papel de modelo para as demais polícias militares do país.

Primeiramente foi realizado contato com a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, por meio da Coordenação do Projeto Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública do Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública, com a finalidade de descobrir os caminhos para obter a autorização para realizar a pesquisa. Dessa forma foram obtidos os contatos de duas policiais militares membros da Comissão Organizadora do 3ª Encontro de Mulheres da Segurança Pública do Distrito Federal. Elas indicaram como apresentar a solicitação de autorização ao Centro de Comunicação Social da PMDF, por meio de um ofício dirigido ao Comandante-Geral, a ser entregue pessoalmente, acompanhado de um resumo executivo do projeto que contivesse objetivos, intenções, meios de divulgação, procedimentos metodológicos, perfil de participantes e seleção de batalhões.

No primeiro contato com o Centro de Comunicação Social a pesquisa foi apresentada pela primeira vez com o objetivo de as informações serem,

posteriormente, repassadas ao Comandante-Geral. Pouco tempo depois houve a informação verbal de que a pesquisa havia sido autorizada, e que seria agendada uma reunião com a equipe de saúde da instituição para auxiliar na pesquisa. A reunião não chegou a acontecer e, nos posteriores contatos para reagendamento, informaram que seria necessário encaminhar novo ofício também dirigido ao Comandante-Geral da PMDF, mas que deveria ser enviado via Estado-Maior.

Esta segunda solicitação gerou uma entrevista com o Tenente-Coronel Chefe de Assuntos Institucionais do Estado-Maior da PMDF para esclarecer a finalidade da pesquisa. Após alguns questionamentos éticos e políticos, o Tenente-Coronel se comprometeu a levar os documentos para apreciação do Comandante-Geral. Poucos dias depois a pesquisa foi autorizada e a responsabilidade pela organização logística ficou a cargo da Diretoria de Pesquisa e do Patrimônio Histórico e Cultural do Departamento de Educação e Cultura (DPPHC/DEC). Foi solicitado, então, o envio do projeto completo e agendada uma entrevista com o Coronel comandante da DPPHC/DEC que viabilizaria o acesso aos batalhões, bem como indicaria os limites e possibilidades de realizar uma pesquisa no âmbito da polícia militar do Distrito Federal.

A pesquisa só poderia ser realizada em dias e horários pré-definidos, posto que os batalhões devessem ser formalmente avisados de que teriam que disponibilizar alguns policiais militares para serem entrevistados, bem como instalações para que as entrevistas ocorressem, além de não ser permitida a circulação de pessoas estranhas à instituição nos batalhões sem autorização. Foram então definidos cinco batalhões a serem visitados em cinco sextas-feiras, cada um indicando cinco participantes. Embora tenham sido apontadas pela pesquisadora as questões éticas da instituição estipular previamente quem seriam os entrevistados e impeli-los a participar, o policial responsável por acompanhar o estudo informou que se não fosse assim não haveria adesão dos policiais e que a pesquisa não aconteceria. Outra solicitação da pesquisadora foi que houvesse paridade de entrevistas entre

homens e mulheres policiais, uma vez mais o responsável informou que pelo pequeno efetivo de mulheres em alguns batalhões não poderia solicitar a indicação equitativa de mulheres e homens para participarem. Assim, no ofício enviado pela DPPHC/DEC aos batalhões foi solicitada a indicação de cinco policiais, sendo pelo menos uma mulher, que atuassem no policiamento ostensivo, bem como a disponibilização de uma estrutura mínima para realização das entrevistas, isto é, uma sala reservada para que não houvesse interrupções e para preservar o sigilo das informações, com mesa e duas cadeiras que acomodassem um participante e a pesquisadora no decorrer da entrevista.

Entre a primeira solicitação e a autorização formal com agendamento das visitas aos batalhões decorreram oito meses, de dezembro de 2013 a julho de 2014, tendo ocorrido neste período inúmeros contatos com esferas diversas de gestão da Polícia Militar do Distrito Federal. Uma dificuldade adicional para obter a autorização da PMDF foi a ausência de aprovação do Comitê de Ética na primeira solicitação enviada, uma vez que para obter a autorização do Comitê de Ética era necessário apresentar um documento da PMDF autorizando o estudo. A situação foi resolvida alguns meses depois, a partir de um termo de compromisso assinado pela pesquisadora afirmando que enviaria a autorização da instituição assim que fosse obtida, ou seja, após a emissão do parecer ético favorável.

5.2 PARTICIPANTES DO ESTUDO

No total, foram entrevistados individualmente 24 policiais militares (17 homens e 7 mulheres), sendo 6 soldados, 3 cabos, 13 sargentos (1º, 2º e 3º) e 2 capitães.

Dado o escopo da pesquisa decidiu-se por entrevistar policiais militares de qualquer hierarquia que atuassem, ou tivessem atuado, no policiamento ostensivo. As policiais e os policiais entrevistados foram selecionados pelos critérios da acessibilidade e da tipicidade (KOLYNIAK, 1999). Acessibilidade por terem sido colocados à disposição pela instituição no horário de serviço, e tipicidade, pois foram selecionados elementos considerados representativos deste grupo, garantindo a diversidade entre os entrevistados. Seguindo esses pressupostos, foi possível ouvir homens e mulheres, policiais de diferentes idades, com diversas patentes e anos trabalhados na instituição, lotados em locais diversos e em diversas situações de trabalho na ocasião da entrevista (operacional, administrativo, auxiliar de adjunto, vigia, mecânico, serviço velado etc.), bem como policiais que já haviam ou nunca haviam tido afastamentos do trabalho por adoecimento mental.

Embora os dirigentes de cada batalhão tenham encaminhado os policiais para a sala onde ocorreriam as entrevistas, foi possível constatar que não houve pré-seleção de perfis e que cada unidade utilizou critérios diferentes, mencionados a seguir. Ainda que um ofício de notificação tenha sido previamente enviado, nem todas as unidades estavam preparadas para receber a pesquisadora no dia determinado. Assim, em algumas, o critério utilizado parece ter sido o de disponibilidade do trabalhador no momento em que a pesquisadora estava no batalhão; em outras unidades o que parece ter guiado a indicação de participantes foi a crença sobre quem se pretendia

entrevistar, uma vez que o ofício continha a informação de que se tratava de uma pesquisa sobre saúde mental de policiais militares (nestas foram enviados mais participantes que estavam afastados do trabalho ostensivo); e, por fim, alguns participantes se ofereceram para participar diretamente à pesquisadora quando perceberam a movimentação na unidade.

Para preservar o sigilo sobre os entrevistados, em função do número reduzido de participantes por unidade e da possibilidade de identificação em função da descrição das características, decidiu-se por não mencionar quais os batalhões participaram do estudo e apresentar uma caracterização geral dos informantes dividida por graus hierárquicos. Nos trechos transcritos, optou-se por identificá-los por codinomes relacionados a pedras preciosas e rochas, escolhidos aleatoriamente pela pesquisadora, sendo também incluídos o grau hierárquico e a identidade de gênero do participante.

Soldados: foram entrevistados quatro mulheres e dois homens, que tinham entre 24 e 35 anos no momento da entrevista e trabalhavam na instituição entre 1 mês e 4 anos. As e os soldados entrevistados relataram que anteriormente haviam trabalhado como: professora, psicóloga, recepcionista, estagiário, piloto de metrô, técnico administrativo, bancário, servidor público, e para um participante a polícia militar foi o primeiro emprego. Eram graduados em Educação Física, Biologia, Gestão de Sistemas de Informação, Psicologia, Direito ou Relações Internacionais. Três deles haviam se afastado do trabalho, mas nenhum deles relatou comprometimento da saúde mental, nem haviam tido restrição na justiça. Três trabalhavam em escala 12X60, dois trabalhavam no expediente cumprindo 6 horas diárias (de 2ª a 6ª) e um trabalhava das 8h às 14h, de 2ª a 6ª numa semana e de 2ª a sábado na outra (escala dos novos soldados). Três eram solteiros sem filhos e três eram casados com filhos de até 10 anos de idade.

Cabos: foram entrevistados dois homens e uma mulher, com idades entre 38 e 42 anos e tempo de profissão entre 15 e 17 anos. Antes de

ingressarem na polícia militar trabalharam como: vendedor, comissário de voo ou garçom. Apenas um deles havia cursado o ensino superior, tendo se graduado em Direito e em Segurança Pública. Dois tiveram afastamentos do trabalho, mas nenhum relatou comprometimento da saúde mental (embora os afastamentos tenham tido ligação com adoecimento mental) ou restrição na justiça. Um trabalhava no expediente cumprindo 6 horas diárias (de 2ª a 6ª), um trabalhava em escala de 12X60 e um trabalhava na escala 24X72. Dois eram casados e um divorciado. Dois tinham filhos entre 11 e 18 anos de idade e um tinha filhos com mais de 18 anos.

Sargentos: foram entrevistadas duas mulheres que se identificaram como sargentos sem especificar de que grau. Elas tinham 46 ou 49 anos de idade e trabalhavam há 24 anos como policiais militares. Antes de ingressar na instituição haviam trabalhado como: empregada doméstica, frentista, vendedora e/ou recepcionista. Uma delas se graduou em Ciências Sociais, a outra não cursou ensino superior. Ambas haviam tido afastamento do trabalho e relataram comprometimento da saúde mental, sem terem tido nenhuma restrição na justiça. Ambas trabalhavam no expediente cumprindo 6 horas diárias (de 2ª a 6ª). Eram divorciadas e tinham filhos, entre 11 e 18 anos ou acima de 18 anos de idade.

3º Sargentos: foram entrevistados quatro homens, com idades entre 41 e 47 anos, que trabalhavam na instituição de 20 a 23 anos. Antes de se tornarem policiais militares haviam trabalhado como: auxiliar em supermercado, funcionário de lanchonete, recruta no exército, vigilante, motorista ou autônomo, e para um dos entrevistados a polícia militar foi o primeiro emprego. Nenhum deles cursou ensino superior. Dois deles tiveram afastamentos do trabalho, um deles relatou comprometimento da saúde mental e outro teve restrição na justiça. Dois trabalhavam na escala 12X36 com folgas aos sábados, domingos e feriados (internos), um trabalhava na escala 12X60 e um não respondeu. Dois eram casados, um divorciado e outro não respondeu. Sobre terem filhos, um não respondeu e três tinham filhos com idades entre 0 e acima de 18 anos.

2º Sargentos: foram entrevistados dois homens, com 43 ou 51 anos de idade, que eram policiais militares há 23 ou 27 anos. Antes de ingressarem na instituição haviam trabalhado como: vendedor de balas na infância, empacotador em supermercado, ajudante em comércio familiar, recruta no exército e/ou taxista. Nenhum deles cursou ensino superior. Um deles teve afastamento do trabalho, relatando comprometimento da saúde mental e restrição na justiça. Um deles trabalhava no expediente cumprindo 6 horas diárias (de 2ª a 6ª) e o outro trabalhava em escala de 12X36. Um era casado, o outro divorciado . Ambos tinham filhos, os de um deles com idades entre 11 e 18 anos e ambos tinham filhos com idades acima de 18 anos.

1º Sargentos: foram entrevistados cinco homens, com idades entre 39 e 50 anos, que trabalhavam na polícia militar entre 19 e 28 anos. Antes de ingressarem na instituição haviam trabalhado como: auxiliares de pedreiro, de serviços gerais, de padeiro, de escritório, recruta no exército, cobrador de ônibus, auxiliar de vendas, mecânico e/ou office-boy. Nenhum deles cursou ensino superior. Todos tiveram afastamentos do trabalho, dois deles relataram comprometimento da saúde mental e nenhum teve restrição na justiça. Dois trabalhavam na escala 12X36; um na escala 24X72 e outros dois trabalhavam no expediente cumprindo 6 horas diárias (de 2ª a 6ª). Todos eram casados. Quatro deles tinham filhos, com idades entre 0 e acima de 18 anos.

Capitães: foram entrevistados dois homens com 33 e 40 anos de idade, que trabalhavam na instituição há 12 ou 18 anos. Um deles começou a trabalhar com 14 anos e havia trabalhado como office-boy, auxiliar administrativo e outras atividades relacionadas; o outro nunca havia trabalhado antes de ingressar na polícia militar. Ambos cursaram o Curso de Formação de Oficiais e haviam cursado (ou estavam cursando) outra graduação. Um deles teve afastamento do trabalho, mas ambos relataram comprometimento da saúde mental. Nenhum teve restrição na justiça. Ambos trabalhavam no expediente cumprindo 6 horas diárias (de 2ª a 6ª).

Ambos eram solteiros. Apenas um tinha filhos com idades entre 11 e 18 anos.

5.3 OBTENÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Delineou-se que, no presente contexto, a pesquisa qualitativa era a abordagem mais adequada por se preocupar menos com a generalização e mais com o aprofundamento e a abrangência da compreensão do grupo estudado. MINAYO (2008b) prefere designar este tipo de pesquisa como social. Pesquisa social posto que envolva investigações que tratam do ser humano em sociedade, de suas relações e instituições, de sua história e de sua produção simbólica. Investigações sociais, portanto, que se relacionam a interesses e circunstâncias socialmente concatenadas.

Para compreender os aspectos subjetivos das condições de trabalho, de saúde mental, das estratégias utilizadas para equilibrar trabalho e vida pessoal e outros fatores que afetassem a qualidade de vida dos e das policiais foram realizadas entrevistas individuais a partir de roteiro norteador (ANEXO I). Destaca-se que as perguntas norteadoras não foram usadas rigidamente, no sentido de engessar os relatos, mas sim de servir como um guia para que fossem abordados os principais temas pertinentes ao estudo. Com o consentimento dos participantes, as entrevistas foram gravadas e, em seguida, integralmente transcritas para buscar a expressão das experiências vividas.

A pesquisa utilizou-se da entrevista compreensiva em profundidade como instrumento metodológico para buscar compreender as experiências

vividas e privilegiar as narrativas e discursos dos sujeitos sociais aqui mencionados. A entrevista compreensiva, de acordo com KAUFMANN (2013), apoiando-se no referencial teórico da construção social, é um encontro pessoal e dialógico entre pesquisador e pesquisado a fim de quebrar a hierarquia e possibilitar que o entrevistado compartilhe seu saber com o investigador. A entrevista não é entendida, portanto, como um simples diálogo entre o entrevistado e o pesquisador. Parte-se do pressuposto de que o participante está se propondo a colaborar com o pesquisador, contribuindo para que este possa compreender um pouco melhor o fenômeno que se quer estudar. A entrevista, que pode ser usada tanto para propósito de mensuração quanto de compreensão de uma perspectiva individual ou grupal, segundo FONTANA e FREY (2000), não constitui um instrumento neutro de obtenção de dados, mas sim é efeito de uma interação ativa entre duas ou mais pessoas levando a resultados negociados e baseados no contexto.

MARECEK et al. (2001) afirmam que uma postura qualitativa envolve a escuta e o teorizar a respeito do que emerge quando as pessoas usam suas próprias palavras para dar sentido à experiência vivida. É necessário, sobretudo, atentar ao léxico utilizado, além da interpretação do fato narrado trazida pelo participante, o que requer interpretar silêncios, interrupções na narrativa ou ausência de vocabulário para certas situações. Ao trabalhar com os relatos pessoais, pretendeu-se obter histórias de relacionamentos que ilustrassem como as pessoas usam as palavras para se conectarem, reproduzir, resistir e transformar os contextos em que vivem.

A obtenção das informações ocorreu entre os meses de agosto e setembro de 2014. Em cada um dos batalhões visitados as entrevistas foram realizadas em salas reservadas, mas nem sempre foi possível impedir interrupções, dadas as condições oferecidas em cada batalhão. Em um deles a entrevista foi realizada na sala do comandante causando constrangimento em trancar a sala que, mesmo tendo sido trancada após as primeiras interrupções, continuou a ser buscada por outros policiais da

instituição que desejavam falar com o comandante. Outros locais de realização das entrevistas foram: refeitório, anfiteatro, sala de arquivo, recepção. Assim, além de algumas interrupções, a configuração de algumas salas pouco dificultava a escuta de pessoas que estivessem na área externa, pois alguns locais tinham divisórias de escritório e não paredes de concreto. Em todas as salas utilizadas foi colocado um aviso na porta informando sobre a pesquisa e solicitando que não entrassem. Algumas vezes o aviso foi ignorado e os participantes explicavam que eram policiais com graduações superiores que se sentiam “à vontade” para entrar nos ambientes mesmo com os avisos. Outros, por serem menos graduados, se sentiam incomodados por não poderem ser mais enfáticos na repreensão dos que interrompiam a entrevista. Os capitães, ao contrário, foram bastante assertivos ao rechaçarem alguém que tentasse interromper a entrevista, um deles inclusive solicitou que diminuíssem o barulho externo para que não atrapalhasse a gravação. De qualquer forma, por serem espaços cedidos pelos batalhões para realização das entrevistas, houve sempre a tentativa de superar esses obstáculos e concordância dos participantes em prosseguir com as entrevistas.

As entrevistas individuais duraram em média 1 hora, a mais longa durou 2 horas e a entrevista mais curta 21 minutos. O tempo total de gravação das 24 entrevistas foi de 21 horas e 30 minutos, gerando 390 páginas de transcrição, média de 16 páginas por entrevista. As entrevistas foram integralmente transcritas, contudo os trechos de falas que serão discutidos foram tratados, sem alterar o sentido ou o conteúdo, retirando-se repetidos vícios de linguagem e cacoetes tais como “né”, “aí”, “então”, etc. Pela riqueza e extensão das informações obtidas, optou-se por manter nos capítulos dos resultados apenas exemplos de falas relativas à discussão e apresentar no ANEXO IV todos os demais trechos considerados pertinentes subdivididos nas categorias próprias.

5.3.1 Contribuições etnográficas

Além das entrevistas individuais na composição das informações da pesquisa, foram utilizadas técnicas da Etnografia para ampliar o conhecimento a respeito das vivências dos trabalhadores da polícia militar. A observação participante teve início desde a concepção do estudo, com um novo olhar, mais atento e com mais curiosidade, sobre tudo o que dizia respeito aos homens e mulheres policiais militares. Embora o estudo tenha sido conduzido em Brasília/DF, considero que a observação não se restringiu a esta localidade. A cada passeio pela rua, a cada encontro com policiais a serviço ou atendendo ocorrências, novas percepções sobre as posturas, condutas e reações iam sendo construídas. Notícias divulgadas pela imprensa e em blogs de policiais, somadas a comentários de visitantes (policiais ou não) também foram importantes para reforçar ou descontruir estereótipos. A verdade é que para mim os policiais foram se humanizando quando comecei a olhá-los como trabalhadores. As fardas passaram a ser vistas como roupas e não mais como um signo de representação de uma instituição conhecida pela repressão e controle. A cada morte noticiada, eu sentia um pouco a dor das famílias. E foram muitas as mortes neste período, em confronto a serviço ou nos períodos de folga. Existe uma guerra declarada ao crime no Brasil e policiais se alistam quando entram para a instituição por meio de concursos públicos em busca de melhor remuneração ou estabilidade no emprego. Passam a ser parte de um exército que está disposto a matar e a morrer em função do trabalho, ao mesmo tempo em que são trabalhadores prestando um serviço e lidam com pessoas que não compreendem a dimensão bélica e, portanto, não atuam de forma correspondente. Em suma, ao longo dos quatro anos de observação à distância do cotidiano policial muitas foram as reflexões a respeito do que significa viver como um policial ou como uma policial.

O diário de campo também foi utilizado para anotar todas as impressões e sensações da pesquisadora nos contatos com a instituição. As anotações no diário de campo eram feitas nos intervalos dos encontros/entrevistas ou ao fim do dia. Nas diversas fases de análise, na transcrição das entrevistas, na redação e revisão do texto as reflexões do diário de campo foram revisitadas.

A observação participante e o diário de campo foram importantes para apreender diferentes dimensões do universo pesquisado que não costumam transparecer nas entrevistas. Mais do que isso, foram os elementos que colaboraram na condução e na posterior análise das entrevistas. As inúmeras conversas com outras pessoas, pesquisadores ou não, a respeito da pesquisa também contribuíram nas leituras e releituras das informações obtidas.

5.4 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Foi realizada uma análise de conteúdo temática, de cunho compreensivo e indutivo, do conjunto do material obtido. Este tipo de análise tem uma dimensão descritiva e outra interpretativa apoiada em conceitos teórico-analíticos. Esta metodologia observa no mesmo movimento o sujeito e a sociedade em interação, bem como, simultaneamente, os fatos e as emoções que os acompanham (GUERRA, 2006). Embora houvesse um referencial teórico inicial na concepção do estudo, apenas a partir dos dados empíricos é que as inferências se construíram no encontro das situações concretas com os pressupostos teóricos, sem deixar de considerar o contexto histórico e social de produção e recepção (CAMPOS, 2004).

Na preparação das informações obtidas nas entrevistas foram observadas algumas etapas para a realização das análises. As entrevistas foram integralmente transcritas e o processo classificatório teve início a partir da realização de leituras flutuantes do conjunto do material obtido, para que ocorressem as primeiras impressões e associações, sendo destacados trechos considerados significativos. Em seguida, iniciou-se a leitura transversal de cada subconjunto e do conjunto em sua totalidade, recortando-se de cada entrevista expressões e temas, e observando as relações que podiam ser estabelecidas entre estas unidades para que pudessem ser conformadas em categorias, subcategorias e temas transversais. Portanto, a partir da leitura e síntese do material foram identificadas as temáticas e as problemáticas (GUERRA, 2006). A análise se compôs, assim, destes dois momentos interpretativos.

Na fase exploratória da pesquisa, segundo o referencial teórico adotado, foram estabelecidas as categorias gerais que nortearam a análise, estas chamadas de categorias analíticas, capazes de desvendar as relações mais abstratas e mediadoras para a parte contextual. As categorias analíticas consistem em conceitos teóricos estruturadores do estudo e, no presente estudo, foram definidos em: **subjetividade**, **relações de gênero**, **violência relacionada ao trabalho**, **saúde mental**.

Os fatos e as informações surgidos na investigação constituíram as categorias empíricas e operacionais, a partir do material de campo, contendo e expressando relações e representações típicas e específicas do grupo estudado. Em decorrência, foi criada uma grade de categorias e subcategorias na avaliação do material a partir dos temas afins, em um movimento progressivo de interpretação em contraste com observações da pesquisadora e refletindo sobre os diferentes quadros teóricos utilizados no estudo. No quadro apresentado a seguir constam as categorias e subcategorias conforme configuradas no processo de análise.

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
Escolha profissional	Identificação com a profissão
	Melhor opção no passado
	Percebem a escolha atual como um degrau na carreira profissional e buscam outros concursos
Subjetividade	Identidade/personalidade
	Tornar-se policial
	Trabalho e subjetividade
Militarismo	As duas polícias: praças e oficiais
	Desmilitarização
	Militarismo e organização do trabalho
	Polícia militar X outras polícias
Violência relacionada ao trabalho	Agressão sexual
	Compreensão das violências
	Condições de trabalho
	Constrangimento e humilhação
	Conteúdo do trabalho: lidar com a violência
	Organização das jornadas de trabalho
	Organização do trabalho e valorização profissional
	Relacionamentos interpessoais
	Violência policial
Saúde física	Acidente de trabalho
	Afastamento médico decorrente da prática de esporte no tempo livre
	Doença crônica e trabalho
	Doença relacionada ao trabalho
Trabalho X vida pessoal	Qualidade das relações familiares
	Qualidade de vida do policial
	Uso do tempo livre
Relações de gênero	Divisão sexual do trabalho
	Ênfase nas diferenças de gênero
	Expressando emoções
	Igualdade de oportunidades no trabalho
	Mal-estar no trabalho
	Percepção de exposição à violência
	Violência doméstica
Saúde mental	Alcoolismo
	Estratégias pessoais
	Insatisfação profissional
	Instabilidade emocional
	Interferências em outras esferas da vida
	Promoção da saúde mental no trabalho
	Suicídio

5.5 COSTURANDO INTERSUBJETIVIDADES

Estudar a polícia militar, de início, parecia um grande desafio a ser superado. Eu nunca havia tido contato pessoal com policiais militares, a não ser por vê-los na rua a serviço. Quando decidi que as condições de trabalho e de saúde mental destes trabalhadores seriam meu objeto de estudo, comecei a ler mais sobre eles e elas. Reportagens, artigos científicos, blogs, nada me escapava. Eu sabia que teria que começar a conhecê-los antes de encontrá-los, eu queria mudar minha visão superficial sobre a atuação destes trabalhadores. Aquela visão de agressividade, combatividade e violência que tantas vezes é passada pelos noticiários. Comecei a detectar vulnerabilidades, ao apurar o olhar e tomar conhecimento das violências que sofrem, da exposição de suas famílias a riscos, das jornadas de trabalho extenuantes, do pouco respaldo social que costumam ter. Percorrer este caminho foi se tornando cada vez mais cativante. Nas conversas com amigos ou familiares eu começava a ser o contraponto. Muitos chegaram a me alertar sobre quão difícil seria estudar esta instituição e seus profissionais. Tentaram inclusive me demover da ideia com exemplos de insucessos e dificuldades de outros pesquisadores, mas eu estava determinada.

Foi com muito respeito e curiosidade que busquei os caminhos e cumpri todas as etapas necessárias à autorização. Precisei demonstrar que meus objetivos não eram políticos e fui alertada que era ano eleitoral! Tive que esclarecer como se daria a divulgação dos resultados e que se tratava de uma pesquisa científica sobre saúde do trabalhador. Enfatizei e assumi o compromisso, com toda a sinceridade, de enviar os resultados finais à instituição. Fui alertada de que essa seria condição *sine qua non* para a autorização. E ao atender a todas as exigências obtive todo o apoio

institucional possível, fui sempre bem recebida pelos comandantes e pelos trabalhadores e trabalhadoras em todos os batalhões que visitei. A seguir passo a relatar como se deram estes encontros, unindo minha percepção e o *feedback* recebido daqueles e daquelas com quem conversei.

No 1º dia de entrevistas, cheguei com bastante antecedência do horário agendado, ainda na guarita informei quem eu era e o que estava fazendo ali. Pedi que me indicassem a secretaria do batalhão. Fui acompanhada por um sargento que falou com outro sargento que já me aguardava e me conduziu até a sala reservada para mim. Era o refeitório! Por sorte havia uma chave na porta e pude trancar a sala no decorrer das entrevistas. (Em vários momentos tentaram abrir a porta!) Eu sentia que seria muito constrangedor se alguém tivesse entrado no decorrer da entrevista. O primeiro participante chegou antes da hora marcada e logo começamos. Eu informei do que se tratava a pesquisa e quem era eu. Perguntei então como foi que o encaminharam para participar. Neste batalhão todos os participantes estavam trabalhando apenas no quartel, mas haviam trabalhado muitos anos no policiamento ostensivo. Eles estavam em “restrição” do trabalho operacional, sem porte de arma, e alegaram motivos médicos relacionados à saúde mental ou judiciais. Senti que teria que me adaptar, assim como adequar a proposta da pesquisa à realidade do campo. Refleti que não havia sido fácil conseguir fazer a pesquisa na PMDF e considerava que poderia obter informações preciosas mesmo considerando que a seleção dos participantes havia sido feita pela própria instituição.

No 2º dia de entrevistas, para evitar imprevistos cheguei quase uma hora antes do horário marcado, me apresentei no batalhão e procurei a seção administrativa. Lá chegando falei da pesquisa, mas ninguém parecia informado. Um dos oficiais veio falar comigo, era o tenente chefe da seção. Mostrei a cópia do ofício de encaminhamento e expliquei a situação. Ele foi verificar. Após algum tempo ele me chamou e disse que eu poderia entrevistar uma policial que trabalhava na própria seção, mas havia outro policial na sala e eu disse que precisaria ser um local reservado, onde

ninguém entrasse. Neste ínterim, a policial indicada concordou em participar, mas disse que só poderia ficar mais 40 minutos (o tempo estimado de entrevista era de 1 hora). Eu expliquei que, como havia chegado antes do previsto, poderia esperar até o horário combinado, mas o tenente enfatizou que ela poderia participar, pois a escala de trabalho dela iria durar mais 40 minutos. Expliquei então que eu poderia fazer uma versão reduzida, contanto que depois pudesse entrevistar mais 5 pessoas, conforme os horários agendados. Fomos então a um amplo auditório e quando comecei a explicar o TCLE, outra policial abriu a porta e disse que ela é que iria participar. Logo em seguida apareceu o tenente e ficamos, momentaneamente, sem saber o que fazer, pois a primeira policial disse que tinha interesse em participar. Passei o meu contato e agradeci me desculpando pela confusão que estava sendo causada. A outra policial entrou e começamos. Neste segundo batalhão apenas uma das entrevistadas estava restrita para trabalhar na rua. Todos os demais tinham o porte de arma preservado e apenas um deles não trabalhava na rua, mas tinha uma função estratégica dentro do quartel. Neste batalhão as entrevistas também foram bastante produtivas com muitas informações novas. A ordem de entrevistados não foi preestabelecida e a cada vez aparecia um policial aparentemente selecionado aleatoriamente.

No 3º batalhão também cheguei aproximadamente uma hora antes do previsto. Lá estavam informados da minha visita e logo foram chamar o comandante para falar comigo. Ele foi ao meu encontro e convidou-me a acompanhá-lo à sala dele e, em seguida, pediu que eu explicasse a pesquisa. De início fui bastante sucinta, imaginando que só deveria cumprir o “protocolo” e que o tempo dele era escasso para passar muito tempo comigo, mas fui surpreendida pelo interesse dele e conversamos por cerca de 30 minutos sobre assuntos relacionados à polícia. Ele disse que eu deveria entrevistar os comandantes porque os telefones deles não param de tocar, mesmo nos horários tidos como de folga. Acrescentou que a realidade do trabalho policial na região era muito diferente de outras cidades-satélites:

a abordagem era diferente e também a exposição à violência, mas que o batalhão tinha características mistas por atuar em área limítrofe que se assemelhava ao plano piloto e simultaneamente aos lugares mais violentos do Distrito Federal. Disse também que os moradores do plano piloto são “alienados” por acharem que não há violência em Brasília, comparando proporcionalmente a violência de Brasília à de São Paulo e à do Rio de Janeiro, mas ressaltou que não se podem fazer muitas abordagens no plano piloto pelas características políticas desta área. Contextualizou a PMDF por ser concurso de nível superior, diferente das polícias militares dos outros Estados. Relatou os problemas de saúde mental dos policiais, contrapondo à estrutura institucional considerada insuficiente para atender todos os policiais na ativa, os inativos e os familiares, pois se resumia a dois profissionais de saúde mental. Sugeriu como ação de promoção da saúde mental os esportes coletivos e a Educação Física como espaços de integração entre praças e oficiais, e para que todos pudessem extravasar o estresse das vivências profissionais. Por fim solicitou que os policiais escalados para participarem da entrevista comparecessem à sala dele e me apresentou a todos simultaneamente, explicando brevemente a pesquisa e contextualizando com o que conversamos anteriormente sobre a área de atuação mista. Fiquei bastante desconcertada com a situação, sem saber exatamente como reagir e se aquele gesto do comandante representava um real diálogo com sua equipe ou uma forma de coação. Depois nas entrevistas recebi uma avaliação positiva do comandante por parte dos participantes que esclareceram que a cada início de turno ele reunia todos os policiais para atualizá-los sobre as ocorrências recentes e prepará-los para o turno que teria início. Após a conversa com o comandante, ele solicitou que os policiais se organizassem para falar comigo. Alguns preferiram ser os primeiros por estarem na escala de trabalho voluntário, outros dois disseram que teriam que atender uma ocorrência imediatamente e a mulher policial pediu para ser a última, pois mesmo estando de folga ela estava responsável por trancar a sala onde aconteceriam as entrevistas.

Após as duas primeiras entrevistas vieram dois policiais que não eram os que participaram da conversa com o comandante. Ambos eram menos falantes e as entrevistas duraram menos tempo.

No 4º dia de entrevistas, fui bem recebida no batalhão, mas foi muito difícil conseguir uma sala para realizar as entrevistas sem interrupções. Chegamos a mudar de sala três vezes na primeira entrevista! Estava acontecendo um evento e todos estavam bastante agitados. Fui autorizada a utilizar a sala do comandante. Depois das três primeiras entrevistas, todas sendo mais ou menos interrompidas, tive que mudar de sala para poder continuar. O comandante precisava da sala de volta. Todas as entrevistas neste batalhão, mesmo com as intercorrências, foram bastante interessantes e acrescentaram muitas informações inéditas à pesquisa.

No último dia cheguei ao batalhão e, embora estivessem informados da minha visita, surpreendi-me com o local escolhido para realização das entrevistas, pois se assemelhava a um aquário rodeado de janelas e divisórias de escritório em um ambiente de grande circulação. Considerei bastante constrangedor realizar as entrevistas ali e fiquei pensando em como poderia fazer para deixar os participantes menos “expostos”. Decidi que eu ficaria na posição de costas para o maior número de janelas de forma que eles pudessem avistar as pessoas que estivessem próximas. De fato o ambiente parece ter interferido na dinâmica das entrevistas, pois duas delas foram excessivamente breves e, em outra, um dos entrevistados diminuía tanto o volume da voz (sussurrava) para falar sobre alguns assuntos que se tornava difícil compreender algumas palavras e a gravação também ficou prejudicada. Mas mesmo assim esta entrevista foi longa e bastante pertinente.

Desde o início fui interpelada por outros pesquisadores sobre o possível viés por eu ser uma investigadora mulher, acessando participantes em uma instituição predominantemente composta por homens. De fato, com isso em mente, fiquei atenta e pude perceber que os contatos foram

diferentes, mas não só por serem homens e mulheres sendo questionados sobre relações de gênero na corporação. Os contatos também foram marcados por diferenças étnicas, regionais e de idade entre mim e meus interlocutores; e, sobretudo, por ser uma pessoa civil entrevistando militares. Eu, mulher, civil, sabidamente Psicóloga de formação, doutoranda da USP (universidade reconhecida nacionalmente), de aparência jovem e pele clara, “estrangeira” vinda de São Paulo, falando com policiais militares do Distrito Federal, nascidos na própria capital ou em outras regiões do Brasil, especialmente, no Centro-Oeste, Norte, Nordeste e, em menor número, no Sudeste. Além disso, os contatos pareceram mais fluidos na seguinte ordem: primeiramente, mulheres jovens, depois as mais velhas, seguindo-se os homens jovens (de mesma faixa etária que a minha) e, por último, os mais velhos, os quais pareciam um pouco mais resistentes ao falar comigo sobre alguns temas. Entretanto, ao rever as informações produzidas, considero que foi um interessante contraponto estes encontros dos “diferentes”.

Nestes encontros, cada vez que eu sabia que iria adentrar a instituição militar, ainda que não tenha sido solicitada nenhuma vestimenta ou postura diferente para as minhas visitas, eu sempre considerava necessário modificar um pouco o meu padrão de apresentação: vestia-me com roupas mais formais, mais discretas e sóbrias, com mangas longas para cobrir as tatuagens, sem adereços no pescoço. Era como se eu sentisse que devesse me enquadrar em parte ao militarismo para adentrar os quartéis, como se a ideologia do lugar dominasse meu modo de ser e me submetesse à estrutura sub-repticiamente. E, de fato, senti olhares diferentes nos momentos em que o calor me fazia esquecer o imaginado “protocolo” e dobrar as mangas da camisa mostrando tatuagens. Embora muitos policiais tenham tatuagens, estas não devem ser visíveis e os profissionais mais velhos ainda as associam à marginalidade.

Ainda com relação à minha percepção sobre os participantes e a condução das entrevistas, destaco as reflexões a seguir.

Uma das participantes, mesmo tendo aceitado participar, desconfiou bastante da gravação, parecia desconfortável com algumas perguntas e se recusou a falar de algumas coisas. Ela que estava afastada do policiamento ostensivo há pouco tempo por depressão, havia tido “problemas” (que não quis relatar) com um colega de trabalho. Em alguns momentos ela parecia se soltar mais, sorria, logo depois cobria a boca com as mãos e a fala se tornava quase inaudível.

Uma das entrevistas foi especialmente tensa e o participante quase chorou em diversos momentos ao relatar seus problemas pessoais e vivências institucionais. A entrevista foi longa e foi possível perceber que ele buscava um espaço de escuta que fosse externo à instituição, apresentando queixas e informando sobre seu receio em buscar um profissional de saúde mental e haver exposição profissional de sua condição. Importante ressaltar que ele informou ter decidido por si só participar da entrevista, sem correspondente encaminhamento pela seção administrativa do batalhão.

Outra entrevista com uma mulher policial foi sobremaneira cativante, ela falava bastante e com muita lucidez sobre os assuntos tratados me fazendo refletir sobre a sensibilidade necessária para fazer as análises das informações obtidas nesta entrevista, de forma a preservar as histórias pessoais e identidades ao discutir pontos polêmicos. Uma vez mais pensei que realmente os achados deveriam ser bem discutidos e deveria tomar cuidado para não perder de vista os objetivos definidos em meio a tantas histórias emocionantes (que suscitam emoções, no real sentido da palavra) que iam sendo contadas. Decidi, portanto, que algumas histórias não seriam discutidas e, possivelmente, nem mesmo mencionadas por seu conteúdo poder revelar a identidade dos participantes. No entanto, ao longo do capítulo de resultados os temas serão abordados de forma genérica e, por sua importância, discutidos.

Em um dos batalhões conversei com uma policial que trabalhava no grupo tático e conversou comigo por 2 horas. Discutimos muito as relações

de gênero no ambiente policial militar, especialmente porque ela passou no concurso grávida! Outras entrevistadas também entraram na instituição grávidas ou com filhos ainda recém-nascidos e falaram sobre as dificuldades em conciliar trabalho, amamentação e cuidados nos primeiros meses de vida do bebê.

Outro entrevistado parecia bastante simpático (até meio infantil), tentou adiantar a reunião e apareceu antes do horário duas vezes. No decorrer da entrevista relatou problemas com alcoolismo, violência doméstica, acusação de roubo e mudava o tom em algumas respostas, parecendo demasiadamente sério (nada infantil). Ficou desconfortável em responder algumas perguntas, mas não se recusou a responder nenhuma.

Outro participante era bastante agitado (eu diria hiperativo até) e chegou dizendo que queria participar, mas que não tinha muito tempo. Então perguntei quanto tempo ele podia me conceder. A resposta foi: 20 minutos. Liguei o cronômetro e começamos. Estava curiosa com aquele participante e não queria quebrar o contrato que fizemos antes de iniciar a entrevista. No decorrer da entrevista ele foi decidindo ficar mais e, no final, a duração foi de 54 minutos! Ele também relatou problemas psicológicos prévios e, durante seus relatos, confirmou minha impressão inicial sobre a hiperatividade associada a comportamentos impulsivos e agressivos.

Apenas um policial foi encaminhado e não quis participar. Chegou perguntando sobre o critério de seleção e disse que por já ter sido prejudicado em pesquisas realizadas em um emprego anterior não queria se envolver. Mesmo assim conversei bastante com ele esclarecendo os objetivos da pesquisa e os pressupostos éticos de minha atuação. Respeitei a decisão dele, mas não queria que ele mantivesse opiniões ruins sobre todas as pesquisas. Agradeci pelo tempo que dedicou a me ouvir explicar a pesquisa e deixei claro que não haveria nenhuma retaliação pela decisão dele, inclusive que ninguém seria comunicado sobre ele ter decidido não participar mesmo tendo sido encaminhado pela chefia.

Minha impressão geral sobre as entrevistas foi bastante positiva e apenas uma situação me sobressaltou: em um dos batalhões visitados, já no fim do dia de entrevistas, recebi uma mensagem no celular de um policial que não se identificava, querendo saber sobre minha situação conjugal. Respondi questionando para tentar descobrir quem era. Ele veio até a sala e pediu que eu não contasse a ninguém sobre a mensagem. Confesso que me surpreendi, pois eu nunca pensaria nele, uma vez que foi o policial menos "másculo" (estereótipo comumente associado à figura do homem policial militar) na aparência e na forma de expressar-se que entrevistei ou que havia conhecido desde o meu primeiro contato com a PMDF, além de ter sido pouco interativo durante a entrevista, fazendo com que fosse demasiadamente curta. Essa minha impressão havia sido tão forte no decorrer da entrevista que cheguei a sondar sutilmente em algumas perguntas se ele sofria preconceito na instituição pelo seu jeito de ser (seus trejeitos e maneirismos). Concluí que eu provavelmente havia tocado em algum ponto sensível que, consequentemente, o motivou a me provar o contrário enviando aquela mensagem indiscreta. Neste dia fiquei com receio de ser seguida ao ir embora, pois esse fato aconteceu já no início da noite. Uma vez mais a violência associada à conduta de alguns policiais militares permeou meu imaginário.

Ao final de cada encontro, os participantes foram incentivados a descreverem suas impressões sobre as entrevistas. Esse momento final tinha dupla finalidade: receber um retorno dos pesquisados sobre o encontro e re-situá-los de que havia sido uma entrevista com objetivos específicos e não, intencionalmente, um *setting* terapêutico. Esta segunda finalidade foi importante para que os participantes pudessem deixar o local mais tranquilamente, uma vez que no decorrer da entrevista muitas emoções poderiam ter sido suscitadas ao terem sido abordados tópicos sensíveis e por ter sido esclarecido que não haveria encontros posteriores. De fato, as impressões gerais retratam que alguns sentiram o tempo da entrevista como

um momento reflexivo e, até mesmo, terapêutico. Neste contexto, algumas falas merecem destaque:

Parece uma terapia. Achei massa. Achei bem legal. Achei legal poder ter uma oportunidade de estar colocando algumas coisas que eu sei que muitos assuntos são até delicados, eu espero que dessa aí, eu não sei bem qual o objetivo de vocês, mas que possam surgir outras pesquisas, que possam trazer algum tipo de mudança, de transformação, principalmente para nós mulheres. (Sargento Esmeralda, mulher)

Foi legal. Eu gostei do bate-papo. Eu nunca tinha falado sobre esses assuntos e estou me sentindo mais leve. (Soldado Jaspe, homem)

Achei de grande valia. Eu acho, assim, que tudo o que a gente pode estar sendo escutado, porque a gente tem a sensação, às vezes, que você está vendo tudo e não tem pra onde levar. Ainda mais a gente que trabalha nesse ambiente de hierarquia, né? Fica aquela questão: "será que eu posso falar ou não posso?". (Soldado Pérola, mulher)

Essa entrevista foi emocionante. Às vezes dá vontade até de chorar quando a gente se lembra de toda essa trajetória... Eu acho muito bom o trabalho que você está fazendo e, por isso mesmo eu até me voluntariei pra vir aqui. Ninguém me mandou vir aqui. Eu disse: "eu vou lá", porque esse tipo de atividade é raríssimo aqui dentro. A preocupação com a saúde mental aqui é nenhuma. Só depois de doze anos é que eu vi uma palestra sobre suicídio. (Capitão Rubi, homem)

Eu fiquei tranquilo, procurei transparecer, ou melhor, passar de forma sincera o que eu senti. Eu acho que pode ser, se for usada de forma proveitosa pra gente, pode trazer benefícios para nós como profissionais no futuro... (Cabo Diopsídio, homem)

Eu achei interessante. Para mim isso aqui está parecendo mais a minha sessão com a minha psicóloga, porque eu conversei demais, falei demais. (Soldado Galena)

Enfim, foi bastante gratificante ter a oportunidade de estudar um tema que perpassa o cotidiano de milhares de trabalhadores da polícia militar. Espero que os resultados, que serão discutidos a seguir, traduzam integralmente o contexto de vida e de trabalho dos informantes deste estudo. Espero também que as propostas ao final do trabalho recebam atenção dos gestores e tomadores de decisão a respeito da implementação ou aprimoramento de políticas de promoção de saúde mental para os trabalhadores da polícia militar, com atenção às relações de gênero.

5.6 ASPECTOS ÉTICOS

Os cuidados éticos na investigação com seres humanos são imprescindíveis e devem ser fundamentados na Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, em 24 de março de 2014, conforme Parecer nº 565.104 (ANEXO II). Seguindo os preceitos da Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2012), todos os entrevistados concordaram voluntariamente em participar e assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (ANEXO III) que continha informações sobre os objetivos da pesquisa e sobre a destinação e divulgação dos dados. Após a apresentação da pesquisadora e da intenção de realizar o estudo, houve a leitura e explicação dos pontos constantes no TCLE.

Destaca-se a preocupação adicional com os aspectos éticos em função dos trabalhadores terem sido enviados pelas chefias para participar do estudo. Assim, logo no início do encontro foi enfatizado que não havia obrigatoriedade em participar, que a pesquisa não era encomendada pela instituição, nem havia qualquer tipo de vínculo da pesquisadora, a não ser a autorização obtida para acessar os batalhões, e que a recusa em participar não acarretaria nenhum tipo de retaliação ou divulgação às chefias a respeito da negativa. Em seguida, esclareceram-se os objetivos da pesquisa e a importância da participação para dar voz e sentido às situações vividas pelos trabalhadores policiais militares. Apenas um policial encaminhado se recusou a participar.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O processo de construção da discussão a partir dos resultados, dada a transversalidade das categorias, realizou-se como em uma espiral crescente, em que alguns temas ressurgem e se complexificam somando-se a outros resultados e novas informações.

Neste estudo optou-se por utilizar as categorias “mulher” e “homem” ao longo do texto para facilitar o processo de discussão dos resultados durante a análise. No entanto, cabe destacar que não compreendemos essas identidades fixadas pelo biológico, nem cristalizadas ao longo do tempo, conforme discutimos anteriormente no capítulo introdutório sobre relações de gênero, apoiando-nos nas concepções formuladas por Judith Butler e outras teóricas de gênero. Pois, como destaca ZANELLA (2011), as categorias “homem” e “mulher” não abrangem todas as possibilidades possíveis do gênero e diversas formas de expressão, modos de ser e de viver, que estão disponíveis aos indivíduos associadas a inúmeros elementos, como idade/geração, raça/etnia, classe social, sexualidade, hábitos e estilos de vida.

6.1 ENGAJAMENTO SUBJETIVO COM A PROFISSÃO

De acordo com NARDI (2006), as relações entre o sujeito e o trabalho devem ser analisadas buscando identificar os dispositivos que atuam nos

processos de subjetivação. No caso dos policiais pesquisados, os dispositivos compreendem, além das sanções sociais e militares que agenciam os modos de ser, as relações de poder inscritas na organização militar representada nos jogos de dominação e resistência que partem do engajamento subjetivo com a profissão e se consolidam no militarismo.

Neste capítulo serão discutidos três aspectos fortemente relacionados ao engajamento subjetivo com a profissão: os fatores associados à escolha profissional; as motivações, ideais e significados que constroem (descontroem e reconstroem) a identidade do trabalhador; e, o processo de tornar-se policial militar.

6.1.1 Escolha Profissional

No grupo estudado, foi possível perceber, preponderantemente, três diferentes agrupamentos de motivações para a escolha da profissão de policial militar: identificação com a profissão; melhor opção no passado; e, perceber a escolha atual como um degrau na carreira profissional e continuar buscando outros concursos.

Cinco mulheres policiais participantes deste estudo informaram que a escolha profissional foi motivada por identificação prévia, quando ainda eram bastante jovens, sendo duas por terem familiares policiais ativos ou reformados, e outras três por, na época, idealizarem a profissão.

Eu acho que eu tinha uma influência, digamos assim, familiar também, porque muitas pessoas da minha família, meu pai, meus irmãos, primos, são todos dessa área de segurança pública e, de certa forma, isso desde pequena, eu sofri uma influência e acabei também me identificando. (Soldado Pérola)

Terminei meu segundo grau, tinha 17 anos, foi o meu primeiro concurso, e foi ele que eu fiz, foi nele que eu passei, nunca tive intenção assim, "ah, vou fazer outro concurso, vou sair". Sabe aquela coisa assim "eu quero ser polícia"? (Cabo Opala)

Eu acho que a gente quando é criança tem assim uns sonhos, né? "Ah, eu quero ser policial". Eu acho que toda criança acha isso bacana, né? Quando não tem medo, quer ser, né? (Sargento Esmeralda)

Dois homens que afirmaram também terem escolhido a profissão por identificação, apontaram a infância como ponto de partida, um deles motivado pela "carga genética" e o outro pela associação da criação familiar rígida com o militarismo, tornando-o, supostamente, mais adaptável ao nível de exigência psíquica da profissão.

Carga hereditária, né? Vô, pai... (Sargento Crisoprásio)

Unir o útil ao agradável. Eu me enquadrava no militarismo, porque eu vim de uma criação antiga. Ela é mais rígida, né? E a minha foi mais rígida ainda, devido a ser criado por pai separado, então eu era mais cobrado ainda (Sargento Âmbar)

A escolha profissional pode tanto ter sido motivada por uma circunstância, por ser um momento oportuno de aprovação em um concurso com muitas vagas, quanto uma pressão contextual, no caso dos profissionais que tinham familiares policiais. A cultura militar influencia a vida familiar de tal forma que as pessoas pensam que devem fazer isso, devem perpetuar a "herança" militar. Além da forma com que com que as regras e modos-de-ser típicos de militares se disseminam e são facilmente adaptadas à dinâmica familiar, também é fácil associar o militarismo com criações mais rígidas e conservadoras, uma vez que a linha disciplinar é bastante parecida.

Entretanto, para os demais participantes que também tinham familiares policiais, a oportunidade de obter melhor remuneração e estabilidade, foram descritos como os principais motivadores para a escolha profissional.

Na época eu trabalhava no serviço público, e como eu já tinha tios e o meu irmão estava também na polícia militar, eu resolvi entrar também, né? Até por questão salarial também na época. (Sargento Mármore, homem)

Ah, primeiramente porque eu morava com meus pais, estava desempregado, tinha uma necessidade de procurar uma coisa mais consistente, uma profissão mais consistente e eu vi na polícia militar uma oportunidade boa, porque tinha muitas vagas e eu sempre me identifiquei com essa questão de ser policial, principalmente porque eu assistia muitos filmes antigamente que tinham muitos policiais fardados e eu achava legal. Eu achava assim uma coisa muito útil pra sociedade, né? E sempre eu querendo fazer aquela essência assim de justiça, porque eu acho muito interessante, promover uma certa justiça no planeta, vamos dizer assim. Eu acho interessante isso. (Sargento Granito, homem)

Paralelamente, compreende-se que a polícia é uma das profissões que dominam o imaginário das crianças desde muito cedo pela posição de poder que ocupam em nossa sociedade. Além de estar presente em brincadeiras como “polícia-e-ladrão”, também há uma construção de modelo de policial reforçada por meio de filmes, novelas, histórias em quadrinhos, entre outros. Essa imagem de policial-herói que as crianças constroem desde a tenra infância faz com que elas tenham admiração pelo profissional e isso ocorre de forma similar na formação de homens e de mulheres. Na segunda fala apresentada, o entrevistado Sargento Granito, inclusive, aborda a fantasia em torno de promover a “justiça no planeta” associada ao imaginário da profissão policial como justiceiros. A figura e *performance* do justiceiro, neste caso, pode culminar numa atuação que resulta em abuso de poder e que se situa na linha tênue entre combater a violência e promovê-la.

O contraponto à profissão dos sonhos é a escolha baseada em um projeto de segurança financeira e estabilidade no emprego. Estes resultados são compatíveis com os encontrados por MORAIS e PAULA (2010), em que a escolha pela profissão e pela organização policial motivada por concurso público é independente das características do trabalho a ser executado, sendo vista não como procura pelo desempenho dos atributos pertinentes à função e a suas especificidades, e sim como a combinação de remuneração

e estabilidade no emprego, a qual “justifica o rompimento do indivíduo com todo o seu projeto de vida, com toda a sua construção profissional e seus consequentes vínculos” (p. 642).

Inicialmente, Brasília é a cidade dos concursos, assim, né? Tudo gira meio que em função dos concursos. E aí eu já vinha estudando há muito tempo para concursos e, na verdade, a polícia militar em si nunca me passou pela cabeça por conta do militarismo. Eu realmente tenho aversão ao militarismo. Então não me passou, eu estava estudando para a polícia federal e para a polícia civil. (Soldado Jaspe, homem)

A fala acima demonstra o quanto a justificativa de escolher a profissão pelo fato de ser concurso se sustenta por si só, inclusive sendo evidenciado pelo fato do entrevistado mencionar que desejava ser policial civil ou federal, mas tinha aversão ao militarismo. São designados como “concurseiros” os que tentam diversos concursos em função da maior remuneração possível e não de uma identificação com a profissão em si. Muitas vezes a trajetória de estudos dura por anos até finalmente haver a aprovação e existem inúmeros cursos especializados em concursos públicos.

Em Brasília, por ser o centro do governo, existem muitas instituições e empresas públicas que realizam contratações por meio de processos seletivos de ampla concorrência e com múltiplas fases. Desse modo, é bastante comum que uma pessoa que esteja estudando para um concurso acabe prestando e passando em outro, semelhante ou não. No caso do entrevistado, contribuiu o fato de um familiar incentivá-lo a prestar um concurso que ele não queria. A pressão externa para conseguir a aprovação pode se tornar um fator importante para os concurseiros para ingresso em qualquer cargo público que for aprovado e depois continuar tentando outra vaga melhor. Pela fala de outros entrevistados, depreende-se que o imaginário sobre melhores oportunidades de trabalho tem seu foco no serviço público, sendo o Distrito Federal considerado popularmente como a “capital dos concursos públicos”. À vista disso, parte dos informantes revelou

que sua escolha havia se baseado na melhor opção no passado para obter ascensão profissional.

Eu prestei concurso... três concursos diferentes. Em dois eu fui reprovado em algumas situações e me sobrou a polícia militar. *(Sargento Quartzo, homem)*

Na época eu fiz seis concursos. Passei nos seis e aí a PM me chamou primeiro. *(Sargento Ônix, homem)*

Como eu estava sem profissão, tentando o primeiro concurso que viesse, e como foi a minha primeira oportunidade, e passei na primeira oportunidade, então eu ingressei e continuei nela até hoje. *(Sargento Cristal, homem)*

Eu acho uma profissão bonita, eu também não posso negar pra você que foi uma ascensão, eu estava no nível médio de um órgão federal, e fui pra um nível superior, pra polícia, né? *(Soldado Filito, homem)*

Os processos de subjetivação são afetados pelos valores atribuídos ao trabalho e pelas condições concretas de inserção (NARDI, 2006). Dentre os entrevistados que afirmaram que foi a melhor opção no passado, muitos referiram a relativa facilidade por ser exigida pouca escolarização e, com orgulho, o reconhecimento social adquirido ao tornarem-se policiais militares.

Eu morava no interior [de outro Estado] e vim para Brasília para arriscar a vida como todos faziam antigamente. Vim, servi o exército, dei baixa no exército, abriu concurso para a polícia e eu fiz, e eu dei a maior sorte, porque era exigida pouca escolaridade e eu passei. *(Sargento Berilo, homem)*

Eu ganhava um salário mínimo, então aproveitei a oportunidade de ganhar um pouco mais, né? E abracei a causa. *(Sargento Coral, homem)*

A situação com os dois oficiais entrevistados não foi diferente. Ambos atribuíram a motivação para ingresso na corporação militar às circunstâncias passadas e não a uma identificação *a priori* com a profissão.

Com a mudança da exigência de nível de escolaridade para entrada na polícia militar do Distrito Federal a partir da publicação da Lei nº 11.134/2005 (BRASIL, 2005), efetivada no concurso realizado em 2008, houve o acesso de profissionais com outro perfil de expectativas a respeito da profissão e carreira na polícia militar. Alguns entrevistados consideravam

a polícia militar como apenas um “degrau” na carreira e continuavam buscando a aprovação em outros concursos públicos com maior remuneração, fossem ou não para permanecer na área de segurança pública.

Tem que ser sincera? Porque era o concurso que estava aberto quando eu terminei a Faculdade. (...) Porque eu acho que é uma profissão que não me deixa segura principalmente financeiramente. Assim, pra hoje é ótimo, meu primeiro emprego, solteira... Mas se você for pensar a longo prazo, a mulher quer ter filho, a mulher quer casar, a mulher quer ter casa, quer não sei o quê, nãnãnã. Então, pra mim, a meta que eu tenho pra mim desde que eu me entendo por gente não é ganhar só isso que eu estou ganhando hoje, pra vida. (Soldado Turquesa, mulher)

Esta entrevistada não vê o concurso da polícia militar como real possibilidade de realizar o sonho “de todas as mulheres”, casar e ter filhos, e sim como o “primeiro emprego” de uma mulher solteira, uma porta de entrada na vida profissional, enquanto a verdadeira profissão, com a remuneração almejada, está sendo buscada. Além da questão de gênero que perpassa o ideário da entrevistada, há também a noção de que o salário é insuficiente para sustentar uma família. Embora o salário inicial de soldados da PMDF fosse R$ 4.543,93 (mais do que 5 vezes maior do que o salário mínimo de R$ 788,00 da época), importa considerar que Brasília (DF) é a 8ª cidade com maior renda per capita do país, e na região central (Plano Piloto) isso significa uma renda per capita média 5 vezes maior do que a do Brasil, segundo dados da Pesquisa Distrital por Amostral de Domicílios 2013/2014 (CODEPLAN, 2014). Assim, a percepção da entrevistada sobre a remuneração distorce-se em relação à realidade nacional, sendo considerada suficiente apenas para o começo de carreira de uma pessoa solteira, mas não o bastante para obter o padrão de vida considerado necessário ao sustento de uma família no município em que reside.

Para a soldado Pérola, conforme fala abaixo, para além do concurso com grande número de vagas, pesou na sua decisão de concorrer a uma vaga na polícia militar do Distrito Federal a percepção de estar em uma

região mais segura em contraposição aos demais Estados brasileiros, conforme o relato abaixo.

Foi uma coisa assim que surgiu, como a gente começa a estudar pra concurso e quer fazer na área de segurança pública, é um concurso que oferece um número enorme de vagas. São chances maiores, né? E a gente se dispõe a fazer e acho que o fato de ser aqui no Distrito Federal foi o que me motivou a fazer. Se fosse em outros Estados, igual eu te falei, a gente sabe como é que é o trabalho, que eles se expõem muito mais, o risco é maior, então eu não sei se eu faria. (Soldado Pérola, mulher)

A fala reforça que a polícia militar, pelo grande número de vagas oferecidas no concurso, se configura como uma boa porta de entrada para o serviço público, não precisando existir necessariamente uma vocação ou identificação com a profissão, especialmente porque o risco de vida não é considerado grande quando comparado (com frequência pelos participantes) com outras cidades como Rio de Janeiro ou São Paulo.

Cabe ressaltar que todos os entrevistados que eram soldados, com exceção de uma, foram aprovados no concurso de 2008. Estes novos policiais, além da formação superior, eram mais velhos no momento de ingresso na polícia em comparação aos policiais mais antigos e eram de nível socioeconômico mais elevado, gerando um contraste e desconforto no convívio entre superiores hierárquicos e subordinados na corporação. COSTA et al. (2012) tiveram percepção semelhante sobre o perfil dos novos profissionais ingressando na corporação. Segundo estes autores, foram aprovados profissionais de faixas etárias mais elevadas do que antes da exigência de formação superior para soldados, contrapondo-se ao que costumeiramente ocorria e refletindo um contexto de socialização secundária dos selecionados, com referenciais ampliados sobre vivências anteriores (fossem afetivas, atitudinais ou profissionais), cujas reais implicações para a instituição e para a qualidade dos serviços prestados só poderão ser verificadas no futuro.

A escolha profissional, e sua relação com o engajamento subjetivo com o trabalho, influencia as motivações para permanecer na profissão e na construção do ser policial. Discutimos neste capítulo como essa escolha pode ser entremeada por fatores familiares, socioeconômicos e culturais, indo além da identificação com as atribuições da profissão.

6.1.2 Identidade e Trabalho: motivações, ideais e significados

Identidade é definida por SAWAIA (2011) como categoria política e estratégica na regulação das relações de poder, disciplinarizadora das relações entre as pessoas, grupo, ou sociedade, usada para transformar o outro em estranho, igual, inimigo ou exótico. Não um conjunto de atributos permanentes, mas síntese de múltiplas identificações em curso, um processo de construção de um modo de ser balizado pela inserção social.

Partindo do pressuposto que as identidades são constituídas nas relações com o trabalho, por meio dos significados, motivações e ideais que mobilizam os sujeitos a continuarem ou não engajados na profissão, foi questionado aos entrevistados qual visão tinham sobre a vida como policiais militares. Primeiramente, foi claramente perguntado: “Para você, o que significa ser policial?”. As respostas se referiram, principalmente, aos aspectos relacionados ao reconhecimento social e às características atribuídas como sendo necessárias ao desempenho da profissão.

Ser policial significa muita responsabilidade, sangue frio, coragem para correr riscos de vez em quando e por aí vai, né? É mais isso. (Sargento Cristal, homem)

Eu penso que ser policial é ser disciplinado. Eu acho que é ser coeso com aquilo que a profissão diz que é ser um policial. Ser policial é se colocar

sempre à frente de qualquer situação na defesa da sociedade. É arriscar a vida. É estar preparado para qualquer situação. Frustração. Que dá muita frustração. Ser policial é ser forte, aspas, corajoso, aspas, destemido, aspas. É, eu acho que é isso que é ser policial. *(Sargento Esmeralda, mulher)*

Quando eu me referi a estar no sangue, porque quando a gente veste a farda a responsabilidade é muito grande. Muito grande. E ali você não pode brincar de ser polícia. No sangue, porque assim, quando a gente está na corporação, ou você assume que é policial, ou você assume. *(Cabo Opala, mulher)*

Ser policial, na visão dos entrevistados, é ser forte, corajoso, disciplinado para arriscar a vida no exercício da profissão, como se reafirmassem que não é para qualquer um, tem que estar no sangue (e o sangue tem que ser frio). É saber dos riscos da profissão e atribuir-se uma característica de bravura, coragem para enfrentar as diversas situações para defender a sociedade. O papel de defesa da sociedade pode assumir um duplo sentido no imaginário da polarização entre o bem e o mal: defender a sociedade é protegê-la dos “maus”, por outro lado, defender a sociedade pode representar a manutenção da ordem, do *status quo*, sendo os policiais agentes de controle social. Neste sentido, a identidade policial é também associada com a afinidade à disciplina rígida. Portanto, ser policial é definido como aquele que cumpre regras e deve ser exemplo para a família e para a sociedade.

Ser policial é estar sempre naquela determinação de cumprir as regras e não se deixar levar nem se influenciar em hipótese nenhuma, seja na residência, porque você serve como exemplo pros filhos e pra esposa, só que a gente aprende que quem gosta realmente de polícia é quem? Pessoas mais velhas e pessoas mais novas, ou seja, crianças e idosos. A faixa etária média, não é que ela não goste, é que certas coisas ela não admite, como estacionamento errado, uso de maconha, uso de entorpecentes. Então eles acham que a gente deveria, digamos assim, passar e fazer vistas grossas. Os caras estão lá usando droga, a gente tem que intervir, porque senão não tem condição. Onde é que está a sua dignidade e o seu aprendizado como policial? *(Sargento Crisoprásio, homem)*

O reconhecimento social é algo crucial para a profissão do policial militar. Na fala acima, o entrevistado percebe crianças e idosos como as faixas etárias que gostam mais de policiais. Tal fato pode ser explicado pela admiração que as crianças têm no imaginário de policial-herói, já discutido anteriormente, e em relação aos idosos, por estes virem de uma criação mais antiga e supostamente mais conservadora, com outro tipo de relação estabelecido com as figuras de autoridade. Além disso, teoricamente, ambos seriam os mais vulneráveis e/ou necessitados dentre a população geral. Pessoas adultas não parecem sentir a necessidade de serem protegidas e se sentem mais "controlados". Essa sensação de controle exercido pela polícia militar é presente no imaginário popular e tem raízes históricas, pelo passado recente da Ditadura no Brasil ainda fortemente presente na memória das pessoas e em função do papel desempenhado pelos militares à época.

Depois de conhecer, eu sei que existe um antagonismo da sociedade em relação à polícia, que é uma coisa histórica, tem razões, temos resquícios ainda da Ditadura de diversas situações, existe e era essa a visão que eu tinha da polícia no início. E depois eu passei a conhecer, a saber do trabalho, da responsabilidade, da forma como funcionam as coisas e minha visão é diferente. E, hoje, não só hoje, há um tempo, eu gosto. Olha, tem todos os pecados, agruras, várias situações não confortáveis, mas eu gosto do que faço. *(Cabo Diopsídio, homem)*

Outro fator mencionado recorrentemente pelos policiais entrevistados que os afeta psiquicamente e em seu engajamento com a profissão é a representação negativa da sociedade, em especial àquela intensificada pela mídia, sobre a atuação dos policiais militares, revelando uma desvalorização pungente da profissão na atualidade. FRAGA (2006) aponta que os diversos canais da mídia tem papel fundamental na disseminação de informação a respeito do trabalho policial, inclusive colaborando para a construção de uma imagem policial negativa, por exemplo, a partir do modo como a divulgação de fatos envolvendo policiais militares de Estados específicos

“contaminariam” a imagem de organizações de outros Estados não envolvidos em situações concretas.

O avanço tecnológico e de mídias sociais, assim como o maior alcance dessas tecnologias para todos, refletem na multiplicação de vídeos amadores feitos com celulares, em especial aqueles de policiais cometendo delitos, deixando-os sob constante vigilância pela população. Esta exposição amplia a desconfiança social e a sensação de que se não houver essa vigilância a polícia cometerá mais desvios ou abusos de poder. Esses vídeos se disseminam rapidamente e propagam a ideia de que os flagrantes revelariam a “verdadeira” atuação dos policiais. Em contraposição, ao mesmo tempo em que existe quem condene tais atos, há outra parcela da população que valoriza essas imagens reforçando que a polícia deve usar de todo e qualquer meio para controlar a crescente violência no Brasil.

Por outro lado, CONSUL (2005) enfatizou que é dado pouco espaço à divulgação das ações preventivas realizadas e às intervenções rotineiras no policiamento ostensivo, em que inúmeros atendimentos prestados não são contabilizados como ocorrências. Como o autor discute, dessa forma, contribui-se para aumentar a obscuridade sobre o amplo espectro do trabalho realizado pelos policiais militares em favor das atividades reativas e repressivas, desvalorizando o policiamento preventivo em função da contabilidade numérica das ações repressivas penais.

A disseminação da imagem negativa da polícia militar afeta a identidade destes trabalhadores e acarreta desmotivação com a profissão, que se vincula à insatisfação e pode, inclusive, culminar em sofrimento psíquico. Os trechos transcritos a seguir se utilizam de imagens para reforçar a sensação de desvalorização do trabalho realizado. No primeiro caso, a figura do inimigo, do antagonista frente à sociedade. No segundo, a imagem de cristo sendo crucificado é associada aos constantes sofrimentos sentidos pelas pressões de desempenhar o trabalho sem erros. No terceiro

caso, a imagem do faz-tudo, que deve estar sempre à disposição e cuja importância do trabalho não é reconhecida, causando angústia.

Ser policial é uma missão nobre, árdua, mal interpretada, pelo menos a forma como a sociedade brasileira vê a gente de uma forma antagônica. Isso é um peso, é ruim, não é uma coisa boa. Parece até um estigma. E isso me deixa entristecido. Saber que existe toda uma visão distorcida, ou melhor, grande parte da sociedade vê o policial como um inimigo. Você estar na pele desse inimigo não é uma situação agradável. Essa imagem que é projetada e reforçada a todo minuto, pelo menos a grande parte das pessoas não tem oportunidade de conhecer de outra forma, e é bombardeada a todo minuto principalmente pela mídia com informações negativas. (Cabo Diopsídio, homem)

Ser policial é... fazendo uma comparação até, digamos, pomposa, digamos assim, é ser cristo, porque é ser crucificado, porque se você erra, o pessoal desce a lenha; se os outros erram, você também é crucificado junto pelo erro do colega, porque generalizam. E se você acerta ninguém está nem aí, você ganha justamente para fazer o que é certo e acabou. (Sargento Coral, homem)

Ser policial pra mim é defender. Eu acho que por isso eu fico assim tão triste com a rejeição da população. Porque a polícia é, aos olhos da comunidade, a polícia resolve tudo, porém eles não nos aceitam. Todo e qualquer problema que a população tem é 190, é polícia militar. Subiu um gato num poste é a polícia. É incrível. Briga de marido e mulher, é polícia. Tudo é polícia. Então, assim, isso vai trazendo um certo... a gente vai ficando angustiada. Mas, assim, ser polícia, pra mim, é a minha realização. É o que eu escolhi fazer. (Cabo Opala, mulher)

Além dos fatores discutidos acima, também existe associação da perda do prestígio do policial militar a uma dita mudança de valores na sociedade brasileira. Alguns policiais chegam a falar até com certo saudosismo do período em que “havia respeito” pelos policiais militares, em que eles não eram enfrentados e nem contestados. Interessante notar que o saudosismo é relatado por uma mulher policial bastante jovem, cuja figura nem mesmo existia na instituição no período em questão, que era representada apenas por homens, inclusive a entrevistada utiliza em seu argumento a imagem do super-herói, mais especificamente do super-homem, como o ideal esperado e depois tenta se corrigir lembrando a existência da mulher policial (como no trecho destacado).

Ser policial. Bom, eu vou dizer o que a gente aprende e o que eu acho. A gente aprende que ser policial é, tipo assim, dar a minha vida em função da dos demais. Só que eu vejo que não é muito, não é bem assim, porque muitas vezes você se coloca numa situação de perigo querendo o bem de terceiros e lá na frente acaba que tudo volta contra você, e, às vezes, você não é reconhecido. Tipo assim, ***todo mundo espera um super-herói, um super-homem, no caso, a policial.*** *Mas quando você está lá e ajuda a pessoa, tudo bem, legal, você ajudou; mas quando você não ajuda, você não é reconhecido, mesmo só pelo fato de você tentar. É muito difícil ser policial. Hoje é muito complicado. Tipo, eu não vejo respeito mais. Antigamente, quando eu era mais nova, policial militar era respeitado, né? Você não enfrentava a polícia. Hoje, não. Hoje as pessoas não respeitam. (Soldado Galena, mulher)*

Há de fato uma mudança social no Brasil, com avanços nos direitos humanos e de cidadania, que pode estar refletindo nessa visão sobre a figura do policial e sobre os direitos daqueles que estão em conflito com a lei. Há uma conscientização de direitos por parte da população. Inclusive as redes sociais também desempenham um papel importante neste cenário, nas inúmeras discussões que são expostas e discutidas em comentários postados em sítios diversos da internet. Essa transição talvez não esteja sendo acompanhada pelas expectativas de atuação dos policiais, gerando um conflito de papel, pois ao mesmo tempo em que há uma idealização da figura do policial como um super-herói ou mesmo um justiceiro, a realidade complexa impõe situações contraditórias à realização desse papel esperado, como os questionamentos a respeito da legalidade de algumas ações praticadas por policiais.

Olha, é complicado ser policial hoje em dia. Porque hoje está tendo uma mudança de valores, entendeu? Por exemplo, eu tenho um vizinho que ele é ex-presidiário. Ele tem mais direito do que eu. Eu sendo policial e ele sendo ex-presidiário. Ele está em liberdade condicional. Ele tem mais direito do que eu. Agora é complicado. Assim, quando eu entrei era bom ser policial. Agora não dá mais, é um faca de dois gumes. Você pode trabalhar 29 anos e 29 dias certinho, num dia que você errar, a polícia é o primeiro que vai te condenar. E a sociedade em si, a imprensa em si, é complicado... (Sargento Berilo, homem)

A ética do trabalho é entendida como um conjunto de saberes que adquirem legitimidade de verdade, definindo a forma como os trabalhadores devem conduzir suas vidas. Para compreender a relação entre a ética do trabalho e os processos de subjetivação, NARDI (2006, p. 43) propõe que se deve refletir sobre três aspectos:

> O primeiro refere-se à ética do trabalho como o código normativo que age como dispositivo disciplinatório e de sujeição da força de trabalho; o segundo refere-se à ética do trabalho como processo identificatório que está relacionado ao reconhecimento social do trabalhador como cidadão; o terceiro refere-se as possibilidades colocadas pelo código normativo associado ao trabalho que baliza a ética como prática reflexiva da liberdade e que serve de parâmetro para a comparação entre regimes de verdade que restringem ou permitem uma maior liberdade nas decisões dos trabalhadores quanto ao próprio destino. Para que possamos pensar estes três aspectos é fundamental, inicialmente, resgatarmos os conceitos de ética e moral.

NARDI (2006) aponta que Foucault distingue a moral como o conjunto de regras e preceitos veiculados pelas instituições prescritoras como a família, a religião, a escola e o trabalho e a ética como o comportamento real dos indivíduos em relação a estas regras. A partir da proposição deste autor sobre a relação entre a ética do trabalho e os processos de subjetivação, é possível considerar que a mobilização subjetiva dos policiais para o exercício do trabalho é reforçada pelos estritos códigos de disciplina e conduta; pela despersonalização e pela pouca liberdade de ação espontânea decorrentes do treinamento militar, que, por outro lado, é o dispositivo identificatório responsável pelo reconhecimento social; e, pela frustração em ter o desempenho profissional limitado pela violência recorrente, ou seja, o mesmo fator que garante a necessidade do trabalho policial é o causador da sensação de incompletude do trabalho realizado. Os entrevistados abordaram a relação entre lidar com a violência e a mobilização subjetiva necessária ao exercício da profissão, a qual igualmente afeta a disposição para o trabalho.

Ah, eu acho que ser policial é, sei lá, eu acho que é o front mesmo, para resolver o problema, assim, na rua. É pensar rápido, é resolver, é tomar decisões em muito pouco tempo. Igual todo mundo fala "o bandido ele não pensa se ele atira na gente ou não. Ele não quer nem saber se vai acertar uma pessoa inocente, se vai te acertar, ele simplesmente dispara". Na hora que a gente saca a pistola a gente tem que pensar que talvez a gente acerte um inocente, talvez a gente acerte o cara que está ameaçando a gente e talvez um juiz lá decida que a gente exagerou, que a gente excedeu. Então eu acho que ser policial é, eu acho que, na verdade, no nosso país é meio que loucura. *(Soldado Jaspe, homem)*

No trecho destacado acima surge uma imagem associada ao trabalho policial: a guerra, o *front* de batalha, o combate com confronto direto. A polícia é uma das poucas profissões que serve para combater a violência, ao mesmo tempo em que a violência praticada pelos policiais para combatê-la pode vir a ser objeto de consequências com julgamentos que levam a punições como às pessoas que são alvo da sua própria atuação. Ao mesmo tempo em que é cobrado que ele saiba lidar com situações extremas, como conter alguém armado, eles não podem agir indiscriminadamente. Há também a sensação de que o trabalho não admite muita resolutividade por conta do sistema legal e, portanto, isso acarretaria em alguns policiais tendendo a desrespeitar as leis. A segurança pública no Brasil tende a trabalhar com a lógica já de intervenção nos problemas que já estão instaurados e menos com o de prevenção e de mudança social, tornando recorrentes as situações-limite de violência fazendo com que os policiais tenham que constantemente arriscar suas vidas e sintam que o trabalho realizado é inútil diante desse contexto.

Se essa criminalidade está chegando eu sinto que eu tenho um dever também de ajudar a sociedade a diminuir. Acabar é impossível. Hoje você pode ver que é enxugar gelo nosso serviço. Você prende hoje um criminoso, daqui a pouco algum tempo depois ele está solto, a justiça, nossas leis são muito falhas e a gente se sente como um enxugador de gelo, mas a gente tenta fazer o possível pra ajudar dentro do nosso alcance. Eu não vou chegar e vou fazer algo além do meu alcance. Não, eu não sou super-homem. Não estou aqui pra ser super-homem. Não estou aqui, muita das vezes, eu já fui pra operacionais que tinham que bater, tinham que fazer isso, eu falei, "bixo, eu trabalho dentro da lei. Se a lei está falhando... sei lá,

está roubando, furtando, estou lá para prender, cubículo, delegacia, acabou". Acabou, eu não faço mais nada do que isso. *(Soldado Filito, homem)*

Ao falarem sobre motivação para seguir trabalhando, os entrevistados demonstraram grande diversidade de motivadores. Pode-se apontar como os principais: afinidade com a finalidade primeira da atuação policial de servir e proteger, pensar no bem estar da família, realização pelo trabalho desenvolvido em equipe. Nas falas abaixo contrastam as motivações apoiadas em ideais de proteção e segurança financeira ao pensar mais nos benefícios pessoais e/ou familiares, em relação àquelas que destacam o altruísmo no exercício da profissão, denotando a preocupação com realizar um bom trabalho e garantir a segurança da população.

Com que ideais? Ah, trabalho sempre visando o bem-estar da minha família, né? *(Sargento Cristal, homem)*

Os meus ideais? Pensando atualmente na minha aposentadoria, não me desgastar acima do suficiente, porque é um desgaste elevado, então para isso eu pratico pescaria, pratico esporte, né? Então o meu ideal era chegar até pelo menos subtenente, para que a gente galgue pelo menos a promoção dos nossos oficiais, né? *(Sargento Crisoprásio, homem)*

Pode-se pensar na diferença motivacional relacionada ao tempo de profissão, uma vez que os sargentos, mais antigos na corporação, já encaram o trabalho apenas como um emprego de onde tiram o sustento pessoal e familiar ao desempenhar atividades rotineiras, em contraposição à cabo, que estava há poucos anos na instituição, que ainda se sentia motivada a desempenhar o trabalho pelo ideal de satisfação do dever cumprido e de trabalhar em prol da sociedade.

É o lidar diretamente com o público, porque a gente está na linha de frente, né? Então se você está na rua, você está atendendo o público. Se você soluciona, a pessoa, muitas vezes, ela pode não agradecer, mas você vê que aquela pessoa... Eu, pelo menos, saio dali satisfeita, porque eu cumpri o meu dever. Algumas vezes as pessoas elogiam. Então, assim, isso é gratificante. (...) Da defesa mesmo, do poder ajudar. É a minha motivação. Eu não sou muito de reclamar, não. A gente ouve muitas reclamações "ai, eu

ganho pouco", "ai, civil ganha não sei quanto". Eu carrego comigo o seguinte: eu estou na polícia militar por opção. Aqui ninguém me colocou. Eu estou aqui por mérito próprio. *(Cabo Opala, mulher)*

Na fala de um dos entrevistados surge a conscientização de que esses trabalhadores fazem parte de uma rede maior onde os serviços prestados pelos próprios policiais também são sentidos e repercutem na vida deles mesmos.

Bom, honestidade, é... ajudar o próximo, fazer um bom serviço para a sociedade porque é muito conflitante, na verdade, porque do mesmo jeito que eu penso às vezes em ser um policial muxiba[7]*, eu fico pensando, "pô, se eu fico muxibando aqui nessa área, eu moro em outra área, vai ter um cara lá que vai estar muxibando e a minha família é de lá, mora lá, então, por exemplo, e tem os familiares do outro policial que mora aqui, então se eu estou fazendo isso aqui e ele está fazendo isso lá, a minha família também está desprotegida". Então eu acho que é honestidade, é querer ajudar os outros, a sociedade de um modo geral.* *(Soldado Jaspe, homem)*

A desmotivação para o trabalho também foi citada por alguns entrevistados, geralmente relacionada às condições de trabalho, à exposição aos riscos inerentes à atividade exercida, e, como foi dito acima, em função da desvalorização social da profissão, ressaltando inclusive a comparação frequente com outras polícias brasileiras, consideradas com mais status.

Eu vou te dar um exemplo de uma situação que a gente passa, as pessoas perguntam assim: "ah, você está trabalhando? Você está fazendo o quê?", normalmente a gente fala "eu sou policial", aí as pessoas falam "ah, policial civil?". Nunca ninguém chega pra você e pergunta. Não, aí você fala: "não, policial militar". Aí a gente tem a sensação... parece que as pessoas já vem... parece que querer trazer essa sensação de que você se diminua pra falar o que você é, em vez de falar "poxa, que bacana. Como é que é?". Não, mas já quer saber qual, né? Ou civil, ou federal, o que que é, aí você fala "não, policial militar", aí a pessoa fala "ah, tá". *(Soldado Pérola, mulher)*

---

[7] Muxiba é uma gíria utilizada pelos policiais militares do Distrito Federal que significa fazer corpo mole, ser pouco proativo na realização do trabalho, apenas fazendo o mínimo esforço necessário no dia-a-dia do trabalho.

No Brasil existem diferentes tipos de polícia com atuações diversas. Duas dessas instituições estão sob responsabilidade dos governos estaduais, é o caso da polícia militar, cuja atribuição é a manutenção da ordem, e da polícia civil, com atribuições judiciárias e de investigação de delitos. A polícia federal e a polícia rodoviária são de gestão da União. Tanto as polícias civis quantos as federais têm exposição diferenciada a riscos ocupacionais em relação à polícia militar, da mesma forma, ambas têm maior *status*, remuneração e reconhecimento social. Grosso modo, o estigma da profissão policial militar faz com que muitas vezes sejam vistos como “músculos”, como aqueles que estão na linha de frente e se destacam na multidão pelo fardamento, enquanto os policiais civis e federais seriam os “cérebros”, que teriam função de inteligência e investigação pré-ação. Os regimes disciplinares destas instituições também são bastante diferentes entre si.

O reconhecimento social relaciona-se à construção identitária, a qual, no caso dos policiais militares, é influenciada negativamente pela estigmatização das atividades realizadas, tidas como ocupações manuais, de pouca complexidade intelectual, com baixa remuneração, e que lida com os indesejáveis da sociedade, de forma violenta e ineficiente (MATTOS, 2012). Ademais, outro fator desmotivacional apontado por um entrevistado reside no fato da polícia militar ser utilizada como um instrumento político e de controle social, como em repressões violentas a manifestantes pacíficos que apontam problemas em gestões estaduais ou federais, a exemplo dos embates recentes entre policiais e professores que pediam melhores

condições de trabalho ou garantia de direitos trabalhistas[8]. Inclusive esse fato faz com que muitos policiais desacreditem dos ideais que imaginavam da profissão, como indicado na fala abaixo.

Eu não tenho ideal assim, eu não sou um tolo pra falar "ó, eu vou combater o crime porque eu vou estar fazendo um mundo melhor". Em se tratando de Brasil, eu tenho um entendimento muito claro de que a polícia é usada politicamente, é um instrumento de controle social e essa coisa toda. Então, assim, eu trabalho, eu faço o meu trabalho muito bem feito, eu tento fazer a coisa certa e fazer com que os meus subordinados façam certo, mas eu não tenho um ideal de vida, assim não. Quem falar isso eu acho que vai estar falando besteira, que tem um ideal, não tem. A pessoa quer ter o seu salário, sua vida razoavelmente confortável e que ninguém encha o seu saco, ou seja, viver na sua areazinha de conforto e só isso. (Capitão Topázio, homem)

Além do uso político destes trabalhadores, outra questão que também mina ideais que movem policiais militares é a própria violência com a qual eles tem que se relacionar no dia-a-dia, inclusive fora do horário de expediente. Esse fator, inclusive, pode ser um estressor mais nocivo aos policiais, do que a própria organização do trabalho, provocando sofrimento psíquico e transtornos traumáticos. A fala da policial que estava afastada do trabalho em função de uma violência sofrida ao sair do trabalho revela a sensação de que algo que era tão almejado pode se tornar um pesadelo.

Aí veio uma oportunidade, eu fiz o concurso, passei, aí depois que eu descobri que é mais um pesadelo do que um sonho. (...) Eu achava lindo aquelas mulheres fardadas, muito bem maquiadas, aquele cabelo muito bem penteado, aquela cara de séria. Eu via aquelas policiais no aeroporto, eram poucas, muito poucas no feminino, né? Aí eu achava aquilo lindo. Eu olhava para elas de cima a baixo e pensava: "ah, eu dia eu vou ser policial". Mas eu

---

[8] Reportagem de 01/05/2015 sobre professores paranaenses, que estavam em greve e protestavam contra o projeto de lei que altera a forma de custeio do regime próprio da Previdência Social dos servidores paranaenses aponta que polícia e professores tiveram embate por ordem do governador do Estado. Número de feridos passou de 200. Docentes falaram em excesso; advogados de PMs disseram ter havido uso progressivo da força. Alguns policiais se recusaram a agredir os professores desarmados e foram punidos. Esse caso ganhou repercussão nacional e internacional. Informações acessadas e disponíveis em: http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2015/05/mp-ouve-vitimas-e-testemunhas-do-confronto-entre-policiais-e-professores.html

não pensava na verdade... a gente aventura muito no pensamento da gente, a gente vê sempre o lado bonito da coisa, né? E tem um lado que não é bacana, né? Nem um pouco. (Sargento Esmeralda)

Por outro lado, embora o orgulhar-se da profissão esteja no cerne da identificação positiva com o trabalho, unificando as motivações, os ideais e os significados subjetivos de ser policial militar, esse movimento de identificação não se dá sem conflitos ou consequências. O significado é a unidade analítica, definida por Vygotsky, capaz de incluir todas as manifestações psicológicas, das mais elementares às mais complementares, além de se reverter em ideologia, é responsável pelo surgimento das emoções (SAWAIA, 2011). É considerado, portanto, um fenômeno intersubjetivo, social e histórico.

Eu já tive vergonha, mas agora eu não tenho tantos problemas não. Eu não chego a sentir orgulho, não. Eu estou quase sentindo orgulho. Eu tenho buscado melhorar a minha relação com isso. Então eu estava no zero, estava no nível de vergonha, aí foi melhorando pra um nível de indiferença, aí eu estou passando pra um nível de tranquilidade. Não tem problema nenhum, não é crime ser policial, não, não é vergonha. (Capitão Rubi, homem)

Eu acho que é uma profissão muito marginalizada, mal vista. Injustamente, eu acho. Eu não gostaria de não ter orgulho, mas hoje devido à forma como ela é vista, eu não falo assim: "eu sou policial militar". (...) porque hoje em dia a gente se sente muito amarrado de não poder fazer o que a gente tem que fazer, que é, por exemplo, pegar uma pessoa, um traficante, levar pra delegacia e daqui a duas horas ele está solto de novo. Então a gente se sente assim, meio inútil, sabe? Não está fazendo nada que ajude e isso contribui pra população ver a gente de uma forma negativa. (Soldado Safira, mulher)

A identificação com a profissão é tão forte que ela é lida no próprio corpo do policial militar e o ser militar transparece mesmo quando estão fora da função, mesmo sem fardamento ou qualquer forma de vestimenta que os identifiquem como sendo daquela profissão, reiterando o processo intersubjetivo da legitimação da identidade policial. Pois é na relação com o outro que, independente de haver signos ou sinais que revelem essa informação, o ser policial se reafirma.

Há certas pessoas que gostam da nossa disciplina. Então tem pessoas que já reconhecem que o cara é militar pela própria postura dele. Não é postura totalmente relaxada. Não é uma postura totalmente desligada, né? (Sargento Crisoprásio, homem)

Neste capítulo, buscou-se aprofundar a discussão sobre identidade e trabalho, com base nas motivações, ideais e significados trazidos pelos participantes entrevistados. Entende-se que as instituições policiais militares atuam sobre a subjetividade dos trabalhadores, ao criarem a unidade para inserir os novos policiais neste sistema social, tornam-lhes similares aos demais membros e diferentes dos civis. O contato com esta nova realidade, tende a produzir efeitos, modificando a forma como enxergam o mundo e as relações que estabelecem em sociedade. Assim, mesmo a percepção do indivíduo sobre o desempenho da função policial é atravessada pelo processo socializador pós-ingresso na profissão, a partir dos laços afetivos estabelecidos e da incorporação de novas crenças e valores (MORAIS e PAULA, 2010). A seguir, serão abordados aspectos relacionados ao processo de tornar-se policial militar, a partir das mudanças subjetivas decorrentes dos treinamentos e do impacto dos primeiros contatos com a profissão.

6.1.3 Tornar-se policial

A partir do momento que você veste a farda, você é policial. (Cabo Opala, mulher)

O processo de tornar-se policial militar pode se iniciar antes (na escolha profissional, conforme discutido no capítulo 6.1.1), durante ou

depois da participação no curso de formação destinado aos profissionais aprovados no concurso. Além da percepção sobre os treinamentos oferecidos, foi questionado aos participantes sobre como foram os primeiros dias de trabalho, e sobre como foi o processo em si, considerando as mudanças subjetivas necessárias. Como discutido anteriormente, alguns entrevistados informaram que não sentiram dificuldade em se tornarem policiais, eles atribuíam essa rápida assimilação da profissão a características pessoais ou ao orgulho e à sensação de poder por serem identificados como policiais. Outros afirmaram terem tido um choque ao se depararem com uma realidade diferente (da que conviviam até então ou da que esperavam encontrar) ao exercerem a atividade policial.

Quando a gente foi distribuída a primeira vez, logo depois de formados, eu fui pro trabalho de rua na parte da noite e foi na rodoviária de Brasília, então foi meio que aquele choque da adaptação, de você chegar e ter que lidar com uma realidade totalmente assim de extremos, né? Uma coisa que às vezes não fazia parte do seu dia-a-dia, você chega e você vê drogados, você vê criança abandonada, você vê pessoas se drogando, você vê que acontece muito roubo, pessoas alcoolizadas, né? São situações críticas, né? Então, o início, pra mim, não sei se a palavra seria assustar, mas você se depara "essa aqui agora vai ser a minha realidade". *(Soldado Pérola, mulher)*

Minha visão sobre a polícia mudou depois de entrar para trabalhar na rua, passar de fato a trabalhar nas operações, de fato a fazer o trabalho da polícia, a executar o trabalho da polícia. Porque num primeiro momento no curso de formação é muito, é um choque meio de realidade, você está vindo de uma vida como, dita de grosso modo, paisano, e aí tem que se enquadrar em vários conceitos e caixinhas. Isso num primeiro te assusta e também não é muito agradável. Depois eu vejo que você é maleável e as coisas podem ser feitas adequadas. *(Cabo Diopsídio, homem)*

As falas acima contrapõem dois aspectos do trabalho policial que podem ser dificultosos no processo de adaptação à profissão: o contato com outras realidades sociais e com pessoas que estão às margens e geralmente são "invisíveis", no primeiro relato; e o enquadramento ao militarismo com suas inúmeras regras de conduta, no segundo relato. Ambos podem ser contextos distantes da vida do indivíduo ingressante na polícia militar, cuja vivência é propiciada pela profissão.

Era tudo novo, eu me sentia bem. Autoridade, aquela autoridade, de ideal, aquela coisa futurista. Jovem, 20 anos, tudo isso era normal. Só que eu sempre tive os pés no chão. Eu achava isso, mas eu tive uma criação de simplicidade, não me subiu à cabeça, mas eu sentia isso, essa coisa da responsabilidade, de colocar uma arma, a preocupação, mas ao mesmo tempo de se sentir respeitado, entendeu, por ser policial. (Sargento Âmbar, homem)

[Sobre os primeiros dias de trabalho] Não foi tão legal porque a gente chegou e eles colocaram a gente no policiamento a pé, em duplas, só andando nas quadras. Então o que a gente esperava de policiamento, de estar abordando não acontecia, né? Porque o policial a pé dificilmente vai pegar alguma coisa. Mas isso também durou pouco, eu acho que eu fiquei trabalhando a pé umas duas semanas. Aí a gente conversou com o pessoal, tinha um monte de moto parada aí e rapidinho a gente montou um grupamento de moto. Aí sim, foi super legal, porque começamos a correr atrás, abordando todo mundo, correndo igual doido. Foi bacana. (Soldado Jaspe, homem)

Ao tornar-se policial pode estar associada uma sensação de poder, que representa uma mudança favorável na realidade anterior vivida pelo ingressante. A essa sensação de poder pode estar atrelada a emoção de ser policial e vivenciar experiências que geram adrenalina e entusiasmo pela “ação” e pelo poder propiciados pelo cotidiano profissional, no caso, a perseguição motorizada e a abordagem aos transeuntes considerados suspeitos. A moto, um símbolo de poder, de masculinidade e de velocidade, foi o instrumento que possibilitou ao entrevistado apropriar-se do ideal de policial militar e começar a exercê-lo perante a sociedade. Para outros, ao contrário, tornar-se policial pode representar um acréscimo de responsabilidade, um peso, mesmo que, ao mesmo tempo, seja positiva a valorização da autoridade recém-adquirida. O relato abaixo informa como o processo de identificação com a profissão pode ocorrer lentamente ou nunca ocorrer, especialmente quando não é bem vista pelos familiares ou pelos pares

Antes, eu não gostava muito, não. No início, uns 3, 4, 5 anos de carreira. Até os 10 anos. Depois eu fui vendo a importância que é uma profissão bonita, né? E engrandece, me engrandece ser um policial militar. Não por ser polícia, mas sim pelo crescimento que eu tive na corporação.

Conhecimentos, experiências. Agora eu admiro minha profissão. (...) Era mais preconceito dos colegas por ser policial, ganhava pouco, minha mãe não gostava, os colegas também não gostavam e tinham outras profissões. Aí eu me sentia meio constrangido de ser policial. *(Sargento Citrino, homem)*

O início da vivência como policial militar é marcada por treinamentos intensos que foram relembrados como algo marcante para alguns entrevistados. Similar a um rito de passagem para tornar-se um policial de fato, esse momento inicial priorizava desenvolver a parte física, mas principalmente colocar os novos militares em contato com a doutrina militarista, de modo que houvesse um condicionamento daqueles trabalhadores. Entretanto, não foram percebidas pelos entrevistados preparações psicológicas para que fosse possível suportar a carga de trabalho e atuar diretamente com as violências.

Eu senti que teve uma preparação motora, mas a psicológica ela veio junto em relação ao treinamento "sim, senhor", "não, senhor" e aquilo ali vai entrando, então a disciplina ela entra automaticamente. Agora da parte psicológica do que é, por exemplo, tirar a vida de alguém, não. *(Sargento Crisoprásio, homem)*

Cabe destacar que a preparação psicológica mencionada nas entrevistas dizia respeito à parte do treinamento de resistência pelo qual os formandos deveriam ser submetidos, com atividades extenuantes visando submeter a mente e o corpo a rígidos controles. Ser exposto em pé ao sol e calor intenso por longas horas, ou a chuvas, ao frio, à sede, à fome e ao cansaço extremo, ainda que cause fadiga nos policiais, faz parte do treinamento que pretende levá-los a situações limites de forma que se mantenham firmes frente a quaisquer situações. É como se dá a formação do corpo-máquina (FOUCAULT, 2014). No capítulo 6.2.1 retomaremos essa discussão com a finalidade de aprofundar a reflexão sobre os meandros e abusos cometidos no treinamento militar.

Primeiros dias de trabalho? Ah, foi uma tremedeira nas pernas. Na abordagem, tremia. Fui pro trânsito. Eu trabalhava no trânsito, multava nos

semáforos, parava os carros, quase sendo atropelado, embaixo do sol lá, não podia sair. Um pouco estressante. Esplanada. 24 horas de esplanada. E usava um capacetinho de ferro, né? Nossa, a cabeça explodia. E os coturnos que não eram macios, eram bem duros. E tinha que ficar lá parado lá, quieto lá, com o cassetete lá, e não tinha tempo pra descansar. Exigia muito o físico da gente naquela época. Hoje você vai lá só se estiver acontecendo alguma coisa. *(Sargento Citrino, homem)*

CUNHA (2004), se apoiando em Everett Hughes, discute que a cultura profissional, adquirida pelo processo de formação de tornar-se policial, compõe-se de conhecimentos técnicos e científicos concatenados em uma visão de mundo particular e específica. Segundo esse referencial, o processo de formação profissional seria, portanto, além de uma aprendizagem e iniciação ao novo papel, uma forma de conversão identitária, a partir da incorporação de novas ideias sobre a natureza do trabalho a ser realizado, e da aquisição de competências específicas que possibilitem o seu desempenho em termos de uma carreira profissional. Crises e dilemas perpassariam a identificação progressiva com o papel profissional, devido ao processo de renúncia de algumas das concepções anteriores, pelo abandono dos estereótipos anteriores a respeito da profissão e pela conversão ao novo papel profissional, através de uma acomodação entre o modelo ideal da profissão e suas realidades práticas.

Ao ingressar na corporação policial militar os novos trabalhadores assumem o seguinte compromisso disposto no Estatuto da PMDF (BRASIL, 1984, Art. 34): “Ao ingressar na Polícia Militar do Distrito Federal, prometo regular minha conduta pelos preceitos da moral, cumprir rigorosamente as ordens das autoridades a que estiver subordinado e dedicar-me inteiramente ao serviço policial-militar, à manutenção da ordem pública e à segurança da comunidade, mesmo com o risco da própria vida”. FRAGA (2006) ainda destaca que, ao assumir este compromisso, é vedado ao policial se omitir diante de fatos que exijam sua intervenção, devendo estar sempre preparado para servir à comunidade, restando aí caracterizado o caráter de dedicação exclusiva da profissão, segundo o qual se exige

permanentemente a continuidade da função para além do horário de serviço estejam ou não fardados.

Os participantes deste estudo, quando questionados sobre o que tiveram que mudar para se tornarem policiais, uma vez mais, citaram características atribuídas aos policiais militares e o processo de aquisição de tais características. Paralelamente, em decorrência deste processo, tornaram-se mais críticos com relação às exigências morais, à manutenção de aparências relativas aos papéis sociais e à força do exemplo que a figura do policial deve passar. Há, portanto, menos liberdade de expressão dos sujeitos a partir do momento em que se tornam policiais militares.

Se você vai numa festa, você... Eu bebo de vez em quando cerveja, então você já dosa mais, você já observa mais certas coisas que como paisano, que como civil, você não observava. Quando você vai numa festa que o pessoal ingeriu bebida alcoólica é um certo tom, depois do uso da bebida alcoólica o tom já é elevado. E outra coisa, ainda bem que a minha esposa dirige, então quando eu vou, "olha, a direção é sua". Então são certas coisas que eu não faria se eu não fosse policial. Não é que eu não faria, mas é que a cobrança, se eu tenho que cobrar, então eu tenho que me cobrar. (Sargento Crisoprásio, homem)

Assim, é uma coisa que acho que vem naturalmente, uma coisa que é exigida da profissão em si, não quanto ao fato de ser mulher ou não... as condutas, que pelo fato de você lidar com pessoas que às vezes estão... que nem eu estava falando, que consumiu droga, que consumiu álcool, são pessoas que vão apresentar um certo desequilíbrio. Não são pessoas que você está lidando, um familiar seu, um amigo, são pessoas que estão olhando pra você e te vendo ali até como um inimigo. Então, assim, te preparando sempre como se fosse pra um ataque. Então isso começa a te exigir muito da sua maneira de ser. E, por mais que você tente, às vezes, separar, você acaba trazendo isso pra sua vida pessoal também. Você tenta ter aquela postura firme, porque você está na rua, você tem que ser respeitado, as pessoas tem que olhar, e querendo ou não, as pessoas olham pra sua postura na rua e você tem que dar exemplo, né? (Soldado Pérola, mulher)

De acordo com os trechos apresentados acima se depreende que, sobretudo, os policiais se veem como exemplos sociais de uma moralidade que esperam encontrar na sociedade, sentem-se pressionados e vigiados para corresponder a essa imagem idealizada. O Estatuto da PMDF dispõe

sobre a ética policial-militar abrangendo não só aspectos da atividade profissional, mas se estendendo à vida privada dos trabalhadores quando preceitua que, além de cumprir seus deveres de cidadão, o policial militar deve proceder de maneira ilibada na vida pública e particular; garantir a assistência moral e material ao seu lar e conduzir-se como chefe de família modelar; comportar-se, mesmo fora do serviço ou na inatividade, de modo que não sejam prejudicados os princípios da disciplina, do respeito e do decoro policial-militar (BRASIL, 1984).

A outra consequência do processo de condicionamento pelo qual passaram é a anulação de características de personalidade que não estavam de acordo como militarismo, gerando uma despersonalização do sujeito.

Não foi fácil, porque eu tive que mudar bastante, né? Eu era uma pessoa bem alegre, bem comunicativa, tranquilo. Eu fazia piadas, tal, uma descontração. Só que esse meu estilo de vida aí não foi bem visto, aí sofri as consequências por causa disso. Eu me fechei, né? Eu me fechei, falava o mínimo possível, apenas com amigos. Evitava as pessoas. E isso perdurou durante muitos anos. Agora depois de anos é que eu estou voltando, tentando voltar ao normal. (...) Eu percebi que a minha personalidade não era aceita. Aí, pra você como pessoa isso aí é terrível. Isso gera uma tensão muito grande dentro da sua mente, né? Eu criei até uma crise de identidade: "e agora, o que eu tenho que fazer? Eu tenho que reconfigurar a minha vida." Isso aí pra mim eu notei que eu me tornei um cara muito tímido, assim, de poucas conversas e que isso trazia... eu me tornei um cara muito ríspido também. Então, na tentativa de me conter, eu fui me tornando ríspido e deprimido também. Depois, no exercício do trabalho esse problema se manteve. A cobrança não é menor depois do exercício do trabalho. (Capitão Rubi, homem)

Eu me tornei mais, eu percebi ao longo do tempo, e palavras da minha mãe, da minha ex, que eu fiquei mais frio na polícia. Assim, a gente não tem muita emoção. A gente vai perdendo a emoção como ser humano. Esse foi um ponto que eu acho que mudou em mim. Isso aconteceu pelo dia-a-dia do trabalho do policial militar. A gente vai se tornando bem diferente. (Cabo Xisto, homem)

A ocorrência de despersonalização torna-se ainda mais evidente em relação às características tidas como femininas. Algumas mulheres policiais

referiram sentir uma necessidade adicional de se adaptarem ao comportamento esperado devido à conformação das relações de gênero na instituição. De acordo com CAPPELLE e MELO (2010), as relações de poder internas à corporação policial militar agiriam como reguladoras do comportamento de seus membros, inclusive na vida pessoal, e ademais, por basearem-se em códigos de conduta (formais ou informais) essencialmente baseadas no modelo de divisão sexual do trabalho de sociedades patriarcais, colocariam as mulheres em desvantagem quanto às possibilidades de conduta a serem adotadas.

Frieza. Eu tive que passar a ser uma pessoa mais fria. Se você tiver um emocional mais fraco assim, você acaba com uma depressão ou alguma coisa. Também tive que melhorar, eu não sei se eu consegui, mas eu estou tentando ser aquela pessoa menos meiga... Enfim, não sei como dizer, assim uma pessoa menos feminina. Tive que ficar mais, ter uma postura mais dura, mais, sei lá, mais masculina mesmo. Durante o curso de formação, que tem uns 3 anos que eu fiz, foi bastante enfatizado isso, que a gente teria que ser mais firme, o tom de voz mais alto e tudo. E, na rua, trabalhando na rua, eu percebi que isso realmente é necessário, porque o cidadão ele não vai te olhar tão a sério se você chegar com vozinha meiguinha, pedindo "por favor". Foi um dos motivos pra eu vir pro serviço paisano, justamente por eu não ter características de policial militar, de eu ser uma pessoa que eu consigo facilmente transitar nas manifestações de estudantes ou qualquer outro lugar que ninguém vai desconfiar e falar "essa menina é policial". Então, eu acho que nesse ponto foi interessante que eu não tenho que estar naquela postura séria o tempo todo. Eu posso ser do jeito que eu sou. Mas, se eu estivesse no serviço de rua mesmo, isso ia influenciar muito de eu ter que mudar o meu jeito por causa da profissão. *(Soldado Safira, mulher)*

Nesse sentido aí eu mudei muita coisa. Eu criei uma casca em volta de mim mesma, porque nossa corporação é composta de 90% de homens e eu criei uma casca no sentido de querer me proteger mesmo. Então, assim, hoje eu sou uma pessoa muito mais solta. Hoje eu já brinco, eu já sorrio, mas nos meus primeiros dez anos na polícia eu era muito carrancuda. Muito. Mas era uma forma de me proteger. (...) Das brincadeiras. Das brincadeiras, assim, desnecessárias. "ah, você é isso", "ah", sabe, cantadas. Então, assim, uma forma que eu encontrei de me proteger foi essa. Foi me trancando e não, assim, eu dificilmente sorria. Hoje não, hoje eu tenho um monte de amigos, mas as pessoas sabem até onde podem chegar. E hoje, passados tantos anos na corporação, eu ainda ouço algumas gracinhas, mas hoje eu tenho uma postura que antes eu não sabia, porque eu não tinha experiência. Eu não sabia ter. Hoje eu já me posiciono de uma forma que há cinco, seis, sete

anos atrás, eu não sabia como fazer. Hoje não, se me dizem qualquer coisa eu já tenho uma resposta, mas uma resposta tranquila, sabe? (Cabo Opala, mulher)

No primeiro caso, a primeira entrevistada admite não ter perfil policial por não ter as ditas características masculinas necessárias ao exercício da profissão e, assim sendo, foi direcionada para um posicionamento estratégico onde pudesse se aproveitar dessa não-postura militar, que inclusive faz com que se sinta melhor por não ter que trabalhar ostensiva e sim velada. No segundo caso, a sensação de vulnerabilidade por ser mulher em um ambiente majoritariamente masculino fez com que a policial mudasse a própria personalidade para não ser objetificada diante dos colegas homens. As mudanças nos relacionamentos com colegas, relatada no segundo trecho, também pode estar relacionada ao envelhecimento da policial, passando a não ser tida mais como o primeiro objeto de atenção sexual dos colegas e sim como alguém que compartilha as experiências de trabalho há vários anos.

O processo de torna-se policial pressupõe a submissão a uma série de normas que conformam um “código moral” e determinam as atitudes dos policiais tanto no exercício do trabalho, quanto nas relações interpessoais externas. Segundo SPODE (2004), o código moral, ao regrar a conduta e as formas de ser e de existir dos policiais, atua como um importante elemento na produção de subjetividade.

RAMMINGER e NARDI (2008, p. 342) se apoiam em Foucault ao defender que:

> A maneira de relacionar-se com as regras, estabelecidas em cada período histórico, definem os modos e processos de subjetivação. O modo de subjetivação diz respeito à forma predominante dessa relação, ao passo que o processo de subjetivação é a maneira particular como cada um estabelece essa relação em sua vida (Nardi, 2006). Assim, quando falamos dos modos de subjetivação de uma categoria de trabalhadores, estamos nos referindo ao modo predominante e a como os trabalhadores relacionam-se com o regime de

> verdades que atravessa seu trabalho, vendo-se ligados ao cumprimento de determinadas regras estabelecidas por esse discurso que, ao mesmo tempo, permitem seu reconhecimento enquanto trabalhador. Já o processo de subjetivação seria como cada trabalhador vivencia essa relação em sua trajetória particular.

No caso dos policiais militares, o regime de verdades configura-se na ideologia militar que estrutura a organização do trabalho e é repassada aos trabalhadores desde o início de seu processo de formação e ao longo da vida profissional. No próximo capítulo discutiremos como se dá essa vinculação e que aspectos estão implicados em sua configuração.

6.2 MILITARISMO E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Somos todos mediados por instituições,
nosso modo de ser é institucional.
(LUIZ, 2008)

O tema militarismo surgiu espontaneamente nas entrevistas como uma categoria, fortemente constituída e presente nas falas de todos os participantes. Militarismo refere-se à ideologia militar que estrutura a organização da polícia ostensiva no Brasil (MUNIZ, 2001). Embora seja transversal às demais categorias discutidas neste estudo, optou-se por destacá-la neste capítulo, onde serão abordados especificamente os seguintes tópicos: treinamento militar, Regulamento Disciplinar do Exército (RDE) e punições, hierarquia e abusos de poder, as duas polícias (praças e oficiais) e desmilitarização.

6.2.1 Treinamento militar

A formação profissional é o primeiro contato com a disciplina militar, considerada um período de transição da vida civil à vida militar, em que são incutidos princípios e valores (a prescrição do trabalho) nos novos trabalhadores, além de procedimentos atitudinais, para que possam exercer a profissão adequadamente.

Os entrevistados descreveram as experiências vividas nos cursos de formação, explicando quais treinamentos foram realizados e avaliando a utilidade dos conteúdos presentes nos cursos. De acordo com os participantes, as aulas práticas (manuseio de armas de fogo e abordagem de suspeitos) foram consideradas as mais relevantes no processo de formação. Abordar e atirar são as duas ações que mais são representativas da atuação da polícia militar, está no imaginário da sociedade e dos trabalhadores em formação, tendo menos importância as disciplinas relacionadas aos direitos humanos e policiamento comunitário como revela a fala abaixo e de outros entrevistados.

Educação Física, condicionamento físico, abordagem. Eu cito o principal, aula de abordagem, que foi onde a gente aprendeu como pegar uma pessoa na rua e, como proceder na abordagem daquela pessoa, como olhar, como fazer a revista. Aula de tiro, que não pode faltar, isso tudo, tanto teórica quanto prática. Teve aula de Direito, aula de não sei o quê, a gente já tem uma noçãozinha. Mas eu acho que a que mais foi interessante e proveitosa foi a aula de abordagem e a aula de tiro. (Soldado Turquesa, mulher)

Apesar das expectativas em torno do aprendizado da prática, na formação dos novos soldados de nível superior, alguns entrevistados consideraram que o curso não foi suficientemente organizado para treiná-

los, tendo deixado a desejar em qualidade, em prol de quantidade das atividades realizadas, com inadequado manejo do tempo.

Eu não considero que foi o ideal. O nosso curso de formação foram eu acho quase que nove meses, eu acho exagerado, muito tempo. E a gente ficou muito tempo ocioso lá. O nosso concurso foi um concurso que foi de 2008 e a gente só foi entrar na polícia para fazer o curso de formação quase dois anos depois. E quando a gente chegou a polícia não estava preparada para receber a gente. Não tinha estrutura, não tinha instrutor, não tinha material, não tinha nada. Então, nos nove meses, eu devo ter ficado uns três meses lá assistindo filme, qualquer filme. E, assim, a prática, o trabalho policial, eu achei muito ruim. Muito ruim mesmo. Realmente a gente deu uns mil disparos, mas foi em um período de uma semana, você chega cansava de atirar, não trocava nem o alvo porque tinha que gastar munição para falar que deu mil disparos. O alvo já estava todo perfurado, você nem via mais onde estava acertando, mas tinha que ficar lá atirando, gastando munição. Então, assim, sendo que na parte policial, eu acho que é 100% das pessoas que entram estão doidas pra manusear a arma e atirar. Então, pô, em vez deles pegarem esses mil tiros e diluir durante o curso pra fazer um trabalho lento, mais pontual, não. Foi uma semana "Atira! Atira! Atira! Pronto, acabou, é isso. Você deu mil disparos, está superpreparado". (Soldado Jaspe, homem)

Segundo os participantes, durante a formação profissional o foco parece estar mais sobre transmitir a ideologia militar do que preparar para o trabalho a ser realizado. Tal fato é acompanhado por uma avaliação de que não há necessidade de aplicação dessa doutrina na prática profissional.

Durante o curso de formação temos mais uma adaptação, a capacitação deixa a desejar, porque o tipo que tive, defesa pessoal, aula com tiros, treinamento físicos mais exaustivos. E, além disso, é mais treinamento para você se adequar à doutrina militar. Isso existe e praticamente é dado mais prioridade a isso. Porque, de fato, depois quando você começa a exercer as suas atividades junto à sociedade e ao público, você vê que isso tem pouca importância e é de pouca relevância para a sua atividade-fim. Eu creio que para que um profissional de segurança seja eficiente tem que mudar muito dessa ideologia militar, e foque mais na questão com treinamento, com qualificação, mas pro profissional de segurança pública e diminuir essa carga da questão da filosofia da doutrina militar, porque isso te engessa e te poda. Ou melhor, te oprime, te deixa meio que encaixotado e você vai vestir umas regras ou colocar numa fórmula ou numa caixa que não é agradável e eu vejo isso de forma prejudicial para o profissional de segurança pública. (Cabo Diopsídio, homem)

Além da percepção que os policiais têm sobre as prioridades serem invertidas na condução do curso, a transmissão da ideologia é feita de forma humilhante e excessiva. É a partir do treinamento militar que o sofrimento psíquico pode ter início.

Teve uma preparação psicológica, mas eu vejo do lado negativo, a da lavagem cerebral, a do militarismo, porque cursos, pelo menos na minha época, acho que diminuiu um pouco, porque agora a polícia ouviu falar na palavra "direitos humanos", mas, na verdade, o que faziam com a gente nos cursos era uma coisa desumana. Chamar de imagem do cão, muxiba, sempre usavam palavras muito depreciativas para tratar com a gente. No curso a gente se veste correndo, a gente marcha correndo, a gente faz tudo correndo, é uma coisa de doido. Quem não tiver a cabeça um pouquinho no lugar fica doido. Por isso que muitas pessoas pedem para sair antes de terminar o curso, sabe? Porque eu acho que o curso não prepara o policial pra rua, no sentido, porque a gente vai lidar com a sociedade, e está certo que a gente tem que ter resistência, a gente tem que ter equilíbrio com tudo, mas como é que tu vai ter equilíbrio, quando você está num curso onde você é depreciado, onde você é maltratado? Parece que eles jogam em cima de você tudo que é carga ruim para que você saia de lá... E é por isso que tem um monte de maluco aí fazendo besteira, dando tiro, porque muitas vezes, vai ver o curso que ele fez. *(Sargento Esmeralda, mulher)*

Além dos abusos psicológicos e humilhações vivenciadas durante os cursos, também são recorrentes os relatos de abusos físicos. Alguns abusos são explícitos, destinados à submissão total do formando para que ele aprenda a não questionar ordens e se torne totalmente passivo à hierarquia, como por exemplo as determinações de realizar flexões apoiados em asfalto quente. Existem outros abusos que podem ser mascarados como exercícios para melhorar o condicionamento físico, mas que levam os corpos exaustão sem preocupação com as consequências de adoecimento e potenciais lesões decorrentes. Uma vez mais, percebe-se o foco na efetivação e enrijecimento do corpo-máquina, desprendido de emoções ou pensamentos.

Olha só, o processo, digamos assim, foi o curso de formação. Ele durou 10 meses. Desses 10 meses, eu poderia tirar 2 meses que foram cruciais para a minha vida policial militar no dia-a-dia, que foi aprender a dar tiro, aprender a lidar com as situações do dia-a-dia, como falar com as pessoas, como dar ordem, como gritar. Na hora que tiver que gritar, é para gritar; na hora que

tiver que conversar, é para conversar. Na hora que tiver que segurar uma pessoa, você estar mais ou menos tranquilo. E isso eu aprendi em dois meses. Os outros oito meses foi só encheção de saco e esculhambação. Só esculhambação, porque, assim, eles colocam a gente... tipo assim, tem que entrar em forma. Aí você entra em forma nesse sol rachar e fica lá, parado, parecendo uma estátua. E o comandante fica conversando e passa hora e você está no sol, ou então se estiver chovendo, você está na chuva. Aí eles falam que é necessário isso porque quando você estiver numa esplanada da vida lá, você precisa. Precisa? Precisa. É justo, mas não precisa ficar tipo assim "ah, porque vocês são...", xingamentos mesmo. Ficam lá xingando a gente. Na hora de corrida, ensinam muito a ficar correndo de cima para baixo por conta do físico. Eu sou formada em Educação Física e não concordo com 80% do treinamento físico que eles deram para a gente, você pode até depois, se você quiser ver, pede para você ver o número de atestados médicos de condição física dos alunos do curso. É exorbitante. Pô, no final do curso, a gente... eu, particularmente, não conseguia andar. Se eu andasse um pouco mais rápido, eu dava câimbra. Os músculos não aguentavam. Então eles faziam a gente fazer exercícios que são condenados a anos-luz e você está lá fazendo. (...) Tem que ter o rala? Tem que ter o rala. A gente tem que ficar no sol, suando e tudo o mais, mas, por exemplo, aconteceu com um pelotão inteiro, nesse solzão quente, o cara te botar para fazer flexão nesse asfalto aí, pô, todo mundo ficou com a mão em carne viva. Quem em sã consciência... Tipo assim, no meu serviço do dia-a-dia eu vou precisar colocar a mão no asfalto quente? Pode até ser que eu precise, mas eu vou colocar aqui, a minha blusa, eu vou me proteger, e se eu me machucar ou acontecer de eu me esfolar vai ser por uma necessidade. *(Soldado Galena, mulher)*

MUNIZ (2001, p.178) discutiu a relação entre o processo formativo e a crise de identidade das polícias militares brasileiras e, mesmo passados 14 anos, sua reflexão a respeito do assunto permanece atual:

> Note-se que, salvo raras exceções, as principais críticas da população e dos segmentos civis organizados, identificam as práticas correntes de brutalidade policial, de uso excessivo da força e demais empregos arbitrários do poder de polícia, como um dos efeitos perversos do "despreparo" e da "baixa qualificação profissional" dos policiais militares. Reportam-se, portanto, ao descompasso existente entre a destinação das polícias de "servir e proteger" o cidadão preservando uma ordem pública democrática e contemporânea, e os conhecimentos, técnicas e hábitos aprendidos pelos PMs, que ainda estariam refletindo as doutrinas e mentalidades herdadas do nosso passado autoritário.

O despreparo dos policiais responsáveis pela transmissão do treinamento militar foi citada nas entrevistas, como se o treinamento fosse algo menor e pudesse ser conduzido de qualquer forma, a primeira fala abaixo exemplifica que eram colocados policiais que estavam em restrição como responsáveis pela formação dos novos policiais. Na segunda fala, há inclusive alusão à forte influência do estereótipo de "Capitão Nascimento"[9] que foi criado no filme brasileiro "Tropa de Elite", que relata uma fase do treinamento militar necessário para entrar no Batalhão de Operações Especiais (BOPE), cujo tratamento aos iniciados é bastante rígido e violento. Neste caso, nota-se o efeito produtivo do discurso em que o filme tanto pode ser utilizado como crítica social ao treinamento, quanto pode assumir a função de modelo a ser reproduzido.

Eu fui contemplado com uma péssima equipe de policiais que eram responsáveis pela nossa formação. As pessoas que iam trabalhar ali era por punição, que faziam cagadas na rua e eram colocadas ali pra formarem os novos, os alunos da Academia. E era como eu te falei, parecia que eles administravam o quintal deles. O profissionalismo ali era zero. O que contava era você chegar com ovos de páscoa ali pra entregar pras pessoas pra ter uma vida melhor. Tinha que ser amigo da pessoa, senão, era um excluído. (Capitão Rubi, homem)

Eu acho que por ser uma instituição militar e acho que depois que teve "Tropa de Elite" [o filme], a polícia de um modo geral, até acha que o legal é quanto mais ralado, como eles falam, mais difícil, mais sacaneado, melhor preparado vai estar o policial. Então, muitas situações foram desnecessárias. (Soldado Jaspe, homem)

Além de todas as questões levantadas, merece destaque o trecho abaixo que indica um descompasso entre os diferentes níveis de treinamento dos policiais (comum, tático e especializado), a exposição à violência no atendimento às ocorrências e a remuneração. Os policiais

---

[9] O Capitão Nascimento é o personagem principal do filme "Tropa de Elite", que relata o esgotamento psíquico desse policial militar e as repercussões do trabalho na vida familiar dele. Neste filme foi criado o jargão "Pede para sair!", que se tornou popular no país, frase dita pelo Capitão Nascimento ao humilhar psicologicamente e fisicamente os novos recrutas durante o curso de formação.

menos preparados, que passaram por menos cursos específicos e reciclagens, são os que primeiro chegam às ocorrências, independentemente do grau de periculosidade da ação. A queixa da policial traduz alguns problemas: insatisfação com o não-escalonamento da remuneração conforme a complexidade do trabalho realizado; maior exposição ocupacional dos menos preparados; e, ausência de educação permanente.

Eu vejo assim, a PM deu o curso para a gente. Por exemplo, eu fiz o curso em 2010, de lá para cá eu não fiz mais nada, eu não tenho curso nenhum, eu não dei um tiro de lá para cá. Então, assim, aí entra naquela questão que eu te falei: quando eu for para alguma ocorrência na qual seja necessário eu dar um tiro, eles vão olhar a minha nota lá naquele curso de 2010, e de lá para cá que eu não treinei, eu não fiz mais nada, eu tenho que ter o mesmo êxito que eu tive numa situação em que não era real e que eu conseguia ter um controle ali. Então, é muito complicado essas coisas de policiais. A gente costuma dizer aqui que tem os comuns, que usam aquela farda do outro policial que estava aqui; essa daqui, nós somos os mais ou menos; e tem os melhores, isso aí já sou eu que coloco, que são os melhores do mundo, que são o pessoal do BOPE lá, os de preto. Então os caras de preto, passam por um treinamento lascado para poder suportar toda situação extrema, mas quando toca uma ocorrência que é necessário eles agirem, quem está lá na linha de frente primeiro são os piorados, os chamados piorados, que são os outros, os comuns. Então até os de preto chegar para tomar frente... Então, assim, esses que são da linha de frente, que são os que vão chegar primeiro, são os que vão apanhar primeiro, eles têm que ter treinamento, a gente tinha que ter treinamento, tanto treinamento de tiro, quanto uma reciclagem. *(Soldado Galena, mulher)*

A formação dos oficiais é mais exigente do que a dos praças, por constituir-se em um período mais prolongado – realizado em regime de internato no primeiro ano, semi-internato no segundo ano e externato no terceiro – e ter a finalidade de incutir a doutrina militar de forma mais incisiva nos novos trabalhadores. O isolamento social promovido pelo regime de internato tem como objetivo a transformação subjetiva reforçada pelo corte abrupto com os vínculos exteriores. Além do controle dos corpos, os cursos de formação, em especial aqueles voltados aos oficiais, visam realizar uma despersonalização para que o novo integrante seja completamente

absorvido pela ideologia militar. Estas são características das instituições totais, conforme teorizado por GOFFMAN (2013), as quais são simbolizadas pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída, além de todas as atividades diárias serem rigorosamente estabelecidas em horários e a sequência de atividades ser imposta de cima, por um sistema de regras formais explícitas e por um grupo de funcionários, os dirigentes. Ao ingressar em uma instituição total, o indivíduo passa por uma série de rebaixamentos, degradações e humilhações que tem a finalidade de modificar a concepção que tinha de si mesmo, bem como seu código moral, para que sua inserção ao novo sistema seja completamente assegurada. Neste contexto, toda a vida do novo membro passa a ser regulada pela instituição, seus horários, seus hábitos, sua aparência pessoal e, sobretudo, seu comportamento.

Segundo NARDI (2006), é a desconstrução do código moral que possibilita a transformação das relações de poder, uma vez que era a identificação com o código moral construído na socialização primária (família e escola) do sujeito que balizava a conformidade com os valores pessoais, a partir dos critérios definidos do que deve ser considerado certo ou errado na relação dos indivíduos com o trabalho. Como demostra o relato abaixo, ter consciência sobre o processo de subjetivação não impede que ele ocorra, com o total domínio sobre o corpo por meio das técnicas disciplinares, ao contrário, no caso do entrevistado em questão, essa consciência parece ter aumentado seu sofrimento psíquico ao longo dos anos na instituição.

Eu passei muito tempo em formação. E depois disso eu ainda fui trabalhar numa unidade especializada e eu fiquei mais tempo e fiz mais dois cursos de formação. Então você pode colocar quatro, além dos quatro, se juntar os outros cursos dá cinco anos. Tem os conhecimentos técnicos, tem a doutrina militar, né? Nós somos, viemos do meio civil e nós temos que aprender a doutrina militar que é rígida, como o corte de cabelo, o cumprimento de horários, fardamento tem que ficar impecável, respeito à hierarquia. Então, existe todo um, no trato com os superiores e com os subordinados, existe todo um ritual com gestos, né? Continência, por exemplo. Contenção dos movimentos físicos mesmo, né? Não sei se você já viu formações militares em que os militares não podem nem piscar, nem mexer o globo ocular, é o

que nós ouvimos nos cursos de formação. Então tem, além desses conhecimentos técnicos... Uma doutrina que visa o controle sobre o próprio corpo, né? Nós temos que controlar o corpo e tentar manter a cabeça no lugar. Dentro desse treinamento todo há toda uma tentativa de nos habilitar a cumprir as tarefas que são designadas, as missões, mantendo a cabeça no lugar. Você não pode perder a cabeça, tem que manter o resto funcionando, mesmo que o mundo esteja acabando, mesmo que estejamos no meio de um tiroteio, a coisa tem que funcionar. *(Capitão Rubi, homem)*

As coerções sobre o corpo, sobre os movimentos e gestos, são descritas por FOUCAULT (2014) como mecanismos de controle obtidos a partir das “disciplinas” que servem para impor uma relação de docilidade-utilidade sobre os corpos dos sujeitos. Segundo o autor, estas técnicas minuciosas definem um modo de investimento político e detalhado do corpo, uma “microfísica do poder”.

LUIZ (2008) afirma que a coerção disciplinar criada a partir da formação profissional dos policiais militares estabelece no corpo, na fala e na escrita destes trabalhadores “o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada, ou seja, na medida em que o policial militar ganha experiência e competência para refletir sobre sua atividade mais ele é cerceado e incentivado a não fazê-lo” (p. 22).

Ainda que tenha havido uma atualização com intenções democratizantes nas grades curriculares dos cursos de formação de policiais militares, segundo ALBUQUERQUE e MACHADO (2001), a manutenção do treinamento arcaico que cultiva ritos contrários a essas intenções no interior de um novo programa de formação de oficiais, expressa os conflitos internos da polícia militar brasileira que, pressionada a diluir seu caráter militar, incorpora novas exigências democráticas, mas ao mesmo tempo resiste a perder seus vínculos profundos com o militarismo.

O processo de socialização inerente à formação profissional de policiais militares constitui-se por meio da internalização de práticas e valores orientados por um “modelo extremamente militarizado”, em que princípios hierárquicos e de “submissão instrucional” são justificativas para a

aplicação de ritos de humilhação e práticas violentas e desrespeitosas infligidas aos novos trabalhadores (CUNHA, 2004).

No próximo capítulo discutir-se-á a forma pela qual os preceitos adquiridos no período de formação são relembrados aos policiais militares no decorrer dos anos de exercício profissional.

6.2.2 Regulamento Disciplinar do Exército: poder disciplinar, punições e subjetivação

O instrumento utilizado pela instituição policial militar para exercer o controle sobre corpos e mentes dos profissionais é o Regulamento Disciplinar do Exército (RDE). As práticas disciplinares, largamente disseminadas no exército, se constituem em estratégias de poder transformadas em práticas discursivas que disciplinam o corpo – instituindo gestos, atitudes, condutas e posturas –, regulam a mente e ordenam as emoções (CAPPELLE et al., 2004). A capacidade de coerção do RDE reside no caráter sancionatório atribuído ao conjunto de condutas tipificadas como transgressões disciplinares, as quais se aplicam sanções que variam de acordo com a gravidade da falta cometida (advertência, repreensão, detenção, prisão, prisão em separado, licenciamento e exclusão a bem da disciplina) (BARCELLOS, 1999). Nas falas dos entrevistados descreve-se o modo como a disciplina atravessa o militarismo, sendo que alguns indicam ter se adequado “perfeitamente” à estrutura organizacional, a reproduzindo e a valorizando como sendo o único meio de salvaguardar as normas e própria instituição.

A polícia militar nos exige através de regulamentos. Então a gente aprende dentro da polícia militar, dentro desse regime que nos exige, a ser mais responsáveis, a ser mais certinhos, entendeu? Não que em outros lugares não exista, mas dentro da polícia militar, sob o regime militar... então nos dá mais responsabilidade. Muitos se adaptam rápido e outros a médio, a curto-médio prazo, vai se adaptando. Aqueles que não se adaptam, caem fora. Eu já vi muitas situações dessa. (Sargento Quartzo, homem)

Ah, eu gostava quando eu trabalhava no BOPE, tem muitos anos. Eu gostava do respeito que eles tinham com a gente. Porque no militarismo tem uma parte boa, que é quando a pessoa reconhece você como um soldado fiel e valente. Entendeu? É isso que eu acho legal, no militarismo eu acho que é só a coisa que se aproveita para mim. É que você é tratado como se fosse uma pessoa fiel, de confiança. E lá eu conseguia exercer essa minha função bem. Porque lá você é mais atuante, mas o estresse lá é dez vezes mais. Lá eu passei por situações difíceis, mas o que eu vejo de bom é isso, é que você ser reconhecido pelo seu serviço. Quando alguém te elogia, agradece, quando você aborda uma pessoa que está desatenta, chega, a pessoa "muito obrigado", não só reprimir, mas cuidar mesmo. E eu faço isso, cuidar mais do que reprimir. (Sargento Berilo, homem)

Das pessoas que se adequam e concordam com a rigidez do regulamento parte a crítica sobre a não-padronização entre os batalhões na aplicação do RDE, pois alguns batalhões são tidos como mais flexíveis no seguimento de algumas regras e aplicação de punições mais brandas.

Eu sinto, às vezes, um cansaço psicológico por conta da estrutura, da organização policial militar, principalmente da nossa instituição policial militar do Distrito Federal. Eu não posso falar pelas outras. Por quê? Porque apesar de nós termos regulamentos, regulações, elas não são cumpridas à risca, tem uma que é de uma forma, tem outra que é de outra forma. Se eu for para outra unidade, exercer a mesma atividade, lá se age de outra maneira. Então não tem padronização. Isso acaba desgastando. (Sargento Coral, homem)

Seguido à risca ou não, não foi difícil encontrar histórias de punições entre os entrevistados. Um exemplo peculiar se refere à diferença entre a punição aos civis e aos militares quando faltam ao serviço. Os trabalhadores civis são punidos com perdas financeiras ou demissão por justa causa (que também acarreta perda financeira). Os trabalhadores militares, por sua vez, são punidos com advertências que podem chegar à restrição da liberdade,

com exposições públicas e exemplares aos demais policiais. Um dos entrevistados afirma preferir as punições militares por não afetarem financeiramente os trabalhadores.

Eu não vim hoje, não é assim direto, eles me dão o direito de defesa, eu faço por escrito, me explico, vai lá, eles analisam se acham por bem ou não. Aí dá repressão, dá detenção, dá um serviço extra. É um outro tipo de punição, mas aí só que se eu pegar 3 punições no ano, eu posso ser mandado embora da polícia por causa disso. Por exemplo, eu faltei 3 serviços e nenhum dos 3 eu justifiquei porque eu faltei. Eu posso ser mandado embora por isso. Já nos outros órgãos não, eu sou descontado. No fundo tem umas coisas que é pior que isso, doer no bolso eu acho pior. Descontar o salário é pior. O comando aí ele sempre alivia, entendeu? (Sargento Berilo, homem)

Abaixo, são citadas falas sobre as punições por faltar ao trabalho sem justificativa e por covardia. A punição por covardia era aplicada a todos os casos que não se enquadram em outros motivos para punir os trabalhadores, como quando estes se recusavam a executar uma ordem de um superior hierárquico. Além de ser considerada uma punição “injusta”, desproporcional e arbitrária, a punição por covardia também carrega consigo um simbolismo de um atributo que fere o masculino, desde sua nomenclatura. Ser considerado covarde em uma instituição militar é atentar contra o ideal e a imagem propagados ao público externo, além de representar um desrespeito à hierarquia e à disciplina, os dois eixos de sustentação do militarismo.

Ser preso por covardia é você não cumprir os mínimos detalhes e por abuso de poder. Ser punido injustamente é naquilo que o RDE foi feito para te punir em todos os aspectos, se atrasou, se está mal fardado, se está mal apresentado, se você não prestou uma continência, então, esses aspectos que tem brecha do comandante simplesmente chegar amanhã e “ó, matrícula, nome, quero você lá no batalhão”, aí chega lá e te adverte. Por quê? Então, porque ele achou que ele teve o poder de te advertir, porque ele quer ser reconhecido como quem? Como chefe. Então você tem que entrar naquela porta e falar “permissão, comandante?”, “permissão, mais antigo?”, “permissão concedida”, aí você entra. Aí você: “permissão para sentar”, “permissão para falar com o senhor”, aí, após você falar, “permissão para me retirar”, aí você se retira. Então é sempre uma norma a ser seguida. Então se você não segue aquela norma... você esquece de colocar uma

boina, aí eles te cobram. Aí você esquece, por exemplo, esse fardamento é o novo, ele é ruim de passar para caramba, então ele já não estão cobrando muito porque já reconheceram. Então, barba feita, cabelo cortado, meu cabelo não está padrão, porque tem que estar o pé bem feitinho, mas se tiver uma solenidade eu já vou bem rapidinho e faço o pé, ou então falo pra minha esposa fazer rapidamente. Então são certos aspectos que você, uns tem a ver, outros você percebe que é exagero, então... mas já tem melhorado bastante. (...) Nesses aspectos, eles têm uma visão de que deve ser seguido tudo ao pé da letra e não é assim, quer dizer, todo mundo é humano, né? (Sargento Crisoprásio, homem)

Porque só uma falta já queria me dar uma advertência para uma repreensão. Então duas repreensões, por exemplo, eu tomo uma repreensão hoje, se num intervalo de menos de um ano tiver uma outra repreensão, eu já pego dois dias de prisão. Então a gente pesa muito pelo comportamento. Nesse tempo todinho eu só tomei duas advertências. Tem colegas nossos que já foram presos por covardia, mas hoje em dia não tem mais a covardia, porque a gente tem o nosso direito jurídico, então a gente contrata um advogado e consegue livrar essa nossa punição. (Sargento Crisoprásio, homem)

Para os militares existem processos julgados por conselhos disciplinares que podem levar à exclusão da corporação. Esses processos são equivalentes aos processos administrativos disciplinares (PAD) dos servidores públicos civis ou, de outra forma, tem a mesma finalidade da demissão por justa causa dos trabalhadores formais. O trecho abaixo explica como se dá o encadeamento de punições que podem culminar na exclusão.

Tem exclusão, sem que seja uma coisa grave, um problema de conduta, de corrupção, um homicídio, alguma coisa assim, tem sim. A partir do momento que, vamos supor, você vai faltando serviço, você vai chegando atrasado, eles computam, entendeu? Eles estão vendo a sua disciplina e vai acumulando. Então na primeira vez te dão uma advertência verbal ou escrita, na segunda vez te dão uma repreensão, na terceira já te dão uma detenção. Então dentro do regulamento você tem uma quantidade de punições que estão previstas. Se você tiver mais de duas prisões, você cai no conselho. Nós temos também por comportamentos. Você entra com comportamento bom e, ao longo do tempo, você pode ir até excepcional comportamento, ou você pode descer para o mau. E nessa situação, dependendo aí da qualidade, se você tiver menos de 10 anos dentro da polícia militar você vai pelo plano de licenciamento, e acima de 10 anos vai para o conselho de disciplina, que aí já tem uma junta e digamos que os trâmites são mais demorados, mas você pode a qualquer momento ir embora. (Sargento Coral, homem)

Uma das principais críticas se refere à forma como o RDE é utilizado como instrumento de controle e, sobretudo, de sujeição dos trabalhadores, enquadrando-os em inúmeras regras estritas de comportamento. No RDE também são previstas normas de conduta para limitar os abusos no processo de formação de recrutas, e fortalecer os laços entre os colegas. Nos artigos 2º e 3º do RDE são dispostos os seguintes preceitos a respeito da camaradagem entre militares:

> Art. 2º. A camaradagem é indispensável à formação e ao convívio da família militar, cumprindo existir as melhores relações sociais entre os militares.
>
> § 1º - Incumbe aos militares incentivar e manter a harmonia e a amizade entre seus subordinados.
>
> § 2º - As demonstrações de camaradagem, cortesia e consideração, obrigatórias entre os militares brasileiros, devem ser dispensadas aos militares dos exércitos das nações amigas.
>
> Art. 3º. A civilidade, sendo parte da Educação Militar, é de interesse vital para a disciplina consciente. Importa ao superior tratar os subordinados em geral, e os recrutas em particular, com interesse e bondade. Em contrapartida, o subordinado é obrigado a todas as provas de respeito e deferência para com os seus superiores hierárquicos.

Um dos capitães entrevistados nota o possível efeito contrário naqueles que são submetidos aos abusos de poder e a estritos códigos de conduta, como discute a seguir.

Eu não sei se você sabe, no regulamento disciplinar do exército, nós temos uma norma que determina que os recrutas devem ser tratados com respeito e bondade. Mas isso não acontece. São tratados como, pelo menos quando eu me formei, acontecia o respeito, às vezes acontecia, mas nem sempre. Se você falhasse, você era até considerado um marginal. Se você chegasse atrasado, as consequências são muito ríspidas e a forma de imposição da disciplina, nunca foi muito humana, não. Você pode gerar rebeldia nas pessoas, né? Se o resultado previsto era um, ele se tornava outro. O caminho era um tiro que saía pela culatra. *(Capitão Rubi, homem)*

Pressões organizacionais, neste caso, enrijecidas por meio do RDE, limitam rigorosamente a expressão da subjetividade dos trabalhadores policiais, impedindo-os de manifestarem seu sofrimento e seu potencial criativo na resolução dos conflitos (AMADOR, 2002).

O RDE é a manifestação escrita do poder disciplinar, conforme descrito por FOUCAULT (2014), para docilizar os corpos (ao buscar controlar inclusive movimentos do “globo ocular”) e se dissemina por todo o corpo social da instituição militar, em todas as microrrelações, de forma que a adesão maciça dos indivíduos se constrói após o período de formação profissional e se estende nas atividades cotidianas, fortalecendo a hierarquia, as relações de poder e, consequentemente, facilitando a ocorrência de abusos. Eventuais atitudes de resistência costumam ser duramente repreendidas com o uso dos dispositivos constantes no RDE. No capítulo 6.2.3, serão apresentados os resultados obtidos sobre a rígida estrutura hierárquica da polícia militar e seus efeitos sobre as relações interpessoais.

6.2.3 Hierarquia, relações de poder e abusos

A hierarquia é uma das bases institucionais da polícia militar, dividida em círculos hierárquicos, e deve ser entendida como ordenação da autoridade por postos e graduações – e pela antiguidade dentro de um mesmo posto ou graduação –, com o “respeito à hierarquia consubstanciado no espírito de acatamento à sequência da autoridade”. Uma das estratégias de manutenção dos pressupostos da hierarquia militar é a definição de

círculos hierárquicos, os quais são entendidos como âmbitos de convivência entre os policiais-militares da mesma categoria com a finalidade de desenvolver o espírito de camaradagem, em ambiente de estima e confiança, sem prejuízo do respeito mútuo (BRASIL, 1984). Os círculos hierárquicos são apresentados no Estatuto da PMDF, conforme o quadro abaixo:

CÍRCULO E ESCALA HIERÁRQUICA NA POLÍCIA MILITAR	
HIERARQUIZAÇÃO	**POSTOS E GRADUAÇÕES**
Circulo de Oficiais Superiores	Coronel Tenente-Coronel PM Major PM
Círculo de Oficiais Intermediários	Capitão PM
Círculo de Oficiais Subalternos	Primeiro-Tenente PM Segundo-Tenente PM
PRAÇAS ESPECIAIS	
Freqüentam o círculo de Oficiais Subalternos	Aspirante-a-Oficial PM
Excepcionalmente ou em reuniões sociais, tem acesso ao círculo de Oficiais	Aluno-Oficial PM
CIRCULO DE PRAÇAS	**GRADUAÇÕES**
Círculo de Subtenentes e Sargentos	Subtenente PM Primeiro-Sargento PM Segundo-Sargento PM Terceiro-Sargento PM
Círculo de Cabos e Soldados	Cabo PM Soldado PM de 1ª Classe Soldado PM de 2ª Classe

A instituição está organizada de tal forma que a autoridade é cumulativa, então, por exemplo, um cabo pode dar ordens aos soldados, mas deve obediência a todos os representantes dos demais postos acima dele (sargentos, tenentes, capitães, e assim por diante) ou aos outros cabos que sejam mais antigos na corporação.

[A profissão] é desvalorizada lá fora e aqui dentro. A polícia ela forma oficial para arrochar a gente. Então não precisava esse monte, um só estava bom. Uma multinacional tem, no máximo, quatro gerentes gerais, cinco, aqui tem quase a metade da gente. Então para quê? Não precisa disso. (Sargento Berilo, homem)

Aqui é só o relacionamento tenso, em alguns lugares, de uma certa forma, que o militarismo proporciona. Porque chefe é chefe, major é totalmente

diferente de chefe. Ele é major, mesmo não sendo chefe. O capitão é major, mesmo não sendo chefe. Então a gente tem chefe pra tudo quanto é lado e você depende do bom humor dele, ou dela. (Sargento Âmbar, homem)

Porque o nosso regulamento é um regulamento arcaico. Inclusive eu sou instrutor desse negócio, eu entendo um pouquinho, o regulamento arcaico. Segundo, a questão da hierarquia e do empoderamento que se dá a algumas pessoas, é um negócio trágico. Porque tem gente que lida muito bem com o poder, sabe administrar e tal, mas a maioria não sabe. A maioria utiliza da forma mais deturpada possível. Entendeu? Ela quer satisfazer, não sei, eu não sou psicólogo, mas assim, o meu entendimento é que a pessoa quer satisfazer os seus egos, as suas vaidades, as suas carência afetivas, esse troço todo, com a utilização do poder que ele tem na mão para com os seus subordinados. Eu vejo isso dia após dia nesta empresa. (Capitão Topázio, homem)

Os trechos acima revelam queixas frequentes entre os policiais militares entrevistados, referentes aos abusos de poder que a hierarquia organizacional proporciona e acaba estimulando com as inúmeras regras de conduta e o extenso rol de punições do RDE. Os trabalhadores e as trabalhadoras sentem que não tem a quem recorrer nos casos abusivos.

Às vezes a gente é mal-compreendido pelos superiores. Apesar da gente ser regido por um regime, muitos deles, eu não estou exagerando, muitos deles usam o regime para, não vou dizer a palavra escravizar, porque esse termo escravo já se passou muitos anos, mas usa o regime para mandar mesmo, como se fosse dono da pessoa. (Sargento Quartzo, homem)

A hierarquia que permite ditar o comportamento do outro, ainda é sentida como mais humilhante pela diferença de idade que pode existir entre os chefes e os chefiados. Neste contexto, em função do militarismo exigir uma série de procedimento de estética e vestimenta, fica autorizado que superiores hierárquicos possam repreender os subordinados por detalhes que podem indicar a falta de uniformidade no corpo militar. Os abusos se traduzem em exigências e punições, aliadas à vigilância constante por todos os membros da instituição. Nenhum pode destoar do grupo. A reiteração da norma com ameaças pelos oficiais mais jovens é uma forma de reforçar sua posição superior na estrutura institucional, impedindo questionamentos ou

insubordinações, mesmo quando são menos experientes para o desempenho da profissão de policiais.

Tem muito problema para resolver aí fora na sociedade e, igual eu te falei, forma 100 gerentes para fazer a mesma coisinha, se eu estou com isso aqui na cabeça, se eu fiz a barba hoje... Acho que nem no exército é mais assim. Então é umas picuinhas bobas, entendeu? Ou melhor, não tratam você como profissional, até hoje, eu tenho 42 anos de idade, aí vem um de 30 falar comigo como se eu fosse um menino e ele um cara responsável. Entendeu? Você não vê o cara profissional na sua frente. Você não tem o respeito do cara. Eles respeitam porque tem o regulamento e ele é rígido, mas se não tivesse o regulamento nosso rígido, nenhum oficial falaria com um praça igual eles falam. (Sargento Berilo, homem)

Apesar do desconforto que causa esse tipo de repreensão a hierarquia consegue concretizar exatamente o que se propõe, ou seja, moldar comportamentos ao fazer com que o sujeito ceda à pressão de estar sendo constantemente observado, criticado e punido por deixar de cumprir uma prescrição. O indivíduo então se sujeita à norma, se torna parte do todo e passa a coagir os demais que fraquejam na adesão aos preceitos institucionais.

Porque além do trabalho que tem que é a atividade-fim, prestando um serviço à sociedade, que é quem paga o seu salário, tem todo um sistema por trás de você que ele te enquadra muito, que ele te oprime muito, então ele te tolhe muito a sua liberdade. É, porque antes de você prestar o serviço em si, você tem que estar preocupado em se enquadrar em todo o sistema que está te moldando. Fica entre essas duas coisas e muitas vezes a gente prefere dizer um amém e se enquadrar no sistema. (Cabo Diopsídio, homem)

As mudanças recentes na corporação policial militar do Distrito Federal, com ingresso de profissionais com outro perfil de formação, conforme discutido anteriormente, implica também na resistência a abusos de poder internamente ao ambiente de trabalho, levando a conflitos geracionais e mudanças estruturais que só poderão ter o seu impacto real avaliado futuramente. Como discutimos no capítulo 6.1.1, a diferenciada fase de socialização dos novos ingressantes na instituição, por potencialmente já

terem tido mais vivências profissionais e pessoais ao ingressarem na polícia militar, pode torna-los agentes de mudanças estruturais importantes. O ingresso de pessoas com formação universitária, somado às outras transformações na sociedade brasileira contemporânea, pode contribuir na ampliação da reflexão sobre direitos humanos e direitos trabalhistas. Por outro lado, todo processo de mudança carrega em si um período de agravamento dos conflitos e tensões entre os envolvidos, os que lutam por ela e os que resistem.

A questão do militarismo, às vezes é boçal. Assim, eu acho que os oficiais de hoje, não sei os novos, talvez os novos estejam um pouco melhores, mas os oficiais mais antigos eles não estavam preparados pra gente. Quando eu digo a gente é essa última turma, porque eles estavam acostumados, sei lá, com policial mais xucro que não tinha estudo, não tinha uma bagagem. Eu acho que tem muito oficial aí que não mora tão bem quanto eu, eu tenho uma renda legal, e eu acho que eles não estão preparados para receber isso, esse policial que questiona mais. Eu mesmo sou muito questionador. Então se ele me manda fazer algo, eu questiono quase sempre tudo, toda hora, "não, por que isso? Mas não faz mais sentido isso?". Então eu acho que eles não estão preparados pra gente nesse sentido. (Soldado Jaspe, homem)

A mudança no perfil dos policiais também ocorreu entre os oficiais no passado. Um dos capitães entrevistados relata os conflitos vividos no passado, quando havia recebido treinamento de oficiais despreparados que haviam passado por um curso de formação de oficiais mais focado na doutrina militar do que em formação integral.

O curso de formação de oficiais, ele é um curso superior, entendeu? Acontece que esse é o grande diferencial. Há muitos anos atrás, quando muita gente fez esse curso de oficiais, o ingresso era através do apadrinhamento. Rolava venda de gabaritos e o curso lá dentro era uma catástrofe, entendeu? Não ensinava nada. Ensinava a parte militar. A doutrina militar. Não ensinava nada assim pro cara saber, Direito Penal, Direito Constitucional. (...) O meu curso foi muito bom. Teve os desmandos, né, porque afinal de contas, os oficiais que estavam à frente do meu curso eram profissionais de péssima formação. Mas, assim, como a minha turma já tinha um nível razoável, por exemplo, eu estudava Ciências Sociais, tinha nego que fazia Mecatrônica. Então, assim, todo mundo terminou o curso, aprendeu o que foi bom, e depois continuou sua vida escolar, acadêmica, e

muitos oficiais que hoje são nossos chefes, fizeram o concurso de oficiais nos anos 1400, hoje são nossos superiores hierárquicos, mas tu não consegue ter um dedinho de prosa com o cara, porque tu percebe que não sai nada. Porque é um cara tosco, um xucro, um quarta série, que é meu chefe. *(Capitão Topázio, homem)*

A fala de um dos entrevistados revelou uma percepção de mudança de tratamento entre superiores hierárquicos e subordinados, com mais abertura e acesso para o diálogo. A mudança está sendo mais por parte das pessoas que questionam a forma de organização da instituição do que pela flexibilização do RDE. O RDE continua prescrevendo a estrita divisão e comunicação respeitando os círculos hierárquicos. A suavização das regras rígidas de comunicação acarreta melhora nas relações interpessoais na organização.

Nestes tempos de hoje acabou muito a violência entre a corporação. Não existe mais. Porque antigamente para a gente falar com um coronel a gente tinha que chegar... por exemplo, eu era soldado, eu tinha que chegar no cabo, pro cabo chegar no sargento, pro sargento chegar, até chegar no coronel para ver se eu poderia falar com ele. E hoje em dia não tem isso, eu posso ir direto na sala e me apresentar e tenho um acesso a ele. Isso mudou muito as relações profissionais de hierarquia. Não mudou o RDE, isso não mudou, porque é o mesmo RDE do exército. Mas o pessoal não cumpre isso cegamente. *(Sargento Ametrino, homem)*

Contudo, não deixa de haver uma relação de “nós” *vs.* “eles” entre os praças e os oficiais, com a percepção de que os círculos hierárquicos protegem todos os integrantes entre si em relação aos integrantes de outros círculos. Dois entrevistados refletem diferentemente dos demais participantes, colocando um contraponto na relação de cobrança entre oficiais de diferentes patentes e praças.

Algumas pessoas acham que você mudou porque está um pouco graduado, porque está em outra função. Aí você, eles chamam, é arrochador no termo militar, né, você é linha dura. Mas a gente tem que cobrar pelo menos o básico, porque senão não funciona. Se cobrando o básico não está funcionando, imagina se deixar frouxo. *(Sargento Coral, homem)*

Na verdade, eu vejo o seguinte, entre os praças existe um código de ética não escrito, subliminar, é assim "ah, não sei o que, você é praça arrochando praça". Então, assim, eles meio que se autoprotegem. Dificilmente aparece um que se destaca, que cobra mais dos colegas. Então, via de regra, o praça não exerce cobrança sobre outro praça. Ele é até omisso, ele até pratica crime, a legislação prevê essa conduta dele como crime, a tal da prevaricação, omissão, essa coisa toda. Agora no meio dos oficiais, isso não, já é mais ostensivo. *(Capitão Topázio, homem)*

A polarização que ocorre em função dos círculos hierárquicos favorece que a (con)vivência na corporação seja cindida no que os entrevistados nomearam como sendo "duas polícias", a divisão entre praças e oficiais, que gera um campo de constante tensão entre os profissionais. Esta discussão será aprofundada no próximo capítulo.

6.2.4 As duas polícias: praças e oficiais

A hierarquia militar e a organização do trabalho, segundo os participantes deste estudo, além de refletirem diferentes graus de inserção no militarismo, são vividas como duas polícias, os praças e os oficiais. E parece haver uma insatisfação sentida especialmente pelos praças (que participaram em maior número nesta pesquisa) com relação às desigualdades relativas às diferenças salariais e de benefícios, às possibilidades de ascensão profissional, aos privilégios e punições dentro da instituição.

Praça é do soldado até o subtenente. Subtenente é um praça especial, está com um pé lá, outro aqui. Por isso é subtenente. É uma polícia. Do tenente pra lá é outra polícia. São duas polícias. Eles têm um plano de carreira

diferente, o trabalho é diferente, tudo é diferente. E aí vai e junta a vaidade deles para atrapalhar quem está embaixo. (...) Os que saíram de soldado pra tenente, com esses é fácil conversar. Ele sabe a nossa vida. Agora o que foi pra Academia direto, esse não. (...) Quando acontece um ato de indisciplina com eles, não dá nada, é ofuscado, tem um corporativismo, tudo funciona melhor. A não ser que seja algo muito fora do normal. Vamos supor, o polícia estava lá no bar, bebeu e deu um tiro pro alto. Se for um soldado é uma coisa, se for um tenente é totalmente diferente. Todos os dois estão errados, mas o tratamento será diferenciado. (Sargento Âmbar, homem)

Há uma diferença entre quando o policial chega a ser oficial subindo degrau por degrau desde o posto de soldado e quando entra logo como oficial passando pela Academia de Formação de Oficiais. O diálogo com aqueles que vivenciaram a profissão como praças e se tornaram oficiais é sentido pelos praças como mais fácil e mais próximo.

Em pesquisa realizada com policiais militares no RJ, MINAYO et al. (2007), verificou que há diferença entre praças e oficiais na percepção de riscos. De fato, a exposição aos riscos também é diferente e afeta, sobretudo, os praças: “na vida real há uma diferença abissal de vitimização entre os que planejam (oficiais) e os que executam as operações (cabos e soldados, sargentos e subtenentes)” (MINAYO et al., 2007, p. 2770). A vitimização se materializa em traumas, lesões ou mortes no exercício profissional.

Segundo um entrevistado, a existência das “duas polícias” configurando a organização institucional é sentida como permeada de injustiça e desigualdade de tratamento, e relatada como um fator mais nocivo à saúde mental do que o cotidiano de trabalhar na rua e lidar com a violência. Este fator associa-se à falta de apoio nas reivindicações relacionadas à carreira e remuneração.

É como eu lhe falei, lá fora tem um leão e aqui dentro também tem outro, mas já foi pior. Hoje existe um relacionamento maior com os donos da polícia. Eu falo assim que é porque dá para entender melhor os donos da polícia é outra classe. Eu não estou aqui fazendo motim nem nada, eu estou falando contigo porque eu posso falar, como eu já falei também por aí. Só

que isso não é um ato de indisciplina, é a constatação. (Sargento Âmbar, homem)

Os principais problemas é... falta de apoio dos oficiais, eu acho que é o pior problema de todos. Eles não costumam apoiar muito a gente. Eles não costumam apoiar os praças. (...) Quando fala de aumento, o coronel apoia o aumento dos oficiais e não fala de aumento de praça. Então, eu acho que a pior coisa que tem é isso, essa falta de apoio deles, falta de união de oficiais com praças. (Sargento Ametista, mulher)

No primeiro trecho apresentado acima transparece no discurso do entrevistado termos que representam a forma como a instituição lida com os questionamentos: como “motim”, “indisciplina”. Na fala é reforçada a posição do policial de que não se trata disso, de que o que revela não deveria ser considerado segredo, nem traição, e sim uma constatação, portanto busca se defender de uma possível punição.

O entrevistado cuja fala é destacada a seguir indica que existe um código de convivência mais fluido entre os praças, até pela percepção de que o militarismo não é tão predominante neste círculo. Já os oficiais são percebidos como a verdadeira representação do militarismo.

Eu trabalho no meio dos praças e no meio dos praças quase não tem militarismo. Tem um ou outro sargento que é meio xarope, assim com essa questão de continência ou alguma coisa assim, mas é raro. Então, assim, com os meus pares, assim, praças, é bem tranquilo o trabalho, é bem profissional o serviço, mas, de fato, eu não sei o que acontece, mas a formação dos oficiais eu acho que eles se sentem superiores. Hoje em dia eu me sinto mais policial do que militar e eu acho que quando você vira oficial, aí você é totalmente militar. (Soldado Jaspe, homem)

Se por um lado o tema das duas polícias revela o panorama de abusos de poder na rígida hierarquia militar, por outro é apontada como uma das forças opostas à desmilitarização. Muitos policiais entrevistados acreditam que a militarização da polícia serve ainda principalmente à manutenção do *status quo*, dos privilégios recebidos pelos oficiais, e não à necessidade de organização militar para a segurança pública. A fala destacada abaixo informa sobre a percepção de um dos entrevistados.

Os oficiais não querem a desmilitarização. Não são todos, mas a maioria não quer. Por quê? Os caras têm motorista. Tem uns privilégios que não convém mencionar. Tem alguns gatos pingados que querem, mas muitos não. Quem está no topo da cadeia lá, não quer nem... tanto que eles fazem lobby no congresso, né? Os coronéis e os delegados pra não desmilitarizar.
(Cabo Xisto, homem)

No contexto de violência institucionalizada, a desmilitarização é entendida como perda de poder de ação e poder de controle sobre a população e sobre os subordinados de cada círculo hierárquico. Parece haver grande resistência, principalmente, por parte dos oficiais mais graduados em discutir a desmilitarização, diferentemente dos praças que consideram que deveria haver uma grande mudança na lógica de organização da instituição para melhorar as condições de trabalho. No próximo capítulo, buscaremos discutir alguns pontos relacionados à defesa da desmilitarização por parte dos participantes desta pesquisa.

6.2.5 Desmilitarização: policiais e/ou militares

Eu sou contra a pessoa ter duas profissões. Ainda mais duas pesadas ao mesmo tempo: policial e militar.
(Sargento Âmbar, homem)

A discussão sobre a desmilitarização da polícia está em pauta há alguns anos no Brasil, em função da abertura democrática com a publicação da Constituição de 1988, dos excessos cometidos pela polícia militar em nome do cumprimento da lei, da guerra ao tráfico, dos abusos cometidos na

formação dos novos policiais, e da possibilidade de criação de uma polícia integrada, segundo modelos efetivos de outros países.

Em pesquisa com policiais militares em formação, que haviam ingressado na PMDF em 2010 e participavam do curso de formação de praças, MATTOS (2012) verificou que, embora tenham demonstrado elevados índices de adesão à disciplina e à hierarquia, 61,1% apoiavam a desmilitarização das polícias militares e consideravam a PMDF uma instituição autoritária. Os resultados encontrados ainda indicam que o período de formação e o contato com o ambiente militar parecem ter influenciado no incremento do apoio à desmilitarização e no fortalecimento da percepção da imagem autoritária da instituição. Segundo o pesquisador, os dados encontrados parecem estabelecer uma relação consistente entre o autoritarismo e o militarismo, tanto no trabalho esperado, quanto no trabalho real.

No presente estudo, todos os participantes, de uma forma ou de outra, abordaram o tema e afirmaram ser a favor da desmilitarização. Vale salientar que não foi feita nenhuma pergunta sobre isso, mas os entrevistados sentiram a necessidade de tocar neste assunto constantemente. As mudanças na organização, atualmente solicitadas por parte significativa da sociedade brasileira, encontram apoio entre grande parte dos policiais entrevistados, especialmente por acreditarem que haverá reestruturação da carreira, isonomia com outros profissionais da segurança pública, menos rigidez no processo de formação, em especial, em relação às punições excessivas e arbitrárias, conforme discutido nos capítulos anteriores.

Por causa do militarismo a gente acaba recebendo bordoadas de vários lados, né? Tem o regime disciplinar que é de mil quinhentos e alguma coisa aí, que, pô, veio do exército, uma coisa pra guerra. Tipo assim, eu não concordo de jeito nenhum que a gente tem que ser militar hoje. Militar é pra guerra. A gente é um povo pacífico. Não está em guerra com ninguém, a gente tinha que ser só polícia. Só que, que nem eu falei antes, para eles é muito cômodo ter essa mão-de-obra aí que eles fazem o que querem. *(Soldado Jaspe, homem)*

O militarismo faz com que a sociedade esteja explicitamente dividida entre civis e militares e isso é avaliado como algo bastante negativo pelos policiais, como exemplificado a seguir. A lógica de organização da instituição fundada no militarismo é percebida como histórica e contextualmente ultrapassada, herdada de um regime militar oficialmente extinto há anos no país.

Eu acho que no caso da polícia militar sobre o regime militar, de como é a gente lidar nessa sociedade que prega muito a democracia, desmilitarização, essa questão desse regime militar. Essa questão da gente até hoje estar regido por um regulamento disciplinar do exército. Por isso que eu falo, com relação à militar, polícia militar e bombeiro militar, eu acho que nós somos militares aqui dentro do quartel, mas lá fora quando o bombeiro e o policial saem, você é um policial ou um bombeiro. Então a gente vive duas faces. Lá fora somos policiais, aqui dentro somos militares. Eu acho que isso é muita pressão pra gente. *(Sargento Esmeralda, mulher)*

A vivência entre esses dois mundos não é fácil. O trabalhador deve ser militar o tempo todo no quartel e é condicionado a cada instante para isso, entretanto, quando está fora do seu expediente, não consegue deixar de ser militar completamente ou tem que se esforçar para não deixar o militarismo adentrar as outras relações estabelecidas no período de folga.

Muitas pessoas me têm na minha vizinhança, quem me conhece, fala que eu não sou policial, porque eu tento separar. Porque o militar é muito pesado. Se você não tirar isso de cima de você, você acaba sendo chato, inconveniente. Então eu tenho esse sonho de ver a polícia, mais profissional e menos militar. Essa situação de desmilitarização, que até a palavra é feia, é uma coisa muito complexa, entendeu? O governo chega e fala que vai fazer para ganhar voto, mas é muito complexa. É coisa de primeiro mundo uma polícia. Só uma polícia. Aqui tem várias, na estrada tem uma, ali tem outra. Eles falam que a gente vai perder alguns direitos. Uai, quer dizer que não pode desmilitarizar e continuar com os direitos? Então é isso. E eu falo porque eu tenho essa vontade de ver um dia a polícia única e profissional. A carreira única. *(Sargento Âmbar, homem)*

PORTO (2004), em pesquisa realizada com os dirigentes policiais do Distrito Federal (entrevistando policiais civis, militares e do Exército), verificou que grande parte da resistência à criação de uma carreira policial única se apoiava nos seguintes argumentos: distintas formações profissionais e culturas organizacionais; diferenças salariais que conferem diferentes graus de prestígio social; disputas de competências, de poder, de legitimidade, de valorização e de reconhecimento.

O modelo policial tradicional baseia-se na ação-reação com uso da força como o principal instrumento de intervenção muitas vezes de forma desnecessária, ilegítima e à margem da legalidade. BENGOCHEA et al. (2004) defendem que a transição é possível e necessária para que a polícia passe a centrar sua função na garantia e efetivação dos direitos fundamentais dos cidadãos e na interação com a comunidade, estabelecendo a mediação e a negociação como instrumentos principais; preparando melhor a polícia para a utilização eventual da força e para a decisão de quando e como usá-la. Para tanto, a base deve ser o investimento em políticas públicas que privilegiem investimentos na qualificação, na modernização e nas mudanças estruturais e culturais adequadas ao contexto democrático atual. A polícia cidadã deve ser entendida como aquela que problematiza a segurança, discute sua complexidade e divide responsabilidades, ou seja, “na polícia de controle, a polícia é o poder, enquanto na polícia cidadã, a polícia é serviço” (BENGOCHEA et al., 2004, p.125).

Segundo FREIRE (2009), o paradigma da segurança cidadã parte da compreensão da natureza multicausal da violência e conjuga controle e prevenção nas políticas públicas em âmbito local. Neste modelo o foco é o cidadão e a violência é entendida como os fatores que impedem o exercício pleno da cidadania. Desse modo, as iniciativas desta abordagem incluem educação, saúde, lazer, esporte, cultura e cidadania, com atuação conjunta de várias instituições públicas e sociedade civil.

Uma forma de efetivar a polícia cidadã seria unificar as instituições policiais brasileiras, criar um único código de ética, que traga uma construção mais humanizada para os policiais militares. Os ganhos serão sentidos tanto pela sociedade quanto pelos próprios policiais. Um dos entrevistados se refere ao movimento de desmilitarização como um movimento de humanização da instituição, sem deixar de haver o controle sobre o trabalhador-servidor público, garantido pela Lei nº 8112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, ou por um novo código de ética da profissão policial a ser criado.

Hoje a gente espera uma mudança no código RDE, o regulamento disciplinar do exército. Nós temos que criar nosso código de ética, então uma forma que a gente vem discutindo há muitos anos é isso, pra melhorar um pouco pra gente. Acabar com o RDE e fazer um código de ética. Já tem estudo, já tem um monte de coisa aí, só que não vai. Então eu acho que tem que ter uma reformulação geral nessas coisas. Tem que ter melhor condição de vida ou de trabalho pro policial. O Estado tem que investir no policial, né? Então, existe controle. Hoje em dia, se você não controla seu filho, ele faz o que quiser. Eu acho que o funcionalismo público existe um controle, a [Lei] 8112 tem o controle em cima dos funcionários públicos, tem os mecanismos, né? Então hoje o anseio da classe policial é ter um código de ética que humanize mais esse tratamento com os policiais militares dentro da organização policial militar. *(Sargento Mármore, homem)*

O planejamento estratégico da PMDF para os anos de 2011 a 2022, cujo lema é “Planejando a Segurança Cidadã do Distrito Federal no Século XXI”, parece indicar um redirecionamento de rumos, privilegiando a qualificação profissional e a abordagem comunitária, a exemplo da recente reestruturação curricular da formação de praças e oficiais e da exigência de nível superior de formação acadêmica para ingresso de novos soldados na corporação (GDF, 2011). Além disso, com esta mudança no ingresso a partir de 2009, houve incentivo também aos policiais mais antigos, com a possibilidade de realizar um curso superior de Tecnólogo em Segurança e Ordem Pública em um projeto chamado “Policial do Futuro”, a partir de um convênio com a Universidade Católica de Brasília (COSTA et al., 2012).

A valorização profissional dos policiais por meio de iniciativas de qualificação profissional é uma estratégia de enfrentamento às violências e arbitrariedades praticadas dentro e fora das unidades policiais e à precarização das condições de trabalho a que frequentemente estão submetidos (COSTA et al., 2012).

O tema da desmilitarização têm sido amplamente discutido na atualidade, e parece que até os próprios militares estão se sentindo mais à vontade para tratar do assunto e colocarem seu ponto de vista. As melhorias nas condições de trabalho dos policiais militares parecem passar necessariamente por essa discussão. No próximo capítulo, serão discutidas as violências relacionadas ao trabalho policial militar, com destaque para as condições e conteúdo do trabalho.

6.3 VIOLÊNCIA RELACIONADA AO TRABALHO

6.3.1 Compreensão das violências

Foram mencionadas diferentes compreensões a respeito do significado de violência. Os conceitos trazidos nas respostas refletem contextos e vivências pessoais dos participantes, conforme foi possível identificar a partir do conjunto de informações de cada entrevista. Optou-se, assim, por discutir individualmente as falas mais emblemáticas que refletem

o contexto produtor do significado subjetivo da violência para os policiais militares entrevistados.

Violência é esse tratamento arcaico que dão para a gente aqui dentro, esse militarismo. O militarismo está para a violência como a violência está para o militarismo, inclusive na questão psíquica, né? Tratamento, né? Muitas pessoas não tem educação. Eu não sei se é falta de educação ou é falta de quê quando trata o seu subordinado de uma maneira que é agressiva. É violência. Violência é o que a gente lida sempre como policial, violência é uma coisa que a gente encontra todas as vezes que a gente vai atender uma ocorrência. E o que é que a gente encontra? Tudo. Às vezes uma falta de respeito, a briga começa por uma falta de respeito, aí vai pras vias de fato, pra um homicídio, estupro, abuso. Acho que a pobreza também é uma forma de violência, porque a pobreza maltrata muito. É. Acho que família desestruturada também é violência, filhos doentes que viram pais doentes e que transformam os filhos em filhos doentes que amanhã serão pais doentes. *(Sargento Esmeralda, mulher)*

O conceito de violência acima foi descrito por uma policial que estava afastada do trabalho há muitos anos em decorrência de uma violência sexual e que durante o período de afastamento buscou a formação acadêmica como parte do processo terapêutico e de ressignificação do contexto social com que se deparava no exercício da profissão. Essa policial revelou ter construído ao longo dos anos uma postura reflexiva e crítica com relação à organização institucional da polícia militar e ao militarismo, identificando assim várias facetas da violência em sua fala.

Violência pra mim é o não amar, é o não cuidar, é desprezar. Isso é uma violência. Às vezes as pessoas não leva uma tapa, mas está sendo agredida. É uma violência. Palavras machucam, né? Violência pra mim não é só chegar lá na ocorrência e falar "ah, tá moído", que é o termo que a gente usa, né, está acabado, está ensanguentado, não. Às vezes uma palavra machuca muito mais do que uma porrada. Isso é violência. É o não amar. *(Cabo Opala, mulher)*

A fala supracitada traz o conceito de violência criada por uma policial que viveu um contexto de violência doméstica, ameaçada de morte pelo ex-marido no processo de separação. Ela iniciou novo relacionamento com

dinâmica de intimidade e cumplicidade distinta da ausente na relação anterior e refletiu sua experiência passada e presente na sua fala destacada abaixo.

Violências são situações ou atitudes que fujam de uma convivência de um ambiente de harmonia, de paz, de qualquer situação que fuja e vá contra, te obrigue a fazer determinadas coisas que sejam contrárias a sua vontade. (Cabo Diopsídio, homem)

A violência é compreendida como descrito acima pelo participante que há poucos anos havia sofrido um acidente vascular cerebral e, em função deste episódio, teve que mudar radicalmente os hábitos de vida, buscando diminuir o estresse por meio de atividades propiciadoras de paz e harmonia.

Bom, violência, eu acho assim, a gente hoje em dia vê muito, não só pela experiência nossa de ser policial, mas como cidadã também, acho que não é só uma agressão física, de você agredir o físico de uma pessoa, mas o psicológico também de uma outra pessoa. A gente já passou por situações aqui de você ver crianças que são abandonadas, eu acho que uma violência maior do que essa de abandonar uma criança ou deixar um idoso na rua sem cuidado, sem alimentação, isso é uma forma de violência. Às vezes não só de pessoa pra pessoa, mas às vezes do Estado pra com a população. É uma forma de violência também você vê que está sendo descuidado, às vezes a gente tem uma situação de encaminhar idoso, criança, deficiente, para os centros de apoio social e você chega lá e não tem vaga, às vezes não tem uma equipe suficiente para atender no dia. E as pessoas vão ficando marginalizadas e largadas na rua. E a gente como policial vê aquilo, tenta trazer a dignidade praquelas pessoas ali e, às vezes, não depende só do nosso trabalho e traz um sentimento também de incapacidade. (Soldado Pérola, mulher)

Para a entrevistada que havia relatado o choque de realidade que viveu ao tornar-se policial militar, o conceito de violência acima se relaciona à violência social e estrutural com a qual se deparava diariamente no exercício do trabalho. O contato com essas violências foram marcantes para essa participante, que só tinha tomado consciência dessas violências ao se tornar policial.

Os demais participantes restringiram-se a definir mais genericamente a violência, entretanto, merece destaque o foco comum, mormente, sobre os componentes psicossociais da violência, como o desrespeito, as agressões não-físicas e o desamparo.

O que é violência? Violência é tudo o que contraria a vontade do próximo. Toda ação que você pratica e que é contrária à vontade do próximo. Por exemplo, violência não é necessariamente aquela coisa, aquele contato, pode ser uma violência, uma grosseria é uma violência. Então a violência é um conceito enorme. (Capitão Topázio, homem)

Violência é o desrespeito às leis, é a falta de urbanidade, é, enfim... como é que se diz? [pensando longamente] Violência é isso, é o uso da força contra o ser humano, é o desrespeito ao cidadão, e por aí vai. (Sargento Cristal, homem)

A violência é uma intromissão na vida alheia, uma falta de respeito, pode ser agressão física ou até verbal, psicológica, então é uma forma de menosprezar o outro, de negar ao outro a sua característica de humano. (Capitão Rubi, homem)

Violência é quando alguém age fazendo alguma coisa que faça o mal para o outro ou para ele mesmo, de uma forma que infrinja a lei e que se não está na lei, que infrinja o direito da pessoa de alguma maneira, que provoque dano praquela pessoa. Seja emocional, seja físico ou vexatório diante das pessoas. Isso pra mim é violência. (Sargento Granito, homem)

As violências são bastante vívidas para os policiais militares, não tendo havido dificuldade em conceituá-la e, muitas vezes, em exemplificá-la. No capítulo seguinte, a relação entre violência e condições de trabalho será abordada de forma a contextualizar o cenário cotidiano que envolve estes trabalhadores e para, posteriormente, discutirmos as potenciais (e reais) implicações para a saúde mental.

6.3.2 Condições de trabalho

O trabalho desenvolvido pelos policiais militares tem características peculiares e paradoxais, pois, como afirmou FRAGA (2006, p. 8):

> A execução do trabalho dos policiais militares é caracterizada por atividades repetitivas e incertas que se mesclam de maneira paradoxal no cotidiano de policiamento ostensivo, pela constante visibilidade da farda. Repetitivas por seguirem uma rotina de permanência de horas seguidas em pé, muitas vezes no mesmo lugar, atentos ao executar um trabalho como o de policiamento ostensivo, que consiste num compromisso diário e ininterrupto, numa intervenção direta nos acontecimentos tidos como "anormais" no espaço público. Paradoxalmente, essa rotinização também se mescla pela incerteza diante do constante suspense de perigo, ingrediente fundamental no policiamento ostensivo.

As condições de trabalho estão diretamente relacionadas aos acidentes e aos afastamentos. No caso do trabalho policial, entende-se que os ferimentos decorrentes do exercício profissional, considerados inerentes à atividade a partir do pagamento de adicional de periculosidade, são acidentes de trabalho, em sentido amplo do conceito. Os relatos dos policiais militares entrevistados informam sobre diversas situações que acarretaram adoecimentos e agravos à saúde, desde o período de formação e cotidianamente durante o exercício do trabalho.

O único problema que realmente teve relação [com o trabalho] e que eu deveria ficar afastado pelo estado, foi que eu machuquei o pé no curso de especialização, mas para não deixar de me formar eu continuei trabalhando, porque o médico queria engessar meu pé e faltavam menos de cinco dias para eu terminar o meu curso e eu ia perder. (...) Só que hoje dói. Não ficou calcificado, então dói. De noite é uma maravilha. *(Sargento Coral, homem)*

Porque eu trabalhei na cavalaria e tenho hérnia de disco. Então eu sinto dores na coluna e até pra você se afastar pra um tratamento como esse de coluna é difícil, porque se você se afasta, sobrecarrega a vida dos outros poucos que permanecem, porque num quartel como esse são poucos oficiais. Então você acaba sendo malvisto, né? Se alguém se afasta pra

tratamento de saúde é malvisto. É considerado um preguiçoso. Aquele que está se esquivando do serviço. Há sempre essa desconfiança. (Capitão Rubi, homem)

Outro fator agravante dos adoecimentos e lesões provocados pelo trabalho é a dificuldade de afastamento do trabalho para tratar da saúde. Além dos trabalhadores afastados serem malvistos pelos colegas e pela real sobrecarga que a falta de pessoal acarreta para os que permanecem em serviço, existe ainda o efeito do gênero sobre o ato de adoecer e afastar-se do trabalho. Neste sentido, os homens mais raramente buscam a assistência à saúde e quando buscam seu quadro geral de saúde está mais agravado. No caso das mulheres, elas são estereotipadas como mais frágeis por buscarem com mais frequência os tratamentos à saúde quando sinais de alerta surgem ou por lesões que os homens são menos incentivados a tratar.

Outros relatos falam de distintos aspectos das exigências da organização que afetam as condições de trabalho como a exigência de chegada ao batalhão com uniforme para que os trabalhadores possam entrar, sem ser dada a possibilidade, em alguns batalhões, do trabalhador se trocar no local. Muitos entrevistados informaram que, atualmente, preferem não sair de casa uniformizados pelo medo da crescente violência urbana. Contudo, quando é exigido o uso do uniforme na entrada, o único recurso é tentar disfarçá-lo com outras vestimentas por cima. Assim, alguns policiais afirmaram que colocam o uniforme, mas não o colete balístico, fato que gera um risco adicional aos policiais a caminho de casa ou do trabalho. A resistência a usar constantemente o colete balístico deve-se ao peso do equipamento e aos diversos problemas de coluna que ele acarreta.

Eu moro muito longe, não tenho carro, então sempre faço isso [ir e voltar do trabalho uniformizado]. Então eu começo a trabalhar no momento que eu saio de casa, né? No período do transporte ida e volta. E é difícil, não é fácil, não, pegar ônibus e tal. É muito perigoso. Muito. Já tenho que me acordar com a cara boa, disposto mesmo pra enfrentar o dragão do dia. Né? As dificuldades do dia. (Sargento Granito, homem)

Então se você vem fardado, às vezes, está sem carro, da sua residência até o batalhão você vem desarmado e do batalhão até a sua residência você volta desarmado. Então isso é um fator, bem eu tenho essa visão, eu andava fardado até desarmado. Hoje em dia a gente é orientado, devido a criminalidade ter aumentado, se você está fardado, pelo menos você tem que andar armado. Fardado, eu não estou usando o colete balístico porque dá dor na coluna. Ele é muito pesado, ultrapassado. Então eu não uso ele. Procuro usar ele, naquilo que eu te falei, quando eu tenho a intuição de "opa, nesse dia...", mas ele fica no carro. Às vezes, eu coloco ele atrás na viatura no banco de trás, aí eu tenho a intuição "opa, o bicho vai pegar", então eu vou e coloco o colete balístico. Então a gente tem um lado intuitivo da profissão. *(Sargento Crisoprásio, homem)*

Existem diversas iniciativas para modernizar a organização policial que têm tido reflexos no ingresso de profissionais na corporação, como discutido anteriormente, nas estruturas físicas dos batalhões e nas condições de trabalho e ainda nos relacionamentos interpessoais como discutiremos nos próximos capítulos. As melhorias no espaço físico para aumentar o bem-estar dos trabalhadores contribuem favoravelmente para as condições de trabalho. Adequar as instalações dos batalhões para atender às necessidades básicas dos trabalhadores é essencial, mas, além disso, para promover a saúde mental é importante existirem espaços de socialização, de descanso e conforto, e para a prática de atividades físicas. Uma das entrevistadas abordou a questão e, conforme demonstrado na fala a seguir, percebia as iniciativas para melhorar os espaços físicos internos aos batalhões.

A estrutura nossa aqui do batalhão é, eu vejo assim, comparada aos outros, agora que a gente está passando por uma melhora, essa área aqui é nossa área de lazer, essa área pra refeitório é que passou pra eles trazerem uma estrutura melhor. Então eles estão sempre tentando melhorar dentro do espaço, nessa parte física do que a gente tem. Alojamento, tem o alojamento masculino. Agora há pouco tempo que eles disponibilizaram um espaço que era até dos oficiais, aí em razão da chegada das novas policiais femininas, eles disponibilizaram o alojamento feminino. Aí temos armários, banheiro, que até então a gente não tinha, né? A gente só tinha o banheiro, chuveiro, tal, a gente tinha aqui. Éramos três policiais femininas. Aí como o número aumentou muito eles tiveram que dispor pra poder acomodar. *(Soldado Pérola, mulher)*

Outra característica do trabalho policial que reflete nas condições de trabalho é a mediação de conflitos em ocorrências. REIS (s/d) afirma que em vários pontos a atuação da polícia comunitária converge com a mediação de conflitos, uma vez que os integrantes da comunidade passam a procurar o policial para resolver os conflitos, ao mesmo tempo em que são criadas as condições para que o policial seja capaz de identificar problemas de convivência, atritos nos relacionamentos interpessoais e pequenas desordens que possam ser resolvidos por meio da técnica da mediação de conflitos.

Os policiais militares agem sobre pressão ao se aproximarem e precisarem interagir com pessoas exaltadas para dar fim a conflitos. Dois entrevistados abordam a questão apontando as consequências psicológicas para os trabalhadores policiais.

É uma situação pesada, ruim, porque não é fácil você separar essa carga emotiva que você recebe no momento em que você está lidando com o conflito, embora, aquele primeiro momento, aquele conflito não é seu, mas que você vai ter que intervir, parte daquela carga, daquele conflito, fica com você, porque, muitas vezes em casa ou na minha folga ou tranquilo, eu lembro de situações que me trazem angústia, me trazem um sentimento muito ruim de tristeza ou de lembrar de situações de conflito que você teve que intervir. Você lidar com essa energia negativa. Não é fácil. É uma carga pesada. Não é fácil de você tirar da cabeça essas situações. (Cabo Diopsídio, homem)

De uma situação de violência em que você chega no cidadão pra poder cercear algum direito dele, ou alguma coisa que você tem que agir e ele te vê, ele não vê a pessoa, ele vê o Estado. Então ele vai te agredir, vai te colocar numa situação de estresse porque é muito estressante você se envolver em briga e a pessoa fica abalada. Eu acho que toda ocorrência te deixa estressada e você nunca fica assim 100%, "ah, é trabalho", entendeu, "isso é normal". Brigar não é normal. Ter uma situação conflituosa não é normal. Então toda situação conflituosa que você passa na rua, isso te abala, te deixa estressada de alguma forma. (Soldado Safira, mulher)

Ademais, é parte do cotidiano profissional dos policiais militares se depararem com agressões nas situações de conflitos em manifestações.

Uma das policiais entrevistadas relata seu ponto de vista sobre uma ocasião em que estava trabalhando velada em aglomerações de pessoas protestando.

Aqui tem muita manifestação. Não sei se você lembra, o ano passado teve protesto, manifestações gigantescas. Então a gente ficava aqui do começo até a hora que acabava. Na hora que o último manifestante foi embora, aí é que a polícia sai. Então foi bem desgastante. Ih, na hora que o gás estourou lá, eu fiquei junto e chorei junto. E nem posso sair correndo, falar "ô, por favor, eu sou policial", eu fico junto com a galera. Eu também não levei pedrada, não levei rojão. O pessoal que estava lá na linha levou pedrada toda hora. *(policial militar, mulher)*

Além das agressões físicas em confrontos com a população, foi mencionada a violência psicológica entre as violências relacionadas ao trabalho que afetam as condições de trabalho. A segunda fala demonstra a banalização da violência psicológica por parte de um dos entrevistados, que demonstra não refletir sobre os efeitos desse tipo de violência nas relações interpessoais.

A violência pode ser cometida pelos policiais contra as pessoas. Nós podemos sofrer violências, muitas vezes sofremos aqui e nos protegemos, porque muitas vezes, o que acontece, que a gente utiliza a força, é porque não queremos apanhar. Machuca. A pedrada dói. Agressões verbais eu já falei que a gente sofre. Aqui, internamente, existe um tipo de violência que é até o bullying. Essa foi uma das grandes formas de violência que eu posso dizer que eu sofri aqui. E que me gerou transtornos durante muitos anos e que até hoje eu acredito que eu sinto as consequências disso. E aqui dentro nós podemos falar de maledicência, o bullying, até algum racismo a gente vê aqui. Uma violência que existe muito grande é falta de respeito à folga dos policiais, mas também por ser grande a demanda. Ou também uma forma de violência é a negação do direito de tratamento de saúde. Eu acredito que seja uma forma de violência também. Na prática, o que acontece, você não tem direito de ficar doente. É, são formas diversas. *(Capitão Rubi, homem)*

Eu como estou neste quartel há muitos anos, então eu já desenvolvi laços de amizade com o pessoal. Então, por exemplo, eu chamo todo mundo pelos apelidos e tal "não sei o quê, cara de jumento!". *(Capitão Topázio, homem)*

Quando questionados sobre os principais fatores que afetam a qualidade de vida dos policiais militares, alguns entrevistados referiram aspectos relativos às condições de trabalho, especialmente a percepção de falta de apoio da corporação nas questões jurídicas e reconhecimento pelo trabalho realizado. No segundo trecho abaixo também é possível identificar a falta de isonomia das condições de trabalho (em especial dos “pequenos privilégios”) entre os policiais administrativos e os operacionais.

Falta de estrutura física. Falta de apoio psicológico também. É, o pessoal fala de remuneração, mas eu acho que remuneração não é tão importante quando você tem condição boa de trabalho, quando você tem apoio do seu trabalho. Às vezes, quando o policial se envolve numa ocorrência, ele fica muito desprotegido, porque ele não tem um apoio jurídico, psicológico. Ele não tem aquele embasamento da corporação. Ele se sente sozinho. Então eu acho que isso influencia muito. E isso é muito comum acontecer dele ter processos e processos e ele tem que pagar advogado e tirar do bolso dele. A corporação não paga nada. *(Soldado Safira, mulher)*

Dois trechos a seguir descrevem a rotina diária dos policiais militares entrevistados que trabalham no policiamento ostensivo. A partir das falas depreendem-se alguns componentes das condições e do conteúdo do trabalho (cuja discussão será aprofundada no próximo capítulo): a repetitividade do trabalho contrastando com a incerteza do que pode acontecer no minuto seguinte; a gama de ocorrências possíveis; a prontidão para o atendimento das ocorrências; a dimensão relacional do trabalho policial, considerando o convívio interno ao batalhão e o estreito relacionamento com a comunidade; a responsabilização pelos equipamentos utilizados, como a viatura, por exemplo; a falta de horários preestabelecidos para pausas, incluindo alimentação e descanso; a alimentação geralmente inapropriada (comidas rápidas, ricas em gorduras e com baixo valor nutricional e à disposição em padarias, lanchonetes e quiosques).

Hoje, por exemplo, eu estava na rua, eu entrei às 7h, umas seis ou oito quadras aqui da região e faço o patrulhamento com um companheiro de trabalho, fazendo o patrulhamento da área e abordando, de repente, de repente não, fazendo uma visita, uma abordagem aos comércios, aos locais

de maior concentração de pessoas, e fazendo esse contato com o cidadão para saber dele a informação de área de incidência de violência, tráfico. É esse tipo de trabalho que fazemos. E ali fazemos esse contato, enquanto isso, estamos também sempre com a viatura e temos também um rádio que estamos copiando a central de rádio e se houver alguma outra ocorrência eles vão chamar. É acionado e a gente tem que estar próximo para um pronto atendimento. *(Cabo Diopsídio, homem)*

Um dos entrevistados descreveu um ciclo completo de trabalho, demonstrando as características de repetitividade e "mecanização" do agir policial em uma profissão que, paradoxalmente, cotidianamente espera o inesperado. Embora o relato seja extenso, ele traduz a trajetória mnemônica do trabalhador sobre a sequência de atividades, diálogos e ações que devem ser estabelecidos para o desempenho adequado do trabalho.

Um ciclo do meu trabalho. Tá. Eu saio de casa às 19h25, chego no batalhão às dez pra oito. Ao chegar no batalhão pego uma viatura que eles têm para me oferecer. Eu não escolho. Às vezes, tem uma opção, às vezes, não. "Qual é que está sobrando?", "Essa". A gente verifica a lanterninha dela, a parte interna geralmente não tem problema, e se está abastecida ou não. Anota a quilometragem de saída na ficha e coloca a observação no verso se tem alguma avaria, um amassado. E aí comunico o meu superior, que é geralmente uma dupla, de que a viatura está em condições. Entramos no ar e é rádio. Antes passamos na sala do adjunto e ele assina a nossa ficha e entregamos a segunda parte na guarda, que também tem alguns dados da viatura (nome, odômetro). Aí entramos no ar e nós entramos no ar via CIADE [Central Integrada de Atendimento e Despacho]. Às vezes eu sou motorista, às vezes eu sou comandante. Aí iniciamos nossa rotina que é o patrulhamento que a gente faz aleatório, que basicamente a gente vai e volta por percursos diferentes e, às vezes, para, observa e verifica todo e qualquer tipo de situação que está na iminência de algum crime. Se tiver que fazer alguma abordagem, a gente faz, se não tiver, a gente não faz. Então ali vai por intuição ou, às vezes, quando o CIADE, na realidade na maioria das vezes, quando o CIADE aciona. Aí a gente vai lá, verifica a situação, passa o primeiro retorno pro CIADE. Na maioria das vezes o informante passou a informação errada, porque não tem o solicitante, não tem o agressor, não tem o usuário. Nada constatado, então o patrulhamento normal. Aí a gente retorna ao patrulhamento da nossa área e continua. A hora que a gente desejar para lanchar ou para jantar, lancha, janta. Após feito o lanche e janta, aí retornamos ao patrulhamento. Sempre procurando observar aquilo que eu te falei: elemento suspeito, veículo, pessoas no interior do veículo, trânsito e posto de gasolina, farmácia, caixa eletrônico. Então tem sempre os pontos de maiores incidências de crimes. Nesses a gente procura até

permanecer um pouco. Às vezes vai e ao sair já volta para o outro sentido para supervisionar. Ver se não esperavam só sairmos para fazerem alguma coisa. Então a gente retornou e beleza. A nossa área está coberta. Aí vai ficando mais tarde, as ocorrências vão caindo, então a gente vai diminuindo mais o patrulhamento e ficamos num ponto cego. Ao término do serviço, encerra no CIADE pedindo permissão para deslocamento ao batalhão. Ao chegar no batalhão, entregamos a ficha da viatura, a chave na garagem. *(Sargento Crisoprásio, homem)*

FERREIRA et al. (2012), em estudo com 288 policiais militares de Recife, os quais referiram alta morbidade, verificou-se que o trabalho foi avaliado como predominantemente insatisfatório em relação às demandas psicológicas e físicas e à falta de apoio social dos superiores; e como predominantemente satisfatório para o apoio social entre colegas de trabalho. Segundo os autores, o trabalho foi classificado como de alta exigência para aproximadamente 30% dos policiais militares, os quais tinham risco aumentado de desenvolverem sofrimento psíquico e outras doenças, indicando a necessidade de mudanças na organização do trabalho nos seguintes aspectos: redução das cargas excessivas de trabalho, das demandas conflitantes, do elevado esforço físico e da permanência prolongada em posições fisicamente incômodas; além da importância de serem criadas estratégias promotoras de maior integração social e cooperação entre todos os níveis hierárquicos.

Já houve tentativas por parte dos policiais militares de melhorarem as condições de trabalho. No início de 2013 houve greve de policiais militares no Distrito Federal reivindicando melhores condições de trabalho e paridade de remuneração entre praças e oficiais. Pela essencialidade e imprescindibilidade do trabalho policial é vedada a greve total ou parcial nesta categoria de trabalhadores. A Constituição de 88 (art. 142, IV) ao proibir a greve e a sindicalização do militar, impede esta categoria de trabalhadores de defender seus direitos em prol da segurança pública. No Estatuto da PMDF a vedação é reforçada no Art. 45, segundo o qual: “são

proibidas quaisquer manifestações coletivas, tanto sobre atos de superiores quanto as de caráter reivindicatório ou político" (BRASIL, 1984).

SILVA e VIEIRA (2008) mencionam que, em 2006, os policiais militares de João Pessoa se mobilizaram em forma de "vigília" em praça pública, fato que, segundo os autores, demonstra a capacidade dos trabalhadores de reinventar (reinterpretar) normas e leis para reivindicar melhorias nas condições de trabalho e remuneração.

Entre os policiais militares do Distrito Federal, uma das estratégias encontradas, e muito polêmica à ocasião, foi a chamada "operação tartaruga" em que os policiais saíam a pé para realizar o policiamento ostensivo ou atender ocorrências. Uma das entrevistadas contextualizou a iniciativa de mobilização dos policiais militares revelando outros fatores relacionados às condições de trabalho que não foram divulgadas pela mídia na época. A falta de treinamento específico para algumas atividades desempenhadas, como dirigir viaturas, e a falta de apoio jurídico da instituição foram mencionados tanto na fala abaixo quanto aprofundadas em outros capítulos deste estudo.

E, às vezes, a gente trabalha meio que ali no limite da legalidade, da ilegalidade. Aí quando a gente viu, por exemplo, a gente não pode fazer greve, mas a gente pode fazer cumprir o que está escrito. Então vamos ver se a gente consegue forçar a barra por esse lado, mas aí sempre vem uma punição. É uma desvalorização muito grande. E tudo o que a gente tenta conseguir de melhoria, sempre tem alguém que quer puxar o tapete. Eu não entendo o porquê. O fato de ser escalonado hierarquicamente atrapalha muito o ganho de toda a corporação. O auxílio alimentação, eu não estou com ele aqui, mas, por exemplo, pra mim parece que vai ser trezentos e poucos reais, mas pro coronel vai ser três mil reais. Tipo assim, o salário do coronel é maior do que o meu. Ele merece ganhar mais? Merece, ele é coronel, tem lá, então tudo bem, ele estudou mais, ele é melhor do que eu, ele ganha o salário dele, é maior do que o meu, mas em termos de auxílio-moradia, porque a moradia dele tem que ser mais alta do que a minha? Então, assim, o que a gente brigou muito é que tinha que ser um auxílio-moradia igual para todo mundo e não escalonado assim. Porque com trezentos reais eu não pago nenhum aluguel, mas com três mil reais eu pago um aluguel de um lago aqui da vida. Então, assim, essas disparidades é que desmotivam muito, principalmente, quem está na rua. Quem está na rua são os praças, não são os oficiais. Os oficiais vão de vez em quando ali, tem um

ou outro que gosta de trabalhar, mas quem está na rua dia-a-dia ali nas ocorrências e sendo um policial são os praças. Então, às vezes, muitas vezes, isso acaba desmotivando e reflete na vida pessoal. (Soldado Galena, mulher)

O trecho revela grande insatisfação e sensação de desvalorização em função da disparidade de remuneração entre praças e oficiais. Adicionalmente é possível depreender a noção de que só é trabalho aquele realizado na rua, atendendo ocorrências, sendo um policial de verdade, função que não é identificada como sendo realizada pelos oficiais, os quais em sua maioria atuam em funções de gestão e planejamento da instituição. No próximo capítulo, discutiremos o conteúdo do trabalho policial, com foco no policiamento ostensivo.

6.3.3 Conteúdo do trabalho: lidar com a violência

Só que essas ocorrências a gente nunca esquece. Nenhuma delas. A gente lembra de tudinho. (Sargento Ametista, mulher)

Os informantes da pesquisa relataram com que tipos de ocorrências têm que lidar cotidianamente e as repercussões sentidas sobre a saúde mental. As diversas falas a seguir apresentadas demonstram a diversidade de visões dos entrevistados e das entrevistadas a respeito da violência e refletem diferentes expectativas de atuação.

Temos que lidar diariamente com violência física, violência verbal, psicológica, que ou você vai estar numa situação para intermediar enquanto

alguém está sofrendo essa situação e você vai ter que intervir, ou essa violência é direcionada a você, porque você está fazendo um trabalho que desagrada a A, B ou C. Esses tipos de situações. São várias situações que você lida, no momento em que você vai atuar, você lida com qualquer grau ou situação de violência, seja uma violência verbal que você sofre e você vai ter que ter muito discernimento e estar centrado para não responder isso com outra violência também. *(Cabo Diopsídio, homem)*

Além de ter que se esforçar para se manter equilibrado diante de tantas situações de violência, o policial também tem que lidar e trabalhar com a consequência dela na vida das pessoas e tentar não levar isso para o seu dia-a-dia.

É comum você sair de sua casa para trabalhar e se deparar com pessoas mortas, pessoa sem uma perna, uma mãe chorando pelo filho morto, uma filha chorando pelo pai que morreu e você ali. Você vai para sua casa, vai ver suas filhas também. Acaba com a gente isso daí. *(Sargento Berilo, homem)*

A sociedade cobra resolutividade da violência através da busca e apreensão dos indivíduos que cometeram os delitos, mas muitas vezes o policial não se sente amparado institucionalmente e legalmente para realizar o seu trabalho. A perseguição policial, um dos grandes exemplos do trabalho, não pode ser feita sem critério.

Porque assaltos, essas coisas, é muito difícil de você estar presente na hora, porque eles não ficam. Por isso que existe policiamento ostensivo. Aí é onde há a perseguição. E até a perseguição é muito complicada de se entender. Só o juiz consegue. Porque você está perseguindo alguém se você ocasionar um acidente, você é o culpado. Ou seja, a perseguição é proibida. Mas aí na hora da energia que a gente está lá e a população cobrando "cadê, não pegaram?", aí é muito difícil. *(Sargento Âmbar, homem)*

Na fala acima há um deslocamento de responsabilidade do policial para o juiz sobre a legalidade de realizar uma perseguição. Mesmo nos casos em que a perseguição a suspeitos é exigência do cumprimento do trabalho, em caso de acidentes, o policial será julgado e a decisão sobre a legalidade do ato passa a ser da Justiça Penal ou Militar. Embora seja

importante para prevenir os abusos recorrentes, gera uma insegurança em realizar o trabalho mesmo sob ordem superior e a expectativa de ser abandonado pela instituição no enfrentamento de um processo. Paradoxalmente, um dos entrevistados afirmou que sente que a pior violência com a qual tem que lidar é inerente ao trabalho policial e ao cumprimento das missões designadas pelos comandantes. O policial militar não pode hesitar ou se recusar a obedecer a uma ordem, ainda que saiba que isso representa um risco iminente de perder a própria vida.

Ah, mais é violência moral, né. Forçar, por exemplo, adentrar numa favela sendo você sabe que tem o risco entrar lá dentro e ser eliminado, porque não visualiza pontos onde os bandidos podem estar e atingir a gente, e você ser forçado a entrar. Estar na viatura e você ser forçado a entrar ali naquele local, sendo que você não sabe o que vai acontecer. Você pode ser pego de surpresa. Essa é mais uma coisa que existe. (Sargento Ametrino, homem)

Com os inúmeros relatos foi possível identificar que muitas ocorrências rotineiras são por violência doméstica. Embora haja treinamento dos policiais, algumas falas demonstram a pouca sensibilização com as repercussões deste tipo de violência, sendo entendida como uma violência menor, com grande tempo dispendido no atendimento e notificação, bem como o descaso encontrado mesmo nas delegacias especializadas. Entretanto, em especial para algumas mulheres policiais, uma ocorrência onde há o componente da violência familiar pode ter maior impacto emocional por se identificarem mais com a vítima ou sentirem empatia pelo sofrimento das crianças presentes.

Nos deparamos com a situação assim: a mulher agrediu o marido, o marido agrediu a mulher, agressão recíproca, conduzimos os mesmos até a DEAM [Delegacia Especial de Atendimento à Mulher] para averiguação. Então a gente conduz as partes até lá. Só que a última vez que eu peguei um flagrante, foi Maria da Penha, o cara tinha batido na mulher. Na realidade, ele deu um tapa na cara e ela machucou o lado. Aí, é uma agressão, só que nós chegamos na delegacia às 13h22, saímos da delegacia às 17h15. Olha o tempo perdido. Olha a nossa área desguarnecida. (Sargento Crisoprásio, homem)

O emocional ele afeta muito mais. Porque a questão de você chegar numa ocorrência, exemplo de Maria da Penha, onde a mulher foi agredida, onde os filhos estão lá todos chorando, e houve gritaria e criança presenciou. Isso mexe muito com o meu psicológico. Eu não sei o dos outros policiais, mas com meu mexe muito, principalmente em se tratando de violência doméstica. Ela me abala muito mais no sentido do que eu presenciar um acidente, por exemplo. E é difícil, se a gente não souber filtrar a gente acaba absorvendo muita coisa. *(Cabo Opala, mulher)*

Metade dos policiais entrevistados afirmou que haviam presenciado situações que resultaram em morte ou em incapacidade grave no exercício da profissão e descreveram um conjunto de sentimentos ao explicarem como lidaram emocionalmente com a situação pós-ocorrência. As ocorrências foram relatadas e optou-se por transcrevê-las aqui por respeito às lembranças dos entrevistados e para contextualizar as emoções suscitadas e a mobilização subjetiva necessária a lidar cotidianamente com situações de violência extrema.

As primeiras vezes a gente fica assim assustado. A gente fica num estado assim tal, mas ao longo do tempo de tanto labutar com isso a gente até acostuma. As primeiras vezes a gente vai pra casa e fica triste, fica pensando naquela pessoa, na família, mas hoje a gente parece que fica leve, sabe? Mas isso não era pra acontecer, porque a gente já deparou com várias situações horríveis de acidente de trânsito com vítima fatal, esfaqueamento, tiroteio, baleados, entendeu? Então hoje a gente atende a situação, tal, socorre, mas vai pra casa e esquece. Passou. Infelizmente é assim. *(Sargento Quartzo, homem)*

Eu sempre trabalhei em cidades-satélites, locais de altos níveis de violência, então eu vi vários e vários casos. Na verdade, eu tive uma situação que me perturbou muito. E eu ouvi o chamado no rádio, pedindo o oficial, que no caso era eu, pedia pra comparecer a tal local. Daí eu cheguei lá, era um prédio de uns doze andares, não lembro, daí a guria, novinha, 18 ou 17 anos, uma coisa assim, ela tinha tido um filho recém-nascido, ele tinha uns 15, 20 dias de nascido, aí essa guria pirou o cabeção, endoidou, ficou maluca, pegou essa criança, jogou lá do 8º andar, a criança caiu e ficou espetada nas lanças da grade do prédio, da garagem, sei lá. Daí eu chego, fui lá pra atender essa ocorrência, eu vi aquele trem lá e realmente eu fiquei perturbado alguns dias. Tive insônia, eu fiquei realmente perturbado, porque é horroroso isso. E quando você chega numa situação dessa, tu tem que preservar o local. E então os camaradas que estavam comigo, eles ficaram... eu fui um dos caras que fiquei tonto... você falou da relação com a reação

fisiológica, eu realmente fiquei meio tonto. Aí dei um jeito, né, segurei a onda, fui lá arrumei um lençol e joguei lá, o policial que estava comigo quase desmaiou. Foi uma cena triste. (Capitão Topázio, homem)

O trabalho policial é muito perigoso e na primeira semana que eu saí do curso, eu fui pra [cidade-satélite], uma área super perigosa, e já houve troca de tiros. Eu cheguei em casa assustado. Eu falei "caramba, o que que eu estou fazendo nesse emprego? Qualquer hora eu posso morrer". Aí eu comecei a estudar. Desde então eu não parei de estudar. Só não dei sorte de sair daqui. Mas foi bom. Bom não, foi bem traumático o começo. Aí depois você vai acostumando. Vai pegando ocorrência com pessoas mortas, baleadas, aí fica indiferente pra você depois de um certo tempo. Vê uma pessoa gritando socorro assim, você olha e nem liga mais. Eu tive uma crise de choro uma vez. Tem uns dez anos, isso foi a última vez. A primeira e única. Teve uma situação que eu fiquei muito abalado. Foi numa... a gente foi numa ocorrência aí o ex-namorado chegou numa festa de uma menina de quinze anos e deu um tiro na cara dela. E a gente chegou na hora. Quase a gente pegou o cara. Aí a menina estava lá, chocante. (Cabo Xisto, homem)

Vários homicídios. Naquela hora a gente segura a onda, né? Mas quando a gente sai dali, eu hoje, eu tenho até hoje, imagens muito fortes na minha cabeça. A gente desliga e tenta não pensar, mas tem umas coisas que são muito fortes, né? Que eu me lembro uma situação, por exemplo, que nós chegamos e demos um flagrante num pai abusando de uma filha de 6 anos. Ele já tinha furado ela toda de faca e ela estava deitadinha na cama, enrolada e ele ameaçando ela dela ficar quieta, e ela estava assim ó, de dor, ele tinha acabado de violentar a filha e furar ela de faca. E foi uma cena muito forte para mim, eu senti uma vontade de matar aquele homem. E teve uma outra também muito pesada que um cara matou a irmã, ela fazia tudo por ele, mas ele era dependente químico e ela não queria dar dinheiro pra ele, ele tava muito louco, ela era evangélica e ele botou umas fitas pornôs, obrigou ela a assistir, violentou ela e matou ela com um pilão de cozinha. Tinha pedaço de dente, de osso dessa mulher em todo lugar, a casa estava completamente lavada de sangue. E nós chegamos e ela estava dando ainda aquele último suspiro. Quando a gente chegou e aquela cena, daquelas mãos dela na parede, a gente via e imaginava a cena na cabeça, foi muito forte. Não tem como você passar por isso, por mais que seja da sua rotina, tem coisas que vão marcar, você vai se lembrar. Como a gente lidar com isso? Aí eu não sei, acho que começa a dar medo, a gente começa a pensar na vida, a refletir, a gente pensa na família. Eu acho que muitos policiais não admitem, mas eu acho que muitos policiais tem um pânico das suas lembranças, sabe? (Sargento Esmeralda, mulher)

Quase todos os policiais militares entrevistados informaram que não costumam sair armados quando estão de folga. Os argumentos utilizados

revelam a preocupação com os familiares, embora sintam que têm a obrigação de agir em caso de estarem presentes em uma eventual ocorrência. O fato de não deixarem de ser policiais no tempo livre, gera tensão e permanente estado de alerta.

Eu não ando armado em função da minha família. Se fosse só em função da minha pessoa, tudo bem, eu consigo me defender, só que essa defesa ela é relativa porque numa troca de tiros, geralmente você vai ser alvejado, geralmente tem o primeiro ladrão, o segundo dando cobertura e muitas vezes o terceiro. E foge da sua imaginação o terceiro. Foge da imaginação de qualquer civil que existe uma terceira pessoa dando cobertura. Então se você está paisano e está armado, você pode alvejar um, pode até alvejar o segundo, mas antes ele alvejou ou teve algum disparo contra você ou contra a sua família. Então, é o seguinte, eu estou de folga, então eu vou andar armado? Não é necessário. (Sargento Crisoprásio, homem)

Ah, no meu dia de folga eu nem lembro que eu sou policial, né? Porque eu não ando armada, não ando com a minha identidade militar, minha arma fica em casa. Tipo assim, se eu ver alguma situação que eu sou obrigada a agir, aí o que eu faço é ligar pro 190 e peço o apoio de quem está trabalhando no dia. Eu não me meto em confusões. Tipo assim, eu sou policial, mas eu não sou mulher-maravilha. Eu tenho essa noção nítida. E instruo o meu mais velho, tipo assim, "filho, se quiserem roubar, se vierem roubar o carro, você solta o cinto, abre a porta e sai correndo e me deixa". Ele tem sete. Aí agora já não dá estava fazendo isso por conta da minha filha mais nova, né? Porque a princípio... Porque a meu ver, quando você está armado você se sente mais seguro a agir, né, digamos assim. Então eu prefiro não andar armada. (Soldado Galena, mulher)

Ressalta-se que, conforme discutido por FRAGA (2006), fortalecer a cidadania do policial militar deve ser uma das prioridades nas políticas de proteção a esta categoria profissional, de forma a mitigar os efeitos da violência no trabalho, ainda que sejam medidas de longo prazo a prevenção e o controle das múltiplas formas de violência a que esses trabalhadores estão expostos diariamente.

A problemática do andar armado nos períodos de folga, bem como o permanente estado de tensão vivido no trabalho em função da violência são dois dos fatores que podem confluir para a violência policial. Este tema será discutido no próximo capítulo.

6.3.4 Violência policial

Embora não tenha sido objeto deste trabalho tratar especificamente da violência policial, alguns entrevistados abordaram o tema ao contextualizarem outros assuntos questionados.

COSTA (2004) enfatiza que o comportamento violento de policiais não pode ser explicado simplesmente a partir das motivações individuais, havendo diversas normas sociais, leis e regulamentos, estabelecidos pelas instituições, que norteiam esse comportamento, seja coibindo ou incentivando as ações violentas.

Em sua tese sobre a identidade da polícia militar do Rio Grande do Sul, CONSUL (2005) descreveu sua própria vivência ao se tornar policial militar nos anos 1980 lembrando como a instituição costumava incentivar as posturas mais rigorosas, as quais, em nossa interpretação, poderiam promover uma cultura organizacional da violência policial. Segundo o autor:

> Aprendeu-se cedo que, dentro do grupo de policiais, precisava-se conquistar o respeito, e uma das formas era demonstrar coragem, ou seja, por mais difícil que fosse a ocorrência policial a ser atendida, deveria agir de forma rigorosa e sem temor. (...) Por decorrência, não raras vezes, se confundia atuação rigorosa com atuação arbitrária. E, por mais estranho que pareça, hoje, quanto mais rigoroso o policial, maior o respeito interno de seus iguais, maior consideração de seus superiores e menor risco de ver sua autoridade ser questionada pelos destinatários de seus serviços.
>
> (Consul, 2005, p. 18-19)

Essa forma de atuação mais rigorosa reverbera nas ocorrências. Mas alguns policiais visualizam outras formas de se conquistar respeito e autoridade.

Se a gente for tratado dessa forma aqui dentro, a gente vai passar mais coisas, entendeu? E que a pessoa vê mais a gente como uma pessoa bruta, porque a gente tem que usar a força, tem que usar energia. Esse lado não é muito legal, não. Prefiro ficar com o lado da fidelidade. Quando o cidadão olha e vê que o policial está em condições de apoiar mesmo. (Sargento Âmbar, homem)

Entretanto, há situações em que a aplicação da violência parece estar respaldada e fica difícil determinar qual a medida da violência que pode ser empregada em cada caso. Os parâmetros podem ser subjetivos, como exemplificado na fala abaixo que refere que a cada agressão corresponde uma agressão de igual potência e que se for considerada excessiva os policiais responderão juridicamente.

Violência é fugir dos parâmetros de abordagem. Você não pode torturar ninguém, não pode invadir a privacidade de ninguém, então ao passo que está cometendo um crime, é diferente. Agora, por exemplo, numa abordagem, você é treinado para fazer aquela abordagem de uma maneira. Você vai, há uma força contra você, há uma agressão contra você, você vai ter que agredir conforme aquela agressão, então se você usar uma agressão maior, vai sobrar juridicamente para você. O juiz não vai nem querer saber. (Sargento Crisoprásio, homem)

A ambiguidade da cultura organizacional militar que estimula, ao mesmo tempo, o estrito respeito aos ditames legais e a violência policial no cumprimento de metas de produtividade, medida pelo número de prisões efetuadas, foi abordada por ADORNO e PERALVA (1997) ao mencionarem a “epidemia de práticas ilegais” e vinculação com o segredo e a solidariedade entre colegas.

Dois entrevistados haviam sido afastados do trabalho em algum momento passado por restrição judicial, um por conduta ilícita ao fazer uma abordagem sozinho no período de folga e ferir um suspeito de tráfico próximo de sua residência, tendo sido preso e acusado de participar do esquema; o outro por corrupção e roubo. Os policiais militares que enfrentam processos judiciais ficam sem porte de arma, e, de acordo com a fala destacada a seguir, há dificuldade de adaptação quando um policial

habituado a um rol de reações fica sem possibilidade de agir conforme aprendeu. Outro fator mencionado pelos policiais que estão judicialmente restritos é a perda de credibilidade enquanto estão sendo investigados, ainda que aleguem inocência.

Eu já saí fardado, mas como eu falei, eu não tenho o meu porte de arma, então eu não gosto de andar no meu veículo fardado, porque se acontecer alguma ocorrência eu vou ter que intervir, e vou ter que intervir desarmado. E minha desvantagem vai ser muito grande, sendo que eu sei que a bandidagem está andando armada até os dentes. Então o que eu faço, quando acabar aqui, eu pego a minha mochila e vou botar uma bermuda, uma camiseta e um tênis e vou para casa como se fosse um civil. É isso que eu tenho que fazer, porque o meu porte de arma está restrito. Sou restrito porque numa ocorrência feri alguns bandidos e aí tive o meu porte retirado. Se eu quisesse uma arma, eu estaria andando com uma arma, só que eu estaria ilegal. Se eu for tomar uma atitude, mesmo num assalto ou alguma coisa, por exemplo, acontece de trocar tiro, o cara está me dando tiro, mesmo que seja o pior marginal, eu consigo acertar o cara e o cara morreu. Aí eu vou ser reprimido e vou parar na Papuda [Penitenciária do Distrito Federal]. O código do RDE vai me pegar e vai me mastigar. Entendeu? Então é aquilo, você fica entre a cruz e a espada. O máximo que você pode fazer é a comunicação, pegar o celular e ligar, tal, falar o que está acontecendo, assim e assado, que está seguindo o carro, mas sem poder tomar aquela atitude mais... *(Sargento Ametrino, homem)*

A figura do justiceiro é invocada repetidas vezes pelos policiais na tentativa de argumentar a necessidade de agirem e parte da sociedade cobra deles que se coloquem nessa posição, de heróis da sociedade, e façam “justiça com as próprias mãos” se for necessário. Alguns policiais tentam justificar a violência policial por meio de uma “cultura violenta” que existe em alguns lugares, como nas cidades que foram citadas como exemplo pelo entrevistado: Rio de Janeiro e São Paulo. Nestes lugares, segundo ele, os policiais teriam que reagir devido a situação extrema que vivenciam, um círculo vicioso que já se instaurou: “Eu atiro porque ele vai atirar”.

Existe maior índice de homicídio de policiais militares no estado do Rio de Janeiro e São Paulo. Porque o policial também mata. Então vagabundo ele reage já sabendo que o policial vai matar. E o policial também, às vezes é

feito um disparo, porque ele sabe que o vagabundo lá, ele mata. É, então é essa rixa. É uma questão cultural. Hoje nós já temos alguns poucos casos de reação, mas aqui a gente prende. Não é que lá os caras são ilegal e aqui... não, mas é que aqui a gente procura o que? Minimizar esse efeito maior que é a perda da vida. Se não tiver jeito, beleza? Mas, no máximo, a gente prende. Então os outros estados já têm essas práticas, essa cultura. Eu diria que é cultural. Infelizmente. Entendeu? Culturalmente a violência é maior. *(Sargento Coral, homem)*

Trabalhar no limite entre legalidade e ilegalidade favorece a violência policial desde o início do exercício profissional. Ou, como coloca PORTO (2004), questiona-se o caráter de legitimidade/ilegitimidade da violência atribuído como parte da função policial. Conforme discutido no capítulo sobre militarismo e formação profissional, são praticados excessos e abusos por parte dos responsáveis pelo treinamento em nome do fortalecimento da capacidade física e psicológica dos recrutas para se adequarem aos padrões considerados necessários ao bom desempenho. Entretanto, o processo de formação é em grande parte atribuído pelos próprios entrevistados à disseminação e autorização do uso da violência excessiva como prática policial militar.

É muito colocado pra você, principalmente dependendo do batalhão que você é lotado, do tipo de unidade, de operação que você vai estar. Há muito esse direcionamento de você tratar o cidadão, o indivíduo, o cidadão de forma mais agressiva, mais dura e já ver todo o resquício que havia de uma Ditadura a polícia militar, a polícia, ainda compra muito essa ideia de ver o cidadão num primeiro momento como um inimigo e tratá-lo dessa forma, como inimigo do estado. Em várias situações, na grande maioria das vezes. Eu vejo isso... Não compartilho dessa ideia, não gosto. Eu vejo que o policial é um profissional que está pago pela população, com os impostos pagos pela população, para servir à população, e que a população deve ser tratada de forma respeitosa, cordial. E eu procuro fazer dessa forma. *(Cabo Diopsídio, homem)*

AMADOR (2002) relaciona o treinamento a uma tentativa de intimidação da subjetividade, em situações em que os policiais têm sua agressividade mobilizada para ser utilizada no estrito limite do necessário

para que possam exercer seu trabalho de forma não violenta. O resultado para os policiais militares, segundo a autora, é evidenciado pela vivência de uma zona de fragilidade entre o bem e o mal, entre o uso da agressividade operativa e a prática da violência no trabalho. No caso do entrevistado, no início da fala, ele se diz arrependido e diz abominar a prática da violência. Entretanto, no decorrer do relato, ele fala que para algumas situações a violência serve!

Teve uma vez que eu me arrependi, porque assim, de um modo geral, eu não bato, né? Vários policiais da minha equipe batem. Eu não concordo. Se o cara já está dominado ali, eu acho meio covarde. Mas teve uma vez que a gente, eles assaltaram e correram para um galpão, a gente chegou a entrar dentro desse galpão, só que a gente não tinha as características e eles tinham levado bastante coisa e eles conseguiram enganar a gente. Tinha uma mulher e um cara envolvidos, os outros tinham ido pra um matagal, a gente entrou lá, ficou meio desconfiados, demos uma abordagem, não achamos nada, e aí falou "ah, não é esse daqui não". Aí a gente voltou, conseguiu pegar um no meio do mato, para isso às vezes a violência serve, bateram no cara e o cara falou "não, é o casal que está lá, são eles, eles estavam juntos". Aí, pô, eu fiquei puto de ser enganado. Aí quando a gente entrou de novo, "porra, para, mão na parede" e não sei o quê e eu dei um chutão no cara, e foi forte porque ele meio que perdeu a respiração na hora. Aí eu fiquei com aquilo na cabeça, "pô, desnecessário, porque eu fiz isso?". Tipo, não precisava, a gente já ia prender, por mais que ele tivesse me feito de otário, aquele chute não agregou em nada, não mudou nada a vida dele nem a minha. É, na verdade, eu sou um pouco: "ah, ele não gosta de bater não", meio que me dão uma zoada assim. "Ah, você tem que aprender". Eu sou diferente por não bater. *(Soldado Jaspe, homem)*

Outros entrevistados atribuem características pessoais prévias ao processo de formação profissional à prática de violência desproporcional e injustificada por policiais militares. AMADOR (2002), entretanto, destaca que afirmar que a violência policial deriva exclusivamente de "desvios" de personalidade, neutraliza a produção social do fenômeno. Atribuir os "desvios" a características pessoais é um processo de culpabilização, individualização e tentativa de apagamento da violência constitutiva do processo de formação e inserção profissional. Assim, entende-se que o

“desvio” comportamental dos policiais militares está diretamente relacionado com a estrutura da própria instituição.

Eu acho que tem pessoas que são mais agressivas do que outras, no todo, como também tem policiais. Tem policial que é mais agressivo que outro. Aí ele vai ter que arcar com as consequências de ser um policial mais agressivo. Então, muitas vezes, a gente que é considerado mais tranquilo vai ter que agir com uma força maior do que normalmente acontece. (Soldado Turquesa, mulher)

Outra questão para justificar o uso indiscriminado da violência é a inexperiência e a imaturidade. O fato de a pessoa estar em uma posição de poder muito jovem e portando uma arma de fogo, faz com que tenham mais ânsia de atuação. Também foi problematizado o fato das comunidades carentes serem mais frequentemente alvo de violência policial. O relato do entrevistado fala de sua inadequação a essa característica institucional, ao se recusar a cumprir o esperado e agir com violência, foi excluído do grupo e, em decorrência, solicitou transferência de batalhão. No novo batalhão foi colocado em atividades de apoio, como se estivesse sendo punido.

Vai do seu temperamento, da sua experiência de vida, de repente se você pega um cara de 30 anos, e você pega um que acabou de entrar com 20 anos, de repente ele não tem tanta experiência de rua quanto esse de 30, que já viveu um pouquinho mais essa coisa de rua, como que é, que não pode chegar já gritando com a pessoa. Já esse menino de 20 anos, ele pode sair de um curso de formação, “ah, agora sou polícia, estou com uma arma na cintura e vou querer abordar todo mundo”. Eu acho que não é por aí. É o meu ponto de vista, né? Tanto que nas minhas abordagens é tranquilo. Eu sempre, a maioria das vezes, resolvo tudo na conversa. (...) Aí eu não sei, acho que vai de cada pessoa, porque quando eu estava nesse outro batalhão e estava nesse grupamento operacional que corria Brasília toda e tinham algumas pessoas que gostavam muito de bater. Eu não sei se é porque é uma comunidade mais carente que tem pessoas mais carentes de recursos mesmo, que eles pensam que podem chegar lá e esculachar, pensam que todo mundo é bandido e essa coisa toda. Eu simplesmente pedi pra sair. (Soldado Filito, homem)

A violência policial se expressa, sobretudo, nos meandros das desigualdades sociais e, dessa forma, são consideradas mais tranquilas as

localidades com população com maior poder aquisitivo e com menor necessidade de recorrer à violência policial no atendimento das ocorrências. Parece ainda não haver reflexão alguma sobre o componente produtivo e reprodutivo da violência no âmbito da instituição.

É bem tranquila, porque aqui é uma região tranquila. Bem tranquila, em relação, comparando com o resto do DF. Aqui a nossa relação é de cordialidade total. É mais pra gente ser vista aqui que a gente está. Então, sendo visto, já está inibindo a maioria dos crimes aqui na nossa região. A população está gostando desse trabalho que a gente está fazendo. E eu não sei até quando vai durar, mas é isso. Querendo ou não, o nível social aqui é diferenciado, então não tem muitos problemas, não. *(Soldado Turquesa, mulher)*

Se um policial militar tem os atributos lidos como ideal de masculinidade, como altura, corpo largo, voz potente, espera-se que ele seja o exemplo de agressividade. Então a violência policial é reforçada pelo estereótipo de masculinidade. Se esse estereótipo não é correspondido, o policial passa a ser visto como inadequado.

Eu não trabalho dessa forma. (...) Porque se eu for pra um grupamento muito operacional que atua muito no crime, que atua muito repressivamente, que tem que chegar muito batendo, e eu chegar desse meu jeito eles não vão me aceitar. Eles vão chegar e: "ele só tem tamanho, ele não serve pra isso, ele é bonzinho demais". *(Soldado Filito, homem)*

Há iniciativas de diminuir a ocorrência de violência policial como a inclusão de disciplinas de policiamento comunitário e de direitos humanos nos cursos de formação, além da sensibilização dos policiais militares para a função a ser desempenhada perante a sociedade. Estas iniciativas, embora ainda estejam muito aquém do necessário para mudar a cultura organizacional, têm tido reflexos em todas as gerações de policiais militares. É necessário também discutir o papel das relações de gênero no reforço do apelo da violência policial na conduta e subjetividade destes policiais.

A cultura policial permite que os policiais batam ou ajam com exagerada rispidez com os detidos para aliviar o estresse durante eventos

críticos, dando suporte à concepção de violência como um recurso e sua conexão com a aplicação da lei. Aparentemente, o comportamento violento (entendido como um dos principais subprodutos negativos do estresse) recebe mais aceitação entre os policiais do que receber ajuda psicológica, pois a violência reforça a masculinidade, enquanto o sofrimento psíquico envolvendo ajuda profissional desafia a fortaleza de masculinidade na aplicação da lei. Este código de conduta masculina direciona quase todos os comportamentos entre policiais, em particular entre policiais homens (KURTZ, 2006). Ressalta-se que entre os entrevistados houve relatos de atuações que não utilizavam a violência. Para a policial do relato abaixo é bastante clara a dissociação entre o papel que ela tem que desempenhar e como fazê-lo, mesmo que pareça natural se utilizar da violência para marcar a potência da ação.

Eu procuro fazer tudo da forma que não desagrade às pessoas. Se a minha função é conduzir pra DP, é só isso. Eu acho que foge à polícia militar a gente julgar, intimidar, querer agredir, menosprezar, não é nossa função. Nossa função é chegar, tentar resolver, se for caso de DP [Delegacia de Polícia], vamos pra DP. Pronto, acabou a função da polícia militar. Então, assim, pra mim, é muito satisfatório. O meu atendimento, a minha atuação diante dessa situação é muito clara. *(Cabo Opala, mulher)*

AMADOR (2002) relembra a indissociabilidade entre saúde mental no trabalho e violência, não apenas nos termos de causa e efeito, mas de um complexo circuito de violência-sofrimento-violência. A autora frisa a responsabilidade da organização do trabalho que, ao aprisionar as subjetividades, impede a saúde, promovendo sofrimento, o qual, por sua vez, frequentemente encontra na violência uma forma de expressão.

Neste contexto, de imersão destes profissionais no universo das várias violências, importa tentar compreender de que forma tentam equilibrar trabalho e vida pessoal. No próximo capítulo, este assunto será aprofundado.

6.4 EQUILIBRANDO VIDA E TRABALHO

Os processos de subjetivação constituem-se dos dispositivos presentes na socialização primária (família e escola), nas marcas específicas de cada cultura e subcultura, na religião, nos códigos morais de cada sociedade e nas formas de inserção no mercado de trabalho (NARDI, 2006). Neste capítulo, pretende-se desenvolver a discussão sobre qual o papel da subjetividade e dos processos de subjetivação utilizados pelos trabalhadores policiais militares para equilibrar trabalho e vida pessoal, sobretudo, a partir da compreensão de dois componentes: organização das jornadas de trabalho e fatores relacionados à qualidade de vida.

6.4.1 Organização das jornadas de trabalho

A escolha do turno de trabalho, quando é possível escolher, pode colaborar para determinar a que grau e tipo de violência o policial estará exposto, tanto quanto a área de abrangência do batalhão correspondente. Não há consenso entre os policiais militares sobre o turno mais perigoso. Por outro lado, alguns participantes ressaltaram que sentem que, com a violência crescente, não há mais dia, período ou região de maior confrontação com a violência. Os entrevistados informaram que os mais antigos, de maior graduação ou patente, têm precedência na escolha do turno de trabalho, mas que a decisão final é sempre do comando do batalhão.

Aí eu vou te falar que depende da região. Vou te explicar. Violência, você vai falar nos locais mais afastados do centro. Por quê? Porque o governo se preocupa com o rico, não se preocupa tanto com o pobre. Então aonde que você vai ter? De noite. Nos grandes centros, a violência está quando? De segunda a sexta, no horário comercial. Você vai para a satélite, é no período noturno, no fim de semana, ou quando tem as aglomerações, por exemplo, quando tem show. *(Sargento Coral, homem)*

Hoje eu não posso dizer, te afirmar qual é, porque hoje a violência está generalizada, entende? Então hoje não tem mais o turno de tal hora até tal hora. Hoje a bandidagem veio pra ficar. Está chegando perto da sociedade, da população que tem mais condições e isso está assustando. *(Soldado Filito, homem)*

Quanto às escalas de trabalho, existem diversas possibilidades dependendo da atividade exercida e do período. Neste estudo foi possível identificar que os policiais entrevistados trabalhavam nas seguintes escalas: 6 horas diárias, de 2ª a 6ª (expediente); 24X72; 12X60 (vespertino/noturno); 12X36 (diurno); de 8 às 14h, de 2ª a 6ª e, na semana seguinte, de 2ª a sábado (soldados recém-chegados no policiamento ostensivo).

É jornada. 24 horas. Direto. A verdade seriam 72 horas de folga, mas como a gente pega pra fazer o complemento de salário, acaba transformando às vezes 24 por 48, ou 24 por 24. *(Sargento Coral, homem)*

Eu estou na escala 12 por 60, eu entro às 14 horas e saio às 2 horas da manhã. O meu serviço é mais operacional, na rua, procurando mesmo bandido, abordando. A gente sempre está abordando para evitar mesmo o crime. Quando toca algumas ocorrências mais graves, de cunho mais grave, vamos supor, assalto, roubo, essas coisas, geralmente é a minha equipe que atua. Porque eu estou no tático, né? Mas os demais policiais de rua, eles ficam mais assim, em briga de marido com mulher, às vezes mais tranquilo, que às vezes você vai lá e resolve só conversando, né? Nos outros dois dias inteiros a gente está de folga, podendo ou não trabalhar no serviço voluntário e aí, se calhar no extra, a gente vem também. *(Soldado Galena, mulher)*

Complementarmente, FRAGA (2006) enfatizou que, em razão da incerteza característica do ofício policial e de seu regime de dedicação exclusiva, os percursos de ida/retorno do trabalho ou, inclusive, os períodos de folga podem ser transformados em trabalho por demandas inesperadas.

Portanto, os trabalhadores policiais militares não possuem horário predeterminado para o término do serviço, não têm uma jornada fixa, tendo que estar à disposição 24 horas por dia. Conforme estabelecido no Estatuto da PMDF que, entre os deveres, dispõe no Art. 32, inciso I: “a dedicação integral ao serviço policial-militar e a fidelidade à instituição a que pertence, mesmo com o sacrifício da própria vida” (BRASIL, 1984; FRAGA, 2006).

A sobrecarga de trabalho, além da relação com o trabalho em turnos, é mencionada pelos entrevistados também em relação às diferentes atividades que exercem: ser policial, na rua, e ser militar, no quartel. Pensar os contextos público e privado, no caso de policiais militares, extrapola as esferas casa e trabalho, sendo o quartel também relacionado como espaço privado.

Por causa dessa sobrecarga. Atividade interna e externa. É porque nós desempenhamos duas atividades. E todas as duas são críticas: a da rua, que não preciso falar, e tem a do quartel. São duas atividades para uma pessoa só exercer. Aí nós levamos para casa, levamos para a rua, a junção disso aí. É muito complicado. Depois que você atinge a maturidade, você separa. A não ser quando a pessoa não amadureça nunca. Porque tem pessoas com quarenta anos com a cabeça de vinte ainda. Mas a pessoa que tem a sua maturação normal, vai sabendo separar, estudo, vida social, filho, trabalho. Eu comparo nosso estresse com aquelas pessoas da plataforma da Petrobrás, quinze dias no mar, quinze dias em casa. Nosso serviço é assim, só que a gente não mexe com petróleo, a gente mexe com bandido na rua e com coronel no quartel. *(Sargento Âmbar, homem)*

A sobrecarga de trabalho decorrente da organização das jornadas foi associada ao adoecimento psicossomático pelos policiais entrevistados. Foram mencionados: estresse, fadiga, ansiedade, insônia, problemas cognitivos e alterações no sistema imunológico. SELIGMANN-SILVA (2011) afirma que o trabalho em turnos de revezamento contribui para o desgaste global do trabalhador que, entre outras formas, se expressa em envelhecimento precoce associado a diversas manifestações de fadiga.

Porque eu já trabalhei muito tempo na rua. Aqui na polícia é assim, a gente dá a nossa cota, o nosso sangue, né, um tempo, né? O pessoal chama de

vibração. "Ah, eu estou vibrando". Então, a gente vibra até um certo tempo e eu já passei dessa fase de vibrar, vai chegando a idade, a experiência, alguns problemas que a gente encontra na rua e aí a gente muitas vezes opta por vir trabalhar no expediente, ou então, às vezes, é um problema de saúde. No meu caso, eu já dei o sangue, mas também eu vim pro expediente porque eu fiquei de restrição médica. Restrição é quando você passa por algum problema de saúde e aí você acaba sendo colocado no expediente. *(Sargento Esmeralda, mulher)*

Os maiores problemas? Bom, as escalas arrochadas, por exemplo, passar da jornada de trabalho. Eu tenho 12 horas para puxar, aí eu vou para uma esplanada dessa da vida e está tendo manifestação e está chegando o povo e estão quebrando tudo e você tem que estar preparado psicologicamente. E você não vai ficar 12 horas, você vai ficar 24 ou mais horas lá. Entendeu? Isso aí vai, com o tempo, isso aí vai cansando a pessoa. *(Sargento Ametrino, homem)*

O trabalho em turnos e noturno está relacionado a alterações nos ritmos circadianos, afetando o ciclo vigília-sono e gerando privação do sono em trabalhadores e culminando em insônia ou sonolência excessiva (MORENO et al., 2003). Existem evidências sobre as repercussões negativas que o trabalho em turnos e noturno tem sobre a saúde dos trabalhadores. Em revisão sistemática sobre o assunto, GEMELLI et al. (2008) verificaram associação com alterações cardiovasculares, qualidade do sono e estado de alerta, dificuldade de relacionamento familiar e insatisfação no trabalho, erros humanos e acidentes de trabalho, entre outros.

Outro dia você está meio assim cansado. Quem trabalha à noite, no outro dia eu não sou ninguém. Amanhã mesmo você não conta comigo pra nada, porque eu não presto pra nada, porque eu chego em casa tarde. (...) De 14 às 2h da manhã. Aí chego em casa, até eu tomar banho e me arrumar, eu vou deitar às 3h. Se não acontecer nada. Se eu tiver que ir para a delegacia ou uma ocorrência... Aí sai mais tarde, pode virar à noite e só no outro dia de manhã. Mas, assim, só que a escala te beneficia, porque são dois dias de folga, então amanhã eu estou ruim, mas aí eu tenho o outro dia para estar bem, para vir trabalhar no outro dia. Então, essa escala que eu estou agora, ela até que me beneficia nesse ponto. Mas é ruim. *(Soldado Galena, mulher)*

Além do período de folga nem sempre ser suficiente para reparar o cansaço e o sono perdido no trabalho noturno, como relata a entrevistada acima, ainda foram feitas críticas pelos policiais militares entrevistados à organização das jornadas de trabalho e à requisição para trabalhar nas folgas. Alguns entendem que o militarismo é uma forma de perpetuar o desrespeito às folgas em função das atribuições constitucionais dos militares e da necessidade de atender às demandas de pessoal sem poder haver queixas por parte dos trabalhadores.

O governo defende muito o militarismo, né? Porque para eles é muito fácil, é uma mão-de-obra tipo escrava, né? Muitos populares não sabem que, por exemplo, eu tenho a minha folga, eu trabalho na escala 12X60 e se, por acaso, alguém resolver fazer um evento amanhã, vai chegar um ofício aqui e vai falar que é 100 policiais e vão me ligar na minha casa ou em qualquer lugar que eu esteja e falar: "olha, você está de serviço amanhã extra". Você vai trabalhar e não vai receber nenhum centavo a mais por isso. A sociedade precisa de você. Então, assim, esse mesmo ofício chega na polícia civil ou no Detran e falam assim "ah, sessenta? Eu não tenho condições de mandar sessenta, vou mandar dez". Aqui não, tipo assim, se precisa de 100 vai tirar o cara das férias, vai tirar o cara da onde quer que esteja, mas vai cumprir a missão. É o que eles costumam falar. Então o militarismo é muito cômodo pra eles. Tipo assim, resolve. *(Soldado Jaspe, homem)*

Depende da época. No final do ano é certo. O dia 31 é certo. Você pode preparar o seu médico para pegar um atestado, porque, certamente, se você estiver na folga no dia 31, você vai ser escalado de extra. E o extra, fala lá, o extra é um serviço extraordinário, uma coisa que não estava prevista. Pô, todo ano tem o 31 de dezembro. Tem o réveillon na esplanada. Como que não é previsto isso? Por que eu tenho que trabalhar de graça? Ser obrigado a trabalhar de graça? Eu acho que devo ser, sei lá, a única profissão no Brasil que é obrigado a trabalhar de graça. Um escravo. Não, você vai trabalhar e ponto. Você não tem o que falar. Aí você não quer e vai pegar um atestado, contra a sua vontade, para não trabalhar. *(Soldado Jaspe, homem)*

Quando os trabalhadores são convocados pela chefia para trabalharem em dias de folga, é considerado serviço extraordinário e os policiais não recebem nada a mais por isso. Entretanto, existe uma modalidade de serviço extra conhecido como voluntário que é utilizado para complementar a renda mensal. É disponibilizada uma planilha e os interessados se habilitam em dias e períodos que não coincidam com a

jornada ordinária. Os policiais militares que estão afastados do trabalho de rua, com porte de arma restrito, em função de adoecimento ou devido a processo judicial não podem ser voluntários. Os policiais que trabalham no expediente, serviço interno aos quartéis, podem e geralmente se inscrevem semanalmente para realizar o serviço voluntário no período de folga. Estes policiais, nos dias que conciliam a jornada diária de 6 horas com o serviço voluntário de 8 horas, trabalham 14 horas ininterruptamente. Alguns policiais, mesmo estando aptos a participar dos serviços voluntários, escolhem abdicar dessa possibilidade e só se inscrevem quando são compelidos a isso, ou seja, quando são informados que trabalharão de qualquer forma, podendo escolher trabalhar através do voluntário, remunerado, ou do extraordinário, não remunerado. A esta escalação compulsória os policiais entrevistados denominaram “voluntório”, o voluntário obrigatório. Seguem dois destaques com visões diferentes sobre o “voluntório” e outras falas relacionadas.

Às vezes não é nem o serviço extraordinário, mas eles criaram o apelido de “voluntório”, que seria esse voluntário, só que você é obrigado, porque eles te ameaçam “ó, se você não colocar o nome no voluntário, você vai de extra”. E aí para você não ir trabalhar de graça, você coloca. Então não é voluntário, é voluntório. Isso incomoda. É remunerado, que também eu não concordo, porque se alguém decidiu que a escala é 12X60, chegou-se a algum tipo de pesquisa que falou “porra, o policial trabalhou 12 horas à noite, ele precisa de 60 horas para se recuperar”. Eu estou vendendo a minha folga e eu não concordo. Eu acho que tinha que melhorar o salário e não fazer o policial trabalhar na folga. *(Soldado Jaspe, homem)*

Antigamente a gente trabalhava na nossa folga sem ganhar nada. Sabe o que que é você na sua folga ter que trabalhar? Agora de uns anos para cá é que criou esse serviço extra. (...) ele é voluntário porque não pode ser extraordinário por causa da lei. Aí quando se tem algo muito importante igual a Copa fala-se para as pessoas, “olha tem o voluntário e tem o outro de graça, qual você quer ir?” Porque se você não botar o nome para se voluntariar e não tiver suficiente eles vão te chamar para trabalhar de graça. Aí eu até entendo. Porque toda empresa é assim, tem hora que você não quer, mas o patrão fala que você tem que ir. Quer dizer, foi uma evolução para nós. A polícia melhorou muito, a polícia de Brasília. *(Sargento Âmbar, homem)*

A organização das jornadas de trabalho tem estreita relação com a qualidade de vida. Se por um lado o trabalho em turnos pode colaborar para conciliar trabalho e vida pessoal de forma a dedicar tempo ao cuidado familiar, por outro lado, mudanças repentinas ou não desejadas no turno de trabalho podem desorganizar toda a rotina familiar do trabalhador e da trabalhadora. No caso dos policiais entrevistados, alguns apontaram a preferência por trabalhar no período vespertino ou noturno, com escala de 12X60, para dedicarem o período diurno à família, em especial aos filhos pequenos ou aos familiares idosos doentes. Com isso, depreende-se da fala dos entrevistados, em especial os homens policiais mais jovens, a mudança de paradigma que está em curso, em que os homens são corresponsáveis pelo cuidado familiar e desejantes de cuidar dos filhos e, portanto, escolhem trabalhar à noite para terem o dia livre.

Eu acho que eu não penso completamente em sair só por conta da escala, assim. Porque as coisas que eu gosto de fazer demandam tempo, normalmente de dia. E eu não me vejo hoje dentro de um escritório, fechado, cumprindo 40 horas, de 8h às 18h, sem ver o dia, sem fazer o meu esporte. Eu acho que a compensação de tudo isso é a minha qualidade de vida nesse sentido. Eu acabei de ter um filho, ele tem seis meses e, pô, o meu contato com ele é imenso. Todo dia eu estou com ele o dia todo. Então, assim, é coisa que os meus amigos não tem. Vão trabalhar o dia todo, chegam estressados em casa, o moleque já está meio que para dormir, dá só um oizinho e uma brincadinha e já é outro dia. Eu não. A minha esposa está acabando a licença e a princípio a gente nem vai contratar babá e nem vai colocar em creche, porque ela também só trabalha meio período, então um período vai ficar com ela e outro período vai ficar comigo. Eu levo meu filho pra natação 9h30 da manhã. Ali eu me sinto um milionário, porque eu falo, pô, isso é muito bom, isso não tem nem preço. Eu sou soldado da polícia militar, mas, pô, 9h30, sei lá, pra mim é um horário super nobre, eu estou com o meu molequinho lá dentro da água, nadando com ele. E isso é sensacional para mim. (Soldado Jaspe, homem)

Hoje eu estou entrando na escala 12X60. Eu trabalho hoje e tenho direito a dois dias de folga. Você já está contando com esses dois dias de folga pra curtir sua família, ficar com sua família, levar pra um clube, levar pra um parque. Eu tenho dois filhos, eu gosto muito de fazer isso. Está na minha folga, eu vou pra minha casa, não vou ficar em bar, essa coisa toda. Eu vou pra um clube, levo meus filhos, eu vou pra um parquinho com eles. E você se planeja. Você marcou uma viagem, você tem direito àquelas duas folgas e vamos dizer que eu troque de serviço com outra pessoa, então eu tenho 4

dias. Quatro dias, basicamente. Vou e marco uma viagem com a minha família. Então, não. Eles só falam assim, "liguei, tem que comparecer, agora você dê o seu jeito de se virar". E o que acontece, o que muitos policiais fazem, quando está com uma viagem marcada, alguma coisa dessa, faz o que? O jeito é fazer o que? Jogar atestado. Porque você investe uma certa quantia em dinheiro, marca tudo bonitinho, hotel, hospedagem, alimentação, combustível, tudo marcado, pra, de repente, não ter. (Soldado Filito, homem)

As escalas de trabalho podem ser vistas como algo positivo ou negativo e, inevitavelmente, repercutem na saúde física, mental e na qualidade do tempo que os profissionais têm com os familiares. O fato de estes trabalhadores estarem inseridos em um ambiente militar se mostrou um componente desorganizador das jornadas de trabalho pela imprevisibilidade. Uma jornada pode ser duplicada e uma folga reduzida sem nenhuma possibilidade de questionamento. E isso faz com que os policiais desenvolvam inclusive estratégias ilícitas para conseguirem driblar o sistema e administrar o tempo, como buscarem atestados médicos falsos.

6.4.2 Qualidade de vida de trabalhadores policiais militares

A dinâmica de distribuição do tempo entre trabalho e vida pessoal, o engajamento subjetivo com o trabalho, as vivências cotidianas no ambiente profissional e no familiar afetam as diversas dimensões relacionadas ao bem-estar no trabalho e à qualidade de vida de trabalhadores policiais militares. A satisfação com a vida e com o trabalho, o reconhecimento social e a valorização profissional, o apoio familiar à escolha e manutenção da profissão, a remuneração adequada aliada à segurança financeira, as condições de moradia, a disponibilidade de tempo dedicado ao sono,

repouso, lazer e ao cuidado de si e dos outros significativos são os fatores associados ao equilíbrio entre vida pessoal e profissional. O trecho transcrito a seguir exemplifica a estreita vinculação entre os efeitos do trabalho sobre a subjetividade e o equilíbrio do profissional.

Quando eu trabalhava na rua, em casa eu era mais agressivo. Aí depois que eu passei a trabalhar no expediente eu percebo que já tenho mais paciência, mais calma nas coisas que acontecem. Eu acho que misturava os dois. O trabalho e a fase da vida. Na vida pessoal. E no trabalho a gente se deparava com vários tipos de ocorrência, briga de família, briga de casal, briga disso e aquilo outro, temperamento, o jeito das pessoas tratarem a gente. Acho que refletia muito. Um colega que eu trabalhava da radiopatrulha, ele é muito agressivo. Pelas palavras, o jeito dele falar, o jeito dele tratar a família dele. Eu acho muito agressivo. E também acho que é essa face do trabalho da rua. A minha filha passou a chegar pra mim: "ah, você está me tratando como os marginais da rua". Aí eu percebi mais ou menos. A gente recebe isso e transmite para quem convive com a gente. *(Sargento Citrino, homem)*

O apoio familiar à escolha profissional e o respectivo reconhecimento social da função exercida pelos policiais militares contribuem para a motivação de permanecer na carreira militar. Segundo NARDI (2006), além do próprio trabalho, a família está associada a um sistema de possibilidades e interdições, o qual se estrutura a partir de um regime de verdades que funciona como código moral e é justamente refletindo esse código moral que os sujeitos estabelecem as escolhas quanto ao rumo de suas vidas.

Alguns familiares apoiaram a escolha profissional dos entrevistados e entrevistadas, seja pelo fato de ser uma família já com tradição militar ou pelo fato de considerarem uma profissão honrosa.

Eles [os familiares] gostam porque eles acham que é uma profissão honrosa, assim, graças a deus, eu tenho esse apoio, eles acham que é honrosa e tal, mas sabem que é difícil. Aí eles se limitam a ficar observadores também. Eles são observadores, porque família de policial, então tem que se policiar também pra evitar uma retaliação de pessoas que não gostam de policiais. *(Sargento Granito, homem)*

Pois é, lá em casa é meio, assim, fora do normal, né? Porque tem colegas que a mãe ficou desesperada quando virou policial. E lá em casa não, como já tem muita gente que está nesse ramo, minha mãe viu como uma situação

normal, meu pai também. Meu namorado é policial também, então meio que não teve nenhum choque. Nenhum trauma. *(Soldado Safira, mulher)*

Porém não é incomum encontrar policiais militares cujos familiares não apoiam. Por ser uma profissão controversa devido ao militarismo e à exposição direta à violência.

Minha mãe quase enfartou, quase morreu. Desde que eu comecei o curso. Na primeira semana ela até teve que ir pro hospital porque ela ficou mal. Não, não foi uma maneira de dizer. Ela passou mal mesmo. Não queria. Agora ela está aceitando um pouco mais, mas é porque ela sabe que eu não vou ficar aqui muito tempo, porque eu passei em outro concurso. *(Soldado Turquesa, mulher)*

Policial não é bem aceito pela sociedade. A minha mãe não queria que eu fizesse: "não, meu filho, você estudando, consegue alguma coisa melhor". Não é tão bem visto pela sociedade. Mas, hoje, querendo ou não querendo, é um emprego. É um emprego que paga minhas contas, que eu tenho que pagar um colégio pro meu filho, que eu uso pra minha alimentação e tudo. De certa forma, eu gosto. Não posso dizer que eu não gosto, né? *(Soldado Filito, homem)*

O apoio da família à escolha profissional também pode ter um componente de gênero importante quando não se consegue associar à imagem de uma mulher exercendo a profissão. Uma entrevistada relatou essas impressões recebidas dos familiares, conforme destaca a fala a seguir.

Então eu acho que eles lidam bem. Algumas pessoas às vezes assustam porque pensam assim: "mulher". Os tios, primos, ou colegas, às vezes que a gente tem tempo que não se fala e reencontra, aí fala que está na profissão policial, aí tem uma certa resistência, aí falam "nossa! Você trabalhando como polícia?". Porque, às vezes, a gente tem um perfil, que você é mais calada, mais tranquila, mais reservada, assim, não se vê tanto na rua. Às vezes, pensam que trabalhar como policial é estar o tempo inteiro gritando, ou tendo que segurar, prender as pessoas, né? E não é só isso a profissão, tem outros ramos dentro da polícia que você pode desempenhar também. *(Soldado Pérola, mulher)*

A satisfação com o trabalho está relacionada, entre outros fatores, com o suporte e benefícios recebidos da instituição pelos trabalhadores. Em

capítulos anteriores foi discutida a falta de apoio aos policiais militares que enfrentam processos judiciais. Foi mencionada também a melhora na atenção à saúde dos policiais, com a realização de convênios e construção da policlínica, como no trecho abaixo.

Não temos apoio... A gente tem que ter a consciência de uma coisa também: não temos apoio jurídico, então, dependendo da situação, tudo sobra pra gente. Então a gente tem que tentar ser aonde tem que ser, pelo menos perto, o mais próximo, de um bom profissional, porque de repente a gente tem uma situação que ela pode se reverter contra você. Então o seu bolso, a sua parte financeira ela vai estar avaliada em você ter que pagar um advogado, em você ter que depor, a sua arma é apreendida. Outra coisa, além do apoio jurídico, que a gente não tem, o nosso apoio médico hospitalar, a gente não tem um plano de saúde. Então a gente fica, cada um se vira, tem o [hospital] Santa Helena que a gente pega atendimento emergencial, eu e meus familiares. Se for outra situação, mas a PM está mudada, tem alguns convênios que a gente pode fazer hoje em dia cirurgia de correção visual e diversas consultas através da policlínica. Faz o requerimento e consegue via convênio. Melhorou bastante. (Sargento Crisoprásio, homem)

Já a insatisfação profissional está em grande parte associada à falta de valorização profissional e apoio da instituição, de reconhecimento profissional e social, que, além de afetar o engajamento subjetivo com a profissão, afeta a sensação geral de bem-estar dos policiais militares. BARCELLOS (1999), em estudo com policias militares do Rio Grande do Sul, referiu o sentimento de desamparo vivido pelos trabalhadores ao sentirem falta de apoio da instituição e sensação de abandono em momentos que esperam uma contrapartida pelo trabalho e dedicação prestados. Um dos entrevistados foi particularmente enfático ao relatar sua decepção com a instituição ao sentir que um colega muito dedicado ao trabalho ficou desamparado quando precisou de apoio institucional. A partir desse momento o policial, se identificando com a situação vivida pelo colega, percebeu que não valia a pena arriscar-se tanto no dia-a-dia, pois também não receberia apoio no futuro.

Quando eu cheguei no batalhão, como eles aí que são os chamados de novinhos, eu cheguei vibrando também e discutia muito com os sargentos. Eu chamava eles de muxiba porque eles não queriam trabalhar e eu queria abordar, "não, calma, você vai ver que não é bem assim" e tudo o mais. E eu batia muito de frente, aí eu falava "ah, mas se você não está satisfeito pede para sair da rua e vai trabalhar no expediente. Sai da polícia" e não sei o quê, porque eu me sentia incomodado de eles serem daquele jeito, de não estarem correndo atrás e não estarem abordando. E eles falavam: "calma, você vai perceber que depois de um tempo essa vibração vai passar. Você vai ver que você não tem apoio de ninguém. É por sua conta e risco. Você de herói pode passar a ser bandido em milésimos de segundos". E aí nesses quatro anos eu vim percebendo que realmente que o cara que eu chamava de muxiba hoje, ele provavelmente foi um vibrador como eu no começo e percebeu que não valia a pena. Aí eu trabalhei muitos anos com um subtenente, para mim é o maior exemplo de policial militar, um cara que já estava com 26 anos de serviço e era no mesmo ritmo que eu, eu a 200 por hora na viatura e ele "porra, vamos pegar!" e entrando dentro de barraco lá e uma vibração toda. E aí ele sofreu um acidente sério voltando de férias e perdeu o filho dele. E ele, assim, acabou que a polícia militar, acabou, não sei quais as circunstâncias, mas não deu apoio nenhum pra ele no sentido de transporte. A esposa dele veio meio que em estado grave dentro de um carro comum, dentro de uma maca. A PM tem um helicóptero e tem um avião que a gente sabe que é usado pra vários fins e acabou não sendo usado pro transporte dele. E hoje ele está lá, já tem quase um mês que o filho dele faleceu e não teve apoio nenhum da PM, não teve nenhum psicólogo da polícia lá perguntar se ele precisava de ajuda, não foi um representante aqui do batalhão pra ir lá e falar "pô, você precisa de alguma coisa?" e era o meu exemplo de policial militar e eu acho que desde esse fato aí, de um mês pra cá, eu acho que meio que a polícia acabou um pouco com a minha vibração, pelo menos por enquanto, eu acho que eu sou um novo policial aí, o que eu criticava no começo. (Soldado Jaspe, homem)

Também há casos de tentativa de transformação do ambiente de trabalho para restaurar a qualidade de vida e a autoestima do grupo, muitas vezes acompanhada da mudança da chefia imediata e, como consequência, na lógica de condução do batalhão. Embora a instituição policial militar seja bastante coesa, são perceptíveis algumas diferenças entre a gestão dos batalhões visitados, conforme discutido anteriormente e indicado no relato abaixo.

A minha motivação está tendendo a zero nos últimos tempos. Tendia a zero. Se tornava negativa. Motivação era quase zero, aí nós tivemos uma mudança de comando aqui e veio o nosso comandante atual. Ele fez uma

série de transformações. Ele percebeu os problemas aqui da nossa unidade, a baixa autoestima de todos. Então ele conseguiu. Ele conseguiu mudar e transformar essa unidade aqui e hoje o ambiente é totalmente diferente. *(Capitão Rubi, homem)*

A (in)adequação da remuneração e a sensação de (in)segurança financeira são dois importantes fatores que além de contribuírem para a motivação para o trabalho e para a qualidade de vida do trabalhador, afetam diretamente o equilíbrio entre trabalho e vida pessoal ao influenciarem a disposição para buscar outras fontes que complementem a renda ou outros concursos. Alguns entrevistados destacam a grande disparidade de remuneração entre as diversas profissões da segurança pública, afirmando que o policial militar é o que tem menor salário se comparado com outros profissionais que estejam em semelhante nível hierárquico em suas respectivas carreiras. A questão da remuneração está, portanto, diretamente relacionada à percepção de valorização profissional. Adicionalmente, a remuneração influencia a escolha do local de moradia, as opções de lazer e o uso do tempo livre, a alimentação, o cuidado de si e, em última instância, a satisfação geral com a vida e a saúde mental.

Eu acho que eu estaria mentindo se falasse que não é o suficiente pela minha carga horária, mas como a gente acaba, em Brasília tudo é muito caro, e a gente acaba se comparando, não tem jeito. Por exemplo, nem é agente do Detran, porque virou um auditor de trânsito, está ganhando, sei lá, quase o dobro que eu. O risco de vida dele é 2500 reais. Porque que chegaram a conclusão que a vida do agente de trânsito do Detran vale mais que a minha? Ele não entra lá nas mesmas áreas de risco, ele não troca tiro com vagabundo lá, ele simplesmente notifica as pessoas em infração de trânsito. E aí você se compara com o policial civil, se compara com o policial legislativo que ganha igual um delegado e aí você acaba achando realmente que é pouco. *(Soldado Jaspe, homem)*

O que afeta o policial hoje é o salário. O salário é suficiente para as necessidades básicas. Qual é o problema do salário? São as condições que o governo dá. Por exemplo, você quer comprar uma casa, uma boa casa, hoje no Distrito Federal, são 200 mil reais. Qual o dinheiro que você consegue? Você não consegue. Aí você vai entrar para um programa de governo, você não entra, porque você ganha um xis salário e você fica no limbo. Você nem é rico, mas você também não é pobre. E aí você fica ali

naquela classe que você não consegue nada e dentro do Distrito Federal o valor é exorbitante, então não dá. Então dá para você comprar o básico, mas não dá para comprar... Aí você vai morar de aluguel, vai morar aonde? Vai morar longe. *(Sargento Coral, homem)*

A exposição das famílias a riscos decorrentes do trabalho também afeta a qualidade de vida dos entrevistados. Existe o risco iminente de ter o seu local de moradia descoberto e ser vítima de vingança ou de ações repressivas só por ser policial militar.

E sem dizer da própria natureza do serviço que é lidando com perigo que isso vai gerando na pessoa esse estresse também no dia-a-dia, porque a gente anda ostensivo e tudo, então todo mundo conhece a gente, mas a gente não conhece todo mundo. Às vezes as pessoas acabam descobrindo onde a gente mora e gera uma sensação de insegurança até pra gente e pra família. *(Sargento Granito, homem)*

Principalmente, às vezes acaba que o meliante, o bandido, ele acaba descobrindo pelo menos aproximadamente o local onde você mora. Isso acaba afetando, causando uma preocupação. Principalmente isso. Preocupação com a segurança sua e de sua família. *(Sargento Cristal, homem)*

O outro lado da exposição das famílias se refere à estreita vinculação entre o bem-estar no trabalho, o bem-estar psicológico e o modo como o desequilíbrio nestas esferas afeta a vida familiar e a saúde mental de todas as pessoas próximas. Ou seja, um trabalhador adoecido ou em processo de adoecimento psíquico pode recriar e reproduzir um cenário de adoecimento no lar. Do mesmo modo, como discutiremos nos próximos capítulos, os problemas no âmbito familiar contribuem para afetar negativamente os trabalhadores no exercício profissional.

O ser humano ele nem sempre está 100%, né? Tem as oscilações, também tem a ver com os hormônios da pessoa, o psicológico também, o dia-a-dia, problemas pessoais, problemas de relação de família, nem sempre vai estar 100% pra estar trabalhando feliz, vamos dizer assim. Então isso influencia sim. Às vezes, acaba levando o estresse do serviço pra casa e não quer dizer por que está levando o estresse do serviço pra casa, porque foi ofendido, porque teve uma situação difícil, uma ocorrência difícil e vai levar essa ocorrência pra casa, tratar todo mundo mal, não quer dizer que seja

isso, mas muitas vezes a pessoa já chega meio irritado, né? Quer sossego, quer paz e nem sempre tem, né? Nem sempre é compreendido nesse aspecto também, aí fica aquela coisa assim de "poxa, ninguém está nem aí, será que não vê o esforço que a gente faz no dia-a-dia?", o serviço já não é fácil pra chegar em casa e ter aquele estresse, tal. Então a pessoa tem que separar as coisas, serviço é serviço e vida familiar é vida familiar. Não pode misturar as coisas, senão a pessoa vira um homem violento, vamos dizer assim. Então tem que controlar. Controlar e esvaziar a mente. Não ficar juntando essas impurezas do dia-a-dia na mente da gente. (Sargento Granito, homem)

Realmente o trabalho nosso é estressante. Igual eu lhe falei, a pessoa chegou em casa, ele tem que virar a página, senão ele vai deixar aquela coisa infiltrar na casa dele, né? Aí vai cair aquela goteira, vai pingar, pingar, pingar, até encher a bacia e estoura. Aí mulher sofre, filho sofre e você também. Então a pessoa tem que procurar quando chegar em casa, criar algo novo para fazer. O estresse dentro de casa, eu procuro diminuir. Todo mundo tem seu grau de estresse, mas dentro de casa eu diminuo porque eu tiro o trabalho, não é? Mas eles... as atitudes que a gente tem aqui, não tem como não levar para casa algumas coisas. Fica um resquício, né? (Sargento Âmbar, homem)

O policial militar parece que tem que ser policial 24 horas por dia 7 dias por semana. Nunca pode se despir da sua função. Quando as pessoas ao redor sabem que tem policial na vizinhança passam a cobrar ajuda o tempo todo, mesmo no período de folga. Outra das repercussões do trabalho na vida pessoal, além de atender as demandas pessoais da vizinhança, reside no risco da vizinhança saber da profissão.

A gente não é tão, vamos dizer assim, não é tão livre na vida como se fosse um cidadão que não fosse policial, porque a gente tem que se autopoliciar, estar sempre atento. Até numa situação de mais tranquilidade estar sempre atento no que está acontecendo em volta. Você está aqui conversando, mas tem que ficar observando no que está acontecendo ao redor, né? Tem que estar sempre assim. Então isso gera um certo desconforto. A gente não sabe se alguém que a gente prendeu em alguma época desse tempo todo que a gente tem de polícia pode estar ali por perto, pode estar querendo uma vingança por ter sido preso. (Sargento Granito, homem)

O vizinho acha que você é polícia 24 horas. O pessoal fala, vira e mexe estão te chamando , estão te ligando, o vizinho da sua mãe, "ah, o filho do fulano é policial", "vou falar com ela". (...) Esse é um problema que o policial tem, mas isso aí é constante. Você está em casa, alguém te chama, alguém te liga, é para pedir um favor. (Sargento Coral, homem)

Estes achados assemelham-se aos de BARCELLOS (1999), segundo os quais as características peculiares do trabalho executado pelos policiais militares configuram não só as condições e organização do trabalho, mas também se refletem na vida afetiva, social e familiar destes trabalhadores. O autor conclui que o trabalho pode ser benéfico e terapêutico, mas condições inadequadas podem gerar insatisfação, frustração, rigidez afetiva e tensão, fatores desencadeadores de transtornos mentais.

A arma do policial também passa a ser uma preocupação a mais na vida do policial. Eles devem ter constante vigilância com esse objeto sob pena de responderem judicialmente em caso de perda ou de roubo. Ademais, eles ficam expostos a um risco adicional ao terem que manter as armas em casa. Uma entrevistada relatou o conflito vivido entre contratar alguém para ajudá-la a limpar sua residência e permitir que alguém externo tenha acesso às suas armas e informações a respeito de seu cotidiano como policial militar.

Essa é minha casa. Enorme. E só eu para cuidar da casa. Porque assim, eu estou com uma dificuldade muito grande de arrumar uma pessoa para me ajudar nesse tipo de trabalho, tipo assim, uma diarista, por quê? Por mais que a pessoa fale assim: "eu te indico fulana", mas eu estou com medo, porque lá em casa, igual eu te falei, eu não ando armada, então a minha arma está aqui comigo agora e não está na minha casa, mas se eu estivesse em qualquer outro lugar, ela estaria na minha casa. Então, assim, por questões de segurança, eu estou tendo que me virar sozinha, porque eu não estou confiando em pegar alguém, porque lá em casa é a minha arma, a arma do meu esposo e a arma, são 3 armas que existem lá. Também não é muito divulgado, mas pra gente, eles estão entrando muito na casa de policiais para roubarem as armas. E aí você também vai ter uma dor de cabeça violenta se alguém entrar na sua casa e levar a sua arma embora, entendeu? Então, assim, você tem que avisar o batalhão, aí você ainda vai responder ainda por negligenciar, porque você deixou a sua arma lá e a pessoa... É meio complicado para mim, cuidar dessa casa desse tamanho, do mais velho, da mais novinha que precisa de mais atenção, de trabalhar na PM e ainda estar bonita pro marido. Ainda tem essa questão aí. Então, assim, é difícil. Pesa um pouquinho nisso aí. Não é que eu não tenha orgulho da minha profissão... Eu adoro ser policial militar. Acho que é uma profissão séria, mas às vezes eu tenho receio de falar com as pessoas que

eu sou policial, porque você, quer queira, quer não, fica visado ali. (Soldado Galena, mulher)

As policiais mulheres ainda têm preocupações adicionais: além de cuidar da arma, ser militar, se preocupar com a exposição familiar, também têm que cumprir os afazeres domésticos e ainda se preocupar com os cuidados estéticos para agradar o marido.

As questões de gênero surgem nas falas de forma sutil e atravessam todos os temas tratados neste estudo, seja na preocupação com o cuidado familiar, seja na comparação entre policiais homens e policiais mulheres. Nos capítulos anteriores, e no atual, embora tenham surgido alguns pontos que poderiam ter sido aprofundados, decidiu-se por separar a discussão em um capítulo com os temas correlatos às relações de gênero, especificamente aqueles concernentes à intersubjetividade.

6.5 MARCAS DE GÊNERO NAS RELAÇÕES PROFISSIONAIS E FAMILIARES DE POLICIAIS MILITARES

6.5.1 Relações profissionais

É tudo igual pra homem e mulher. Essa história de que mulher tem vida boa na polícia, não tem não. A gente tem que ter competência tanto quanto eles. Apesar deles não aceitarem, né? Normal. (Cabo Opala, mulher)

As relações profissionais são fortemente marcadas pelas relações de gênero. No caso da polícia militar, inclusive, podemos afirmar que se trata de um mundo ultramasculino. O gênero masculino é imposto e constantemente reforçado até mesmo no linguajar, uma vez que homens e mulheres utilizam com frequência adjetivos apenas na contração masculina.

*Tem colega feminina que é mais **corajoso** que muitos homens aí.* (Sargento Berilo, homem)

Já só na seleção, já tem essa diferenciação, porque 10% das vagas é pra mulher, os outro 90% são pra homem. E, assim, desde o começo, as mulheres têm certos benefícios pela compleição física, mas também são vistas como pessoas que não são tão capazes quanto os homens. Então têm esses dois lados. Eu acho que a PM ainda é uma instituição extremamente machista e, assim, é... até pelo lado pessoal e não tão pessoal, pelo convívio que a gente tem com os companheiros, a gente vê que aqui é formada uma cultura de que o homem pode tudo. Se uma mulher às vezes trabalha mais e tudo, as pessoas já ficam, alguns vão olhar e vão gostar, outros vão ficar intimidados, "ah, essa mulher é tal" e taxa, porque "está querendo aparecer". Então a gente acaba que não pode nem ser a mais, nem a menos. Tem que ficar mediana. (Soldado Safira, mulher)

Não podem ser “nem a mais, nem a menos”, e sim “medianas” ou, de preferência, invisíveis. É assim que as marcas de gênero devem se expressar, ou não devem ser vistas ou devem ficar no seu devido lugar, o lugar que não é questionado, em que homens são homens e mulheres são mulheres, em que ninguém ultrapassa a linha imaginária que divide as atribuições e características pretensamente fixas do gênero. Inclusive é uma pressão tão forte no sentido de não infringir as regras do mundo masculino, que a mulher deve ser conter nas expectativas que se tem acerca do papel feminino e do que ela deve desempenhar. Se ela se destaca além daquilo, ela pode vir a ser malvista, então as mulheres precisam se policiar para se colocarem dentro destas expectativas e não ultrapassá-las.

Outra diferenciação importante que marca o gênero se revela na identificação dos policiais, em que os homens são designados pelo sobrenome associado à patente e as mulheres são designadas pelo nome associado à patente, de forma a ser sempre identificada como mulher. Exemplo: Um soldado homem chamado João Silva, será o soldado Silva. Uma soldado mulher chamada Joana Silva, será a soldado Joana. O lugar das mulheres na instituição (mulheres, pois não se conhece a existência na corporação de pessoas com identidades de gênero não-binárias) é, na verdade, bastante paradoxal, seu ingresso é garantido pela legislação, mas são sempre lembradas de que não são “o trabalhador-padrão”, são exceções.

Outro exemplo da interferência das relações de gênero nas relações profissionais é apontado por KURTZ (2006) que relaciona o favoritismo na ascensão dos “bons garotos” (“*good-old-boys system*”) à manutenção de uma estrutura de poder predominantemente masculina na polícia, a partir do acesso que o coleguismo fora do trabalho proporciona e do qual as mulheres são frequentemente excluídas, afetando a dinâmica de gênero na instituição. MAINARDI (2007) relaciona as exigências de comprovação de virilidade no

treinamento e processo de formação de policiais militares às relações de poder e gênero, condicionando a exclusão das mulheres dos “grupos viris” e das redes informais de poder, privando-as de informações privilegiadas, tornando-as despreparadas para os jogos e estratégias políticas das instituições, para o *lobbying* e negociações que possibilitam o acesso aos postos de poder. O trecho abaixo pode ser pensado como exemplo da sensação de uma entrevistada sobre os meandros da articulação política liderada pelos pares.

Ah, eu queria falar uma coisa que é importante, que eu acho que pode ajudar a sua pesquisa, é muito importante, não sei se você sabe, esse ano foi sancionada a lei que dá o direito das mulheres com carreiras policiais se aposentarem com 25 anos, certo? Lindo, né? Se a gente estivesse incluída, porém, contudo, todavia, nós, policiais militares e bombeiras, não fomos incluídas nessa lei. Por que nós não fomos incluídas? É aí que vem a bomba. Pow! Nós fomos boicotadas pelo masculino. Simplesmente boicotadas. É porque nós policiais militares e bombeiras, nós não aposentamos, nós reformamos, certo? E por causa dessa palavrinha a gente ficou de fora. Hoje se fala: “não, a gente vai ver aqui o lado de vocês e tudo”, mas na verdade o que a gente sente é assim, há muito tempo que o policial militar masculino e bombeiro militar masculino, policial e bombeiro, eles estão pleiteando esses 25 anos, certo? E porque eles estão pleiteando esses 25 anos, eu acredito que eles achando que resolvendo a vida da gente podia atrapalhar a vida deles, então nós nos sentimos, eu digo pra você em nome das minhas colegas praças e oficiais, que nós nos sentimos boicotadas aqui no Distrito Federal. Em outras polícias, Goiás, por exemplo, e alguns do Nordeste, não sei se em São Paulo, as policiais militares e bombeiras já podem se aposentar com 25 anos, mas aqui nós fomos boicotadas. É uma coisa que é muito séria e eu queria falar para registrar na sua pesquisa o quanto que é difícil para a gente. *(Sargento Esmeralda, mulher)*

A fala citada a seguir de um dos oficiais entrevistados reforça a ideia de que há de fato um favoritismo e uma troca de favores com os subordinados prediletos. Afirmação reforçada pelas queixas de vários entrevistados, conforme discutido no capítulo “Militarismo e Organização do Trabalho”.

Eu, por exemplo, dentro dos meus subordinados, tem aquele cara que você tem mais afinidade, que você sente mais confiança, que ele é um cara mais prestativo. É claro que você vai dar favores pra ele, vai ajudar o cara sempre

que precisar, mas desde que você trabalhe bem, que você seja honesto, seja uma pessoa tranquila, seja um bom profissional, você vai ter tudo. *(Capitão Topázio, homem)*

Quando questionados sobre se havia diferenças de gênero no desempenho do trabalho policial militar, os entrevistados e as entrevistadas apontaram as diferenças e as semelhanças conforme percebidas sem discutirem as contradições apresentadas, tais como afirmar que não existem diferenças de tratamento ou de capacidade e, em seguida, apontar características estereotipadas. Esses resultados são semelhantes aos encontrados por CAPPELLE e MELO (2010), em que os estereótipos do que representa ser homem ou ser mulher espalham-se por toda a organização, tais como: a necessidade de proteção às mulheres, a difamação das mulheres policiais que possuem muitas amizades com os colegas homens qualificando-as como “prostitutas”, o imaginário de que as mulheres só trabalham e só querem trabalhar em atividades administrativas e, no caso de preferirem trabalhar no serviço operacional, serem vistas como excessivamente “masculinizadas” e, portanto, homossexuais.

Homem e mulher, a diferença? Eu não vejo mais muita diferença entre. Só a força física, mesmo. A mulher resolve tudo hoje. Inclusive ela nos ajuda muito hoje. Porque tem a revista feminina, né? E a cabeça diferente da nossa, porque mulher é mulher e homem é homem. A cabeça é sempre diferente, mas o trabalho é igual. Não tem diferença, só que a mulher sempre vai ser mulher. Ela vai ser tratada com essa diferença de mulher e homem. Profissionalismo não tem mais diferença. Botou a farda, é porque ela está determinada a fazer, e não é fácil, porque o estresse da mulher parece que ela se estressa com mais facilidade do que o homem. E na nossa função ela tem que se resolver nisso aí, porque ela vai se estressar mais do que os homens, porque a mulher é mais sensível. Só isso, nesse caso, de mulher. Ela vai sofrer um pouquinho mais do que a gente. Só nesse ponto. *(Sargento Âmbar, homem)*

Na fala acima é nítido como a noção da diferença de gênero é naturalizada. A crença de que a mulher é mais frágil e sensível e seria mais

afetada pelas situações vivenciadas no trabalho, como se a característica de todas as mulheres fosse ser mais emocional e menos racional.

As mulheres pegavam o serviço mais burocrático, mais anotações, por exemplo, barreira, elas ficavam sentadas... pela gente também, porque a gente não queria que elas ficassem, pelo nosso modo de ser, de homem, né? Ela ficava lá sentada fazendo as anotações, enquanto a gente fazia as abordagens dos veículos, dava a habilitação, o documento do veículo, para ela relacionar os veículos. E era assim. Mas tem mulher que é durona também, que puxa também... Tipo assim, se for por ser policial homem e estiver tirando o plantão com uma mulher, então eu que tenho que tomar uma atitude, se ele vir para cima, de partir para cima dele. Ela tem que mais me apoiar. Entendeu? Por exemplo, se for entrar em luta corporal, eu que vou ter que entrar em luta corporal com ele, porque aí vai ficar até mal para a sociedade, né, a mulher lá trocando porrada com o cara e eu olhando. Não seria a lógica. *(Sargento Ametrino, homem)*

Mesmo com a naturalização das diferenças, parece haver um receio de que a mulher mostre mais serviço, humilhando o policial homem em sua virilidade. Por esse motivo, mesmo às policiais operacionais costumam ser delegadas funções acessórias, como tarefas de anotação em barreiras policiais, como se fossem assistentes dos homens que dão conta da parte mais árdua ou perigosa do trabalho. As falas acima e abaixo revelam essa tensão entre os papéis.

Como ser homem? É ser homem aqui na polícia? Extremamente necessário. Eu acho assim, não querendo discriminar as mulheres, mas pela própria natureza do serviço que lida muito com a violência, com o perigo e, muitas vezes, tem que usar muita força física e aquela imposição mais firme que é própria da natureza do homem, é uma atividade que eu acredito que seja mais voltada pra homem, não discriminando as mulheres nesse aspecto, né? *(Sargento Granito, homem)*

BROWN e WOOLFENDEN (2011) referiram que os estereótipos de gênero interferem também na visão da população sobre o trabalho dos policiais homens e mulheres. Embora existam poucas diferenças nas habilidades de patrulhamento, a população tende a preferir homens para

lidarem com desordem pública e violências, e mulheres para lidarem com vítimas e pessoas desaparecidas.

Outro entrevistado abordou a questão da fragilidade associada às mulheres. Quando questionado sobre a possibilidade de haver fragilidade em homens, ele se lembrou de sua própria fragilidade em um momento passado, a qual não foi aceita pelos colegas. Segundo KURTZ (2006), a justificativa, disfarçada em preocupação, de que as mulheres são demasiadamente fracas para exercer corretamente o trabalho policial seria um exemplo claro de como as imagens são usadas para reforçar a divisão sexual do trabalho e manter a imagem de vulnerabilidade das mulheres. Por outro lado, as imagens servem também para reforçar estereótipos vinculados à masculinidade hegemônica de como os homens de fato são (ou deveriam ser idealmente), ignorando o amplo leque de possibilidades e características de homens e mulheres reais.

É, eu vejo que a mulher é mais frágil. Então com as ocorrências, quando eu trabalhava na rua, as ocorrências mais pesadas a gente tinha que tomar a frente. É por aí?[Mas e se fosse um homem frágil, ou que estivesse fragilizado, ele pode mostrar isso na profissão?] Por exemplo, é... antes não. Eu acho que isso era muito discriminado na época que eu entrei. Como já aconteceu comigo, eu falei "eu acho que estou com depressão"... "Isso é coisa de fresco! Que depressão o quê?" Aconteceu. Isso aconteceu muito. Hoje em dia, eu não vejo muito desse lado não. Se você estiver doente, está com depressão, alguma coisa, a pessoa já, pelo menos pelo meu ponto de vista, já entende um pouco. Não muito como deveria. (Sargento Citrino, homem)

É aconteceu alguma coisa entre eu e uns colegas de trabalho. E aí eu fiquei muito chateada. E aí por causa disso desencadeei um problema psicológico, quer dizer, eu não sei exatamente se foi por causa disso ou se eu... né? E aí vim parar aqui. E aí por causa disso eu decidi não voltar mais. Eu gosto muito de ajudar as pessoas e, às vezes, eu estava me sentindo assim meio excluída. (...) Olha, eu já sofri algumas... já ouvi algumas... como é que fala... assim... colega meu, não sei se de brincadeira.... falando "ô, salário mais mal pago esse, é o salário da policial militar feminina". E já ouvi de várias recriminações. E eu fingia que não ouvia, né? (Sargento Ametista, mulher)

A questão da fragilidade se torna ainda mais problemática quando envolve a questão do cuidado com a saúde. Um homem é visto como menos

masculino quando se preocupa com isso. Essa situação é ainda mais patente quando se trata de saúde mental, cujos problemas são historicamente atribuídos ao sexo feminino que é considerado mais fraco mentalmente.

É, eu acho que a mulher é muito mais frágil ainda. Entendeu? Não é menosprezando porque é mulher, mas mulher é mulher, né? Então é mais frágil e acho que está mais propícia sim à violência, né? A mulher está mais exposta, por ser um ser humano mais frágil, né? É tanto que eu não vi ainda aqui em Brasília, em todo esse tempo, uma guarnição só de mulher. Sempre tem que ter um masculino junto. Não sei lá em São Paulo, mas aqui em Brasília não existe, nunca vi, guarnição só de mulher. Assim, guarnição motorizada só de mulher. Eu nunca reparei nisso, nunca ouvi falar. (...) Superpreparadas, mas é porque aí fora o meliante quando vir uma guarnição só de mulher então ele vai crescer mais. Eles vão crescer mais pra cima delas. Não é que tendo o masculino eles não vão crescer, mas eles vendo uma guarnição só de mulher eles vão criar mais coragem... Mas não é que elas não estejam preparadas tanto quanto o homem. (Sargento Quartzo, homem)

É interessante ressaltar que mesmo as mulheres sendo consideradas muito preparadas para desempenhar a profissão, elas não vistas como sendo suficientes e sempre precisarão de policiais do sexo masculino para sua retaguarda, como mostra a fala acima.

Os estereótipos de gênero podem ser considerados os principais responsáveis pela recusa e/ou limitação do acesso das mulheres às carreiras militares. Exemplo histórico é o de Maria Quitéria de Jesus Medeiros, brasileira nascida em Feira de Santana/Bahia, considerada a primeira mulher militar, que precisou disfarçar-se e alistar-se como homem para lutar pela Independência do Brasil em 1822. Ao ser descoberta, devido às suas habilidades de combatente (facilidade no manejo das armas e disciplina militar) foi defendida e incentivada pelo seu Comandante a permanecer na tropa e, posteriormente, foi condecorada como heroína com a Ordem Imperial do Cruzeiro do Sul, pelo Imperador D. Pedro I (LOIOLA, 2009). Estes fatos exemplificam que quando o gênero não é usado como primeiro critério de avaliação da capacidade de trabalho, a percepção sobre

a pessoa avaliada pode diferir radicalmente, sobressaindo competências necessárias ao desempenho profissional baseadas em fatos, tais como destreza manual e bravura, e não noções pré-concebidas.

As entrevistadas foram questionadas como sobre sentiam o papel da mulher na organização policial militar e as dificuldades encontradas. A primeira fala destaca a percepção da policial de que a expertise adquirida sobre o trabalho não basta para ser ouvida.

Não é fácil, não. A gente encontra muitas barreiras. Primeiro vem a questão dos colegas, né? Ah, mas tem muita gente que ainda pensa que as mulheres na corporação estão aqui de intrusas. A gente ainda ouve isso. Tem outra situação, exemplo, eu estou no administrativo, eu domino o que eu faço, então às vezes, eu tenho um chefe muito legal, mas muitas vezes eu percebo que ele não dá crédito pro que eu falo, aí eu associo a minha graduação, por ser cabo, e por ser mulher. E aí eu acho que isso é injustiça e isso eu não consigo assimilar muito bem. *(Cabo Opala, mulher)*

BEZERRA et al. (2013) afirmam que o fato de ser mulher na organização policial militar é um detonador de estresse ocupacional, afetando, além da saúde, os relacionamentos familiares. Os autores destacam que uma das mais importantes constatações do estudo realizado no Rio de Janeiro é que a corporação, apesar dos 30 anos da presença feminina, ainda não tem uma perspectiva de gênero e de acolhimento real das diferenças, mantendo e reforçando as desigualdades. Esta constatação é bastante pertinente e compatível com a realidade de outras polícias militares brasileiras, pois nesta pesquisa foi possível percebê-la na própria Polícia Militar do Distrito Federal.

Nenhuma das mulheres entrevistadas hesitou ou estranhou o questionamento feito a respeito das vivências como mulher na organização policial, mas alguns homens, principalmente os mais velhos, ficaram desconcertados com o questionamento sobre como sentem o papel do homem na organização e não sabiam como responder, naturalizando a figura do homem na polícia ou abordando outros assuntos como forma de

responder às perguntas. Por meio das falas, é possível sentir a pressão que as relações de gênero exercem sobre os homens policiais, ainda que eles não saibam identificar e nomear isso. Neste ponto inter-relacionam-se inúmeros fatores que potencializam a referida pressão: a despersonalização decorrente do militarismo; a sensação de descartabilidade, sendo só mais um entre tantos; a insegurança de não poder contar com apoio da instituição na resolução dos problemas pessoais (seriam mesmo apenas pessoais ou relacionados ao trabalho?); a necessidade de ser o solucionador de conflitos dos outros; as exigências desgastantes do trabalho; a impossibilidade de expressar livremente as subjetividades; a pressão de reproduzir estereótipos para se reafirmar como igual e parte do grupo.

O que é ser homem? Tendo em vista o pequeno percentual feminino? (...) A gente tem que levar o lado sentimental, a gente tem que esquecer o lado sentimental e colocar a razão. A gente tem que procurar ser neutro em certas situações em que você, mesmo que você saiba, você não presenciou nada, mas você vê uma situação em que você sabe que uma pessoa está errada e a outra está certa, só que não presenciou o fato, o fato já está ali, então você tem que procurar ser neutro o possível e conduzir as partes para a delegacia. Então você tem que ter um certo ponto de decisão. Muitas vezes é de competência de ambos os sexos. (Sargento Crisoprásio, homem)

É, ser homem e oficial nessa polícia é muito difícil porque as pessoas, os efetivos esperam muito da gente. Então você tem que andar sempre muito bem uniformizado. Hoje, por exemplo, eu não fiz a barba, já estou desesperado. Você tem que ser o cara mais exemplar do mundo. Você tem que saber de tudo pra sanar todas as deficiências dos caras na rua. Você tem que ser um exemplo de conduta. Você tem que ter o uniforme impecável. Uma série de coisas. Vixe, eu sofri demais da conta. (...) Na polícia é enfatizado o aspecto da aparência. O cara às vezes é um lixo, se ele anda bem, na verdade, o cara é uma pessoa horrorosa, horrível, se ele anda bem fardado, com o cabelinho cortado, ele já tem um milhão de pontos. Entendeu? E a recíproca não é verdadeira. Se o cara é um cara muito inteligente, muito íntegro, muito honesto, mas se ele anda com problemas de farda, anda com cabelo de tal. Ele já é o suprassumo da coisa ruim. Entendeu? Então essa questão de valores e tal. É uma coisa meio maluca. (Capitão Topázio, homem)

O machismo na sociedade e na corporação também foi abordado pelos policiais entrevistados. Existem dois tipos de discriminação operando

no trabalho policial militar que afetam as relações de gênero. Uma delas é a discriminação negativa em que as policiais são diminuídas em suas capacidades, associadas a estereótipos como o da fragilidade, indicada em diversas falas.

Por outro lado, opera também a discriminação positiva em que a proteção pelos colegas é mencionada e, embora seja percebida positivamente pelas entrevistadas, reflete uma ação que reforça a noção de fragilidade e do lugar duvidoso do trabalho da mulher no imaginário dos policiais militares. KURTZ (2006), em seu estudo, discute que a proteção de policiais femininas da violência potencial não é verdadeiramente sobre as mulheres; ao contrário, trata-se de preservar o poder dos homens. O comportamento protetor, disfarçado de cavalheirismo, salvaguarda a masculinidade no trabalho da polícia com a finalidade de preservar certas posições, colaborando para preservar a hierarquia de poder nas organizações policiais e sendo particularmente notável no fato de poucas mulheres avançarem para os níveis mais altos da organização.

Ah, é bom e é ruim. O bom é que você está num ambiente em que você, assim, o pessoal tem o maior cuidado com você. Os masculinos eles vão adquirindo uma amizade, um afeto e aí eles passam sempre a te proteger e querer cuidar de você. Mas também é ruim por você ser vista como frágil, como uma pessoa que não dá conta de estar na área operacional. E estar entre vários homens é complicado porque aí começa conversa, né? Então tem que saber administrar isso por parte deles. Administrar sabendo, ao mesmo tempo, que você não pode ser aquela pessoa distante e fria, também não pode ser aquela pessoa muito aberta. Tem que estar sempre dosando de manter uma amizade, um bom relacionamento com todo mundo, mas também de não dar liberdade. *(Soldado Safira, mulher)*

Ademais, não reconhecer que existem fragilidades tanto em homens quanto em mulheres contribui para que, na subjetividade dos homens, ganhe força o imperativo de arriscarem-se excessivamente (ou desnecessariamente) em serviço e do presumido potencial multiplicador da violência como sendo necessário ao adequado exercício de policiamento militar.

É, aqui é um ambiente machista, de homem, de predominância de homem. A princípio é todo um campo que favorece você ter, adotar, ser macho, é um ambiente extremamente machista. Então é fácil, não é muito difícil. Eu não sei se isso a gente até mesmo é moldado para vestir essa carapuça, mas assim, eu não vejo também como um fardo. (...) [E para expressar emoções?] Isso sim é difícil. É mais difícil que você passar a ideia do papel de machão, que pega todo mundo, enfim, todo esse imaginário que já tem essa fantasia, esse imaginário que tem da farda, essa questão do machão, do durão. Isso é fácil. Você quer encarar esse papel, incorporar esse papel. Demonstrar fragilidade não é visto com bons olhos. Como eu posso me expressar de forma mais específico com exemplos? Enfim, eu vejo que por ter esse ambiente e toda essa ideia de ser duro, demonstrar fortaleza, que você é forte e passar isso, as pessoas de certo modo, não só aqui dentro, de certa forma fora, na sua família, na sociedade, elas esperam isso de você. Aí você meio que incorpora esse papel também procura não decepcionar as pessoas, porque muitas esperam isso de você. O policial tem uma aura meio que de super-herói e você tem que ser o forte na situação. Teve uma situação ou várias situações de conflito, você está com seus colegas numa situação de descontração, a princípio todo mundo tem o direito de vazar e correr, você é policial, não. Você tem que encarar. E as pessoas procuram isso. E aqui dentro mais ainda porque não é muito interessante você fugir das situações e demonstrar, passar essa ideia. *(Cabo Diopsídio, homem)*

Não só dentro do batalhão as mulheres sentem a diferença de tratamento, também fora da corporação há a diferença de tratamento entre os homens e as mulheres. No exemplo abaixo, a mulher é sempre servida depois dos colegas homens na hora do lanche, ao mesmo tempo em que ouve comentários desrespeitosos dos homens no local, que não dão importância ao fato dela estar armada e uniformizada ao destratá-la. E ela sente que é necessário ter os homens policias presentes para coibir essa situação.

Outra coisa que também assim, nessa questão de violência que eu vejo muito é que, por mais que seja uma corporação machista, eu, por exemplo, quando estou numa equipe, seja ela qual for, a tendência é sempre eles me protegerem. Eles têm essa... esse instinto de proteção, digamos assim. Eu vejo, porque geralmente... eu vou dar um exemplo assim, não tem nada a ver com ocorrência. Na hora do lanche, a gente ia lanchar numa determinada padaria e aí cada um lanchava e ia saindo, e eu geralmente ficava sempre depois, porque eu sempre era a última a ser atendida por ser mulher, porque geralmente quem atende são mulheres, então elas atendem primeiro os meninos para depois me atender. Então eu sempre ficava por

último porque eu era a última a lanchar. E aí eles saíam e quando eu ia pro caixa, tinha o senhor do caixa, tinha o amigo do senhor, e eles ficavam com piadinha no meu ouvido, aí eu chegava na minha patrulha e esculhambava com eles: "vocês ficam me deixando sozinha, eu fico ouvindo desaforo desses velhos", aí eles "a gente não sabia que era assim". Aí eles passaram a sempre ficar um comigo e não me deixar sozinha. E quando a gente chega numa ocorrência, geralmente quando a gente vai, eles sempre falam "você fica na retaguarda, fica atrás". Às vezes a gente tem que andar em linha, aconteceu já da gente andar no meio do mato procurando alguma coisa, aí eu sempre fico no meio, nem fico na frente, nem fico atrás. Fico no meio ali por questão de proteção. Isso aí eu não tenho o que reclamar da equipe e dos policiais como um todo, eles sempre têm esse instinto de proteção, mesmo. Acho bacana. Apesar deles ficarem falando que são machistas e isso e aquilo, mas eles têm essa... quando tem um feminino eles mudam de postura. É interessante isso. *(Soldado Galena, mulher)*

DICK e JANKOVICZ (2001) discutiram a problemática de essencializar a cultura organizacional da polícia militar como reflexo de masculinidade em que características são cristalizadas sem considerar seu caráter produtor. Ignoram-se, assim, as construções discursivas de masculinidade que têm origem nas relações sociais que constituem a organização e no contexto sociocultural no qual a organização se localiza, e assume-se que masculinidade e feminilidade sejam diferenciadas com base em características que seriam únicas e predeterminadas a cada grupo. Isso significa, por exemplo, que "valores masculinos" são tratados como se eles fossem características essenciais de homens. Neste recorte, as relações de gênero atuariam como "faca de dois gumes" na organização: por um lado deixando os homens mais vulneráveis à subordinação dentro das relações de poder na instituição, submetendo-os ao ideal de masculinidade; por outro, impedindo que aqueles que tenham maior interesse em dedicar-se ao cuidado familiar sejam visto como igualmente competentes, enquanto reforçam que este é o papel esperado das mulheres, mesmo para aquelas que não querem se subordinar às demandas domésticas.

O machismo na corporação, bem como outras formas de discriminação, facilita que ocorram episódios, isolados ou rotineiros, de mal-

estar no trabalho. CAPPELLE (2006), igualmente, verificou na Polícia Militar de Minas Gerais a ocorrência de assédio moral e sexual, como modalidade instrumental de exercício do poder em referência à Foucault, entre 33 mulheres entrevistadas, com destaque às piadas machistas que desqualificavam o trabalho feminino; ao ataque à autoestima e à competência das mulheres policiais; e à consequente banalização do assédio como necessária estratégia de defesa. O militarismo e o próprio regulamento disciplinar do exército favorecem os casos de machismo e violências contra as mulheres na corporação. No extenso relato transcrito a seguir, a entrevistada conta episódios de sua vivência como mulher na polícia militar.

Mulher na corporação. Para ser bem sincera, muito sincera, nós guardamos com a gente muitas frustrações nesse sentido. Não se fala muito, né, porque nós trabalhamos num público masculino. É cem homens para cada uma mulher, e olha lá, eu acho que é mil homens para cada uma mulher, no caso do Distrito Federal. Nós temos um efetivo de 14 mil homens no total. Ativos, né? Fora inativos. E temos um efetivo de oitocentas e poucas mulheres. Não chegam a mil. Então, por aí você já tira. (...) Aqui é o seguinte, ou você sofre perseguição ou preconceito, porque você ocupa o mesmo cargo que o policial masculino, ou porque você é uma superior dele. É uma coisa bem complicada. Ou você é enxergada como uma mulher objeto. É uma mulher que, de certa forma, pro cara parece que é um fetiche para ele, aquela mulher fardada. Em outras palavras, a gente sofre muito assédio aqui dentro. É incrível, incrível. Nunca mudou. Da época que eu entrei era ruim, mas eu vejo hoje que não mudou. A gente sofre muito assédio. Eu acho que é o maior problema aqui dentro. As poucas mulheres que tentaram se defender disso tiveram problemas, porque a gente na polícia militar, existe uma coisa do militarismo, da hierarquia, do RDE, que é o regulamento disciplinar do exército. Aí fica complicado pra gente bater de frente com esse sistema. O sistema nos sufoca, aí a gente tem sempre que estar saindo pela diagonal. Sempre tem alguém te assediando, sempre tem alguém, às vezes, te olhando de cima a baixo porque você chegou numa posição superior. Realmente para a mulher é muito difícil aqui. Eu acho que muitas são vencidas pelo cansaço e, vamos dizer que das mulheres que estão na polícia, eu acredito que 30% são casadas com policiais militares. E sabe o que que tenho para mim, que muitas delas usam isso como uma proteção. Ninguém mexe. Todo mundo respeita. Ninguém canta. É diferente. Aí a gente fica o tempo todo fingindo que não está acontecendo, se esquivando. (...) Eu já passei por uma situação tão esdrúxula na polícia, tão escrota na polícia. Já tem alguns anos, eu estava, nós estávamos de serviço à noite, eu trabalhava no motorizado. Eu trabalhei muito tempo na rua, e trabalhava à

noite na viatura, no atendimento de ocorrências à noite, de madrugada. Tinha momento que a gente parava, quando não tinha ocorrência, pro motorista dar aquela descansada e a gente ficava bem aquele horário que não rola nada, 3 horas da manhã, 4 horas da manhã, tem uma hora que desacelera as ocorrências. E aí eu estava na viatura, quase dormindo, meio dormindo, meio acordada, e um dos meus colegas era o motorista na época, eu estava no banco de trás, ele estava no banco da frente, eu só contei isso pra duas pessoas até hoje, mas eu só contei porque elas me contaram outras situações que aconteceram com elas, porque a gente não tem coragem de contar certas coisas. E aí eu estou lá com olho fechado assim, quase 4 horas da manhã, com sono, aí daqui a pouco eu ouço um barulho, o barulho de um homem se masturbando. Acredite. O cara estava no banco da frente se masturbando, com eu lá atrás da viatura. Pergunta se eu tive coragem de contar para alguém. Sabe o que eu fiz? Fingi que estava dormindo. Foi isso que eu fiz, mas isso foi tão traumatizante para mim. Foi terrível. Foi horrível. Eu não tive coragem de contar para ninguém. Depois a minha colega foi contar uma outra situação com ela, aí eu comecei a rir de nervoso. Eu fui e contei para ela. Ela foi e riu também. Uma coisa assim, só rindo para não chorar. *(Sargento Esmeralda, mulher)*

Segundo indica a Sargento Esmeralda, a estratégia de algumas mulheres policiais para se esquivarem do assédio é namorarem ou casarem com os próprios policiais. Ela destaca também a dificuldade que as mulheres têm em falar do assunto até mesmo com outras mulheres, ficando isoladas nos casos de assédio.

A soldado Galena, por outro lado, acredita que o problema se apoia na postura da mulher. A entrevistada relatou a resistência do marido, também policial militar, em aceitar que ela fizesse o concurso por conta do assédio e quantas mulheres entram e se divorciam durante o trabalho. A desvalorização social da liberdade sexual da mulher é também mencionada pela entrevistada, informando que uma colega ficou mal falada por se envolver sexualmente com colegas homens, desconsiderando que a liberdade sexual do homem (inclusive dos casados) é constantemente incentivada pelos pares, conforme foi dito por outros informantes. O relato do homem policial transcrito logo abaixo também indica essa percepção de que a mulher é responsável por estimular os assédios sofridos.

Até hoje eu não tive problema, não. Eu entrei com muito receio, vou te dizer o porquê, por exemplo, quando eu fui fazer o último concurso, o meu esposo era policial militar. Aí ele virou para mim, eu falei para ele que eu ia fazer a prova, aí ele falou para mim que se eu fizesse a prova eu ia ficar solteira. Aí eu virei para ele e falei: "ah, mas não é justo, porque eu quero ganhar mais, né?". Ainda mais de onde eu estava. Aí eu falei: "o que que tem a gente juntar a renda e aí vai ser melhor para nós dois". Aí ele falou: "não, mas o assédio é muito grande dentro da PM". Ele, como policial militar, ele sabia mais ou menos como é que era. Só que eu sofri um assédio no meu antigo serviço e me saí bem. Eu contei para ele o que que aconteceu. Fiz a chefia tomar providências. E aí virei para ele e falei assim: "ó, não adianta nada, eu não vou para a PM e isso vai acontecer em qualquer lugar". E aí ele falou: "então tudo bem. Vai lá, faz o concurso.". Aí eu fiz o concurso e passei. Aí, assim, porque, infelizmente, não sei se tem uma estatística, mas a gente vê assim pela gente, muitas entram casadas e quando terminam o curso já não estão mais casadas, separadas. E as que entram solteiras, acabam namorando com os próprios policiais, porque, assim, o assédio é grande, mas o assédio é grande para quem dá essa abertura. E nós não somos muito bem vistas, não. Por exemplo, no meu curso a gente teve um problema com uma colega. Ela... ai, como eu vou falar isso? A gente assim... ela saía com um, com outro, com outro, com outro... E aí ganhou fama, só que ela não ganhou fama sozinha. O curso inteiro, as 75 femininas, ganharam. Então quando eu saí do curso já sabendo que estavam esses rumores na tropa, eu já vim direto para esse batalhão, e eu sempre fui uma pessoa muito séria, eu não gosto de ficar assim me abrindo, assim, sorrindo, conversando com as pessoas, eu fico mais quieta no meu canto. E é nítido, por exemplo, comigo não tem certos tipos de brincadeira, não tem certos tipos de gracinhas e tinha uma outra colega que era daquele tipo que gostava de conversar e sorrir e tudo o mais, e eu via que ela tinha, tipo assim, os meninos iam muito assim, "ah, vamos sair", e com piadinha. E ela virou para mim uma vez e falou "eu não gosto que façam isso comigo". Tiravam, tipo assim, ela chegava para trabalhar na rua e aí puxavam ela e falavam assim: "não, hoje você vai ficar lá comigo no expediente para você fazer um trabalho para mim". E ela não gostava disso. Aí eu virei para ela e falei assim: "simples, para de ficar rindo para ele. Dá logo uma cortada e fala que você não quer ficar lá, porque senão isso não vai mudar". E ela: "ah, mas eu não consigo, é oficial e pode ser que dê alguma coisa para mim" [fala no sentido de punição]. Aí eu falei: "uai, aí é com você". Então, assim, não estou dizendo que a pessoa... É de pessoa para pessoa. (...) E eu não acho que seja porque eu sou casada com um policial, porque ela namora um policial, entendeu? Então eu acredito que não. É mais da postura, tipo assim, eu mantenho e dou patada mesmo. Pode ser quem for, tipo assim, tem hora que eu falo "caramba, não fui presa agora, não sei nem porquê". Porque quando eu vejo eu já falei. (Soldado Galena, mulher)

Eu não gostaria que a minha mulher trabalhasse na polícia militar. Porque eu acho que, por ser uma instituição formada por muitos homens, sempre tem

aquele que quer uma gracinha, que quer tentar uma coisinha ali, uma, vamos dizer, uma cantada, né? Alguma coisa assim mais... né? Querer investir pra ver se dar certo. Alguma coisa assim. A meu ver eu acho que pra mulher já é um pouco mais difícil, mas também vai muito da mulher, se ela dá abertura ou não. Se ela é uma mulher que só vive rindo pros outros, vai dar mais oportunidade pros outros ir lá e fazer a gracinha, aquela coisinha toda. Agora se for uma mulher que exija o respeito todo, não, aí... (Soldado Filito, homem)

As estratégias mais utilizadas para manter as relações profissionais harmoniosas parecem ser ignorar comentários pejorativos ou partir para o enfretamento direto, ainda que de forma sutil. Uma das entrevistadas lembrou que foram instruídas no curso de formação sobre como lidarem com o preconceito de gênero na instituição. Outras afirmaram que passaram anos interagindo menos amigavelmente para evitar abusos por parte dos colegas. A segunda fala reforça que é papel da mulher manter o bom comportamento "apesar de serem mulheres" e não estimular o assédio por parte dos homens. Os homens não parecem ser igualmente instruídos pelos comandantes de que não devem assediar sexualmente as colegas mulheres, ao contrário, são constantemente incentivados pelos pares a exercitar a masculinidade ao assediarem ou menosprezarem as mulheres da instituição.

Existe. Eu acho que a polícia ela pode mudar em muita coisa, mas a repulsa do masculino com relação ao feminino ela vai sempre existir. Sempre. É de todo lado. Não tem esse negócio de que "ai, é comandante", muito pelo contrário, nós somos mais bem aceitas por eles do que pelos colegas que estão ali de frente com a gente. (...) [Quando a parceira é mulher] Eles agem diferente. Eu percebo na hora. Só que, assim, eu tento me posicionar de forma que eu sou tão profissional quanto ele. Às vezes a gente tem que ouvir algumas gracinhas "ah, tem uma mulher na guarnição é menos um policial", né? (...) Hoje a minha forma de me proteger já é no sentido de me defender com palavras mesmo, porque no início eu criei uma casca e ficava calada. Hoje não, hoje eu já exponho as minhas opiniões. "Não, eu sou profissional, aqui eu me garanto". Eu sou muito elogiada aqui, graças a deus. Assim, tem uns poucos que ainda falam umas gracinhas, mas... E, assim, eu acho que depende também do meu posicionamento. Se eu baixar a cabeça, vão... né? Eu acredito nisso. (Cabo Opala, mulher)

Assim, no curso, eu acabo voltando muito no curso porque é ali que a gente recebeu a doutrina, onde ficou mais forte pra gente tudo o que é ser policial, principalmente o policial militar, então eles tentam fazer, trazer, fazer com a gente saia dali com tudo isso muito forte, nesse período de um ano que a gente ficou ali, né? Então, a gente tinha as instrutoras policiais femininas também, que eram oficiais, tenentes, capitãs e tal, elas sempre deixavam muito claro, até em razão da experiência delas já de muito tempo também, de como lidar com os próprios policiais masculinos. Então elas dividiam muito isso com a gente e a gente sentia, assim, muito na maneira como elas colocavam que o fato de você ser mulher e você estar num ambiente quase que 100% masculino, então você tem sempre que saber como você se portar, né? E tendo isso em mente, você tendo um bom comportamento e também você mostrando o seu lado profissional, que antes que eles vejam você como mulher, eles têm que ver você também como profissional e que isso, era o que elas orientavam, que isso com o tempo viria. Que inicialmente, às vezes, poderia acontecer um fato isolado, uma situação ou outra, de passar por uma situação de você receber um elogio e de tentar levar isso de uma melhor maneira e colocando isso como colegas, deixando sempre isso muito claro: "somos colegas de trabalho e apesar de eu ser mulher, mas eu sou policial". *(Soldado Pérola, mulher)*

As relações de gênero determinam a posição das mulheres na corporação policial desde o processo seletivo para ingresso, no curso de formação e no exercício do trabalho, moldando subjetividades e comportamentos. SHELLEY et al. (2011) utilizam o referencial teórico de Acker (1992) para descrever as corporações policiais como instituições gendradas (*gendered institutions*), as quais se utilizam de especificações de gênero para dificultar a adaptação e a ascensão profissional das mulheres. As seguintes características necessárias estariam presentes: legitimação da masculinidade hegemônica a partir de imagens, símbolos e ideologias no local de trabalho; controle e segregação de mulheres a partir das práticas institucionais e decisões tomadas; performances de gênero (*doing gender* e *gendered personas*) que permeiam as interações e reforçam as diferenças. Neste sentido, podem ser considerados mecanismos de diferenciação/exclusão, além das impunes práticas de assédio moral e sexual, a limitação do número de vagas, a designação em maior proporção de mulheres para atividades-meio, e as barreiras à promoção profissional.

Bom, assim, no início no próprio concurso a gente já nota que tem essa diferenciação no número de vagas. Ali você já vê, aquele quantitativo enorme pra homens, às vezes setecentas e tantas vagas masculino e quarenta e cinco feminino. Então você já sabe que você está entrando pra um grupo, que você está se inserindo em um grupo que você vai ser de certa forma minoria e feminino, né? E aí, depois, você passa pelo curso e nisso você já vai se familiarizando ali com aquela identificação. E eu não sei se é no militarismo ou na segurança pública de uma maneira geral, não sei, eles já tentam trazer isso pra policial feminina, é como se tivesse que esquecer o próprio sexo. Você está ali como policial. (Soldado Pérola, mulher)

Diferenciação? Sempre tem, né. Apesar que eles falavam assim no curso "aqui vocês vão ser tratados como se homem fossem". Por mais que eles quisessem tratar a gente como se nós fôssemos homens, chega um momento que não dá. Tipo assim, algumas peculiaridades eles têm que abrir mão. (Soldado Galena, mulher)

Existe uma contradição patente nas relações de gênero na polícia militar, pois ao mesmo tempo em que reforçam os estereótipos de gênero feminino e masculino, ocorre um movimento constante de tentar anular o gênero feminino, por meio de uma despersonalização ou anulação das diferenças entre homens e mulheres na instituição.

Algumas entrevistadas falaram sobre a requisição feita a muitas mulheres para trabalhar no expediente e a dificuldade em recusar. Do outro lado, muitos homens entrevistados acreditam que as mulheres escolhem trabalhar no expediente para fugir do serviço de rua. Atualmente, quase todos os policiais ativos que não tenham restrições, médicas ou judiciais, trabalham na rua, seja no serviço ordinário, seja no voluntário. Trabalhar no expediente passou a ser apenas uma parte do trabalho de alguns policiais, entretanto, o preconceito permanece entre alguns policias ao tratarem do trabalho realizado pelas mulheres na polícia militar.

Assim, o efetivo é menor? É menor e algumas mulheres não se adaptam ao serviço de rua, não gostam. E, às vezes, as que gostam ainda são forçadas a saírem da rua e irem pro expediente. (...) Ainda mais se forem bonitas, aí sim que eles querem mais ali perto para ser secretária, para ficar por ali pelo batalhão mesmo, junto com eles. Aí, tipo assim, eu prefiro rua. Eu vou te dar

o exemplo da outra fem.[10]*, desde que a gente saiu da academia, ela estava no expediente por uma questão judicial, porque ela era sub judice, só que aí ela ganhou e ela não conseguia sair. Ela pedia e aí eles sempre vinham com uma desculpa, "olha, só posso tirar você daqui se você conseguir uma permuta com alguém". Aí como ninguém nunca quase quer ir pro expediente, era difícil fazer essa permuta. Aí é que, quando eles não querem liberar, eles colocam esse empecilho de ser uma outra mulher.* (Soldado Galena, mulher)

Na verdade eles que me convidaram pra vim pra esse trabalho interno, né? Eu estava realizando o trabalho, até porque é uma determinação que logo que a gente faz o concurso a gente tem que cumprir um tempo mínimo do serviço na rua, né? E aí, após esse período, a gente começa a ser remanejado. E aí cada um vai buscando as suas preferências dentro do que o batalhão pode estar oferecendo. Então cada um foi buscando com o tempo aquilo que se identificava. Aí, no caso aqui, eles estavam com essa demanda, precisando, aí me convidaram pra vir pro trabalho interno e deu tudo certo, eu me identifiquei com o trabalho. (Soldado Pérola, mulher)

De um modo geral, você só vai ver policial feminino na rua no comecinho da vida delas na polícia, até elas irem se... achando local no expediente e tal. Dificilmente você pega a escala aí, você vai ver vários dias sem nenhuma policial feminina. Eu nunca trabalhei com uma policial feminina, por exemplo. Eu acho que, tipo, é o normal ser homem na polícia militar. Porque as policiais femininas chegam no batalhão e, de uma forma geral, rapidamente elas saem da rua. Geralmente elas vão pro expediente, vão ser secretárias. Precisa muito delas na rua, a gente deixa de pegar muita coisa, porque os malas sabem disso e sabem que você não vai revistar uma mulher, então a maioria da droga e de armas está com uma mulher. E como a gente não tem certeza se vai pegar, a gente vai arrumar uma grande dor de cabeça se inventar de revistar a mulher. (Soldado Jaspe, homem)

CAPPELLE e MELO (2010) destacam ainda que o preconceito dentro da corporação reflete-se na discriminação por colegas que não aceitam as policiais a não ser naquelas funções tradicionalmente atribuídas ao sexo feminino. Esta constatação se aplicaria especialmente às mulheres consideradas esteticamente inferiores, como as mulheres negras, obesas ou mais velhas, demonstrando que muitas das funções exercidas pelas

---

[10] "fem" é o diminutivo de feminino, designação utilizada para as mulheres policiais: policial militar feminino ou PMfem. Na linguagem falada, alguns e algumas policiais costumam usar apenas "fem".

policiais, como a de secretárias de comandantes, seriam direcionadas pela sua beleza física e não por sua competência. Neste caso, considera-se que as trabalhadoras competentes o seriam porque adotariam posturas percebidas como masculinas.

A discriminação de gênero e étnico-racial foi discutida também por NEVES (2008), em estudo sobre a presença de mulheres afrodescendentes na Polícia Militar da Bahia. Segundo este estudo, embora se tenha verificado que 93,50% das policiais militares eram negras, apenas 9,4% delas nunca haviam trabalhado no serviço operacional. O autor destaca que o foco da crítica não seria o necessário desempenho da atividade-fim da polícia militar, mas sim o uso de critérios permeados por discriminação racial na seleção das policiais consideradas brancas para o serviço em locais tidos como privilegiados e com maior acesso à ascensão profissional. Haveria, portanto, grande desproporção na distribuição de mulheres policiais negras e brancas entre as atividades operacionais e administrativas.

Um exemplo de visão machista, naturalizada e banalizada, entremeada de outros preconceitos de raça, gênero, tipo físico, escolaridade, que permeia a corporação surge na fala de um dos oficiais entrevistados.

Como é ser homem? É uma tragédia. Porque se eu fosse uma garota, nova e bonita, eu teria uma vida muito mais, infinitamente, mais fácil. Porque, assim, sendo uma corporação constituída em sua maioria de homens, então chega uma garota aqui novinha e bonitinha, porra, ela tem tudo. Ela vai ter a melhor escala, ela vai trabalhar aonde ela quiser, aonde ela escolher, vai ter os melhores horários e por aí vai. Por exemplo, uma secretária hoje trabalha de segunda a sexta, dia sim, dia não. Eu vou fazer cirurgia pra troca de sexo nessa porra. Não, porque os caras aqui o que acontece, o cabra é feio, é prosa ruim, tem uma mulher gorda de quatro metros de largura dentro de casa, uma megahair, aí ele vê uma novinha entrando na empresa dele, bonitinha, tal, ajeitadinha, ele vai fazer de tudo pra agradar aquela mulher, tentando os favores sexuais dela. Coisa de homem. Mesmo que ela jamais, que ela seja uma mulher supercorreta e tal, mas ela vai estar ali como, né? Como um troféu, uma coisa assim. Ah, essa aqui é minha secretária. [Você acha que as mulheres são beneficiadas?] Completamente. Eu não acho não, eu tenho certeza absoluta. As mulheres bonitas e jeitosas... As feias se

lascam. A feia na polícia é tratada é igual homem, a bonita é tratada igual a uma princesa. *(Capitão Topázio, homem)*

No concurso realizado em 2012 para ingresso de soldados na PMDF[11], das 964 vagas, apenas 174 eram destinadas às mulheres (18%). Considerando o total de inscritos por vagas, a proporção candidatos/vagas foi de 23,7 entre os homens e 49,5 entre as mulheres, infere-se assim o interesse crescente deste grupo populacional em ingressar nos quadros da polícia militar. Contudo, há um desequilíbrio na proporção de homens e mulheres na corporação, pois, conforme dito anteriormente, do total de policiais militares na ativa no Distrito Federal somente 8,7% é composto por mulheres (BRASIL, 2013b). Embora, nos últimos 10 anos, tenha havido aumento no número de mulheres de 685 para 1383 (4,7% para 8,7% do efetivo total), indicando um discreto avanço na proporção de mulheres nos quadros da PMDF (MUSUMECI e SOARES, 2004), existe ainda hoje limitação da proporção de mulheres na PMDF em, no máximo, 10% do efetivo de cada quadro, conforme estabelecido na Lei nº 9.713/1998 (BRASIL, 1998). Se até 2010 a cota de 10% representava uma garantia de acesso das mulheres à carreira militar, desde então pode ter se tornado uma limitação (COSTA et al., 2012).

Estes dados refletem que as mulheres constituem um grupo minoritário na PMDF e, portanto, mais sujeito a tratamento discriminatório. BROWN e WOOLFENDEN (2011) discutem que seria necessário que o nível de representação atingisse 35% para compor uma massa crítica que refletisse mudanças no status de minoria de um grupo e, consequentemente, para minimizar a discriminação. BURKE e MIKKELSEN (2005), em pesquisa realizada com 766 policiais noruegueses (643 homens e 123 mulheres) verificaram que a percepção de igualdade de oportunidades no trabalho

[11] Fonte: Site da PMDF - http://www.pmdf.df.gov.br/site/index.php/concursos/formacao-de-pracas

pelas mulheres policiais estava associada à maior satisfação, mais apoio social, melhor avalição do comando, menos queixas de saúde e níveis mais baixos de cinismo (um dos componentes do *burnout*).

CALAZANS (2005) enfatizou que haveria uma associação entre a profissionalização do trabalho policial militar e o respectivo ingresso de mulheres, favorecendo uma polícia menos voltada para o uso da força e mais direcionada para a capacidade estratégica, exigências estas oriundas de transformações no próprio modelo de polícia e no mundo do trabalho como um todo. Como resultado da inserção das mulheres nestas instituições pautadas pelo paradigma da masculinidade, mesmo como minorias simbólicas, introduziu-se a lógica da diferença, produzindo desacomodação, desestabilização e desorganização interna nessas instituições, além da possibilidade de pensar o medo, o risco do oficio de polícia e questionar a ordem estabelecida.

Da mesma forma que na sociedade brasileira, construir a igualdade de gênero nos espaços sociais e profissionais passa por um processo de possibilitar o acesso às mesmas oportunidades, em igualdade de condições, além da reeducação dos comportamentos e das formas de entender as relações interpessoais. Portanto, é preciso trabalhar na esfera das intersubjetividades e dos modos de subjetivação. Exemplo disso é que, com as mudanças recentes e com o maior ingresso de mulheres na corporação, as crenças sobre a qualidade do trabalho estão mudando. Com relação à exposição de homens e mulheres às situações de violência no exercício do trabalho, foi mencionada nas entrevistas, pela maioria, a percepção sobre a igual competência de ambos na resolução de conflitos e realização do trabalho policial.

Tanto em sala de aula, no curso de vigia, eram várias turmas e era a maioria masculina. Era uma média de quarenta, não sei te dar com precisão agora o número, eram 40 masculinos e sempre 4 policiais femininas junto com a turma, né? 40 masculino e 4 feminino, né? Dez a doze turmas, sempre com essa divisão, pra gente já ir familiarizando e notando que sempre ia ser aquilo ali, né? Aquele grupo pequeno das femininas com os policiais

masculinos. E então eu acho que a gente naquilo ali de inserir, quando vinha as atividades em sala de aula ou na parte prática, os próprios instrutores sempre deixavam muito claro que não há diferenciação. Eles passavam a meta que a gente tinha que fazer. Às vezes na parte prática, um treinamento físico, treinamento de tiro, qualquer coisa que exigisse força também, aí nessas situações, às vezes tinha essa diferenciação do feminino pro masculino, mas sempre tentando deixar muito claro, essa é a meta, tanto o masculino quanto o feminino tem que atingir, dentro da capacidade de cada um. (Soldado Pérola, mulher)

Mas aí essa pergunta que você me fez: "como é ser mulher?", tem o outro lado também. O lado de ser gratificante, de a gente se ver como mulher e falar "eu cheguei aqui", "eu conquistei isso aqui", "eu sou igual, aspas, os meus colegas", porque a gente se esforça para ser igual, mas não tem nada igual. (Sargento Esmeralda, mulher)

O fato das mulheres terem noção de que a polícia é um mundo predominantemente masculino, faz com que elas valorizem ainda mais a própria trajetória por conseguirem se estabelecer e, muitas vezes, se destacar na profissão.

Um dos entrevistados reflete sobre o isolamento social resultante do ambiente predominantemente masculino da corporação policial, onde passa a maior parte do dia, e enfatiza as consequentes dificuldades de relacionamento fora do trabalho, inclusive afirmando que inúmeros problemas conjugais dos policiais podem ser atribuídos a esse contexto. A fala abaixo denuncia o quanto o ambiente predominantemente masculino é sentido como cruel, afetando a saúde mental não só das mulheres, mas também e quiçá, principalmente, a dos homens.

Aqui dentro o convívio aqui é difícil. Só tem homem aqui dentro do quartel e isso é mais uma forma também de, assim, é algo que desestimula. Gostamos de mulheres, as mulheres deixam o ambiente mais civilizado. Na ausência das mulheres isso aqui é um mundo de selvagens, é um ambiente muito desagradável. É também uma forma de cortar parte da sua vida social. Você não cria, assim, mecanismos... você ao longo do dia, ao longo de muitos dias, ao longo de muitos anos da sua vida você passa sem conviver com muitas mulheres e isso acaba gerando também alguma coisa ruim. Que as mulheres têm, não sei, são mais civilizadas, são diferentes. Aqui não, é só palavrão, é xingamento, é por aí. Então, eu acho algo muito desagradável também. Assim, complementando, muitos policiais acabam tendo

dificuldades conjugais por conta disso, eu acho. Eles assumem o trabalho aqui, o serviço, e traem suas esposas. É, pegam telefones, cantadas e tal, e traem suas esposas. Muitos mentem que vão trabalhar e não vão trabalhar, vão trair suas esposas. Então eu acredito que se esse ambiente fosse mais equilibrado com igual número de homens e mulheres, nós poderíamos ser mais civilizados e cometer menos erros. Porque os resultados dessas traições são também péssimas pra vida dos policiais, porque isso aí pode gerar o fim de um casamento e aí eles entram, podem entrar, as consequências podem ser solidão, podem ser alcoolismo, a desestruturação de toda a vida desse policial. E muitos até recebem um corte no salário por causa das pensões que tem que pagar sustentando duas famílias aí, e muitos ficam passando por dificuldades financeiras por causa disso. Eu acredito que em outros órgãos, em outros ambientes de trabalho, eu acredito que a situação seja diferente. Eu não sei como é que é, mas eu acredito que seja diferente. Eu, assim, eu saio daqui e, assim, eu fico até, com dificuldades muitas vezes de conversar com as mulheres. Eu tenho a impressão que elas acham que eu sou um doente mental. Eu sou solteiro. Uma vez eu estava chegando na Faculdade, estacionei o carro e fui pra aula. Eu vi uma moça que estacionou e estava se encaminhando, ela me viu e saiu correndo. Me fez tão mal, né? Eu devo ser muito estranho, assim, eu acredito que eu sou um monstro, né? Então, eu acho que se a gente for olhar, e observar detalhadamente, na rotina e no cotidiano mesmo, são muitos os problemas que podem surgir desse tipo de exclusão social. Os militares eles são marginalizados. Eles não têm esse convívio em sociedade. Eles são retirados da vida como ela é naturalmente e são inseridos num certo contexto totalmente artificial e tem que sobreviver ali dentro. Então, são várias fontes de transtornos mentais. Aqui não se pode expressar cansaço, fraqueza, o militar é superior ao tempo, o militar não usa guarda-chuva. Raramente você vai ver um militar com guarda-chuva, por exemplo. Não pode ser covarde. Inclusive é crime covardia. (Capitão Rubi, homem)

Neste tópico discutimos como as mulheres que decidem tornarem-se policiais militares estão desafiando a norma de gênero preestabelecida que informa e impõe que aquela é uma função exclusivamente masculina pelo uso da força. A instituição, por sua vez, embora a lei tenha imposto que é uma profissão acessível às mulheres, o tempo todo as marca no gênero por meio da imposição do uso do prenome (ao contrário dos homens identificados pelos sobrenomes), do corte e arrumação dos cabelos, do uso de maquiagem leve e brincos pequenos que as caracterizem como mulheres ainda que estejam usando fardas iguais às dos homens. A seguir,

trataremos de abordar como o gênero marca as relações familiares estabelecidas pelos policiais militares.

6.5.2 Relações familiares

Existem intersecções também entre as relações profissionais e as relações familiares, especialmente, no caso de algumas entrevistadas que engravidaram durante o processo seletivo para ingresso na polícia militar. Estas participantes abordaram a questão dos direitos trabalhistas das mulheres policiais no passado e atualmente. Existem avanços significativos, mas há necessidade de mais ações que promovam o equilíbrio entre a vida pessoal e o trabalho, para que mulheres e homens não sejam prejudicados em sua vida profissional quando precisam ou querem se dedicar mais ao cuidado familiar. Ainda há muito a ser feito para que haja efetiva igualdade de oportunidades no trabalho policial militar.

No caso das mulheres, o equilíbrio entre vida pessoal e trabalho pode se desestabilizar devido à falta de apoio por parte dos maridos (no caso das heterossexuais). O ambiente masculino da polícia militar pode ser uma ameaça ao casamento. Além do mais, a mulher tem que depreender um esforço maior para dar conta da maternidade e conciliá-la com o trabalho, diferentemente dos homens que dificilmente estariam na mesma situação de ter um bebê recém-nascido e ter que participar de um curso de formação.

Mas nessa questão do mulher, eu tive sim que me adaptar. Por exemplo, eu era casada na época que eu entrei na polícia, e eu já tinha filhos, e eu tive que adaptar toda a minha vida em relação a filhos, principalmente porque na minha época era muito complicado. Hoje a polícia melhorou muito em alguns aspectos, essa coisa de te dar o direito de ser mãe, te dar o direito de você ir

na reunião da escola dos filhos e essas coisas. Quando eu entrei... quando eu passei pelos testes eu estava grávida e eu fui pro curso de formação com o bebê de quinze dias. Então você me pergunta: "você teve que se adaptar?". Sim, eu tive que me adaptar e muito. Entre administrar um bebê e amamentar, essas coisas, e fazer um curso que é muito rígido. O curso é para pedir para sair. E aí eu era casada, o meu ex-marido não compreendia aquele universo de homem que me cercava, no sentido de ligar pra minha casa, dizer que eu estou de serviço, um serviço extra assim, assim e assado. Eu passei a sofrer uma espécie de... umas críticas muito duras e severas do meu marido, no sentido de "tu só conhece homem, só fala com homem, só quem liga atrás de tu aqui tarde da noite é homem". Então ele olhava assim: é homem, é homem, é homem. Ele não olhava assim: é o trabalho dela, são os policiais e o trabalho dela tem muitos homens. Muito mais homens do que mulheres. E eu tive que me adaptar. Me adaptei. Dei um pé na bunda do meu ex-marido. Me adaptei. Meus filhos, eu perdi muitas oportunidades de ver eles crescerem por causa da polícia. Me adaptei com essa questão desse assédio na polícia. E a própria questão que envolve a questão profissional, porque a gente tem que se adaptar psicologicamente, porque a gente passa por muitas situações, a gente vê muitas situações e a gente acaba criando uma certa resistência a certas coisas. Que vai desde um acidente de carro, um homicídio, um sequestro que você está acompanhando e tudo. Então você tem que ter um certo equilíbrio, uma certa frieza para lidar com aquilo. E aí você acaba tendo que adaptar até os seus sentimentos. Eu acho que é isso. (...) Não, na minha casa... o homem é complicado, né? Não sei porquê o homem parece que ele é muito competitivo, né? E eu não contei para ele, para o meu ex-marido, eu fiz tudo calada. Não contei. Aí você faz a prova escrita, depois você faz o exame médico primeira fase, depois você faz o exame da segunda fase, você vai fazer o teste físico, você vai fazer o psicotécnico. Na minha época, o psicotécnico eram 3 fases: dinâmica de grupo, individual e escrita. E eu fiz tudo calada, né? E não tinha o apoio dele. Eu não sentia que ele podia me dar esse apoio. E só que quando foi no último teste, que foi a dinâmica de grupo, eu ganhei um dia antes, uma noite antes do teste, eu tive bebê. Eu passei por todo o processo para entrar na polícia grávida, inclusive o teste físico e aí eu precisava ir, que me levassem, e eu estava de resguardo, eu conversei com o médico, foi toda uma situação, falei que já tinha passado por todas as fases e que eu precisava fazer, e eu tinha que deixar a bebê. E aí ele percebeu aquele barulho todo e falou "o que que está acontecendo?", eu falei "eu tenho que fazer uma prova de um concurso", ele falou "não, beleza, eu te levo". Quando ele chegou lá foi que ele descobriu que era um concurso para a polícia. E aí ele ficou louco, ele fez críticas duras, que essa profissão não era profissão para mulher. Então eu já sofri aquele preconceito dentro de casa, sabe? E foi assim que eu contei pra ele. Por isso que ele não vingou, por isso que foi embora. Mas tudo bem. Meu marido é o meu trabalho. *(Sargento Esmeralda, mulher)*

O relato acima é específico da entrevistada, mas traduz a experiência similar enfrentada pelas outras entrevistadas em alguns pontos: a resistência dos cônjuges em aceitarem que a mulher seja policial militar; o rompimento de casamentos em decorrência da profissão policial; e, a dificuldade em conciliar o cuidado de filhos pequenos trabalhando em uma instituição que no passado tinha ainda menos empatia pela rotina de dupla jornada da mãe-trabalhadora. Atualmente, há uma iniciativa por parte da corporação em tentar facilitar as questões referentes à maternidade.

Isso, quando eu descobri a gravidez, aí eu informei lá na medicina, eles mandaram eu informar aqui. Aí de automático eles me afastaram da rua e eu fiquei trabalhando no expediente, no quartel. Aí fiquei, nos primeiros meses eu nem trabalhei, porque eu fiquei muito ruim. Fiquei de atestado, mas aí depois que passou os três meses, que foram os mais punks. Aí eu vinha, trabalhava todo dia à tarde, de duas... de uma às 19h e trabalhei até uma semana antes de ganhar o nenê. Depois eu tive neném, aí fiquei de licença seis meses. Tentei tirar férias e emendar mais um mês com a licença, mas aí por causa do evento da copa, aí ninguém tirou férias. Aí eles não me deixaram tirar férias e aí eu tive que voltar a trabalhar. Mas eu pude escolher se eu queria ficar no expediente ou se eu queria... porque tem uma portaria que fala que você pode trabalhar, até a criança completar 1 ano de idade, você pode trabalhar no batalhão mais próximo da sua residência e você pode sair mais cedo para poder amamentar e essa questão toda. Mas para mim eu não pretendo sair do batalhão por afinidades mesmo. Eu gosto de trabalhar aqui. E também, para mim que trabalho na rua e por ser mulher, eu não acho interessante trabalhar no batalhão da onde eu moro. Porque eu acho meio arriscado. Eu prefiro trabalhar mais distante aqui que as pessoas, digamos assim, os bandidos, o pessoal da área, não precisa saber onde eu moro. *(Soldado Galena, mulher)*

Um dos aspectos da divisão sexual do trabalho que tem estreita relação com a intersubjetividade é a responsabilidade pelo cuidado familiar. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada em 2005, a jornada doméstica média das mulheres casadas era cerca do triplo da jornada dos maridos (31,1 horas semanais). Os filhos homens apresentavam a menor jornada em afazeres domésticos (8,6 horas semanais), o que indica uma construção social, inerente no âmbito da família, de que cabe às mulheres e à mãe o trabalho doméstico. As filhas

mulheres, por sua vez, gastavam 14,9 horas semanais em afazeres domésticos e sua carga de trabalho aumentava ainda mais se elas vivessem em um lar onde a mãe não tivesse cônjuge e tivesse filhos maiores e menores de 14 anos (17,5 horas semanais) (SOARES e SABOIA, 2007). Estes dados reforçam a noção de que a socialização é responsável pelas desigualdades de gênero no cuidado familiar.

Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2011) revelam um discreto aumento da participação dos homens no cuidado em todas as faixas etárias a partir de 10 anos, comparando dados de 1995 e 2009, com a proporção aumentando de 46,7 para 49,1, respectivamente. Entretanto, segundo dados da PNAD 2014, quanto à dupla jornada de trabalho, 88% das mulheres ocupadas de 16 anos ou mais de idade realizavam afazeres domésticos em contraposição a 46% dos homens. E mais, as mulheres tinham uma jornada média em afazeres domésticos mais que o dobro da observada para os homens (20,6 horas/semana). Considerando a jornada de trabalho profissional, somada ao tempo de trabalho dedicado à realização de afazeres domésticos, a jornada feminina semanal total correspondia a 56,4 horas, superior em quase cinco horas à jornada masculina (IBGE, 2014).

Os entrevistados relataram características da dinâmica familiar e da realização do trabalho doméstico, em especial com relação ao cuidado com os filhos e com os familiares idosos. Neste estudo foi possível perceber que os entrevistados, talvez pela diversidade de faixa etária e inserção socioeconômica, viviam contextos com diferentes padrões de organização do trabalho doméstico que, embora ainda fortemente centrado na mulher, demonstrava ter participação mais atuante dos homens no cuidado familiar, principalmente os mais jovens. Um dos entrevistados mais velhos considera que “ajuda” a esposa em algumas tarefas, como uma “gracinha” para poder receber carinho ou sexo, mesmo presenciando a grande carga de trabalho da mulher que cuida dos afazeres domésticos e da mãe idosa doente, é de uma geração que ainda atribui esse trabalho exclusivamente às mulheres.

Minha esposa só se dedica ao nosso lar. Ela tentou [trabalhar fora] e tudo, mas... Eu não atrapalhei, ela mesma que resolveu, mas a gente não tem esse problema não. (...) Eu tenho uma sogra com Alzheimer. Não é fácil. Minha mulher está passando uma situação difícil, porque não é fácil, mas faz parte. A gente leva, porque não tem jeito, mas pra ela não é fácil, não. Eu estou ali ajudando. Por isso que eu lhe falei, que realmente eu ajudo ela em casa, porque tem hora que eu vejo que ela está acabada. E aí eu tenho que fazer uma gracinha para poder... senão eu não consigo nada depois, não é verdade? Tem que criar um bônus com a esposa, só cobrar, cobrar beijinho e não fazer nada... *(Sargento Âmbar, homem)*

Ao contrário dos homens que afirmaram ter a esposa para cuidar dos filhos, a entrevistada demonstra na fala abaixo que teve que recorrer a uma estratégia diferente para conseguir trabalhar e cuidar dos filhos com qualidade: delegar à mãe dela o cuidado remunerado das crianças durante suas jornadas de trabalho.

Os meus dois filhos ficam com a minha mãe. Quando o mais velho nasceu, eu falei para ela: "eu não conheço ninguém, então em vez de eu pagar uma pessoa, eu vou pagar para você". Aí ela fica com os dois. Agora a pequena nasceu, aí ela falou que ficaria com ela também. Aí eu pago ela para ficar com os dois. Aí fico tranquila porque é minha mãe, né? *(Soldado Galena, mulher)*

Dois dos homens policiais entrevistados eram os únicos responsáveis pelo cuidado dos filhos. Um deles era pai solteiro e foi o único responsável pelo cuidado do filho adolescente desde a infância, o outro tinha obtido recentemente a guarda da filha que havia sido vítima de abuso sexual por parte do padrasto quando morava com a mãe.

É porque assim, o meu caso é um caso atípico, eu sou pai solteiro, moro com meu filho. Então, tranquilo. Assim, eu vejo hoje o comportamento do meu filho da mesma forma que eu era. Antes de eu entrar na polícia eu era completamente alheio, eu era muito comportado. Então existir polícia ou não existir, pra mim não fazia nenhum efeito. Eu sempre fui um cara muito pacato. (...) Ele tem 16 anos. Se vira sozinho, já faz estágio, estuda. Está indo pra faculdade o ano que vem e tal. Eu sempre fui pai solteiro. Só fiz menino. Eu tomei a guarda dele, ele tinha seis anos, se eu não me engano. Então eu tomei, tomei não, eu ganhei a guarda dele judicialmente, legalmente. *(Capitão Topázio, homem)*

No caso abaixo há uma percepção do quanto o cuidado da filha modificou a vida do policial, sobretudo colaborando para o restabelecimento da saúde mental dele.

Tem 26 dias hoje que minha filha de 12 anos está morando comigo. Só para você ver como a minha vida, quando eu pensando que ela está... eu estou com oito anos que moro sozinho, solteiro, e de uma hora para outra minha filha de 12 anos vem morar comigo de novo. Sempre morou com a mãe. É complicado para mim, concorda comigo? Que sou homem. E estou adorando. Parece que foi uma coisa de deus que colocou na minha vida ela. Apesar de que a minha vida mudou um pouco, porque antes eu acordava mais tarde, não me preocupava se eu ia comer ou não, eu não fazia comida não. Agora não, eu tenho que acordar cedo, fazer o café para ela, eu levo ela pro colégio. Eu estou levando. Aí quando chega eu pergunto se ela quer comer, quer lanchar. Então deu uma reviravolta. E ela está comigo, não porque eu fui lá e tomei da mãe dela, entrei na justiça, nem porque ela queria. No fundo ela queria também, hoje eu e ela nos damos bem, mas problema com o atual marido dela que mexeu com a minha filha. Engraçado, eu estou fazendo tratamento psicológico e uma filha de 12 anos vir morar comigo porque o cara mexeu com ela, o atual marido da mulher. Ela me ligou e a minha mais velha me ligou, e falou comigo, aí eu fui lá. A mãe não acreditou na filha, acreditou no cara, só que aí o cara fugiu. O cara não apareceu mais ou ele ficou com medo de mim, eu não sei. E ela está morando comigo. Aí sim eu entrei na justiça, pedi a guarda, para tirar a pensão dela e ir morar comigo. Agora ela está comigo. *(Sargento Berilo, homem)*

Ambos os entrevistados utilizam o termo “tomar” a guarda reforçando que o cuidado do filho pelos pais está fortemente associada à figura da mulher. Essa visão, embora existam movimentos de maior participação paterna no cuidado dos filhos, se traduzem em políticas que reforçam as normas de gênero e suas atribuições, culminando em uma divisão de papéis que não encontra mais reflexo na realidade de muitas famílias brasileiras. Outros dois participantes eram divorciados e tiveram que lidar com o fato dos filhos não quererem morar com eles. O pai sentiu que era a escolha “natural” a mulher cuidar dos filhos. O baque na mãe foi maior, pois, até então, seu ex-marido era pouco participativo no cuidado dos filhos, mas

acabou desenvolvendo essa habilidade quando os filhos escolheram morar com ele.

Não quiseram ficar comigo não. Quer dizer, nunca surgiu a oportunidade de ficar comigo, se eles quiserem está lá, casa enorme, mas eles nunca... acho que filho tem que estar com a mãe mesmo. Mas eu vejo todo dia. Eu tenho liberdade de ir lá todo dia. *(Cabo Xisto, homem)*

Além de ter a sua posição de mãe contestada, também há outra questão na fala abaixo, a entrevistada relaciona à mulher a tarefa de manter o casamento e se esforçar para dar certo. A falha referida é dupla: os filhos escolheram ficar com o pai e ela perdeu a família ao decidir se separar do marido.

Casei pra ser casada a vida toda, mas o amor foi minando. Eu saía muito sozinha com meus meninos. Tudo o que a gente fazia era sozinhos. E hoje eu entendo um pouco porque que eu fazia tudo sozinha com eles. Porque sabe, assim, quando parece que você tem que aproveitar ao máximo aquela situação ali, porque depois você já tem um futuro sem aqueles. Foi isso que aconteceu. Eu fazia tudo com os meus meninos, cinema, parque, circo, shopping, tudo, tudo com eles. E o pai sempre longe. "Não quero, não vou, esses meninos dão trabalho", né? E isso tudo o pai tinha. Porém, por outro lado, não foi uma coisa que aconteceu de um fim de semana pro outro. Foram anos esperando mudança e quando você vê que já não tem mais aquele companheirismo, que é o essencial na relação, qual o motivo de estar junto? Eu ainda insisti muito, porque eu queria criar meus filhos junto com o pai, né? Eu sempre achei isso muito importante, dos filhos serem criados com os pais, pra não ter uma outra terceira pessoa envolvida. E aí pra minha surpresa os meus filhos quiseram ficar com o pai. No primeiro ano o mais novo ficou comigo e o mais velho já de cara "não eu vou ficar com meu pai". E eu era tão apegada aos meus filhos, que até na época de férias, era eu quem fazia rabiola de pipa, ia pro final da rua soltar pipa com eles, que eles eram pequenos, andava de bicicleta. O pai não fazia nada disso, porque pra ele isso não era importante. Ele era o pai de suprir as necessidades materiais. Hoje não, hoje ele é paizão mesmo. Também nunca desmereci ele na frente dos meninos. Nunca usei desse argumento de falar "ah, seu pai não presta". *(Cabo Opala, mulher)*

HIRATA e KERGOAT (2007), ao apresentarem quatro diferentes modelos de articulação da vida profissional e familiar implementados em diferentes países, atribuem em grande parte às políticas públicas o incentivo

ou impedimento às mudanças na distribuição do cuidado familiar entre mulheres e homens. Segundo as autoras, existem 4 modelos vigentes:

- Modelo tradicional – papel na família e papel doméstico assegurados inteiramente pelas mulheres e papel de provedor conferido aos homens;
- Modelo de conciliação (maternalista) – atribui quase que exclusivamente às mulheres a função de conciliar gerando conflitos;
- O paradigma da parceria – igualdade de estatutos sociais, considerando mulheres e homens como parceiros e suas relações em termos de igualdade, e não de poder;
- Modelo da delegação – delegação do trabalho doméstico e de cuidado dos filhos a outras mulheres que são remuneradas para realizá-los – relacionado à polarização das classes.

No Brasil, vigoraria o modelo “mix”, conjugando delegação em todas as camadas sociais, acúmulo de tarefas (mais comum entre as mais pobres) e a prática de “se virar”, entendida como a conciliação entre diversas atividades (trabalho doméstico e cuidado dos filhos) e contar com o apoio de rede informal de solidariedade (família ampliada, vizinhos e amigos) para manter o trabalho formal, ou ainda, ter que se submeter a empregos precários ou informais “bicos” frequentemente realizados em casa (alimentos para vender, lavanderia, costura) para cuidar dos filhos (HIRATA e KERGOAT, 2007).

De acordo com SOARES e SABOIA (2007), a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho não as isentou nem reduziu a jornada delas com os afazeres domésticos. Apesar da jornada das mulheres no mercado de trabalho ser menor, se for considerado o trabalho da mulher com a casa e a família, a carga de trabalho semanal total delas supera a dos homens em quase 5 horas. Estes fatos reforçam a falta de reconhecimento

social de seu trabalho no âmbito da família, bem como a dificuldade de conciliar suas atividades, agravando-se pela baixa oferta de aparato social como creches, por exemplo, que dificultam ainda mais a participação das mulheres no mercado de trabalho.

As políticas públicas, portanto, devem facilitar o processo de conciliação entre o trabalho, vida pessoal e vida familiar, propiciando maior acesso a creches; flexibilização das jornadas de trabalho; opção familiar sobre quem terá maior período de licença para cuidar das crianças na primeira infância, se for o caso, promovendo uma melhor divisão do trabalho doméstico; além de melhorias no transporte público para diminuir o tempo de deslocamento casa-trabalho.

Com relação à dinâmica familiar, quase todos os participantes abordaram, de uma forma ou de outra, a questão dos frequentes problemas conjugais de policiais militares. A agressividade é apontada pelos cônjuges como um dos fatores, ainda que não sejam percebidos pelos próprios policiais. Foram relatados inclusive inúmeros casos de violência doméstica, alguns vividos ou motivados pelos entrevistados, outros conhecidos por colegas de trabalho.

Sim, e a nossa carreira militar, policial militar, ela é o pico disso aí. Porque tem o professor, que às vezes leva pra casa, mas conosco é violência pura e ainda tem o quartel. São duas coisas que se leva para casa. E aí é onde se dá o conflito. Tem muito conflito de casamento. Você pode fazer uma pesquisa. Tem muita separação entre os policiais militares. Eu já tentei separar várias vezes. Briga e coisa, mas eu consegui manter. Mas realmente atrapalha. *(Sargento Âmbar, homem)*

Eu sou divorciado. Aí a mulher falava assim: "você não tem sensibilidade. Você é insensível!". Ainda falam que não tenho sensibilidade, não sinto as coisas. Meio bruto. *(Sargento Citrino, homem)*

A agressividade é questionada pela esposa, mas não é sentida pelo policial que relata abaixo essa diferença de percepção sobre ele. De certa forma, ele acaba reconhecendo que algumas posturas que ele tem se tornaram normais (e habituais) por conta do trabalho.

Eu acho que não mudei nada. Minha mulher reclamou bastante. Ela acha que eu estou bem mais agressivo. Um pouco mais sem paciência, um pouco mais grosseiro. Eu acho que não, mas a posição dela é que ela tem certeza que desde que eu entrei na polícia eu mudei bastante o meu comportamento. Em algumas discussões ela fala que eu estou sendo grosso com ela. Eu acho que talvez ela tenha razão, porque eu acho que como o nosso contato é muito intenso com a violência fica parecendo que a gente fica um pouco insensível a algumas coisas. O que parecia um absurdo pra mim, às vezes, um grito para mim é normal. Eu tenho que gritar às vezes. E eu acho que isso acaba me modificando um pouco nesse sentido, dela achar que eu estou mais grosseiro, que um comportamento talvez para mim seria fora da normalidade, por conta da questão do contato com a bandidagem, acaba sendo normal, porque se eu chegar falando baixinho com alguns indivíduos na área eles vão subir em cima de mim. Então, se eu não mostrar firmeza, voz de autoridade lá, com certeza eu vou ser engolido por eles. E eu acho que isso me afeta. *(Soldado Jaspe, homem)*

A instituição não dá apoio aos casos de violência sofridas pelas policiais, deixando-as desatendidas e demonstrando que a violência doméstica é um fato menor e banalizado.

Eu me separei do meu esposo, nós vínhamos de uma relação de quase 20 anos, tivemos dois filhos e os dois trabalhávamos no mesmo batalhão. Nós nunca fomos de brigar nem nada, mas sabe quando o relacionamento acaba? Eu comparo muito o fim do meu casamento à última gotinha de água que caiu no copo e ela transbordou. Eu sempre falo isso, porque chega o momento em que você não aguenta mais. E lá, quando a gente se separou, ele por ser militar, ele nunca tinha comprado uma arma porque ele sabia que eu não queria arma dentro de casa por causa das crianças e tudo, e quando a gente se separou a primeira providência que ele tomou foi comprar uma arma irregular. E aí eu tive que registrar 3 boletins de ocorrência, eu tive medida protetiva. (...) E nesse momento, que eu passei por um problema sério, que foi o problema de uma separação, onde o meu ex-marido, pai dos meus filhos, pessoa no qual eu convivi durante tantos anos, simplesmente resolveu comprar uma arma, "eu vou te matar. Eu não aceito essa separação", quando eu precisei do apoio do meu comando ele simplesmente usou o termo "se vira, o problema não é meu" e aí eu encontrei apoio na DP com o delegado que foi quem "olha, se você precisar liga pra gente. Aqui está o telefone". Então eu encontrei apoio em outra instituição nesse momento tão delicado da minha vida. Ele simplesmente... eu entendo que ele não queria se envolver "ah, esse problema não é meu, resolva você". Foi assim que ele se comportou. Aí de lá eu tive que pedir transferência, mudei de cidade, inclusive hoje eu tenho uma opinião formada com relação à violência doméstica. Porque tantas mulheres morrem, porque elas

desacreditam da violência do homem no qual ela manteve um relacionamento de tantos anos, né? Que foi o meu caso, quase 20 anos, que é o pai dos filhos. (...) Ele nunca foi agressivo, nunca tivemos uma discussão de falar alto um com o outro. Não tinha isso lá em casa. Ele me surpreendeu muito com essa atitude dele. Então, quando ele me surpreendeu com isso, eu falei "eu não vou pagar pra ver". Então, na minha instituição, nesse momento que eu precisei de apoio, eu não tive. E aí eu encontrei refúgio no afastamento. Eu falei "poxa, se na minha instituição quem pode me ajudar não está se importando, então eu vou cuidar de mim". Aí eu fui pra um psiquiatra, mesmo estando mentalmente muito bem resolvida. Ele veio atrás de mim três vezes pra me matar. Teve uma vez que eu estava em casa, na hora do meu almoço. Eu estava trabalhando, levei, e falei "não, uma horinha de almoço, dá pra descansar". Comprei o almoço, levei pra casa, almocei. E aí tudo era muito pertinho, eu falei "dá tempo de descansar um pouquinho", quando eu estava deitada descansando o interfone tocou três vezes e eu não atendi o interfone. Por quê? Porque eu estava morando num prédio onde ninguém me conhecia e eu pensei o seguinte "eu não vou abrir a porta agora pra ninguém, não, porque eu estou cansada e aqui eu não conheço ninguém". O rapaz que eu tinha contato lá no prédio, que era o rapaz da limpeza, ele sempre que eu passava ele cumprimentava e eu falei "ele não está aqui hoje". E eu resolvi não atender. Depois, dias depois, meu ex-marido me falou "eu fui até o seu apartamento, entrei no prédio, passei pela portaria, consegui entrar e ninguém falou nada, subi pelas escadas", eu morava no segundo andar, "subi pelas escadas, interfonei três vezes e você não me atendeu. Sorte sua. Eu estava com a arma pra te matar". E ele me falou isso com a maior frieza. Aí eu fui lá e registrei de novo. E assim fui registrando três vezes. Eu falei "quer saber de uma? Eu não vou desacreditar, não. A pessoa com ira ela é capaz de qualquer coisa". Qualquer coisa. E aí foi quando eu saí de lá. *(Cabo Opala, mulher)*

O policial do relato abaixo chegou a um nível extremo de agressividade batendo na esposa dele quando estava alcoolizado. Foi a situação-limite que o levou a buscar auxílio médico para tratar do alcoolismo. Contudo, a agressão cometida ficou impune, tanto perante a lei quanto internamente à instituição policial.

Quando eu me separei, porque a gente era casado, aí eu peguei ela beijando um cara lá e agredi ela, aí a gente separou. A mãe dos dois filhos que moram comigo, esse de 25 e o de 24. Aí eu emagreci, depressão, aí eu fiquei afastado 9 meses. *(Sargento Citrino, homem)*

Os problemas conjugais quando resultam em separação ou divórcio acarretam uma série de dificuldades de convívio com os filhos, além de serem potencialmente nocivos à saúde mental dos envolvidos. Dezessete dos 24 entrevistados informaram ter filhos com idades entre 0 e 25 anos, desses 13 eram casados e 5 divorciados. Dentre os divorciados todos tinham filhos do casamento anterior.

Não, ele traz os meninos aqui na porta do quartel e aí daqui eu pego os meninos e levo pra casa. Ele não sabe onde eu moro. Mas, assim, eu converso com eles. Ligo pra conversar com os meninos, os meninos me ligam. Às vezes, eles me ligam e eu estou conversando com eles e eu "preciso falar com seu pai". Aí eles passam. Hoje a gente tem um rel... um bom... um bom diálogo, mas no começo foi difícil. Até mesmo porque eu acho que o homem não aceita, né? A mulher já não aceita, o homem vai aceitar? É complicado. É muito difícil um homem que aceita uma mulher que decide sair de casa, viver a vida dela sozinha, enfrentar uma outra realidade. Eu enxergo como a grande maioria deles não aceita. Eu acho que o homem tem que estar muito centrado, ele tem que ter muito temor a deus pra ele ter determinado tipo de atitude. Atitude coerente com a realidade, de aceitar as coisas, de saber o porquê disso. (Cabo Opala, mulher)

As relações familiares dos policiais militares também são afetadas pela sensação de exposição à violência e o adicional controle da liberdade do outro motivado pela preocupação com a saúde e a vida. Estes fatores, direta ou indiretamente, contribuem para o desgaste mental dos trabalhadores, que estendem o modo de ser militar para todo o ciclo social.

A minha esposa, às vezes, ela reclama que eu cobro algumas coisas dela, mas são coisas que já entraram no nosso cotidiano, horário, certas displicências que você passa no dia-a-dia e parece que ela não acredita. São coisas mais no aspecto de ser policial que a gente leva, né? Ela me conheceu eu não era policial, mas assim que eu casei eu já estava na polícia, então... há vinte anos que eu estou na polícia. Aí, caráter em relação aos meninos, a quem está andando com eles ou não, se a gente perceber, a gente já fala pra eles. Senão eu já vou direto pro cara: "tudo bem que você é amigo do meu filho, mas olha, você é usuário. Eu não vou te discriminar em nada, se algum dia você oferecer pro meu filho, eu não vou ficar satisfeito, eu vou ir em cima de você". Não resolveu, eu vi que ele está andando, aí a gente já vai partir para uma intimidação em relação a não querer mais. Então eles sofrem, de uma forma ou de outra, sofrem. (Sargento Crisoprásio, homem)

Em função do trabalho da polícia militar ser muito desgastante das relações externas (com vizinhos e amigos, conforme discutido no capítulo anterior), pela interferência do trabalho em turnos na organização do tempo de convívio social, e por medo da violência e retaliação pelo trabalho realizado, foi possível perceber que muitos entrevistados centram seu tempo livre exclusivamente no convívio familiar. Alguns tinham filhos pequenos, outros mesmo não os tendo ou os tendo já adultos afirmaram que só usufruem o tempo livre com a família. Dos que relataram problemas psíquicos, grande parte tinha ou havia tido problemas familiares: separação, divórcio, violência doméstica, pouco contato com os filhos, problemas de relacionamento com os pais ou irmãos. No próximo capítulo discutiremos a saúde mental mais detalhadamente.

6.6 SAÚDE MENTAL

Eu acho uma guerra. E não tem apoio. E você sai da sua casa para trabalhar já estressado. E como é que os meninos vão trabalhar na rua? Imagina eu com meu problema, como eu vou ajudar alguém na rua? (Sargento Berilo, homem)

O tema da saúde mental juntamente com a violência, o militarismo, a organização do trabalho e as relações de gênero formam o eixo deste trabalho. Como um trem formado por cinco vagões em que um puxa e

tensiona o outro, a saúde mental está posicionada no meio e sente toda a força da tração imposta pelos outros quatro. Apesar de ter surgido em todos os outros capítulos, apareceram nos relatos questões que mereceram destaque neste capítulo.

KURTZ (2006) alerta que o estresse em policiais está associado a comportamentos negativos e repercussões psicológicas, incluindo suicídios, altas taxas de abuso de substâncias, divórcio e violência. Estresse, *burnout* e uso de violência por parte de policiais não são simplesmente uma resposta a eventos altamente estressantes, mas estão embutidos na estrutura de gênero e no processo de ser policial. Neste contexto, a violência motivada por policiais inclui tanto os atos relacionados com o trabalho, como uso de força excessiva ou força letal injustificada, como violências não relacionadas ao trabalho, tais como a violência doméstica. Entretanto, o autor destaca que a maioria das pesquisas sobre estresse em policiais não menciona a questão de gênero ou utiliza gênero apenas como uma simples variável de controle. Seus achados indicam que as relações de gênero influenciam todos os fatores tradicionais relacionados ao estresse e ao *burnout* no exercício da profissão policial, quais sejam, as estruturas organizacionais, os eventos críticos e as incipientes práticas de manejo de estresse.

A relação do estresse com a atividade desenvolvida foi mencionada pelos policiais e pelas policiais militares entrevistados em diferentes âmbitos, como: tornar-se policial; condições de trabalho; conteúdo do trabalho e o lidar cotidiano com as violências; organização das jornadas de trabalho; qualidade de vida; relações profissionais; alcoolismo; instabilidade emocional; afastamento do trabalho; e, estratégias pessoais relacionadas ao equilíbrio, com destaque para o uso do tempo livre e o acompanhamento psicológico.

6.6.1 Indicadores de desequilíbrio

6.6.1.1 Alcoolismo

O uso e abuso de álcool são influenciados por fatores psicossociais, culturais, tais como padrões de oferta, idade de início do uso, estímulo ou não ao uso (MATEUS, 2013). A Síndrome de Dependência do Álcool (SDA) “não é uma enfermidade estática que se define em termos absolutos, mas um transtorno que se constitui ao longo da vida” (GIGLIOTTI e BESSA, 2004, p.12). Caracteriza-se pelo uso compulsivo do álcool a despeito das consequências físicas, psíquicas ou sociais. Estudos mencionam diversos fatores que influenciam o uso do álcool no trabalho, tais como: disponibilidade de álcool no trabalho, pressão social para beber, falta de flexibilidade ou tarefas repetitivas, isolamento de relações sociais, baixos níveis de supervisão ou falta de perspectiva no trabalho (LACERDA, 2003).

Em revisão de literatura, FERREIRA (2013) verificou que mais de 60 doenças crônicas e agudas, físicas e mentais, além de outros inúmeros problemas sociais e psicológicos com grande repercussão na manifestação de episódios violentos, são associadas ao uso de álcool. Citam-se lesões não-intencionais e intencionais, incluindo homicídios. Também são efeitos associados ao uso abusivo do álcool: baixo peso ao nascimento, câncer (bucal, orofaríngeo, esofágico, hepático), depressão unipolar e outras desordens psiquiátricas, bem como epilepsia, hipertensão arterial, isquemia miocárdica, doença cerebrovascular, diabetes, cirrose hepática, e ainda comportamento sexual de risco e tentativas de suicídio.

O ato de beber e abusar do consumo de álcool, social e historicamente, é associado ao exercício da masculinidade e estimulado entre pares desde a juventude, embora seja um fenômeno crescente entre as mulheres, o alcoolismo é de muito maior prevalência entre os homens (COSTA et al, 2004; MENDOZA, 2004; ALMEIDA e COUTINHO, 1993). De acordo com FERREIRA (2013), além de ser mais prevalente, verificou-se no II Levantamento Domiciliar sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas, realizado em 2005 pelo CEBRID/UNIFESP em 108 maiores cidades do Brasil, que a porcentagem de dependentes entre homens é três vezes maior do que a observada entre mulheres na mesma faixa etária, na proporção 19,5% e 6,9%, respectivamente.

ZANELLA (2011) discute que a relação entre masculinidades e consumo de bebidas alcóolicas seria atravessada pela relação entre masculinidade e força, uma vez que existiria a compreensão corrente de que os corpos masculinos seriam dotados de maior “resistência” do que os femininos à ingestão de bebidas alcoólicas e, consequentemente, os homens são tidos como portadores de maior controle sobre esta prática do que as mulheres. Segundo o autor, esta noção naturalizada de autocontrole masculino sobre o consumo de álcool reflete como os homens se percebem como dominantes sobre seus desejos e vontades, diferenciando de acordo com o gênero as permissões e transgressões que configuram as maneiras de beber, o que não significa que haja somente duas maneiras possíveis, uma para homens e outra para mulheres.

Alguns estudos discutiram a ocorrência de alcoolismo em profissões policiais (FERREIRA, 2013; FERREIRA, 2009; MASCARENHAS, 2009; MINAYO, 2008a; MAYER, 2006; LIMA, 2003). FERREIRA (2013) enfatiza particularmente as consequências pessoais, psicológicas, físicas e ocupacionais que o uso nocivo de álcool tem para os policiais, destacando que o álcool como estratégia de enfretamento ao estresse *(coping)*, tem sido ligado ao alcoolismo, à ineficaz habilidade pessoal de lidar com o estresse, à baixa capacidade de regulação emocional, à obesidade, às relações

conjugais negativas, aos padrões de sono irregulares, à baixa autoestima, à fadiga crônica e ao decréscimo na qualidade do desempenho no trabalho.

. Na presente pesquisa o tema surgiu em diversas entrevistas, sendo que alguns policiais revelaram serem alcoólatras, alguns controlados, outros em plena fase ativa da doença. Outros participantes informaram que o alcoolismo é um problema frequente na organização policial militar. O capitão Rubi relata como ele e seus colegas usavam o álcool como forma de diversão e socialização para conseguirem amenizar o estresse do isolamento no quartel.

Ah, as coisas nunca estiveram bem. Eu, por exemplo, acabei entrando no alcoolismo. Excesso de bebida alcóolica. E isso me gerou outros problemas, né? Como insônia, depressão e aí vai, uma série de consequências que você conhece melhor do que eu porque você estuda o assunto. (...) É, eu queria me divertir, né? Era um conjunto de colegas. Eu era um dos mais novos ali e eu acabei entrando por um caminho que não devia, né? Eu vivi a vida toda preso, buscando um objetivo na vida, né? E aí foi isso aí, eu queria me divertir um pouco. Veio outro curso de formação e aí o curso de formação é horrível. Nós ficávamos lá o dia todo. Nós dormíamos no quartel. Nós saíamos, quando saíamos, na sexta-feira e voltávamos no domingo à noite. E era horrível, fatalmente, todos os finais de semana eu ia beber de novo. E, às vezes, até ao longo da semana, mas não muito, porque eu estudava à noite, aliás, eu dormia à noite na sala de aula. Olha só que estupidez, se você quer ficar feliz vai beber, só que o efeito do álcool é o inverso. O que as pessoas querem é contato com as outras pessoas. O que elas querem é conversar, é interagir. Só que sempre o álcool está no meio da história toda. E aí dá pra entender porque as pessoas querem ficar felizes e continuam bebendo. Porque o que elas querem não é se drogar com o álcool, o que elas querem é outra coisa. *(Capitão Rubi, homem)*

A associação do álcool com atos violentos também foi encontrada no relato do sargento Citrino. Inclusive, o álcool é a justificativa para a perda do controle.

Na época eu estava, em 97, dois anos, três anos antes de eu cair no fundo do poço, eu já estava procurando uma maneira de parar de beber. Aí eu frequentava o AA [Alcoólicos Anônimos]. Eu ia pra reunião do AA, mas saía de lá e tomava um copo de vodca, um ou dois. E era sempre assim. Até a época que eu encontrei a mulher beijando lá e bati nela, mas porque eu bebi muito. *(Sargento Citrino, homem)*

A dependência de drogas (lícitas, como o álcool, ou ilícitas), com frequência, segundo GONZÁLEZ REY (2004), é expressão de um profundo vazio afetivo decorrente da ausência de vínculos afetivos íntimos. Os entrevistados deste estudo apontam a intrincada conexão do alcoolismo com a deterioração dos relacionamentos interpessoais, tanto como causa quanto como efeito. De fato, tratamentos considerados mais efetivos, como exemplo o oferecido pelo AA ou o acompanhamento psicológico, se baseiam no apoio social, nas trocas, no contato intersubjetivo e na sensação de confiança originada nestes espaços.

Eu não tenho bebido. Eu passei o final de semana inteirinho sem beber. Eu cheguei aqui na segunda-feira comemorando. Eu falei pros meus amigos. Nós temos um colega ali na sala que ele faz tratamento no CASO, então a rotina dele é o seguinte: segunda, quarta e sexta ele cumpre aqui no quartel; terça, quinta e sábado, é lá. Ele mesmo procurou o Centro de Assistência porque ele bebia demais. Então ele procurou. Então eu cheguei aqui na segunda-feira comemorando, porque eu sabia que eu podia falar com alguém que passou pelo mesmo problema. Além dele tem outro também, que ele tem mais tempo de polícia, ele falou: "eu parei de beber há alguns anos aí. Eu parei e nunca mais bebi". Ele tomou uma decisão drástica na vida dele. Então, se a gente observar o alcoolismo grave aqui. É um problema muito frequente nas instituições policiais em geral. Eu não fiz nenhum estudo estatístico, mas eu tenho a impressão de que, se a gente fizer, vai notar que o alcoolismo é um problema grave. E são poucos os que procuram tratamento. Então os números que vão aparecer ainda não refletem o que é a realidade. *(Capitão Rubi, homem)*

De acordo com NIEL (2013), existe grande limitação nos tratamentos convencionais para dependência de álcool e outras drogas, com taxas de abandono de tratamento que giram em torno dos 40% e a efetividade, se for considerado como "efetivo" apenas a abstinência, não passa dos 30 a 40%. Este autor destaca que cerca de dois terços dos dependentes não alcançam resultados satisfatórios, seja porque não conseguem, seja porque não desejam abster-se das drogas:

> A dependência é um fenômeno que, uma vez desencadeado, assemelha-se mais a uma doença crônica do que a um evento episódico na vida do sujeito. Sendo assim, estamos falando de um processo que levará de meses a anos para sua instalação e, no mínimo, o dobro de tempo ou até uma vida inteira requisitando assistência com o objetivo de obter alguma forma de controle, seja ele caracterizado ou não pela abstinência (p.220).

A dificuldade de se discutir o tema dentro da corporação e a falta de abertura para que os policiais busquem ajuda, somadas a todo o estigma que o alcoólatra carrega frente à sociedade, são obstáculos para a busca por tratamento.

6.6.1.2 Instabilidade emocional

A instabilidade emocional pode ser considerada um sintoma precursor ou de alarme de início de transtornos mentais. Vários fatores associados às condições de trabalho e ao conteúdo do trabalho da polícia militar, como abordado nos capítulos sobre militarismo e sobre violência relacionada ao trabalho, por seus efeitos sobre a subjetividade, são potenciais propiciadores de instabilidade emocional nos trabalhadores.

Então, quando eu te falei do equilíbrio que a gente precisa e a gente tem que ter uma certa frieza para lidar com as ocorrências que a gente pega. A repercussão é exatamente essa, a gente vai perdendo o equilíbrio. A gente vai perdendo a paz, a gente vai perdendo a força e a gente vai adoecendo também. Aí a gente acaba atingindo um nível de estresse muito alto, de certa forma, eu vou dizer de uma experiência própria, eu já comi pizza aguardando o rabecão chegar pra buscar um corpo por conta de um homicídio. Aquelas pessoas ali em volta, nos criticaram porque a gente estava comendo aquela pizza na viatura olhando um corpo, parecia uma

falta de respeito ou uma frieza, mas é um pouco diferente, porque você está numa situação que você está trabalhando, está de madrugada, você está com fome, o rabecão vai chegar não sei que dia e você tem que estar ali preservando o local, aquele corpo e toda aquela situação. E a gente come como se nada tivesse acontecido. Certo? A gente até come, mas depois a gente para para pensar nisso quando a gente vê a visão de quem está de fora, "poxa, aquelas pessoas, a sociedade, estavam nos criticando porque nós estávamos comendo uma pizza naquela situação, né?" Como se a gente estivesse banalizando aquilo. Então é uma situação que a gente vai ficando meio doido, a gente vai ficando meio pirado, é uma coisa delicada. Comer ou não comer a pizza, eis a questão? (Sargento Esmeralda, mulher)

Em sua fala a entrevistada apresenta o lado da trabalhadora e do trabalhador que, em muitas ocorrências que são de longa finalização (como a preservação do local de um crime até a chegada da perícia), deixam de ter o tempo adequado de pausa para alimentação e descanso. A escolha de alimentar-se é vista como causadora de vergonha e julgamento por outras pessoas que não podem não entender seu cotidiano de trabalho. Neste trecho ela indica que há um "entorpecimento" do trabalhador, uma banalização do sofrimento. Conjuga-se a isso o pouco espaço para expressar emoções associadas à fragilidade, tais como o medo, a tristeza, o pesar, emoções estas que, em última instância, refletem o próprio grau de sofrimento e se associam à empatia pela dor do outro, preservando a saúde mental. GONZÁLEZ REY (2004) afirma que um dos fatores psicológicos mais nocivos para a saúde decorre da impossibilidade do individuo assumir e ser condizente com as emoções suscitadas pelas vivências cotidianas, podendo surgir estados de distresse com suas correspondentes consequências somáticas. Segundo o autor, as emoções são entendidas como um aspecto essencial constitutivo da subjetividade humana e representam um momento de qualidade dos relacionamentos entre o indivíduo e seu meio, estando simultaneamente comprometidas com os processos de auto-organização da subjetividade. Argumenta também que o estresse seria uma forma de "emocionalidade patológica", ativada quando

não se adequam as exigências vitais diárias com a capacidade energética para a mobilização emocional sadia.

A busca pelo controle de estados emocionais, em grande parte, relaciona-se a realizar o ideal de masculinidade e é bastante frequente entre homens policiais. Entretanto, os tratamentos propostos para o estresse parecem indicar que a solução é fazer com que os policiais abandonem as performances de gênero tradicionais, tais como a autossuficiência e a recusa de ajuda (KURTZ, 2006). Como possibilidade humana, a emoção não deve se reduzir à esfera do privado, pois é um meio de apreender o mundo com significação própria, criando sensibilidade entre os indivíduos (MAHEIRIE, 2002). Ao contrário, a profissão policial pode ser considerada um trabalho que envolve intensa carga emocional (FREIRE et al., 2008), a qual se não for devidamente descarregada e manejada poderá levar à exaustão emocional.

Se emocionar mesmo com alguma coisa triste, mas não pode dar muita vazão porque tem que ter equilíbrio, sabe? Tem que estar, por exemplo, numa situação de um acidente de trânsito que você vê pessoas mutiladas, sofrendo, fratura exposta, né? Geralmente a gente chega primeiro, até antes que o bombeiro, muitas vezes, e tem que ter um autocontrole muito grande porque se ele ficar parado e entrar em estado de choque e começar a chorar, vai ficar todo mundo ali chorando e o policial tem que fazer alguma coisa e não faz. Então o policial tem que realmente que ter autocontrole. Tem que ter realmente, eu não diria bem uma frieza, porque esse nome acho que é meio, mas tem que ter um autocontrole. Tem que agir e ser solidário com aquelas pessoas, mas tem que ter autocontrole ali pra que tudo corra perfeitamente bem. (Sargento Granito, homem)

Alguns policiais atribuíram a imaturidade e a juventude à instabilidade emocional que ocasionava frequentes explosões de raiva e reações exageradas nas ocorrências, com colegas ou familiares. A instabilidade emocional, entretanto, pode ser um sintoma ou prenúncio de um desequilíbrio psíquico mais grave e incapacitante. Como exemplo, mais especificamente o distanciamento emocional está relacionado à ocorrência da síndrome de *burnout*, considerada uma resposta prolongada a

estressores emocionais e interpessoais crônicos oriundos do trabalho, em que há predominância de sintomas disfóricos como exaustão mental ou emocional, fadiga e depressão (MASLACH et al., 2001).

Nos capítulos anteriores foram discutidas mais detidamente a violência policial e a violência doméstica como temas emergentes nas entrevistas, ambas relacionadas à instabilidade emocional motivada pelo contexto de vida e de trabalho em que estão inseridos os policiais e as policiais militares participantes. Os temas do alcoolismo e do suicídio também surgiram nas entrevistas como outros indicadores relatados de desequilíbrio psíquico.

Ademais, neste estudo, foram referidos pelos entrevistados diferentes tipos de transtornos que estavam presentes ou já os haviam acometido em algum momento em passado recente no exercício profissional. Foram citados transtorno depressivo, de estresse pós-traumático, de ansiedade generalizada e, pelas características relatadas, pelo menos um caso de *burnout* que resultou em afastamento. Seguem alguns exemplos:

Não sei. É complicado isso, sabia? Nossa me deu um estresse tão violento, me deu vontade de morrer, me deu vontade... Não sei o que que houve, não sei o que aconteceu... Uma depressão tão louca assim. Eu acho que foi devido aquilo que eu não quis dizer, porque em casa é tudo tão tranquilo. Eu e minha filha temos um relacionamento tão bom. Não tenho namorado. Não tenho nenhum homem para me encher o saco. *(Sargento Ametista, mulher)*

É, eu não consigo, não tem mais jeito, não. Eu tive um problema de família, acidente de carro, por isso que eu estou em tratamento tem quatro anos. E desses quatro anos para cá, não é que eu virei mau policial não. Eu não tive problema na polícia, na justiça, de beber em serviço, bater, responder processo, não. Mas falta de serviço. Eu acordo em casa de manhã, não estou a fim eu não venho trabalhar. Tem uns quatro anos que eu estou assim. É por isso que eu estou em tratamento. Por causa desse acidente que eu tive e outros problemas mesmo. Mudou. Eu fiquei 6 meses afastado, de atestado, sem vir aqui. E fiquei 9 meses afastado do batalhão, ficava só no nosso centro de tratamento. Ia dia sim, dia não. Se a polícia pudesse me mandar embora hoje, me aposentar, não me mandar embora, me aposentar, me encostar, pra mim hoje seria bom... Ótimo para mim isso hoje. Seria ótimo. (...) Hoje colega me vê do jeito que eu estou, ele não acredita. Aí o cara passa por mim e me vê, eu realmente estou largado. Quando me veem que eu estou almoçando na academia, o sujeito me vê nem acredita do jeito

que eu estou. Eu gostava disso aqui, eu vibrava, eu gastava dinheiro meu para comprar uniforme. Tudo que mandava comprar, eu comprava por fora. Sabe aquela coisa gostosa de fazer? Eu fazia isso. Agora que eu vim para cá, não. É aquele ditado, eu posso ir defender o BRB, que é o banco, meu salário, o resto... *(Sargento Berilo, homem)*

Eu fui diagnosticado com transtorno de ansiedade generalizada. Alguma coisa nesse sentido. (...) Eu lembro que naquela época que eu tinha me afastado eu estava com insônia brava. *(Capitão Topázio, homem)*

Estes achados assemelham-se a outros oriundos de estudos brasileiros sobre saúde mental de policiais militares, realizados na região Centro-Oeste: em Goiás, os transtornos mentais comportamentais devido ao uso de álcool e os transtornos depressivos foram as doenças mais prevalentes que resultaram em internação hospitalar (MASCARENHAS, 2009); em Campo Grande/MS, dentre os 240 policiais militares avaliados, 66,6% apresentaram grau de moderado a alto de exaustão emocional e 50,8% moderado de despersonalização, ambas as dimensões são preditoras de síndrome de *burnout* (MAYER, 2006). Ao buscar o nexo causal entre distúrbio mental e trabalho, LIMA (2003), verificou que, entre os policiais militares brasileiros, havia maior frequência de alcoolismo (54,5%) e, em segundo lugar, de transtornos de estresse pós-traumático (9%), acompanhados ou não de depressão.

Distúrbios de sono foram relatados por alguns entrevistados e são associados ao trabalho em turnos, afetando a saúde mental (FISCHER et al., 2004). Diversos estudos verificaram a forte relação de causalidade entre distúrbios do sono, principalmente insônia e sonolência excessiva, e transtornos de humor, fossem como causa ou efeito de depressão e ansiedade, acrescendo-se a estes o transtorno do pânico e o abuso de álcool (FORD e KAMEROW, 1989; SOLDATOS, 1994; BRESLAU et al., 1996; OHAYON, 1997; WEISSMAN et al., 1997; OHAYON et al., 1998; OHAYON e ROTH, 2003; JOHNSON et al., 2006). Os distúrbios do sono também podem culminar na fadiga crônica (física e mental), pois o cansaço se acumula ao longo do tempo e não cede com o sono diário, resultando em

irritabilidade, desânimo, dores diversas e perda de apetite (SELIGMANN-SILVA, 2011).

Às vezes o meu sono é meio esquisito. É aquele sono que sai da sequência. Hora de dormir é à noite. Tem dia que eu não consigo dormir à noite, dá 3 horas da tarde e eu estou alucinado de sono. Às vezes me ataca muito insônia, né? Quando eu estou trabalhando demais. Eu estava trabalhando demais, eu estava com muita insônia, aí eu fui lá. A mulher me deu, a doutora, me deu os remédios lá pra insônia e falou "meu filho, não trabalhe por agora". Eu não estava nem nervoso. Só estava realmente com insônia. *(Capitão Topázio, homem)*

OLIVEIRA e BARDAGI (2010) verificaram a existência de alta correlação de sintomas psicológicos e físicos à manifestação global do estresse, reafirmando a alta vulnerabilidade desta categoria profissional. No estudo realizado com 75 policiais militares (22 mulheres e 53 homens), os sintomas de estresse mais frequentemente relatados foram: sensação de desgaste físico constante, irritabilidade excessiva e sem causa aparente, cansaço constante e excessivo, tensão muscular, pensamentos persistentes, perda de memória, insônia e sensibilidade emotiva excessiva. Os autores discutiram a temeridade da conjugação destes sintomas (principalmente a insônia, o cansaço constante e a irritabilidade) em policiais militares, visto que necessidade de atenção e controle emocional são considerados imprescindíveis para o bom desempenho desta profissão.

MIYATA et al. (1997) estudaram a relação entre estresse ocupacional e transtornos mentais e psicossomáticos em 796 pessoas com ocupações diversas (326 homens e 470 mulheres). As doenças mais prevalentes foram transtornos de humor, transtornos de ansiedade e doenças neuromusculares, nesta ordem. A causa mais comum de doenças em homens (56,3%) foram os fatores ocupacionais ou relacionados ao trabalho (fossem individuais ou sociais), enquanto a causa mais prevalente de doenças em mulheres (42,4%) foram os fatores individuais não diretamente relacionados ao trabalho. Estes resultados indicam que quase metade dos participantes teve estresse ocupacional como a causa de seus distúrbios

psicossomáticos e mentais. No presente estudo, a ligação entre saúde somática e psíquica e trabalho também foi mencionada pelos entrevistados:

Eu consultei uma otorrino que era do Hospital de Base, uma excelente médica que estava lá, primeiro eu fui pra clínica médica, aí eu tirei um monte de raio-x, sinusite, dor de cabeça, essas coisas assim. E aí eu resolvi consultar uma otorrino, que é uma médica aposentada e aí ela falou assim "você já fez exame comigo, você já fez raio-x, não tem nada, vou passar um remédio pra você, homeopático", aí eu falei "tudo bem". Ela falou "toma isso aqui pra você dormir melhor e descansar, é homeopático". Eu tomei aquilo ali, aquele zumbido na cabeça, até tinha sumido uma época, é tanto que uma vez acabou e eu comprei de novo. (Sargento Mármore, homem)

Seria mais a saúde mental, mas o teu corpo também sente. Você sente o corpo pesado, cansado. Isso traz cansaço. Eu creio que uma coisa está relacionada com a outra. (Cabo Diopsídio, homem)

A gente se depara com situação como se fosse com a gente ou com alguém da gente. Então isso aí vai apertando ao longo do tempo. Infelizmente a gente é ser humano e também capta aquilo como se fosse pra nós mesmo. (...) A saúde mental, mas aí uma coisa está ligada com a outra, né? A saúde mental quando ela abrange tanto, ela acaba atingindo fisicamente também. (Sargento Quartzo, homem)

Eu sempre fui uma pessoa que abracei muito a causa aqui no serviço. Mas chegou uma época que eu não tive a resposta das outras pessoas, porque as coisas estavam muito me sobrecarregando e eu estava sozinho, aí eu já comecei a me sentir chateado, sabe? Eu comecei a ficar de uma maneira estressada, assim, o cabelo caiu, essa parte de trás caiu todinha, apareceu manchas no corpo, eu já não estava com vontade de vir mais trabalhar. Eu já não rendia o meu trabalho, aí eu pedi o afastamento voluntário. Que nós temos o Centro de Assistência Social. Eu pedi pra menina bater um ofício. (Sargento Mármore, homem)

A insatisfação profissional pode se associar a uma condição de adoecimento psíquico preexistente ou posterior ao ingresso no trabalho. De uma forma ou de outra, apresenta relação direta com o desequilíbrio da saúde mental dos trabalhadores. É possível avaliar a insatisfação no trabalho a partir da utilização dos modelos Demanda-Controle (KARASEK, 1979) e Desequilíbrio Esforço-Recompensa (SIEGRIST, 1996). SILVA-JÚNIOR (2012) utilizou estes instrumentos para avaliar os efeitos dos fatores psicossociais sobre a incapacidade laborativa de longa duração motivada por transtornos mentais em trabalhadores afastados pela Previdência Social

e verificou significativa associação com o desfecho. Complementarmente, em revisão de literatura sobre a relação entre desequilíbrio esforço-recompensa, baixo controle no trabalho com alta demanda e pouco apoio social, o autor verificou que inúmeros artigos associam estes fatores psicossociais a efeitos negativos sobre a saúde mental dos trabalhadores. FERREIRA et al. (2012), por sua vez, utilizaram o Modelo Demanda-Controle para avaliar as condições de trabalho de 288 policiais militares e verificaram que a maior parte identificou seu trabalho como de baixo controle (56,4%), alta demanda física (53,9%) e baixo suporte social (59,8%). Um dos entrevistados relatou sua insatisfação e frustração com a profissão, sentindo-se apenas observador da dinâmica social.

Eu tinha lá meus 21 anos de idades e aí teve a primeira formação. Então eu fui lotado aqui no quartel e o policiamento era até nas quadras residenciais e aí o tempo não passa e você fica pensando que não foi grande coisa ter abandonado a... eu sempre estudei, né? Em busca de uma vida melhor. E aí eu estudei tanto que acabei não chegando a lugar nenhum. Total insatisfação com a atividade exercida. Eu acredito que muitos desses policiais que se formaram agora devem estar pensando a mesma coisa. É um concurso concorrido, mas no primeiro contato é de total frustração. De afastamento, né? Enquanto você vê, assim, a percepção que eu tinha, enquanto todos estão exercendo as suas atividades aí no comércio, interagindo ou nos escritórios, advogando ou os médicos fazendo as suas consultas, você vê toda aquela movimentação social e você está ali como um observador, à margem daquela movimentação toda. A primeira impressão é de frustração. Essa foi aquela que eu tive naquele tempo. O meu, pra mim, no meu caso, eu já, foi transitório, porque eu estava apenas aguardando o momento de assumir o próximo curso de formação. Estava tudo ali, eu já tinha feito a prova, já tinha passado, estava só esperando. Nessa época eu até abandonei a Faculdade, então eu estava totalmente desestruturado. Eu comecei a beber muito nessa época do curso de formação também. *(Capitão Rubi, homem)*

Instabilidade emocional e insatisfação profissional podem se potencializar mutuamente para aqueles que estão mais próximos da reforma (a aposentadoria dos militares), na medida em que sentem que não tem saída possível do emprego sem perder direitos. Além do mais, sentem a dificuldade de mudar de profissão quando mais velhos. Um dos

entrevistados que estava em restrição médica há vários anos, mesmo perto de reformar, tentou de tudo para ser mandado embora por considerar que a convivência com a instituição estava potencializando seus problemas.

Igual eu falei, eu fazia porque eu gostava, mas aí chega num ponto e estoura. Sou louco, não aguentei mais. O meu problema nos 4 anos foi coisa pessoal, só que foi igual você falou, eu sempre fui militar, desde os 18 anos. Então eu hoje em dia não queria trabalhar aqui. Eu queria sair. Eu não posso simplesmente chegar... se eu tivesse fundo de garantia como todo empregado tem, eu sairia, por mais difícil que fosse, eu sairia. Mas eu não posso fazer isso. Eles podem me mandar embora, eles podem me encostar. Apesar que eu não posso pedir, mas eles podem me expulsar. Eu posso pedir, mas aí minha família não fica bem, por causa das minhas filhas. Eu pago uma pensão adicional e é para elas. É tanto que em 2011 eu fiz isso aí. Eu pedi para ir para conselho, eu aprontei tanto no serviço para ir para conselho para eles me mandarem embora. Eles me expulsando, eu não perco meu salário, vai para minhas filhas, mas eu pedindo, eu perco. Me expulsando não, como eu pago uma pensão adicional, só para filha mulher, como eu tenho filha mulher, eu podia fazer isso, mas aí eles não me mandaram. Eles tinham certeza que eu estava fazendo isso para ser expulso, eu ganhei de três a zero no conselho. Eu falei: "eu não acredito, quando o colega quer ficar, ele é expulso". Aí eu esfriei a cabeça mais e resolvi continuar. Eu estou na luta, mas é complicado. Estou fazendo tratamento, estou na luta. *(Sargento Berilo, homem)*

SELIGMANN-SILVA (2011) afirma que, após sucessivas frustrações, ocorre o desgaste metafórico da identidade e do projeto de vida do trabalhador, levando ao adoecimento. Contribuem para as frustrações a falta de reconhecimento social, bem como as decepções com respeito à ascensão funcional.

Um exemplo extremo da vinculação entre insatisfação profissional e instabilidade emocional, além do suicídio, é a tentativa de homicídio motivada pelo trabalho. Um dos entrevistados relatou seu estado emocional na ocasião em que tentou matar um de seus superiores hierárquicos.

Eu tenho muita vontade de matar os outros. De verdade. Eu já tentei, numa dessas vezes que eu estava sobrecarregado e eu não sei, não sei se é uma questão sexual, de gays, gayzual, porque eu tinha um chefe que ele era um cara que pegava no meu pé demais. Eu sempre trabalhei muito certinho. Eu acho que ele era gay. Ele encheu tanto o meu saco, que certa feita, eu entrei

dentro do meu carro, meu carro zerado, 1.8, andava pra caralho e ele entrou na frente. Minha filha, eu mirei nele assim, firmei a direção e fui. Sorte dele e minha que ele pulou. Deu um salto ultramortal triplo, mortal carpado. Era o meu chefe. Na época eu era segundo tenente e ele era capitão. Eu falei "agora esse infeliz nunca mais vai encher meu saco". Ziuummm! (...) Dessa vez eu estava completamente estressado. Eu tive uma crise nervosa que eu nunca tinha sentido isso. Nessa situação pontualmente. Depois que eu fiz isso, me deu umas dores no corpo, que pareceu que estavam, sei lá, me torturando. Eu senti uns espasmos na coluna aqui ó. Eu parei o carro, depois que eu tentei, eu parei o carro e fiquei assim ó respirando. Veio uma onda de dor que eu falei "puta que o pariu! Será que eu vou morrer aqui?". Eu sei que eu quase morri de dor, eu falei "eu acho que sofri mais do que esse filho da puta de dor". (...) Eu fui afastado. Eu procurei ajuda médica, tal, psicólogo, tal, e eles falaram "você está muito estressado, meu filho. Tu vai explodir. Tu vai matar alguém", aí me deram remédio pra dormir, pra ficar calmo, me afastou completamente das funções. *(Capitão Topázio, homem)*

O medo de pressionar os subordinados também apareceu como preocupação, já que há relatos de reações agressivas por conta do estresse, muitos policiais ficam com receio de agir com mais ênfase demonstrando o clima de tensão silenciosa que circunda o ambiente militar.

O cara tem lá as suas fragilidades na sua vida, os seus problemas, não sei o quê, e ele utiliza da posição hierárquica pra, sei lá, descarregar e coisas do gênero. (...) A maioria dos oficiais morre de medo das praças. Oficial que arrocha muito os seus companheiros, ele morre de medo de arrochar os praças, porque, em primeiro lugar, o cara tem medo de ter uma reação explosiva, uma reação até violenta, igual alguns casos que já aconteceram por aqui, do oficial arrochar o praça, o cara vai lá, tira a arma e atira no oficial. Então o cara tem esse medo. Já os oficiais não, ele acha que o cara por ser oficial, ter passado três anos na Academia sendo ali condicionado, naquela obediência irrestrita. O cara imagina que não, com esse aqui eu posso fazer o que eu quiser, que ele vai estar sempre com a orelhinha baixa. O praça não, o praça é mais rebelde. Não teve esse condicionamento de longos anos na Academia e coisa e tal. *(Capitão Topázio, homem)*

6.6.1.3 Suicídio

O suicídio é uma forma extrema de violência autodirigida, fortemente marcado pelo gênero, e frequentemente aliado a fragilidades nas relações interpessoais e a problemas conjugais, o que indica o componente de ausência de apoio social entre seus fatores desencadeadores. LOVISI et al. (2009) analisaram as taxas de mortalidade por suicídio no Brasil, nas regiões e capitais, entre os anos de 1980 e 2006, e verificaram que a mortalidade entre os homens é de 3 a 4 vezes maior do que entre as mulheres, com um aumento de 58% durante o período estudado, enquanto entre as mulheres o aumento no período se restringiu a 1%. Os autores discutem alguns fatores que possivelmente influenciariam estas diferenças entre as mulheres: menor prevalência de alcoolismo, crenças religiosas mais fortes, melhor apoio social, e maior disposição em buscar ajuda para transtornos mentais e ideações suicidas. Uma das características sociodemográficas mais prevalentes nas pessoas que cometeram suicídio no período estudado foi “estar sem companheiro/companheira”, seja pela condição de solteirice, divórcio ou viuvez.

De acordo com BOTEGA (2013), os principais fatores de risco para o suicídio dividem-se em: **(1) Sociodemográficos:** homens; entre 19 e 49 anos e acima dos 65 anos; separados/divorciados > solteiros > viúvos > casados; estratos econômicos mais rico e mais pobre; desempregados, aposentados; ateus, protestantes > católicos, judeus; isolamento social; **(2) Psicológicos:** perda recente; perda dos pais na infância; instabilidade familiar; datas importantes (reações de aniversário); traços de personalidade: impulsividade, agressividade, labilidade de humor; história familiar de doença afetiva/alcoolismo/suicídio; **(3) Psiquiátricos:** depressão, alcoolismo, dependências de outras drogas psicoativas, esquizofrenia;

síndromes orgânico-cerebrais; transtornos de personalidade; tentativa de suicídio pregressa; e, doenças físicas incapacitantes, dolorosas ou terminais. A existência de um transtorno mental é considerada o principal fator de risco para o suicídio, sendo que a situação de risco é agravada quando mais de uma dessas condições combinam-se, como, por exemplo, depressão e alcoolismo; ou ainda, a coexistência de depressão, ansiedade e agitação.

O suicídio é um fenômeno comum entre policiais militares. LIMA (2003) identificou que muitos levantamentos feitos nas polícias militares dos estados concluíram que o índice de suicídio nessas corporações é maior do que o da população em geral. À época, a autora destacou que estudos em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul verificaram porcentagens que variavam entre 6,5 e 61% superiores à média nacional.

Refletindo sobre os resultados do presente estudo, e utilizando uma lista da Organização Mundial de Saúde (OMS, 2006), mais especificamente alguns fatores de risco para o suicídio poderiam ser relacionados aos policiais militares: estresse social; falta de apoio social; problemas familiares; perdas pessoais; traumas; exposição a acontecimentos destrutivos e violentos; perturbações mentais tais como depressão e abuso de álcool e de substâncias; sentimentos de baixa autoestima ou de desesperança; pouco discernimento e/ou falta de controle da impulsividade, e comportamentos autodestrutivos; poucas competências para enfrentar problemas; exposição ao suicídio de outras pessoas; acesso a meios para conseguir fazer-se mal.

No ano de realização das entrevistas, haviam acontecido em curto intervalo de tempo alguns suicídios de policiais da PMDF, sendo que três tiveram grande repercussão porque aconteceram no espaço de duas semanas em diferentes batalhões. Esse fato motivou que o tema do suicídio fosse bastante presente em algumas entrevistas, descrevendo a incompreensão e o inconformismo dos policiais entrevistados, aliados às interpretações para construir um sentido para a morte dos colegas.

Esse policial que se suicidou, a gente brincava, conversava, confiava, desenvolvia o serviço tranquilamente. E aí um belo dia eu cheguei pra trabalhar na segunda e estava lá todo mundo amuado, triste, "você sabe o que aconteceu?", eu falei "não, eu não sei o que aconteceu", "ah, o [...] se suicidou". Então é um baque muito grande porque ele era um cara alegre, feliz, estava com a namorada novinha, sabe, a gente brincava. Então, assim, você fica pensando "meu deus, porque essa pessoa fez isso?", né? E aí é um choque, você vai tentando absorver essas coisas e, sei lá, tirar como um exemplo. (...) Poxa, a pessoa está tão próxima de você, a gente acha que vai acontecer com todo mundo, em qualquer lugar menos com a gente, né? Então vem aquele momento da tristeza, se você puder ajudar você ajuda, mas os dias vão trazendo a tranquilidade. E aí, não que a gente aceite, mas o coração vai sendo, né, ele é tratado. (Cabo Opala, mulher)

Olha, eu tenho amigo que se suicida, tem amigo que tira a vida. Teve bastante caso. Porque não é muito divulgado a estatística que tem interna dos casos de suicídio, eles não divulgam na imprensa e não divulgam na tropa. Tanto teve já suicídios em locais de serviço, como já teve suicídio na própria casa do polícia. Agora por motivos que a gente não... Agora a gente está tirando plantão com o cara, o cara está rindo, com a amizade toda. Acabamos o serviço. Aí você vai para casa e ele vai para a casa dele. Quando você sabe da notícia o caso já aconteceu. Aí você fica pirado, porque o cara estava tranquilo lá comigo... Parecia bem, né? No visual parecia bem, não dava nenhuma característica de que estava com problema pra gente conversar nem nada e tirar a própria vida... Ninguém sabe, né, se os problemas que acumularam dentro da pessoa. Ela não conseguiu desabafar com outras pessoas, ou procurar uma psicóloga, procurar uma ajuda. Esse mês passado aí foram dois ou três. Eu fui no enterro de um aqui do BOPE. Olha só, o cara encaveirado, você nunca ia imaginar que um cara desse ia... teve problema com a esposa e acabou adentrando dentro do quarto, fez uso de álcool, não sei se para dar coragem... Porque o suicídio para mim é uma covardia, não é coragem. Aí foi para lá e tirou a vida. Simplesmente tirou a vida. (Sargento Ametrino, homem)

O suicídio já está atrelado a duas coisas, dois problemas: ou é mulher, ou é dinheiro. Ou é uma coisa, ou é outra. Você pode ver, a grande maioria é isso. Então quando você pega e afasta o colega, aí você já está, às vezes, agravando. A gente acha, nesse sentido, que está punindo o policial, mas muitas vezes a gente está ajudando, porque ele está com um problema. (Sargento Coral, homem)

Alguns poucos entrevistados afirmaram que em algum período da vida profissional já haviam tido ideações suicidas, mas nenhum deles informou ter, de fato, tentado o suicídio.

Olha, eu vou te falar um segredo, eu sou de uma família de suicidas. Sério, muito sério. *(Capitão Topázio, homem)*

Eu, particularmente, já tive assim um pensamento, mas naquela época de crise, que eu tive uma crise brava aí. Mas eu não pensava muito isso não, porque eu dou muito valor à minha vida. *(Sargento Mármore, homem)*

Procurei ajuda. Corri atrás, fui lá no hospital procurar um psicólogo, mas não tinha. Aí eu vim aqui no CASO e conversei com psicólogo e... Porque eu era muito fechado. Muito travado. Ficava acumulando muito as coisas pra mim. Aí é isso. Na época que eu estava pensando em dar fim à vida porque estava tudo difícil. *(Sargento Citrino, homem)*

Quando eu comecei a pensar essas besteiras, eu corri no médico. Aí ele me deu uns remédios. E aí já me tomaram logo minha arma. *(Sargento Ametista, mulher)*

A temática do porte de arma aliado à facilidade de agir em um momento impulsivo também foi abordada, tendo sido destacada a necessidade de ações da instituição para prevenir a ocorrência de suicídios. Conforme foi possível constatar a partir das entrevistas, uma vez detectado o adoecimento psíquico, o porte de arma é suspenso e o trabalhador passa a ser acompanhado pelo Centro de Assistência Psicossocial (CASO). Entretanto, há resistência dos policiais em receberem tratamento e muitos permanecem em silêncio sobre seus problemas de saúde, sem procurar ajuda, com receio de perderem a remuneração recebida pelo serviço voluntário, além de serem estigmatizados pelos colegas, existem resistências adicionais vinculadas ao exercício da masculinidade, o que dificulta sobremaneira as ações de prevenção. O Soldado Jaspe aborda a questão da impulsividade do ato com a constante proximidade de uma arma de fogo.

Eu acho que seria válido no caso a PM ter um acompanhamento nesse sentido e, até certo ponto, evitar alguns suicídios aí. Porque são muitos os policiais que se suicidam. E eu acho que a gente... a facilidade de você ter uma arma o tempo todo com você é muito fácil, né? Porque eu acho que se eu chegar num prédio e olhar, talvez eu pense duas vezes antes de executar, mas a arma é muito simples de você colocar na cabeça e só apertar um botão... Então eu acho que é muito simples estar com uma arma aí na mão o tempo todo. *(Soldado Jaspe, homem)*

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2006), alguns fatores de proteção reduziriam o risco de suicídio: apoio da família, de amigos e de outros relacionamentos significativos; crenças religiosas, culturais, e étnicas; envolvimento na comunidade; ter uma vida social satisfatória; integração social como, por exemplo, através do trabalho e do uso construtivo do tempo de lazer; e, acesso a serviços e cuidados de saúde mental.

Das informações obtidas neste estudo é possível concluir que os policiais militares se comovem pela temática do suicídio e precisam de mais espaço de escuta dentro da corporação para sentirem que estão sendo cuidados.

6.6.1.4 Afastamento do trabalho

Dentre os 16 entrevistados que se afastaram do trabalho, em 8 casos o motivo principal foi o adoecimento psíquico relacionado a fatores como: alcoolismo, acidentes, problemas relacionais com familiares e/ou profissionais, assédio moral, condições de trabalho, sobrecarga de trabalho, distúrbios do sono, insatisfação profissional, violência doméstica, violência sexual, traumas. Para conseguir o afastamento existem dois caminhos possíveis: o primeiro é buscar diretamente o Centro de Assistência Social (CASO) na própria instituição; o segundo é procurar um profissional de saúde que ateste a necessidade de afastamento do trabalho e, então, fazer a validação do atestado na instituição. Grande parte dos entrevistados se utiliza da segunda opção pela maior facilidade de acesso (não precisam de

encaminhamento da chefia do batalhão) e maior rapidez no atendimento, mas alguns participantes haviam recorrido diretamente ao CASO sem passar pela chefia. Os trechos abaixo retomam os caminhos possíveis para o afastamento do trabalho, as motivações e as dificuldades. O primeiro trecho é de um dos entrevistados que afirmou que se surpreendeu positivamente com o tratamento oferecido no CASO. Os demais não buscaram a instituição por acreditarem que não haveria resolutividade para suas demandas.

A sobrecarga já estava me ocasionando o estresse, eu já não comia direito, não dormia direito, né? Às vezes eu fazia minhas corrida e caminhada, o organismo já não obedecia mais. Aí eu saía pra, correr eu já não tinha vontade de correr, às vezes eu saía pra andar, chegava no meio do caminho e voltava, porque o corpo estava desanimado, não tinha mais vontade nenhuma. Eu voltava e sentia esses sintomas todinhos. Então eu dei um basta com isso. (...) [Sobre o CASO] A gente sempre é acompanhado lá pelo psiquiatra e pelos psicólogos e pelas pessoas que estão no programa lá. E lá é um programa que você não usa farda. Lá não tem nada disso. É um grupo justamente pra você conseguir sair desse trauma. Porque isso aqui me provocou um trauma de um jeito que você pra ter um relacionamento com as pessoas, não dá. Eu estava sem paciência nenhuma. Só o fato de você sair de casa e vir pra cá já estava, a mente aqui já fechava. Só pra você ter uma ideia, eu pedi pra ir pro CASO e então eu fiquei praticamente uns seis meses lá. Aí voltei de lá pra cá. A primeira coisa que a PM faz é suspender o porte de arma. Aí você, a gente fica lá no período de 8h às 12h, nesse tempo todinho, a gente fica no período lá. E lá tem uns trabalhos com a psicóloga, às vezes tem uma palestrinha com psiquiatra. Aí tem trabalho pra gente desenvolver e trabalhar com massa. Tem trabalhos que a psicóloga desenvolve em grupo pra você se liberar um pouquinho, se libertar dos problemas. E a gente passeava muito. Tinha uns dias que a gente ia visitar os velhos no asilo. Tinha dia que a gente ia no parque da cidade fazer nossas caminhadas, corridas. Tinha dia que a gente marcava um piquenique na água mineral, que é o parque nacional aqui. Então, foi bom, foi bom pra desestressar. Eu achei excelente. A minha primeira atitude foi sair do ambiente hostil e ir pra um outro ambiente. Porque, se eu continuasse no ambiente do jeito que estava, eu ia ficar maluco. Já ia começar a bater de frente com as pessoas como eu já estava dando resposta, né? (Sargento Mármore, homem)

Já me afastei do trabalho, porque eu estava completamente estressado, com insônia e todos aqueles sintomas. E eu sempre tive o meu plano de saúde fora, né? Aí eu fiz uma consulta com a psicóloga. Ela falou "meu filho, você está perturbado, tu tem que fazer um acompanhamento psiquiátrico". Aí eu fiz, tomei medicamento, aquela coisa e tudo. Fiquei afastado. Foram dois

afastamentos. O primeiro durou 9 meses e o segundo uns 5. *(Capitão Topázio, homem)*

Eu tive transtorno de ansiedade, de ficar tremendo e não conseguir, sabe, me controlar e parar de tremer. Porque junto o estresse do trabalho, de estar na rua, e junta esses problemas pessoais, de família, de doença na família e tudo. Ixe, eu fiquei um tempo bem ruim assim. Aí eu comecei a tomar remédio e tudo, só que depois eu resolvi: "não, eu vou parar de tomar esse remédio, senão eu vou piorar a minha situação". E hoje em dia, graças a deus, eu estou bem, mas eu já fiquei emocionalmente bem abalada. Eu tenho um plano de saúde e eu procurei um, na verdade, eu nem procurei um psicólogo não, eu procurei um neurologista porque eu estava tremendo, eu não conseguia parar de tremer. E aí, no que eu fui no neurologista, ele falou "olha, isso é um transtorno de ansiedade, tudo, você tem que tomar remédio e tal". Mas eu não quis afastamento e não tinha indicação clínica pra problema psicológico. É muito difícil você conseguir, só se a pessoa estiver, assim, "nossa, estou morrendo, eu vou me suicidar", aí eles olham "ah, tá, então se afasta", mas caso contrário... *(Soldado Safira, mulher)*

Alguns policiais têm grande resistência em procurar auxílio nos casos de adoecimento psíquico. Um entrevistado, em especial, mesmo sentindo a absoluta necessidade de ajuda não tinha coragem de recorrer ao serviço, argumentando que existe grande preconceito com relação aos colegas que se utilizam do CASO e o estigma associado ao afastamento e à restrição, por serem taxados como doentes perante os demais. O outro preconceito associado aos policiais afastados do trabalho se refere à acusação de estarem fugindo das obrigações profissionais, conforme relata outro participante.

Não, eu vou aqui na raça. Mas se eu procurar eu acho que eu não saio de lá mais, não. Ah, olha só, quando você procura o CASO você é estigmatizado, né? E eu não tenho coragem de passar nem na porta. Então eles oferecem tratamento, mas é ineficaz. Eu acho que você, por exemplo, poderia me ajudar muito mais, porque você, não sei, tem todo esse sigilo aqui. Ali não, é pregar um carimbo na testa, então eu não vou. Eu, assisti uma palestra aqui sobre o suicídio há umas duas semanas ou três. Inclusive essa palestra, agora você me falou sobre esse assunto aí, essa palestra me ajudou. Eu assisti a palestra ali e comecei a refletir sobre a vida e procurar saída. Eu acho até que, por isso eu estou há duas semanas sem beber. Eu tenho, assim, ao longo das duas últimas semanas, vivido bem melhor, bem mais feliz e tenho conseguido dormir. Eu acho que essa palestra chegou a acionar algum dispositivo de melhora na minha mente e eu tenho procurado sair.

Essa ideia, o palestrante falou, né, ele disse "eu penso que nós, todos os policiais deveriam passar por um tratamento preventivo. Após os dez anos de serviço poderiam passar por um tratamento preventivo". Eu acho que é uma boa ideia, porque todos passariam pelo tratamento. Aqueles que estivessem passando por dificuldades iriam ter o auxílio sem serem submetidos ao constrangimento, ao estigma, à vergonha. . (Capitão Rubi, homem)

O fato de ter a garantia do sigilo e anonimato parece ser uma iniciativa para atrair policiais que querem ajuda. Como o CASO está dentro da corporação não parece interessante.

Muita das vezes, o policial procura quando ele já está, alguém falou "pô, o cara está chegando bêbado, está isso, está aquilo", aí o que eles fazem, eles mandam pro CASO. Mas eu acho da própria pessoa ir lá procurar, eu acho meio difícil. Porque muita das vezes se você chegar e falar "eu estou precisando do CASO, de ir lá conversar", eles vão pensar o que? Que você está escamando, fugindo do serviço, está querendo dar o golpe. (Soldado Filito, homem)

Esses achados corroboram com a teoria da rotulação social de Nancy Waxler (1974), segundo a qual as experiências sociais de uma pessoa afetam o modo como ela aceitará ou não seu papel social de "doente" e modelará seu comportamento dentro das expectativas das pessoas relevantes (familiares, colegas de trabalho, profissionais de saúde). Caso aceite, o indivíduo receberá atenção especial e será dispensado de uma série de obrigações; caso contrário, poderá ser visto não como doente, e sim como "preguiçoso" ou "malandro", sendo estigmatizado por sua doença se a rotulação permanecer por muito tempo, ocasionando perda de status. A rotulação propicia a estigmatização do indivíduo que, em geral, abandona (ou nem mesmo busca) o tratamento justamente para fugir ao rótulo que sente receber e que o desqualifica (MATEUS, 2013). Complementarmente, PIMENTEL et al. (2013) enfatizam que a desvalorização e a percepção negativa de si e de sua doença podem aumentar o isolamento e diminuir a autoestima, a procura e a adesão ao tratamento. O estigma (GOFFMAN, 1988) tem, portanto, um impacto negativo na vida das pessoas

estigmatizadas ao gerar isolamento, exclusão, diminuição da qualidade de vida, pois o indivíduo é impedido de se envolver em interações sociais com prejuízos à participação social e à saúde.

Aos que conseguem vencer a barreira e procurar ajuda, muitas vezes acabam encontrando na contenção química uma forma de conviver com os problemas, uma anestesia dos sentidos. A medicalização dos sofrimentos psíquicos relaciona-se à produção de uma nova verdade acerca dos sofrimentos subjetivos, com correspondente perda da noção de sentido/significado dos sintomas e crescente medicalização dos indivíduos na sociedade contemporânea. GUARIDO (2007) refere que essa inversão incentiva que as bases biológicas sejam protagonistas dos diagnósticos psiquiátricos, de forma que os sintomas passam a ser entendidos como manifestações de desordens bioquímicas e ficam em segundo plano a multicausalidade e os sentidos do adoecimento. A construção diagnóstica da neuropsiquiatria contemporânea ocorre por meio de um processo em que o medicamento prescrito designa o transtorno, provendo “uma subordinação do sujeito à bioquímica cerebral, somente regulável pelo uso de remédios” (p.154). Neste sentido, a prescrição e o uso indiscriminado de psicofármacos devem ser vistos com cautela, uma vez que expressam a forma como “a medicina estabelece seu saber e seu poder sobre os sujeitos na contemporaneidade” (p. 158) e permitem que sofrimentos passageiros e outros comportamentos oriundos de acontecimentos cotidianos sejam registrados como sintomas de transtornos mentais. Em última instância, o que se discute é a banalização do diagnóstico e o uso irrestrito de medicações como intervenção diante da vida que passam a “ordenar a relação do indivíduo com sua subjetividade e seus sofrimentos. Diante disso, as dimensões conflitiva, imprevisível, irredutível e inapreensível da subjetividade vêm sendo negadas e tratadas como meras abstrações psicanalítico-filosóficas” (p. 159). A atual medicalização em larga escala, ainda segundo a autora, pode ser entendida como “apelo ao silêncio dos

conflitos, negando-os como inerentes à subjetividade e ao encontro humano" (p.160).

De acordo com COLLARES et al. (2013), por meio da medicalização os sujeitos são controlados, abafam-se os conflitos, sofrimentos, ocultam-se as violências físicas e psicológicas, reduz-se a complexidade e diversidade da vida, ao serem ignorados os processos e fenômenos que a constituem, tais como a historicidade, a cultura, a organização social e as desigualdades de inserção e de acesso, entre tantos outros. É a biopolítica como instrumento de sujeição e de governo em vigência (FOUCAULT, 2015)

Dois dos entrevistados, embora vivendo contextos de vida completamente diferentes, relataram que ao procurarem auxílio, receberam prescrições de medicamentos que decidiram não serem necessários ou adequados à condição que viviam e que havia motivado a procura pelo profissional de saúde mental. A resistência aos medicamentos, nestes casos, demonstra que esperavam algo mais de ajuda para os problemas. Adicionalmente, a segunda entrevistada observa que marcar uma consulta no CASO é percebido como sendo muito difícil, pois são ofertadas poucas vagas em relação ao montante de policiais da corporação.

Nós temos a licença especial, que ela é concedida a cada dez anos. Aqueles que conseguem, que estão se sentindo bem, conseguem permanecer sem tirar essa licença, mas assim que eu tive direito, eu corri pra que eu tirasse imediatamente. É pra fazer o que quiser, só que eu estava tão mal que eu não fiz muitas coisas, não. Eu me fechei e fiquei quieto no meu canto. Eu já cheguei a ir numa consulta psiquiátrica uma vez por até insistência da minha família. A minha família nota que eu, notaram que eu não estava bem. Fui lá, fui à consulta psiquiátrica, a médica que me atendeu receitou uns remédios, mas eu coloquei no guarda-roupa. Nunca tomei esses remédios. Sempre tentando buscar a resposta, né? Assim, tentando buscar força pela reflexão, né? Por mim mesmo, né? *(Capitão Rubi, homem)*

Eu nunca tive esse negócio de ir pro hospital e simular que estou passando mal pra conseguir uma dispensa, né? E é arriscado também, porque você vai ser medicado e aí? Você vai tomar uma medicação pra o que você não está sentindo. Eu penso muito nisso. Eu falei: "quer saber de uma coisa? Eu vou procurar quem eu acho que pode me ajudar", primeiro deus, né? E aí, falei "vou procurar um psiquiatra", aí eu procurei o psiquiatra, falei tudo o que eu estava passando, passando por isso, por isso e por isso. E aí ele já me

atestou 30 dias e ele me receitava Rivotril e uma outra medicação lá, que são remédios controlados, tem todo um controle lá, endereço, telefone, essas coisas todas pra que eu comprasse. E eu passei 6 meses afastada pra descansar a minha mente, fugir daqueles problemas, mas nunca tomei uma gota de remédio. Não precisei, graças a deus. Todas as receitas eu guardei. Todas. Aí eu pagava as consultas porque a polícia também não me apoiou nesse sentido de eu precisar de um profissional nessa área. A gente tem uma dificuldade com relação a isso também. Porque hoje eu já não sei como está funcionando assim na íntegra essa situação do policial procurar uma profissional na área da psicologia, da psiquiatria, mas na época que eu passei por isso, era uma vez ao mês, "dia X você vem aqui e tentar marcar uma consulta" e eram cinco vagas. Poxa, a nossa corporação é de 15 mil homens e mais os dependentes. Será que só eu e mais quatro íamos ter problemas? Ou seja, eu não ia conseguir nunca uma vaga lá. (Cabo Opala, mulher)

Entre as policiais entrevistadas, um dos casos mais graves que resultaram em longo período de afastamento tratava-se de transtorno de estresse pós-traumático em função de uma violência sexual sofrida ao sair do trabalho, relacionada à identificação de ser mulher policial militar.

Ó, meu caso é meio louco, viu? A minha restrição não é uma restrição permanente. Ela é renovável. Tem um pessoal que tem a restrição permanente. Como o meu é de ordem psicológica, psiquiátrica, e geralmente quando a gente faz qualquer tratamento, o policial quando faz qualquer tratamento psicológico, psiquiátrico, essas coisas, tomando medicamento, suspende o porte de arma dele, afasta e, geralmente, ele vem pro expediente. Porque eu fiquei fazendo tratamento psicológico, psiquiátrico, eu fiquei tomando medicamento, eu fiquei tentando me tratar. Hoje eu estou aqui, hoje eu estou bem melhor, mas ainda ficaram algumas sequelas. Medo, desenvolvi algumas fobias e é isso. Aí eu deixei de ser destemida, corajosa e blá blá blá. Aí hoje eu finjo que eu sou tudo isso. É por isso que eu estou no expediente. Na verdade, eu já estou voltando. Eu vou me dar essa chance. Eu ainda estou aguardando algumas questões burocráticas que é me devolver o meu porte de arma, mas isso aí é coisa de semanas. E para mim vai ser uma experiência totalmente nova, depois desses anos, voltar para a rua para ser essa policial que eu falei que eu tenho que ser porque a sociedade espera isso da gente. (Sargento Esmeralda, mulher)

Um dos diagnósticos mais frequentes que motivaram o afastamento no trabalho foi a depressão. Em outras pesquisas com policiais militares

menciona-se que a depressão pode ser bastante prevalente nesta população, associada ou não a outros transtornos (FERREIRA et al., 2012). Entretanto, não foram encontrados estudos que verificassem especificamente a prevalência de depressão em policiais militares brasileiros. Uma das participantes indica que incorporou o diagnóstico recebido de depressão, entretanto um problema com colegas de trabalho foi mencionado como o principal motivo de sua desilusão com o trabalho e, em decorrência, com a vida como um todo. Como dito anteriormente, ela não quis detalhar a natureza do problema vivido, mas foi gerador de sofrimento psíquico e culminou em afastamento do trabalho.

Eu acho que, não sei se isso que eu ando sentindo, essa depressão, essa coisa toda que eu ando sentindo, se é por causa do trabalho, se é por causa da vida, não sei... eu acho que... vai saber... (...) É porque aqui no plano é mais tranquilo, mas parece que a gente vai se cansando, né? Não sei, a cabeça da gente vai meio que pirando, né? Os anos vão passando é assim... É, qual foi mesmo a sua pergunta? (Sargento Ametista, mulher)

Além de todos os fatores discutidos que dificultam a busca por ajuda por parte dos militares, existe uma dificuldade adicional de reconhecerem-se doentes. A depressão e outras doenças mentais são de difícil diagnóstico por se confundirem com estados emocionais. E quando esses trabalhadores buscam auxílio o problema já costuma estar em estágio avançado. A autoaceitação da doença ou do sofrimento psíquico é o primeiro passo em direção à recuperação da saúde e de melhor qualidade de vida.

6.6.2 Estratégias pessoais relacionadas ao equilíbrio

6.6.2.1 Uso do tempo livre

Neste estudo os participantes informaram que utilizam o tempo livre principalmente com as seguintes atividades: lazer com a família, em especial com filhos pequenos, prática de esportes, religião, atividades para relaxar, tais como música, pescar, programações artísticas e culturais. Estes resultados coadunam com os encontrados por BEZERRA et al. (2013), em estudo com grupos focais sobre estresse ocupacional entre mulheres policiais militares, no qual o exercício físico foi citado como uma eficaz estratégia para amenizar ou prevenir as consequências do estresse e, adicionalmente, foram mencionadas: a importância da convivência familiar, com amigos; várias formas de lazer como viajar, dançar, dormir, ouvir música, comer e frequentar shoppings e consumir; além da atividade religiosa como importante suporte para a qualidade de vida.

Discutir o uso do tempo livre é importante para pensar estratégias que fortaleçam a saúde mental. Segundo SELIGMANN-SILVA (2011), a forma de uso do tempo livre está relacionada ao desgaste mental, na medida em que quanto maior o cansaço, menor a possibilidade do trabalhador se engajar em “lazer ativo significativo” ou participar socialmente de outras atividades, inclusive políticas, aumentando a sujeição e a alienação. Alguns entrevistados abordaram a importância de separar as esferas pessoal e profissional.

Eu sei separar, eu procuro separar o que é trabalho, o que é família. Saiu daqui da polícia, eu não quero nem saber de quem é, não quero nem saber

de polícia, é minha família. Eu estou morando no meu trabalho? Não estou. Então é por isso. Então é uma abordagem, vou fazer. Acabou aqui, esqueço a polícia e vou pra minha família. (Soldado Filito, homem)

Você tentar distrair de uma forma religiosa, que você vá buscar conforto na sua família e tudo, você se treinar para saber que isso não é parte da sua vida, é parte do seu trabalho, mas é difícil separar as coisas. Às vezes, você não consegue não levar algum conflito que você tem na rua, pro lado profissional, você acaba levando pro lado pessoal. É difícil. (Soldado Turquesa, mulher)

Existem aqueles que afirmam conseguir separar completamente a vida pessoal e a profissional. Nestes casos, a analogia com "desligar o botão da polícia" significa permitir-se "ser normal" e fazer as coisas que todos fazem. Contudo, cabe uma vez mais ressaltar, que diversos entrevistados afirmaram que não conseguem deixar de ser policiais nem mesmo no tempo livre, isto é, nunca relaxam da posição. Essas falas apareceram em capítulos anteriores.

Eu, a primeira coisa que eu faço, que é uma coisa automática em mim, eu ligo um botãozinho e eu esqueço uma coisa chamada "polícia", eu não sou policial, a polícia não existe, eu não quero nem saber. Eu desligo. Não tem coisa melhor na vida do que você se desligar. Eu aprendi isso. Eu desligo. E eu sou uma pessoa normal. Eu dou barraco na rua, no mercado, ah, eu faço tudo normal, eu brinco. Uma vez eu espirrando, tendo uma crise alérgica dentro do ônibus, e aí as pessoas olhavam para mim como quem fala "nossa, ela espirra!", sabe? Mas eu sou normal, eu faço tudo que uma pessoa normal faz. Eu fico de frente pra televisão com o controle na mão mudando de canal, eu como, eu saio, com família, amigos, eu saio pra passear, às vezes não faço nada, às vezes faço alguma coisa. Agora é uma fase da minha vida que eu tirei para não fazer nada, porque teve uma época da minha vida que eu estava estudando muito nesse período. Nesse período que eu fiquei muito doente eu aproveitei para estudar. Aí eu desembestei a estudar. Depois eu fui fazer pós-graduação, e aí quando você termina parece que você quer dar uma parada. É muito bom, muito bom, sabe? Eu acho que a primeira coisa que eu faço é desligar. (Sargento Esmeralda, mulher)

Para grande parte dos entrevistados, a maior proporção de tempo livre destinava-se ao cuidado familiar e trabalho doméstico, em especial as mulheres policiais. Mesmo tendo consciência de que elas mesmas precisam

de cuidado, ainda conseguem dar suporte emocional à família. As tarefas relacionadas ao ato de cuidar dos pais e dos filhos ocupava boa parte do tempo livre de algumas das mulheres entrevistadas.

Na verdade, apesar de eu ter filhos grandes, eu tenho um casal, mas os meus filhos ainda não são independentes financeiramente. Eu tenho dois filhos que fazem medicina. E eu ainda desprendo uma atenção e um cuidado, não só para dar um suporte financeiro para que eles terminem os estudos, mas também um suporte emocional. Olha, a doida dando suporte emocional! Pense... Eu ainda cuido muito dessas coisas de casa, porque eles têm uma vida ativa e tem que ter comida pronta, tem que ter casa limpa, tem que ter toda uma ajuda para eles, né? Então assim, filhos grandes, mas eu continuo sendo doméstica, filhos grandes, mas eu continuo sustentando eles, filhos grandes, mas... Porque quem faz medicina não tem condições de trabalhar e estudar e tudo, né? É praticamente dedicação exclusiva. (Sargento Esmeralda, mulher)

Eu também ajudo a cuidar da casa, porque como eu te falei a minha mãe é doente e tudo. E aí eles são idosos, meus pais, então eu moro em casa até mais por causa disso, pra estar ali pra cuidar e eu ajudo em casa, e principalmente essas coisas de cuidar, de levar pro médico, fazer exames, esse negócio sou eu. (Soldado Safira, mulher)

Por outro lado, uma das entrevistadas ressaltou que o ato de cuidar da própria casa era considerado por ela terapêutico, podendo ser interpretado como um bom uso do tempo livre neste caso.

Eu não tenho feito quase nada. Eu gosto de assistir filme. Aproveito minhas horas, hoje mesmo, a gente trabalhou pela manhã, aí eu corro pra casa, arrumo almoço, espero meu marido chegar, ele almoça comigo, volta pro serviço. Nesse período eu vou cuidar da casa, que é a hora que eu tenho pra isso. E final de semana a gente sai, vai pra algum lugar, sai pra almoçar, mas não tenho aquela coisa de "ah, eu gosto de fazer isso". É, o que eu faço pra extravasar é me concentrar na minha casa. Estando em casa pra mim está tudo certo. Eu não sou aquela pessoa de falar "ah, não, eu preciso criar essa rotina, dia tal eu vou pro cinema, domingo eu tenho que almoçar fora". Não, não tem isso. A gente lá em casa não tem isso. A gente combina na hora. Deu certo, vai todo mundo. (Cabo Opala, mulher)

Os homens entrevistados que tinham família, entretanto, também dedicavam bastante tempo ao convívio familiar, em especial, ao lazer e passeio com os filhos.

Eu saio com a família. Eu vou pra chácara, clubes, essas coisas aí. Eu gosto de fazer churrasco. Eu tenho poucos amigos. É mais família, né? Eu gosto de estar com a família, igual eu te falei. É, eu gosto da minha casa, gosto de ficar em casa, eu adoro a minha casa, eu gosto dos meus filhos, da minha esposa, gosto da minha família. Eu não tenho problema, graças a deus. Eu tenho uma família bacana. Eu tenho uns probleminhas que todo mundo tem, mas não é aquele problema que chega a ser um problemaço. (Sargento Ônix, homem)

Ah, a mulher lava a louça, eu enxugo, boto uma musiquinha que a mulher desliga o meu rádio, eu vou lá e ligo de novo. Eu não sei ficar na monotonia. Monotonia pra mim, o silêncio, é só para dormir ou estudar. Aí ligo uma musiquinha, vou secar a louça, dou atenção ao meu filho, vejo um filme, procuro fazer alguma coisa relacionada ao cotidiano. E tiro o serviço da minha cabeça. Tem que ser assim. A não ser quando gera algo muito sério no seu serviço, como uma ocorrência, né? De grande vulto e que você, mesmo estando de folga, tem que estar resolvendo. (Sargento Âmbar, homem)

Para quem não é casado nem tem filhos, dedicar-se a si próprio por meio de atividades físicas e comparecer a eventos familiares pode ser uma forma de escape. Entretanto, devido ao cansaço que o trabalho proporciona, essas atividades vão sendo deixadas de lado.

Bom, normalmente, chega final de semana, como eu te falei eu trabalho de segunda a sexta, aí durante a semana é atividade física, pra em termos de cuidado mesmo e pra espairecer, vou pra academia duas, três vezes por semana. Aí final de semana, já há um bom tempo, já há uns dois anos pra cá, eu sempre convivo com a família, é aniversário, festas de família, final de semana com meus pais, com sobrinhos. Aí é assim essa vida mais tranquila. Acaba acho que em razão do cansaço, chega final de semana você não está mais a fim, eu notei muito isso, que o trabalho aqui tirou muito isso de mim. Eu fiquei, cada vez tenho ficado mais quieta em casa. (Soldado Pérola, mulher)

Como discutido anteriormente, a socialização molda as performances de gênero e contribui para as diferenças encontradas no uso do tempo por homens (convívio e lazer) e mulheres (cuidado e trabalho doméstico). Segundo CARVALHO (2007), a sobrecarga de trabalho impede o tempo para cuidar de si e, como discutido anteriormente, as mulheres mais frequentemente têm dupla jornada de trabalho (profissional e familiar). O cuidado pode, portanto, dialeticamente, ser aprisionador e provocar prejuízo

para a saúde, como ocorre entre muitas mulheres que, sobrecarregadas, gostariam de desempenhar outras atividades que não o cuidado. Alguns entrevistados informaram dar bastante atenção ao cuidado de si, revelando se engajarem em atividades relaxantes e desenvolverem estratégias pessoais relacionadas ao equilíbrio. Os homens enfatizaram mais esse tempo destinado a realizarem atividades direcionadas ao bem-estar pessoal, não tendo sido possível avaliar se apenas os homens realmente se dedicavam mais ao cuidado de si, ou se as mulheres relatavam menos esse tipo de atividade. Entretanto, historicamente, como exemplo desde a Grécia Antiga, o cuidado de si era prática masculina disponível apenas aos cidadãos (FOUCAULT, 2006), pois a eles era possibilitado o tempo para reflexão e ação política. O cuidado de si era considerado um privilégio econômico, político e social. Na atualidade, em grande medida, ao ser mencionado o cuidado de si às mulheres o que configura o imaginário é, sobretudo, o cuidado e a manutenção de aspectos estéticos corporais (dietas, exercícios, maquiagens, depilações, manicures e vestimentas) para satisfação masculina. Entretanto, quando nos referimos ao cuidado de si neste contexto não estamos incluindo aí os cuidados específicos com a saúde, pois culturalmente no Brasil as mulheres costumam dedicar mais atenção ao cuidado à saúde do que os homens. Os homens entrevistados informaram utilizar o tempo livre preponderantemente para “desestressar” do trabalho e, pelas características regionais, a pescaria foi citada em mais de uma entrevista, uma atividade quase contemplativa.

Passar uma semana pescando. Ou então ir para minha cidade, que eu passei seis meses agora, pescar e esquecer tudo isso aqui. Aí lá resolve. Aqui não. A não ser fazer minha caminhada, eu adoro assistir filme. Eu não sou de sair. Até isso eu mudei, entendeu? Eu saía direto. Aí de quatro anos para cá, quando eu chego em casa, vou fazer minha caminhadinha, adoro assistir filme em casa. Lá eu fico quieto. *(Sargento Berilo, homem)*

Aí eu estou começando a dar uma caminhada de vez em quando e jogo vôlei, e também pesco, porque pescar é uma coisa excelente para a nossa profissão, eu como conhecedor da arte, acho que ela deveria ser até obrigatória. Pesca é fundamental. *(Sargento Crisoprásio, homem)*

Principalmente entre os homens o tempo livre dedicado à prática de esportes também foi mencionado com frequência. Esse tipo de atividade é mais incentivado socialmente para os homens na cultura brasileira desde a infância, a exemplo dos esportes coletivos, mais especificamente o futebol. Associado às características do trabalho, foram mencionados os esportes de luta, como o karatê e o jiu-jítsu, além de esportes radicais por liberarem o excesso de adrenalina produzido pela atividade policial, ou relaxantes, como a natação.

Eu já procuro, cada vez mais, tentar, enfim, descontrair, ficar mais tranquilo em relação a várias situações. Eu já fazia atividade física, tudo isso, mas eu me preocupava... eu tinha uma carga mais emotiva com preocupações, maior do que a que eu tenho hoje. Às vezes é inconsciente, você vai, está fazendo e eu lembro que a vida é muito breve e pode se apagar num instante, eu dou uma desligada ali para que a coisa aconteça. Eu costumo nadar, fazer caminhada, atividades ao ar livre, sair com, passear. Passeio, principalmente, é uma das coisas que eu gosto bastante e sempre que possível eu estou fazendo. (Cabo Diopsídio, homem)

Por eu aproveitar bem essa minha folga, extravasar muito, porque sei lá, o parapente é muito perigoso e tal, você está ali correndo o risco de morte o tempo todo, parece que aquilo libera tudo. Eu acho que, por essas minhas atividades, eu acho que eu acabo extravasando isso que eu deveria falar com alguém nesses meus esportes, assim. Eu acho que é a minha válvula de escape. (Soldado Jaspe, homem)

Ah, eu acho que tem controlar o emocional, né? Porque a gente é humano e mexe muito na hora do fato em si, se você não se controlar, você começa a fazer besteira. Depois você vai pensar no que você poderia ter feito, no que não é pra fazer. Você vai avaliando a situação. Tem situações tensas, tem pessoas baleadas, é muito louco, você tem que trabalhar muito o psicológico. Eu vou pra casa, tomo um banho, vou pra academia. Eu gosto muito da academia porque eu fico pensando nessas coisas, entendeu? Eu gosto de viajar também, quando eu posso eu viajo. Penso também. É uma válvula de escape pra gente. E converso com a minha mãe. Eu não converso com pessoas estranhas. (Cabo Xisto, homem)

Contudo, foi possível perceber que alguns entrevistados usavam demais (excesso de atividades) ou de menos a energia psíquica (inúmeras horas assistindo televisão). Se por um lado, passar o dia inteiro vendo televisão como opção de descanso no dia de folga causa isolamento social;

por outro, o fato de se comprometer com atividades demais no tempo livre, embora em geral aumente a interação social, pode potencializar o cansaço e colocar a vida do policial em risco, como no segundo caso apresentado em que o policial chega a dormir ao volante.

No tempo livre? Se eu te contar você não fala. Vou assistir televisão, porque aí eu não lembro de nada, esqueço de tudo, só fico lá assistindo televisão. O psiquiatra falou para mim sair, pra mim passear, pra mim ir para a academia... Estou tentando fazer isso. Mas não estou fazendo não. Estou ficando mais em casa mesmo. Fico só fazendo serviço de casa. (Sargento Ametista, mulher)

Olha, você não vai encontrar nenhuma situação parecida com a minha. Eu sou professor de cursinho, eu tenho comércio, eu estou construindo uma casa. A única coisa que eu tenho feito que me extravasa é dormir. Se brincar eu durmo embaixo do semáforo com ele vermelho. Hoje, por exemplo, ontem eu fui dormir 1h30, 2h da manhã, acordei 11h30. Acordei com a viatura lá apitando na minha porta. Acordei 11h30 na maior canseira que parecia que eu tinha levado uma surra. Ou seja, eu não estou descansando. (Capitão Topázio, homem)

Neste estudo, muitos dos policiais militares entrevistados informaram que buscam conforto e alívio para as tensões cotidianas na religião ou na espiritualidade. O lado positivo da religião é construir uma rede de apoio mútuo entre as pessoas que se identificam como parte do grupo.

Essa semana um sargento que me procurou e começou a falar comigo "você não está bem. Não está bem". Começou a falar comigo sobre toda a trajetória da vida espiritual dele, começou a falar bastante, daqui a pouco ele começou a chorar. Ele ficou falando um tempão. Eu não procurei. Eu estou quieto aqui na minha, sentado, ele olhou pra mim e começou a falar. E eu gosto de ouvir, falei "então vamos conversar aqui", aí nós ficamos um tempão conversando. Então já é mais um exemplo de uma pessoa que não foi pro alcoolismo, por causa da doutrina espiritual que ele segue, lá da religião dele, mas que ele sempre sofreu consigo mesmo, sozinho, procurando saída no além. Procurando ajuda em outro mundo. E aí de uns tempos pra cá, umas duas ou três semanas, eu tenho buscado desenvolver saídas espirituais. Leituras voltadas pra espiritualidade. Eu acho que é uma boa saída e que tem me ajudado. Você acaba, assim como eu tive uma formação desde criança em contato com o cristianismo, eu decidi retomar agora, mas não pro cristianismo propriamente dito, e sim observando uma perspectiva mais ampla, observando o que há de comum em diversas doutrinas e procurando uma essência, né? Algo que, sei lá, algo que possa

me ajudar. É uma busca pessoal, não tem uma religião específica não. Eu estou fora de religião. *(Capitão Rubi, homem)*

A rede de apoio embasada na religião pode ser formada por iniciativa dos próprios policiais que tentam preencher as lacunas e dar suporte aos trabalhadores que necessitam, principalmente, nos casos em que a corporação militar não consegue dar conta.

Um policial nosso sofreu um acidente voltando de viagem, estava com a família, perdeu um filho, infelizmente. E aí essa é uma questão que por eu me preocupar muito é uma coisa que eu vou o tempo todo ali, vira e mexe eu lembro do assunto, sabe? "Poxa, mas e o policial? Tem alguém assistindo ele? E aí, ele está precisando de alguma coisa? Será que só pelo fato da gente ter ido lá no cemitério, ajudado ele a enterrar o filho, isso aí é o suficiente? Será que ele não precisa de um ombro amigo? Será que ele não precisa de uma ligação?", aí de tanto eu insistir nessa tecla, nós estamos montando uma equipe que vai começar a fazer visitas pra essas pessoas que precisam. E aí a princípio o meu chefe de seção é pastor. É uma pessoa que tem muito discernimento e que me chamou muito a atenção. Eu sou evangélica, tenho um temor assim enorme por deus. Acho que a nossa vida gira em torno de deus. Deus é quem resolve tudo na minha vida. Se a gente não se apegar a deus as coisas ficam muito mais difíceis. Então ele é pastor, ele tem uma sensibilidade também com relação a isso. Não que as outras pessoas também não tenham, mas a gente acaba tendo um outro olhar, né? E aí ele teve a ideia de montar uma equipe de visitas. Levou ao coronel e o coronel amou. Ou seja, a gente vai ter o apoio. Vai fazer muita diferença. A gente já, eu e esse meu chefe de seção, a gente já meio que anda nesse caminho, um outro policial sofreu acidente e fomos lá visitar ele. Meu chefe levou a palavra de deus pra ele. Olha, a diferença que isso faz é imensa. Ele ficou feliz da vida. A gente saiu de lá e ele falou assim "eu fico feliz porque eu já sofri outros acidentes em outras unidades", ele gosta de andar de moto, né, então ele está mais sujeito, "já fiquei internado e eu nunca tive a visita de ninguém do meu... nenhum companheiro de serviço". Então, assim, você vê que essas pequenas coisas fazem a diferença. *(Cabo Opala, mulher)*

A religião também pode ter um lado negativo, a depender da ideologia vinculada, podendo estar associada ao conservadorismo moral que molda a subjetividade e somada aos efeitos de verdade do militarismo sobre o sentido do certo, do errado, da justiça e da violência. BARROS (2007) discute a vinculação da intolerância religiosa com a produção de violência,

ressaltando como as várias formas de violência simbólica favorecem que manifestações extremadas de ódio se tornem parte do cotidiano dos indivíduos. Este exercício pode levar à alienação e ao fanatismo, como tem sido possível perceber na sociedade brasileira com grande incentivo à intolerância, à "justiça com as próprias mãos" e, quiçá, ao aumento de milícias, como tem acontecido em cidades mais violentas e com maior conservadorismo religioso e moral. O discurso fundamentalista, seja ele manifestação de intolerância religiosa, política ou cultural, busca controlar ideias, corpos, emoções e sociabilidades, criando a sensação de adesão a uma identidade coletiva, a partir da construção simbólica que toma o diferente como o causador do mal-estar no mundo (BARROS, 2007). A noção de comunidade e da rivalidade entre grupos é formulada de forma semelhante pela religião ou pelo militarismo, como vimos nos discursos dos entrevistados ressaltando o "nós contra eles", ou seja, compondo binômios de "opostos": bons/maus, teístas/ateístas, bandidos/mocinhos, civis/militares, praças/oficiais, subordinados/chefias. Exemplo disso é o entrevistado que fala um pouco de sua frustração com a instituição, explicando como se apega à religião para obter conforto e "vingança" (ou justiça divina) às injustiças e aos abusos de poder propagados pela organização militar.

O regime que a gente tem e muito superior usar isso contra o subordinado, mas eu sempre fui vitorioso sobre isso. Sem eu fazer nada. Sempre lá na frente a gente viu uma situação acontecer com a pessoa e gente lembrar. Não só comigo, mas a gente ver situações de um absurdo contra mim, contra outros, contra outros, né? Mas eu peguei pra mim, eu peguei pra mim. Aconteceu coisas humilhantes de envergonhar, aí mais na frente a gente viu coisas horríveis acontecer com a pessoa e eu atribuo isso a deus, com certeza. Não que eu pedi aquilo. Então eu me alegro sobre isso. (...) Então quando a gente vê, não vou nem chamar de inimigo, mas quando a gente vê que aquele oponente, que aconteceu alguma coisa com aquele oponente, a gente lembra o que aconteceu com a gente. Na sua pergunta, você perguntou se eu já chorei, se já me senti triste. Muitas vezes. Também me alegrei em situações opostas também de pessoas que me humilharam. Muito mesmo. *(Sargento Quartzo, homem)*

Como dito anteriormente os modos de uso do tempo livre estão relacionados à organização das jornadas de trabalho e à qualidade de vida destes trabalhadores. É no tempo livre e nos períodos de folga em que são fortalecidos os laços interpessoais e se estrutura a rede de apoio social das pessoas, importante contraponto de equilíbrio da saúde mental frente às exigências psíquicas do trabalho. Neste capítulo, discutimos como são distribuídas as horas da folga, com cuidado de si, de crianças e idosos da família, com lazer e atividades esportivas, culturais e religiosas. A seguir, aprofundaremos a discussão sobre como se constroem (ou desestruturam) as redes de apoio social dos policiais militares.

6.6.2.2 Rede de apoio social

O apoio social repousa em intercâmbios, obrigações e padrões de reciprocidade entre indivíduos, grupos, famílias e instituições, e resulta da inserção do indivíduo nestas diferentes redes que oferecem suporte emocional, afetivo, moral, cognitivo ou material (CANESQUI e BARSAGLINI, 2012). Abrange três domínios: o grau em que os indivíduos estão ligados aos outros, a avaliação cognitiva do indivíduo sobre o apoio recebido, e a resposta dos outros no fornecimento de apoio (WHO, 2004b).

CASNESQUI e BARSAGLINI (2012), em revisão de literatura, verificaram que inúmeros estudos apontam os diversos benefícios do apoio social e efeitos nocivos sobre a saúde da ausência dele. Nestes estudos, observou-se que o apoio social possibilita os seguintes efeitos positivos: redução do estresse e dos problemas mentais e psicológicos; melhora na autoestima, nas habilidades e no bem-estar psicológico; na integração

social, na solidariedade, na cidadania e no *empowerment*; nas redes e trocas sociais; na quebra do isolamento social e no aumento do senso de controle; no ajustamento às doenças crônicas e às perdas; adesão aos tratamentos e no uso e acesso aos serviços de saúde; redução da morbimortalidade e melhora na qualidade de vida; prevenção dos riscos e das doenças; e, na promoção da saúde integral. A falta de apoio têm efeitos negativos culminando em: aumento do estresse e dos problemas psicológicos; na deterioração da saúde e na predisposição às doenças; no estigma; nos fatores e nos comportamentos de risco; no uso dos serviços e na adesão ou não aos tratamentos; na deterioração da saúde; nas desigualdades sociais e na pobreza.

O apoio social buscado pelos policiais se centra principalmente na família com quem moram, sejam cônjuges, mães e pais, filhos ou irmã/os. A família tem um papel muito importante na subjetividade dos trabalhadores, mediando os impactos da carga de trabalho e os apoiando nas situações de maior fragilidade, como nos adoecimentos. Considerando que, como discutido nos demais capítulos, os policiais militares são uma categoria extremamente exposta à violência e receiam que a família seja atingida, eles terminam por destinar quase todo o tempo livre ao convívio familiar. Dessa forma, ao mesmo tempo em que o apoio social é buscado e obtido em grande parte entre a família, há um movimento de tentar preservá-la de preocupações adicionais.

Eu chego em casa, tomo um banho bem quente, às vezes, aí eu procuro esquecer. Às vezes eu converso com meu esposo. Assim, as coisas que não dá para conversar, eu não abro muito pros familiares e pros amigos. Ah, não sei, eu acho que é para não deixar a pessoa preocupada. Igual teve uma época aí que teve um bandido que jurou, que estava pagando uma recompensa para quem matasse um policial aqui em Brasília. E eu fiquei muito preocupada na época e eu fiquei segurando isso comigo. Eu não conversava com ninguém. Nem com meu esposo, porque eu vou deixar ele preocupado. Se tem alguém querendo me matar, então ele vai ficar preocupado. Então eu fiquei na minha. Eu não sei prenderam ou se mataram ele, mas resolveu. Então, certas preocupações que eu tenho aqui, eu procuro não expor muito pros meus familiares para não gerar neles um sentimento, assim, de preocupação para comigo, pelo meu serviço. Sei lá,

para que eu vou ficar preocupando a pessoa? Nem sei eu vou morrer. Se eu ia ser uma das pessoas que o cara ia matar, e ia deixar todo mundo preocupado. Então tá, deixa pra se preocupar depois que eu morrer, né? (Soldado Galena, mulher)

Ainda para poupar a família, outros participantes informaram que preferiam conversar apenas com colegas de trabalho sobre as situações mais estressantes do cotidiano, para não afetarem a família com as situações vividas ou presenciadas.

Eu acho que, na verdade, a gente desabafa, a gente conversa ali com a nossa equipe. A gente põe aquilo pra fora. A gente conversa sim. É, porque muitas vezes, o policial não quer chegar em casa e contar isso pra esposa, pra mãe, pros filhos. A gente evita. A minha filha desde pequenininha, todas as vezes que eu chegava em casa, ela perguntava: "mãe, você atirou em alguém?", ela falava aquilo com muita naturalidade "mãe, você já atirou em alguém?". E nas vezes que eu precisei atirar eu falei pra ela "hoje eu atirei", dessa forma, "não, hoje não, hoje estava tranquilo". A gente conversa entre a gente. (Sargento Esmeralda, mulher)

Sim, a gente tem uma válvula de escape. A gente conversa com os colegas. Conversa sobre tudo. No meu caso, fora eu procuro esquecer. Eu saindo dali, eu esqueci. Tiro essa roupa, minha farda, coloca a minha normal, só quando eu entro é que eu vou lembrar que eu sou policial militar. (Cabo Xisto, homem)

Mesmo entre os colegas que não tinham o costume de partilhar entre si os problemas pessoais ou de saúde, realizar atividades em grupo, como a leitura de um trecho bíblico, era um meio de amenizar o sofrimento psíquico, na forma de um apoio silencioso.

Na época que eu precisei, aí os colegas, os próprios colegas, reuniam na mesa, pegavam a bíblia "nós vamos ler", pegavam uma passagem e todo dia tinha esse encontro com os policiais que estavam de guarda naquela época. Tinha iniciativa de um ou outro lá de se reunir, fazer a oração e ler uma passagem, cada um lia uma passagem, né? Isso também eu acho que me ajudou muito na época. (Sargento Citrino, homem)

Por outro lado, nem sempre era possível manter esse apoio social mútuo com a equipe, como afirma a entrevistada sobre a dificuldade sentida

em perceber as emoções dos colegas e oferecer apoio. Da mesma forma, alguns policiais informaram que gostariam de conversar mais com os colegas, mas que não existe muita abertura para falar sobre como se sentem.

Então, assim, as pessoas que se preocupam, elas percebem que você não está legal, né? E tem também a situação de muitas vezes você trabalhar com a pessoa e ela está passando por problemas e ela não esboçar nenhum tipo de reação. E, lá no local onde eu trabalhei durante treze anos, porque aqui eu só estou há dois anos e meio, lá eu tive vários colegas que se suicidaram, vários, e eram pessoas que, igual eu estou te falando, pessoas que não esboçavam um sentimento de que "ah, eu estou com um problema". *(Cabo Opala, mulher)*

A rede de apoio social de uma pessoa costuma ser constituída por múltiplas camadas, incluindo relacionamentos íntimos com cônjuges; seguindo-se por outras pessoas mais próximas, como familiares e amigos; até as interações mais superficiais entre pessoas em comunidades, vizinhanças, clubes ou grupos que desenvolvem atividades comuns, como artes, música, esportes, religiosas e culturais. A participação nestes grupos não necessariamente implica em relações de grande intensidade, mas proporcionam uma sensação de pertencimento e identidade social e são relevantes para o bem-estar psicológico (KAWACHI e BERKMAN, 2001).

A pressão por manter a masculinidade explícita faz com que os policiais militares homens encontrem menos abertura entre os colegas para compartilhar as vivências e amenizar o peso do ambiente de trabalho.

Eu tento conversar com os colegas, mas nem sempre os colegas querem ouvir esse tipo de conversa, "ah, para com isso", não dá atenção, muda de assunto. Então fica aquela coisa meio rústica, assim, de não querer ouvir essas coisas, mas é um assunto que devia ser falado sim, devia ser levado, alguns gostam de conversar sobre isso e isso é bom pro trabalho da gente, essa interação com os colegas. Eu acho interessante. Mas nem todo mundo gosta desse tipo de conversa. Quer ser aquele cara durão. Durão é na hora certa que precisa ser, a gente é ser humano, tem que ter esse cuidado. (...) Costumo falar também com minha família. Falo sempre. Eu procuro passar mais quantidade de informação possível pra minha família, assim pros meus filhos, pra minha esposa, sobre vários pontos de vista das ocorrências ou

das situações que a gente lida e o que acontece, como é o reflexo disso na sociedade, o que as pessoas acham. Esse tipo de coisa, e como se prevenir de certas situações, como ficar observando, se vale a pena correr atrás ou não, digo, se chega alguém, situações assim do dia-a-dia, aconselhamentos, né? *(Sargento Granito, homem)*

As relações de gênero também conformam o modo como o apoio social é buscado e fornecido. Em função da socialização, em geral, as mulheres são mais incentivadas e tendem a manter relacionamentos emocionalmente mais íntimos do que os homens, além de solicitarem e fornecerem apoio em situações estressantes com mais frequência. Os homens adultos, por sua vez, buscam apoio essencialmente em seus cônjuges, quando os possuem. Caso contrário, podem ser mais propensos ao isolamento emocional, represando em si as emoções, que podem se intensificar em sofrimento psíquico. Embora a diversidade na rede de apoiadores das mulheres possa ser maior (cônjuges, filhos, outros familiares, pessoas amigas, etc.), pela intensidade de sua ligação emocional, as mulheres seriam potencialmente mais propensas a se contagiarem pelo sofrimento das pessoas próximas (KAWACHI e BERKMAN, 2001). Assim, as peculiaridades individuais devem ser observadas, além de as ações de promoção da saúde deverem refletir as implicações dos fatores geracionais, étnicos e socioeconômicos sobre a saúde mental.

Foi possível depreender das falas dos entrevistados que muitos se ressentem da falta de uma atuação mais proativa de instituição com relação ao apoio social aos adoecidos e, inclusive, no cuidado à saúde mental, vinculada a ações que extrapolariam as competências do empregador em outros tipos de instituição. Pode-se considerar que dada a estreita vinculação subjetiva dos policiais militares à instituição, são grandes as expectativas sobre a responsabilidade da corporação com todos os aspectos da vida do indivíduo, sejam eles, inclusive, de cunho financeiro ou familiar. Por outro lado, esse ressentimento reflete a percepção sobre a inércia da instituição na promoção da saúde mental de seus trabalhadores. O Sargento

Berilo abordou o adoecimento e a sensação de abandono por parte da instituição e dos colegas de trabalho, passando a ser mal visto por todos. A fala dele, uma vez mais, abriga a imagem do corpo-máquina formado pela disciplina militar e a descartabilidade do trabalhador frente ao adoecimento.

Só eu comigo. Não podia mostrar para ninguém, porque eu era homem e era do BOPE. E quando isso aí estourou, ainda bem que estourou de eu pedir socorro, não estourou de eu me matar ou de fazer uma besteira, agredir um colega. Estourou de eu pedir socorro. Até que eu pedi pro meu comando: "eu quero ir pro CASO". Aí eu fui pro CASO, fiquei lá 6 meses em tratamento. Saí de lá, mas eu continuei fazendo por fora. Então como eu saí do CASO eu continuei fazendo tratamento, porque aí eu não vou mais para a rua, porque aí eles não podem me colocar na rua. Não colocam. E estou aí, até hoje. Eu estou vindo para cá todo dia e estou sentindo que isso está me ajudando, mesmo eu não querendo, mas é melhor do que ficar em casa sozinho. Quando você chega na administração para entregar um relatório seu, do seu médico, na entrega você já vê os colegas. Os colegas, os próprios colegas lhe criticam só no olhar, entendeu? "Olha, ele não quer nada com a vida". Eles acham que você está armando para não trabalhar. Porque ele entrou agora, um dia desses, a maioria da administração, são novinho, pensa isso de você. Pensa, não, comenta isso de você. Entendeu? Mas no fundo se fizesse uma pesquisa na PM todinha, igual você está fazendo, você ia ver que 60% da PMDF está doente. E eles sabem disso, quem está lá em cima, mas estão sugando, sugando, até você cair mesmo. Aí é mais um. É igual isso aqui, equipamento, bota uma plaquinha aqui que é da PM, quando quebrar, vem outro e bota no lugar. (...) Você não tem aquele apoio da instituição. É quando você cai na real. Entendeu? Quando você está bem, você está perfeito. Você adoeceu, ninguém quer saber o que você tem? Ninguém liga na sua casa para perguntar o que você tem, se você está bem ou não. Então aí você cai na real. Como todos caem um dia. Eu achei que não fosse acontecer comigo e aconteceu comigo. E se a instituição não mudar, vai continuar assim. (Sargento Berilo, homem)

O militarismo tem um formato que lembra uma formação familiar muito rígida, e principalmente os mais antigos sentem que fazem parte dessa família "militar". Quando o comportamento esperado dos comandantes da instituição deixa a desejar frente às expectativas de cuidado e suporte em todos os aspectos da vida do indivíduo nasce a decepção quanto ao relacionamento dessa família.

Olha, dentro da nossa instituição de polícia existem fatores que atingem milhares de componentes da gente, mentalmente. E muitos vão à morte

mesmo. De problemas de família, problema de mulher, e outros fatores lá, entendeu? Então, inclusive, a gente vê isso na imprensa e não é feito muita coisa pra... Às vezes os superiores tomam conhecimento, mas fica por isso mesmo, entendeu? Às vezes a coisa é tão grave, mas as pessoas que deveriam cuidar melhor, quem é o responsável, não, entra por um lado e sai pelo outro. É por isso que a gente vê muitas situações. Aqui mesmo em Brasília, o suicídio, não vou dizer que é grande, mas acontece muito. Então eu acho que sim, eu acho que devia ter um meio de amenizar mais essa situação, né? Acho que, sei lá, afastamento da pessoa, visita na casa da pessoa, ajudar a pessoa, levantar a autoestima, saber realmente o que está acontecendo. Isso aí ajuda muito. Reunir, sei lá. Se é dívida, por exemplo, reunir o grupo, o batalhão, "vamos a ajudar a pessoa aqui". Se é família, chama a família. A PM tem psicólogo, entendeu? Visita a família, vê o que está acontecendo. Orienta. Isso, às vezes, é feito e a gente não fica sabendo. Não toma conhecimento. *(Sargento Quartzo, homem)*

A instituição militar, para conseguir total vinculação física e psicológica à disciplina, cria o isolamento de seus trabalhadores de uma inserção social plena e significativa. Em decorrência cria uma noção de identidade única entre os militares que destoa da identidade civil. Esse movimento mantém os trabalhadores unidos enquanto o corpo está em perfeito funcionamento, mas os afasta quando deixam de se adequar à estrutura institucional, enfraquecendo a rede de apoio social que julgavam ter antes do adoecimento. Embora considerem que a família deve ser preservada das angústias geradas pelo trabalho, não encontram contraparte de desabafo entre os pares que para resistirem ao sofrimento psíquico preferem silenciar. Esta estratégia de silenciar o sofrimento psíquico tem duração temporária se não for manejada adequadamente com atividades que equilibrem a saúde mental ou propiciem o apoio social, e podem eclodir em instabilidade emocional ou dependência de álcool e outras drogas. Na falta de apoio social adequado, discutiremos a seguir a importância do acompanhamento psicológico para minimizar o sofrimento psíquico.

6.6.2.3 Acompanhamento psicológico

O acompanhamento psicológico pode ser considerado um apoio profissional especializado com a função de suprir e possibilitar ao indivíduo lidar com emoções que não são compartilhadas e extravasadas em outros âmbitos e com outros relacionamentos. Foi possível constatar que existe bastante resistência dos policiais em procurarem acompanhamento psicológico, seja no serviço oferecido pela instituição, seja de forma independente. É difícil para eles, pois receber acompanhamento psicológico é sinal de fraqueza e, portanto, incompatível com o ideal de policial militar, além de, no caso dos homens, macular a masculinidade e, no caso das mulheres, endossar que ali não é lugar para elas. GOOD et al. (1989) verificaram que é significativa a relação entre papéis de gênero masculinos e os comportamentos e atitudes dos homens na busca (ou recusa) de ajuda psicológica. De forma similar, os homens também resistem mais a buscar cuidado integral em saúde em função do padrão de masculinidade tradicional que reforça características ideais como força, invulnerabilidade e virilidade. MACHIN et al. (2011), a partir de pesquisa conduzida com profissionais de saúde de serviços de atenção primária, discutem a (re)produção de desigualdades nas necessidades, no acesso e no uso da assistência à saúde de homens e mulheres devido aos modelos estereotipados de gênero posicionando-os em polos opostos do cuidado e da prevenção. Importa enfatizar que enquanto os corpos das mulheres foram historicamente controlados e disciplinados como corpos reprodutores, os corpos dos homens, a cada ênfase na força física, são reiterados como corpos-máquinas, controlados e disciplinados para produção e reprodução social pelo trabalho (SCHRAIBER e FIGUEIREDO, 2011).

Neste sentido, surge outro fator dificultador da busca por acompanhamento psicológico: o receio de que poderia resultar em constatação de um adoecimento que necessitasse afastamento ou restrição médica e, portanto, perda financeira, como indica o trecho abaixo.

Porque uma das coisas pra eu fazer tratamento no CASO era isso: você iria perder essa oportunidade de fazer o voluntário. Muita gente não vai porque não quer perder esse voluntário aí. *(Sargento Mármore, homem)*

As mulheres policiais entrevistadas, mesmo as que não estavam em restrição por adoecimento psíquico, faziam acompanhamento psicológico particular. A busca por profissionais psicólogos é atravessada também em grande parte pelas relações de gênero, sendo as mulheres, desde a infância, mais incentivadas socialmente a falar sobre sentimentos e emoções.

Eu faço tratamento com um psicólogo. Eu já faço há muito anos. Então, assim, quando eu me vejo numa situação que eu preciso, aí eu vou falar com a minha psicóloga e ela me ajuda. Por isso que eu te disse que, ao meu ver, muitas vezes as pessoas falam que quem faz tratamento com psicólogo é doido, ou então, tipo assim, que quer gastar dinheiro à toa. Ou então quem não tem amigos pra conversar. Mas, por exemplo, com o meu psicólogo eu tenho total liberdade de falar assim "eu quero matar aquele comandante. Se eu pudesse eu dava um tiro na testa dele", e ela não vai me julgar porque ela sabe todo o meu... porque eu estou agindo daquela forma. *(Soldado Galena, mulher)*

Eu acho excelente. Porque como eu passei os 6 meses afastada, no meu caso, eu procurei um psiquiatra e ele me indicou a psicoterapia, eu fiz análise, eu fiz durante 3 meses e eu ia lá pra ver a doutora, pra gente conversar, bater papo. Eu contava as minhas coisas, as minhas angústias e ela acabava, sabe? E aquilo que me fazia muito bem. Uma coisa que eu observei lá, tinha pacientes lá que não davam o nome, porque "poxa, se os meus amigos de corporação souberem que eu estou aqui fazendo o tratamento, pra mim vai ser uma vergonha". A falta de informação é uma coisa triste. Porque, infelizmente, a gente fala "psicólogo é médico pra louco", "psiquiatra é isso", e não é. É uma ajuda necessária. *(Cabo Opala, mulher)*

A dificuldade em buscar ajuda em função da masculinidade aparece mais uma vez nestes relatos, no entanto, na fala abaixo já transparece uma reflexão por parte dos policiais homens que esta barreira deve ser vencida em prol da saúde mental. Uma mudança de paradigma está em curso a partir da percepção de que o perfil de morbimortalidade dos homens é diferente, inclusive com menor expectativa de vida, e isso tem total relação com as *performances* de gênero. O incentivo ao cuidado à saúde integral dos homens tem sido fortalecido também por meio de novas ações fomentadas a partir do lançamento da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (BRASIL, 2009). Essas mudanças têm tido reflexo, inclusive, na percepção dos homens sobre as próprias demandas e necessidade de acesso aos serviços de saúde.

Infelizmente não tem. E eu acho que 60% da polícia hoje estão doentes. Certeza. Todos estão passando problema. Só pra você ter uma ideia, voltando na sua pergunta aí, por eu ser homem eu não posso. Tem muitos colegas que estão passando problema igual eu, problema psicológico, problema com estresse, o cara está... mas eles não querem mostrar, por ele ser homem, pro colega não falar. Aí faz igual o colega meu do BOPE que se matou tem um mês. O cara bom. Bom de serviço. Até hoje eu não acredito que ele fez aquilo. Eu tinha isso em mim. Eu tinha essa insegurança de procurar um psicólogo. Mas é a melhor coisa do mundo. Se não fosse um psicólogo, se não fosse ele, talvez eu não estaria aqui. (Sargento Berilo, homem)

Eu acho uma excelente ideia. É interessante porque como já acontece de forma compulsória pra fazermos e sermos submetidos a exames médicos e que, graças a isso, você pode prever ou detectar várias enfermidades, como está lidando com homens e homens são muito resistentes e só vai no último minuto, da mesma forma acho que esse tipo de acompanhamento seria muito importante, porque dificilmente você vai admitir. Eu, por exemplo, não iria admitir e ir por vontade própria, porque eu acho que estou precisando. Aí muitas vezes, ou melhor, você não tem consciência de que está precisando, de que isso é necessário e você nem conhece. Se houver isso eu acho que vai ajudar. Se é pro meu bem, eu entendo que, num primeiro momento, eu poderia resistir, mas se eu vou e conheço e aquilo me traz um bem-estar, eu aceito. E eu acho que isso é válido e interessante que aconteça. (Cabo Diopsídio, homem)

Pelo fato das doenças mentais carregarem um estigma muito forte, uma forma de atrair as pessoas a usarem o serviço psicológico, seria

promovê-lo como um canal de escuta para todos, independentemente de existirem problemas presentes ou não.

Nós temos psicólogos aqui no CASO. Eu acho que as pessoas deveriam chegar, sentar e conversar com o psicólogo. Se abrir, falar sobre os seus problemas, as ocorrências, tudo, para desabafar. Eu acho que todo mundo, mesmo aqueles que não sentem a necessidade. "Ah, não preciso de psicólogo. Eu não sou doido". Assim, eu fiz 8 anos de terapia com psicólogo, porque ali fica e ele escuta tudinho. (Sargento Citrino, homem)

Os participantes também informaram como se sentiriam caso houvesse acompanhamento psicológico preventivo e, possivelmente, compulsório. Foram contrapostos diferentes percepções e apontamentos a respeito do assunto. Os principais argumentos favoráveis foram: menos exposição a constrangimentos, uma vez que todos teriam que participar; tratamento em estágios iniciais do sofrimento psíquico; pouca adesão se for opcional/voluntário; possibilidade de falar com alguém sobre emoções suscitadas pelo trabalho que ficam suprimidas; diminuir o estigma associado e possibilitar maior adesão de homens policiais, que costumam não buscar auxílio mesmo em situações extremas. KURTZ (2006) ressaltou a importância do acompanhamento psicológico a todos os policiais sempre que se envolvam em incidentes críticos. Incidentes críticos são entendidos como potenciais situações de incapacidade grave ou morte, por confrontos diretos ou mesmo testemunhadas pelos policiais. A seguir destacam-se alguns trechos que refletem as impressões dos entrevistados sobre o acompanhamento psicológico preventivo.

Eu acho que seria bom. Eu já quis procurar o tratamento, mas como eu te falei, eu não tenho coragem. Então se viesse uma determinação pra todos procurarem, eu acho que seria muito bom e muitos gostariam. E você traria até uma quebra da rotina, né? A rotina aqui, em alguns momentos do ano, a gente está passando por um momento bom, mas em alguns momentos do ano, a carga de trabalho é muito grande. Você se afastar dessa rotina de violência, essa rotina ríspida que a gente tem pra frequentar, um local adequado pra melhora da saúde seria ótimo. Eu acho que seria bom. Eu sou totalmente favorável. (Capitão Rubi, homem)

Acho que talvez mais acompanhamento psicológico seria interessante, porque hoje a pessoa é encaminhada para esse tipo de acompanhamento depois que já está com problema bem desenvolvido. Eu acredito que se tivesse um caráter mais preventivo, acho que seria bem interessante. (Sargento Cristal, homem)

Olha, eu vou te dizer que quando eu comecei o meu tratamento com psicólogo eu não queria ir. Eu fui porque minha mãe me obrigou. Eu chegava lá muitas vezes e não falava nada e ela que ficava com aquela coisa de convencimento. Hoje eu já vejo que realmente eu precisava, mas eu digo assim, não precisa obrigar todo e qualquer policial, mas eu posso, tipo assim, os policiais que sofreram um acidente tem que passar por esse tipo de tratamento, ou o policial que estiver com determinado tipo de problema. É essa questão, às vezes é obrigando que você vê uma necessidade. E se tivesse essa obrigação do psicólogo... no início pode ser ruim e aí cabe ao psicólogo falar "não adianta vocês ficarem mandando ele aqui, porque não vai ter progressão". Tem que ter pelo menos um começo ali, mesmo que seja obrigatório. Se não tem como fazer com todos, mas pelo menos aqueles casos que é nítido ali, que você vê. Para mim teria que ter. Se existe psicólogo que trata esse tipo de coisa e é uma condição humana, então que tenha o tratamento. (Soldado Galena, mulher)

Sinceramente, eu acho que no princípio teria que ser escalado. Porque na escala ninguém foge dela aqui no nosso meio. Está escalado, se faltou, vai responder. Então, a princípio, eu acho que voluntariamente a adesão seria muito pequena. Até porque as pessoas tem muito essa coisa de "ah, não, eu não sou doido, eu não estou com um problema". É um preconceito isso aí. Eu acho que a adesão seria bem baixinha. Mas eu já havia pensado nessa questão porque eu fiz o acompanhamento e eu... assim, a gente até conversou sobre isso lá com a doutora. Tem instituições que eles já fazem esse acompanhamento independente da pessoa precisar ou não. Faz parte ali. Isso relaxa muito. O desenvolver da função na seção é outra coisa. E aí tem instituições que aderem, que já aderiram a isso aí. A doutora lá me falou. Eu nem sabia disso. Ela falou "tem instituições que os profissionais participam como se fosse parte da carga horária" e o rendimento deles é muito bom. Eu acho que faria toda a diferença. (Cabo Opala, mulher)

Eu acho que tinha que ser compulsório, porque da mesma forma que eu penso que não gosto, acho que não tem nada a ver eu contar os meus problemas pra um estranho, de repente tendo uma sessão talvez eu sairia aliviado, faria algum efeito, seria legal. Igual agora eu estou me sentindo bem aqui conversando, porque eu acho que eu nunca conversei sobre esses assuntos, porque eu tento não levar tanta violência para a minha casa, né? E eu falo muito pouco pra minha esposa de tudo o que acontece. Levo, sei lá, menos da metade do que acontece, eu falo pra ela. E acabo não falando pra ninguém. Então... É, eu acho que tipo, querendo ou não, acho que não tem porquê dela receber essa carga negativa que eu recebo aqui na rua, de eu ficar falando das fotos que a gente recebe nos grupos de whatsapp... é

bem... tem uns grupos ali que se você espremer sai muito sangue, porque é só violência. (...) [E com os colegas de trabalho?] A gente conversa sobre a violência, mas não "e aí, como é que você está se sentindo?". Eu acho que tem muito a questão de "Eu sou homem. Eu aguento tudo. Eu sou policial fodão. Eu não preciso conversar com ninguém". *(Soldado Jaspe, homem)*

Outra sugestão é que os superiores hierárquicos sejam capacitados para identificar potenciais problemas entre os policiais e consigam encaminhar as demandas para tratamento terapêutico.

Eu acho que tinha que ter mais psicólogos, que os comandantes deveriam ser mais instruídos a prestar atenção na saúde mental da tropa, porque às vezes todo quartel está vendo que as pessoas estão com problemas com bebida, em casa, com a companheira ou está com algum tipo de violência, de agressividade, mas ninguém... tipo assim, vai deixando. Vai deixando até que uma hora que dá alguma coisa, que aconteça alguma coisa. Em vez da pessoa falar assim, "não, eu vou te encaminhar aqui pra psicóloga" e tal, não tem essa sensibilização. Talvez até se tivesse a pessoa ir achar ruim, falar "ah, está se metendo na minha vida"... (...) [Sobre a compulsoriedade do acompanhamento psicológico preventivo] Eu acho que sim, é válido. Já que a nossa profissão é tão estressante, tão desgastante. A gente está exposto a várias situações de estresse e a gente tem que ter essa posição de ser uma pessoa mais racional e tem que agir com mais cautela, faz todo sentido você ter um acompanhamento psicológico. Eu vejo como uma necessidade. Não é uma coisa assim "ah, só doido é que vai no psicólogo". Você tem que fazer um acompanhamento por causa da sua profissão. É uma profissão de risco. *(Soldado Safira, mulher)*

Os principais argumentos contra o acompanhamento psicológico preventivo e compulsório foram: receio de que seja feito nos períodos de folga dos trabalhadores; e, invasão de privacidade e do direito dos trabalhadores se recusarem a participar.

Aqui é só olhar a escala, vir pro trabalho, entregar o relatório preenchido do radiopatrulhamento, as ocorrências que foram feitas e tchau, você só volta no seu próximo serviço.(...) Eu falo que falta treinamento, mas eu acho que eu ia ficar puto na hora que chegasse uma escala falando que eu ia ter que vir aqui na folga para fazer o treinamento. Então, eu falo assim "pô, eu acho que devia ter um estande de tiro pra gente praticar", mas, pô, se fosse obrigatório para eu ir lá no dia da folga eu ia ficar indignado. [E se fosse durante o expediente de trabalho?] Aí eu acho que seria justo. Ou sei lá, eu acho que criar um voluntário pra gente vir, e vir recebendo. Até que ponto

isso é correto?(...) A minha esposa ama a psicóloga, né? E ela vive falando pra eu ir, mas sei lá, eu tenho na minha cabeça que eu não tenho que ir contar pra um estranho os meus problemas. (Soldado Jaspe, homem)

Esse negócio de compulsório, como é que se diz, é muito invasivo, né? Eu acho que se tivesse um psicólogo de plantão, eu acho que a pessoa, e se não fosse um lugar tão assim visível, eu acho que a pessoa procuraria sim. As que querem se ajudar, né? Sair daquela situação. Eu acho que elas iam procurar. Ah, eu acho que tinha que ser no próprio batalhão, mas numa sala reservada. Está aí pra ajudar, não é pra atrapalhar, não. (Cabo Xisto, homem)

A fala abaixo se refere à perspectiva de um entrevistado que teme possíveis constrangimentos resultantes da compulsoriedade do acompanhamento psicológico no próprio ambiente de trabalho. Outro ponto crítico é o questionamento sobre o profissional ser ligado ou não à polícia militar, como em outros casos em que o conhecimento sobre a condição de saúde do policial é usada como instrumento de poder e sujeição, não na relação médico-paciente, mas na relação superior hierárquico-subordinado.

Sim, existe e isso é um medo real, porque nossas juntas médicas, nós já temos vários problemas dessa forma, das duas situações. Quando é interessante para a instituição que existe todo um cunho político, que existe toda uma situação política, que nem sempre o que está sendo decidido é o interesse do policial, é o interesse do serviço bem prestado para a sociedade, e sim um interesse político para dar uma resposta. Por várias situações cometem-se erros a todo minuto na questão médica, de policial que estava doente ou com problemas e é obrigado a ir para a rua, porque uma junta médica, de repente o médico lá fora que ele consultou, ou melhor, diagnosticou e indicou que ele não pode, que ele está suspenso por um tempo e a junta médica por orientação política está precisando de policial, você vai trabalhar. E o contrário também, de repente alguém não poderia fazer algum trabalho, um policial queria porque quer trabalhar, enfim, por questão financeira ou tanto e quer ir, e estar com restrição, e a junta médica vai dizer "não, você não pode", mas o cara está precisando para tirar o voluntário. Aí têm os dois lados da moeda. Para exemplificar uma coisa simples que você vê, não só eu, mas eu já passei por várias situações que os colegas também relatam. Você está diante de um médico que, num primeiro momento, ele já se apresenta e ele já coloca uma postura, ele não é um médico, ele é o major, ele é o capitão, ele é o coronel. Já complica. Ele já se coloca nessa posição. Então, assim, você vem com um diagnóstico de fora que vai dar, e aí não sei qual a orientação que ele tem que ele já contesta, e se você vai argumentar, ele já te enquadra e já te põe "cala a boca". O cara já chega a dizer para você, não como um profissional "ah, o

doutor aqui sou eu", que aí ele estaria se igualando ao outro profissional que diz também que é doutor, ele diz não "eu sou o major". Ele vai dizer isso na cara dura pra você. Vai fazer o quê? O que prevalece é a palavra dele. (Cabo Diopsídio, homem)

Houve também uma entrevistada que se queixou da atuação da instituição com relação ao encaminhamento de policiais com queixas ou sintomas ao CASO para tratamento psicológico, sem oferecer outros apoios aos trabalhadores mais fragilizados, e a partir daí ser um caminho solitário, onde o comandante só encaminha e acaba aí o seu papel, sem se interessar em saber se a pessoa conseguiu atendimento.

Inclusive aqui na nossa unidade nós temos muitos policiais com problemas psicológicos. Tem um que trabalha no administrativo que ele procurou ajuda por conta própria. É porque na nossa situação, a gente tem que informar um chefe, um chefe da seção na qual a gente trabalha, ou um comandante, aí é confeccionado um documento, aí manda-se lá pra nossa saúde, lá pro CASO, e o policial é apresentado. E aí que nós tivemos casos de policiais que procuraram por conta própria sem passar por nenhum desses procedimentos. Ele foi lá, pulou todas as etapas, não procurou chefe, não falou com ninguém na seção e foi lá. E aí ele disse "eu estou com problema, preciso de 'ajuda'". Mas por que isso ocorreu? Porque dias antes ele tinha procurado o chefe da seção, comunicou, foi feito o documento lá e ele foi atendido e devolveram ele como se ele estivesse em perfeitas condições. Então, a nossa polícia, ela deixa sim muito a desejar com relação ao tratamento psicológico. Agora eu não sei se mudou esse procedimento das vagas, do dia de marcação. Eu acho muito vago. Nós temos problemas dentro do quartel com usuários de droga. E é uma questão muito, muito séria. (...) Eu não sei se é porque eu sou uma pessoa assim muito... eu sou muito emotiva, então, eu não sei se isso me traz assim muito a questão do ajudar, sabe? Eu me preocupo muito com as pessoas e essa é uma questão na qual a gente está sempre insistindo nessa tecla. Ontem mesmo na seção eu falei com o meu chefe: "Poxa, mas o policial que vai pro CASO, que está precisando de ajuda, ele vai sozinho?", "Ah, sim, ele vai sozinho", "Mas não seria melhor que ele fosse acompanhado de alguém? Por alguém que está em condições, chegar lá e questionar como é que vai ser e tudo", "É". Então, assim, fica nisso, "é". Isso me incomoda tanto, mas... uma andorinha não muda 15 mil policiais, né? (Cabo Opala, mulher)

Neste estudo, grande parte dos homens policiais entrevistados em um primeiro momento demonstrou ser avesso à necessidade de ter um

acompanhamento psicológico rotineiro. Mas quase todos disseram que apoiariam a iniciativa, se todos os trabalhadores da polícia militar tivessem que participar, e não apenas os que demonstrassem necessidade em determinados momentos da vida. Dessa maneira, seria possivelmente maior a adesão se houvesse um acompanhamento psicológico preventivo e se fosse estabelecida uma cultura de promoção da saúde mental no trabalho com essa abordagem. Existe a preocupação de que haja um desvirtuamento da proposta e apenas os praças sejam submetidos ao acompanhamento psicológico preventivo. É importante enfatizar que todos, oficiais e praças, estão inseridos em uma estrutura propiciadora e expostos a riscos diversos de adoecimento psíquico, mas igualmente nocivos. Sendo assim, qualquer ação de promoção da saúde, para ser efetiva, deve abranger todos os integrantes da corporação policial militar, do soldado 2ª classe aos coronéis.

6.7 PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL NO TRABALHO

Promoção da saúde compreende uma concepção ampla do processo saúde-doença e de seus determinantes, com a proposta de articular os saberes técnicos e populares, além de mobilizar recursos institucionais e comunitários, de forma a melhorar a qualidade de vida das pessoas (BUSS, 2000). Enquanto alguns entrevistados afirmaram desconhecer a existência de ações institucionais para promoção da saúde mental no trabalho, outros mencionaram o Centro de Assistência Social da PMDF (CASO). Foram feitas críticas pelos policiais entrevistados a vários aspectos das ações de tratamento e de promoção da saúde mental oferecidas pela instituição, tais como: escalação para assistir palestras no período de folga; distância entre

o único local de atendimento do CASO e os batalhões mais afastados e da moradia dos policiais; escassez de profissionais, os quais são responsáveis por atender não só os policiais, mas também os familiares; além de falta de priorização de ações preventivas e promotoras de saúde.

Assim, eles até tentam, fazer uma coisa ou outra, mas é muito complicado fazer alguma coisa aqui dentro mesmo assim, porque os policiais também que eu vejo, principalmente os mais antigos, eles têm o pé atrás com tudo. Então, às vezes, eles te mandam pra uma palestra de, sei lá, saúde, alguma coisa na área de saúde. Aí eles te escalam, aí te escalando você é obrigado a ir. Você já tem essa obrigação de ir e, geralmente, eles te escalam no horário de folga. Aí você vem na sua folga. Aí fica meio que... Aí ele já vem com, tipo assim, "ai que saco, eu tenho que ir", então não presta atenção, e aquela palestra ali, digamos, perde todo aquele intuito de instrução. (Soldado Galena, mulher)

Agora a nossa polícia não tem o apoio que realmente os policiais precisam. Eu deixo isso muito claro. Sempre estou conversando com alguém da seção sobre isso. Inclusive eu costumo comentar que o nosso CASO é um descaso. Porque, assim, o que eu enxergo, o policial já está com problema, os problemas dele vêm de ordem pessoal, né? Vêm de casa, da família, de um vício. E o que a corporação pode fazer pra ajudar esse policial? Muitas vezes eu passei por essa situação de presenciar policial que mora em Planaltina tem que vir pro CASO que é no Plano [aproximadamente 42 km], todos os dias de manhã ele tem que estar lá e à tarde cumprir expediente. Isso é uma punição pro policial que está com problema. Isso não é uma forma de ajudar. Eu não consigo enxergar isso como uma forma de ajuda. E aí você expõe esse tipo de opinião e as pessoas acham um absurdo. E eu fico assim "meu deus do céu, a gente está num mundo muito individualista" e eu não sei se é uma característica nossa, da polícia militar, ou se realmente as pessoas não estão nem aí pras outras. (Cabo Opala, mulher)

Eles fingem que tem, né? Tipo assim, para você ter uma ideia aqui em Brasília. É um "buste", um "buste" na nossa linguagem de policial é migué, enganação, "embromation". Eu acho o fim da picada, por exemplo, na polícia do Distrito Federal, nós temos 2 psiquiatras. Dois. Aí eles falam "ah, tem um convênio ali, tem convênio aqui, tem hospital-dia aqui". Não atende esse tanto de gente, porque o policial está com problema, às vezes o filho do policial está com problema, a mulher do policial está com problema, e eu acho que deixa muito a desejar. Acho que não se dá a atenção que deveria se dar para um problema psicológico/psiquiátrico na polícia, mental, vamos dizer. Hoje mesmo teve uma reunião aqui onde um dos policiais veio falar sobre suicídio. É porque esse ano se mataram 3 policiais, tudo na mesma semana. Eles vieram falar sobre suicídio, que tem "oh, vocês podem

procurar isso, podem procurar aquilo, funciona isso aqui assim". Inclusive até o psiquiatra até deu o telefone da CVV [Centro de Valorização da Vida][12], uma coisa assim. Você sabe o que é? Olha só, eles estão tirando uma responsabilidade deles e jogando pro CVV. Então, assim, na minha opinião, deixa muito a desejar. E eu fiz o meu tratamento todo fora, particular. Paguei do meu bolso durante uns 10 anos. E uma das questões maiores aqui dentro da polícia é essa falta de eficiência, essa falta de trato, de cuidado, de atenção ao problema mental do policial. *(Sargento Esmeralda, mulher)*

As falas dos policiais entrevistados refletem a dificuldade de acesso ao serviço oferecido pela instituição. O conceito de acesso atrela-se às iniciativas de promoção da saúde e, neste sentido, o uso dos serviços pode ser uma medida de acesso, mas não se restringe a isso. De acordo com TRAVASSOS e MARTINS (2004), tanto a experiência com os serviços quanto as informações que deles dispõem influenciam a forma como as pessoas percebem as dificuldades/facilidades para obterem os serviços de saúde de que necessitam e, portanto, o acesso aos mesmos. Segundo as autoras, os determinantes da utilização dos serviços de saúde incluem, entre outros, fatores relacionados: à necessidade de saúde (morbidade, gravidade e urgência da doença); às características dos usuários e dos profissionais; e, à organização do serviço, incluindo características da oferta e facilidade de acesso geográfico e social (incluindo horário de atendimento e acolhimento com respeito à diversidade). Desse modo, fatores individuais predisponentes, fatores contextuais e relativos à qualidade do cuidado influenciam o uso e a efetividade do cuidado. A continuidade também depende de situações distintas daquelas que definem a entrada no sistema, devendo ser analisadas todas as particularidades (TRAVASSOS e MARTINS, 2004).

---

[12] O Centro de Valorização da Vida (CVV) é uma organização não-governamental brasileira que oferece um serviço gratuito de apoio emocional e prevenção de suicídio, oferecido por voluntários que se colocam disponíveis à outra pessoa em uma conversa de ajuda realizada pelo telefone, chat, e-mail, VoIP, correspondência ou pessoalmente nos postos do CVV em todo o país. Site: http://www.cvv.org.br/.

Foram frequentes também as críticas quanto à falta de ações preventivas, tendo foco o atendimento dos doentes, o que demonstra a pouca priorização e o baixo investimento na promoção da saúde mental dos policiais militares. Segundo levantamento realizado em 2011, apenas cerca de 10% do orçamento das policiais militares brasileiras eram revertidos às iniciativas para promoção da saúde e qualidade de vida de seus trabalhadores, não tendo sido disponibilizadas pela PMDF informações sobre o investimento específico em ações deste tipo (BRASIL, 2013b). A fala a seguir, de um capitão chefe de seção, traduz o pouco preparo que a instituição fornece na gestão dos trabalhadores que começam a adoecer.

Eu tenho certeza que deveria haver [ações institucionais para promover a saúde mental], porque, assim, o que acontece, eu que não tenho nenhuma formação psicológica, eu tenho que lidar com policiais completamente problemáticos. Daí o cara chega lá, eu sou chefe da seção de pessoal, eu já presenciei há um mês e pouco atrás, o cara chega lá e se desmancha em lágrimas. Por quê? Porque a vida dele profissional, a vida dele particular, está um peteco, está destruída, e isso acaba refletindo na vida profissional dele e ele acaba sendo cobrado. Aí é quando o cara... né? Ou seja, com tantos médicos nessa empresa, cadê a bomba de um médico pra estar aqui fazendo uma visita, anual que seja, pra acompanhar os casos "tem algum profissional problemático? Fulano, ciclano, tal?", "não tem". Quando eu vejo um caso desse eu encaminho para o Centro de Assistência Social, o bendito CASO, né? Mas dizer que eles são presentes, que eles são atuantes, mentira, balela, conversar fiada, não são. Eles são reativos. Esperam uma merda acontecer pra daí "ah, mimimi", conversa. Não presta pra nada. Por mim deveria acabar. Precisa fazer um trabalho de prevenção, sei lá, faz um convênio com alguma clínica psicológica, algum profissional da Psicologia, para que faça o acompanhamento daquele efetivo. Porque é sério, o cara está lidando com arma, com vidas, né? Inúmeras. Então, assim, o cara não pode ser um maluco de pedra. Ele tem que ter um mínimo de estabilidade emocional. Ninguém se preocupa com esse troço, ninguém pensa dessa forma. Eu acho que seria muito menos oneroso para o Estado, para nós pagadores de impostos, que tivesse uma assistência psicológica, né, alguma coisa nesse sentido que o profissional viesse uma vez por mês. Pegasse, "olha, aquele cara ali, tal, vamos conversar", entendeu? (Capitão Topázio, homem)

Há preocupação dos policiais em perderem o direito a participar dos serviços voluntários, que geram uma renda extra, quando são identificados

os sintomas de adoecimento psíquico. Essa preocupação gera resistência em procurar ajuda quando necessário e, ao contrário, faz com que escondam sintomas e queixas para evitarem perder o porte de arma. Qualquer ação de promoção da saúde deve levar em conta esse aspecto de comprometimento financeiro que é entendido como uma punição aos adoecidos.

Nós temos o nosso CASO aí, que é uma instituição da polícia militar que lida com isso, mas poderia ter uma coisa mais abrangente. Porque muitas vezes o policial procura alguma ajuda e muitas vezes eles acabam afastando o policial das atividades e nem sempre é necessário. Eu acho que consultas periódicas, talvez com o psicólogo ou com o psiquiatra, não sei muito qual a diferença dos dois, mas poderia ter consultas periódicas sem ter que agir assim muito ativamente na atividade policial, porque muitas vezes a gente se sente abalado com isso, fala "poxa, agora eu sou um doente, não estou trabalhando", isso influencia muito na cabeça do policial. Ele começa a se sentir inútil com aquilo ali, fala "pô, eu sou um inútil, estou doente", pensa que já é louco, e às vezes não é nada disso, só está com um pouco de desajuste ali, se acalmar, tomar algum medicamento se ajudar, um calmante talvez, uma terapia, ter aconselhamento talvez disso aí. (Sargento Granito, homem)

Como já mencionado anteriormente, o CASO é a estrutura institucional disponível para que os policiais militares busquem apoio nas situações de adoecimento psíquico. Alguns entrevistados que haviam utilizado o serviço avaliaram bem, outros hesitaram em utilizar essa via para conseguir a ajuda que precisavam em função da grande demanda e da pouca oferta de vagas, os demais desconheciam em detalhes as características do serviço. Pelo que foi possível constatar neste estudo, é necessário haver mais divulgação do que é o CASO e quais os serviços oferecidos aos trabalhadores policiais militares.

Existe um tabu muito grande dentro da polícia militar. Das pessoas não terem conhecimento desse Centro de Assistência Social. Eu, particularmente, não conhecia e ouvi falar muito mal. "Ah, isso ali é só pra quem é bêbado. É só pra quem levou chifre. Esquizofrênico". Tudo o que não presta eu ouvia falar daquilo. Eu não me intimidei por causa disso. Então, existe, assim, já em outras épocas, o problema é que não há uma preocupação pra divulgar o tratamento desse CASO. Semana passada o

Coronel [...], que é psiquiatra, ele deu uma palestra, ele está fazendo uma palestra em todos os batalhões, porque houve dois suicídios dentro da polícia militar e já teve mais um. Então, a intenção é o seguinte, em dois suicídios já acendeu o sinal amarelo. Então ele está fazendo a palestra pra divulgar o trabalho dele, do tratamento que ele faz lá no CASO e também pra alertar as pessoas que se souberem de alguma pessoa que esteve com algum problema que possa perceber, um problema emocional, problema familiar, algum problema no serviço e que ele seja informado imediatamente ao comandante ou subcomandante pra que alguém tome providências. *(Sargento Mármore, homem)*

No caso de policiais militares, a preparação psicológica para realizar trabalho também deve ser considerada uma ação de promoção da saúde mental. Neste quesito, houve mudanças no processo de formação que incluíram, além da avaliação psicotécnica, no início da carreira, acompanhamento psicológico em grupo e também individual, quando solicitado, conforme relatado por uma entrevistada. Outros entrevistados não recordavam ou não tinham recebido esse tipo de preparação psicológica. Destaca-se que esta iniciativa é de grande importância para a formação profissional, mas também para o posterior exercício cotidiano do trabalho e, portanto, deveria estender-se ao longo do tempo e abranger todos os policiais militares na ativa.

A gente tem o acompanhamento todo. Uma vez por mês ia a psicóloga da polícia militar mesmo que fazia o acompanhamento durante o curso de formação, ela fazia sempre um encontro mensal, com todas as turmas, né? Então isso era agendado pra saber como é que a gente estava, porque muitas vezes pode haver algum choque das pessoas quando entram com essa realidade, porque durante o curso eles vão retratando muito bem como é que vai ser o desempenho da profissão, né? Então é como se a gente tivesse assim, ela indo ao encontro da gente, pra que entendesse esse papel nosso, se a gente estaria conseguindo ver se estava tendo essa identificação mesmo e se queria dar continuidade ou dar força para que a gente continuasse ou voltasse atrás. (...) Eram em grupo e aí ela identificando ou se as pessoas mesmo sentissem necessidade de ter esse encontro individual podia ser solicitado. *(Soldado Pérola, mulher)*

Teve o curso de formação de soldado e sempre que tem, assim, uma reciclagem, sempre eles preparam a gente explicando pra gente ter paciência, encarar o cidadão como um ser humano, não como inimigo, né? E se a gente tiver algum problema procurar tratamento psicológico, tem que

ter tratamento porque o policial tem que estar 100%. Então, qualquer problema de saúde que a gente tiver, tem que procurar o médico. Apesar de, por outro lado, provocar um certo, vamos dizer, eu não diria bem prejuízo, mas um entrave pra máquina pública, né? Porque se o policial fica pegando atestado aí, um policial pega um atestado, o outro pega um atestado, começa a atrapalhar lá na atuação do serviço. Aí, muitas vezes, assim, pra tentar minimizar esse problema, muitos policiais deixam até de procurar atendimento médico. *(Sargento Granito, homem)*

O segundo trecho apresentado inclui uma referência à lógica institucional internalizada e à percepção de que o afastamento do trabalho compromete a dinâmica do trabalho, contudo não inclui a reflexão sobre a ausência de promoção da saúde potencializando o sofrimento psíquico e o adoecimento dos colegas. Deixar de buscar auxílio quando é necessário culmina em agravamento da situação e, potencialmente, em desfechos trágicos.

Considerando a interrelação entre saúde somática e psíquica, uma das possíveis ações de promoção da saúde mental no trabalho foi aventada e justificada por um dos entrevistados. Como discutido no capítulo anterior, uma das estratégias pessoais dos trabalhadores policiais é a prática de esportes. Alia-se a isso a grande exigência física do trabalho policial. Sendo assim, reflete-se sobre a importância de haver maior estímulo à prática de atividades físicas a partir da ampliação do número de espaços à disposição dos trabalhadores para a realização de esportes, a exemplo do ginásio poliesportivo existente próximo a apenas um dos batalhões.

Uma coisa boa nas instituições militares é a atividade física, né? O militar tem essa história de trabalho do corpo, de atividade física. Isso é uma coisa boa. É algo que poderia ajudar nesse trabalho aí, a Educação Física, né? Nós temos o ginásio, que é um centro de Educação Física. Tem um ginásio lá, poderia até ir lá pra conhecer, mas na prática, porque depois da formação não tem mais essa... Foi bom pra mim, porque antes eu era muito sedentário, antes de eu entrar na polícia. Então, mal ou bem, com toda a minha vida autodestrutiva, eu estou conseguindo me manter por causa do esporte. Eu, por exemplo, nadei hoje. Eu estou matriculado na natação e é a minha válvula de escape. Eu sempre tenho buscado sair do poço, do abismo, das trevas. Eu procuro, né, mesmo que timidamente, com muito esforço sair dele. A música, por exemplo, eu ouço música. São atividades

que eu busco ali pra não me afundar, né? Porque se você se entregar, tem alguns até que se matam. Eu não me entrego, mas é uma luta inconstante. Eu acredito que eu vou mudar, que isso aí vai acabar. Eu tive essa semana.... Aliás, eu estava falando da Educação Física, né? Depois da formação é cada um por si. *(Capitão Rubi, homem)*

Neste sentido, BEZERRA et al. (2013) apontaram a importância dos esportes e das atividades de relaxamento e meditação (como a ioga) para enfrentar positivamente o estresse, os fatores estressores e os sintomas mais recorrentes; bem como a implantação de programas com metodologia participativa que incentivassem as policiais e os policiais militares a sugerirem temas e atividades de interesse que preservem sua qualidade de vida e saúde mental.

Outra possível ação institucional para promoção da saúde mental sugerida por um dos entrevistados e, aproveitando os recursos já disponíveis, foi a equinoterapia com os cavalos da polícia militar.

Temos, por exemplo, uma fazenda que é de cavalo que já tem um trabalho com a polícia de equinoterapia e aí temos uma fazenda com os animais que são os cavalos. Eu acredito que uma atividade que fosse aberta e fosse de forma recreativa e voltada pra isso, sei lá, uma vez no mês, uma forma de você ter contato com uma natureza, eu participaria e acredito que iria ajudar. *(Cabo Diopsídio, homem)*

Segundo PIMENTEL et al. (2013, p. 318), as estratégias para reduzir o estigma associado a transtornos mentais devem incluir:

> • educação e orientação para informar sobre os transtornos mentais, esclarecendo dúvidas e mitos relacionados a esse tema, considerando tanto a comunidade em geral como grupos específicos (estudantes, profissionais de saúde);
>
> • contato com os portadores de transtorno mental, a fim de desmistificar crenças errôneas associadas a eles;
>
> • ações voltadas para o aumento da autoestima e empoderamento de portadores de transtorno mental, priorizando intervenções consentidas por eles, a fim de auxiliá-los no enfrentamento de obstáculos impostos pela discriminação;

- intervenções de apoio aos portadores, familiares e serviços de saúde mental.

Por fim, conforme reiterado em outros capítulos, quaisquer ações de promoção da saúde mental tem que levar em conta o papel fundamental da família no equilíbrio psíquico dos policias militares. De acordo com GONZÁLEZ REY (2004, p.30), a família é um elemento fundamental na promoção da saúde humana e um cenário permanente de produção subjetiva. Além do apoio social aos trabalhadores, é igualmente importante a vivência de relacionamentos emocionais adequados no âmbito familiar para conservar a saúde e desenvolver constantemente as potencialidades psíquicas.

A promoção da saúde mental dos policiais militares tem que considerar a dimensão de equilíbrio do trabalho e o potencial criativo, para que haja bom uso da energia psíquica dos trabalhadores. Desse modo, o “bom” trabalho é aquele que se utiliza das potencialidades dos trabalhadores, inclusive a partir de seu engajamento subjetivo com a profissão, para fortalecer as ações de promoção da saúde mental. Como enfatizou AMADOR (2002, p.88), “é preciso que os órgãos de Segurança Pública encarem sua responsabilidade com a saúde de seus servidores já que se trata de uma importante questão de saúde pública, não apenas porque o sofrimento decorrente do exercício laboral atinge uma categoria profissional inteira, como também porque seus efeitos atingem ampla e gravemente toda a sociedade”.

Há necessidade de garantir a viabilidade de ações promotoras e preventivas em saúde mental do trabalhador policial. No caso dos policiais, podemos pensar quais multideterminações histórico-sociais estão envolvidas na formação, organização e ação policial e de que forma estas se relacionam ao adoecimento e morte nesta classe de trabalhadores. Promover a saúde entre esta população implica em repensar a estrutura social e a forma como o trabalho policial se relaciona com a sociedade, um

trabalho geralmente associado à repressão e à violência e que tem potencialidades de ser promotor de saúde e paz nas comunidades, quando esta inserção acontece de maneira mais próxima da população e atuando na resolução de conflitos de forma mais pacífica e menos intempestiva valorizando a vida. SILVA et al. (2009) entendem que é necessário esforço para que os trabalhadores entendam o trabalho como uma relação social que não é somente heterodeterminada, mas produto de homens e mulheres concretos que mobilizam a si e às redes sociais pertinentes para desenvolver sua atividade.

BUSS e PELLEGRINI FILHO (2007) citam a paz como um dos macrodeterminantes sociais relacionados às condições de vida e saúde de uma sociedade e, portanto, na perspectiva da promoção da saúde, a paz e a segurança figuram entre os pré-requisitos básicos para a saúde. De acordo com MILANI (2004), a paz vem sendo discutida e trabalhada em inúmeras práticas culturais em diversas partes do mundo e no Brasil, justamente por ser uma necessidade humana e uma demanda social. Segundo este autor,

> construir uma cultura de paz é promover as transformações necessárias e indispensáveis para que a paz seja o princípio governante de todas as relações humanas e sociais. Tal empreendimento requer mudanças inspiradas em valores como justiça, diversidade, respeito, cooperação e participação, por parte de pessoas, grupos, instituições e governos. O grande desafio é que isso não depende apenas da ação do Estado, nem somente da sociedade civil ou de mudanças de posturas individuais (MILANI, 2004, p.2).

Considerando os princípios da Vigilância em Saúde do Trabalhador, coincidentes com os da Promoção da Saúde (como a territorialização, a equidade, o desenvolvimento de habilidades pessoais, a intersetorialidade) que devem se associar a um conjunto de valores como qualidade de vida, solidariedade, saúde, democracia, desenvolvimento, participação e parceria (FREITAS, 2003), percebemos o quanto pode ser feito para modificar a relação da sociedade com a organização policial de forma a que seja possível a promoção da saúde tanto dos trabalhadores policiais quanto das comunidades onde atuam.

Destaca-se que a inserção das mulheres na organização policial como iniciativa de fomentar a igualdade de gênero na instituição deve ser ampliada e ser entendida como uma importante estratégia de promoção da saúde. Associar mulheres a não-violência parte da negativação de uma característica que deveria ser positiva e extensível à toda a sociedade. Homens deveriam ser igualmente associados a não-violência, assim como a instituição militar. Esta seria a real mudança de paradigma da organização policial, promover a saúde e a segurança pública a partir de uma cultura de paz.

Defendemos, portanto, o fim da limitação proporcional à participação das mulheres na corporação, não apenas uma limitação formal nas leis, mas também o fim da limitação simbólica à distribuição mais equitativa das mulheres nos efetivos policiais. Segundo BRITO (1997), para promover a saúde do trabalhador “é preciso não apenas estar atento aos riscos que são gerados pelos instrumentos e objetos de trabalho, mas também aos tratamentos diferenciados” (p.143), que são originados nas desigualdades de gênero.

SILVA et al. (2009) relembram a importância da adoção de ações dirigidas à promoção da saúde serem vinculadas aos locais de trabalho, para tanto, torna-se imprescindível incorporar e desenvolver a experiência e o pensamento sobre o trabalho dos protagonistas da atividade situada. Para promover um ambiente laboral saudável, é indispensável levar em conta os atores (individuais e coletivos) da situação e o modo como estruturam sua atividade, sob risco de a intervenção em direção às mudanças pretendidas não ter sucesso. Reafirmamos, por fim, a importância da participação dos policiais no reconhecimento das ações necessárias à promoção à saúde dentro da organização policial e de sua estreita relação com a saúde e a qualidade de vida nos territórios onde atuam para que a promoção da saúde dos trabalhadores policiais militares seja efetiva.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou responder a questão: Como as condições objetivas e subjetivas de vida e de trabalho, em especial as relações de gênero e o relacionar-se diretamente com as diversas violências, contribuem para o equilíbrio ou o desequilíbrio da saúde mental de policiais militares que atuam em Brasília/DF?

Foi realizada uma pesquisa qualitativa para buscar responder à questão e contrapor os achados às duas hipóteses estabelecidas a partir de revisão de literatura:

1) As relações de gênero, da forma como se apresentam no cotidiano da sociedade brasileira e da corporação militar, prejudicam as condições de trabalho, tem efeitos sobre a subjetividade dos trabalhadores e das trabalhadoras e, consequentemente, colaboram para afetar negativamente a saúde mental de policiais militares.
2) As relações de gênero associam-se à violência relacionada ao trabalho compondo um cenário profissional mais nocivo à saúde mental, com efeitos, inclusive, sobre a vida pessoal de policiais trabalhadores.

As informações sobre o cotidiano de trabalho e as vivências destes trabalhadores foram obtidas por meio de entrevistas individuais com 7 mulheres e 17 homens policiais militares, sendo 22 praças (soldados, cabos e sargentos) e 2 oficiais, que atuavam ou haviam atuado no policiamento ostensivo em Brasília/DF.

Com o percurso de análise buscou-se compreender primeiramente a inserção profissional e o engajamento subjetivo com a profissão dos policiais militares entrevistados. Importava caracterizar de início quem eram os interlocutores da pesquisa, seus anseios, motivações e expectativas com relação ao trabalho, bem como o processo de construção de suas identidades profissionais.

Contributos oriundos do trabalho incluem maior conhecimento sobre os diversos fatores envolvidos no cotidiano dos homens e das mulheres policiais militares, novas reflexões sobre como estes fatores interagem entre si e contribuem para equilibrar ou desequilibrar a saúde mental destes profissionais expostos a condições extremas de trabalho. Neste contexto foi possível identificar o papel do militarismo e dos instrumentos de controle e disciplina sobre a subjetividade destes trabalhadores.

A organização do trabalho foi considerada violenta pela forma de gestão hierárquica, pelos abusos de poder e violência psicológica rotineira. Sobretudo, a falta de isonomia de condições de trabalho entre gestores (oficiais) e geridos (praças) foi mencionada, tendo sido indicada a desmilitarização como uma mudança necessária neste panorama.

O relacionar-se próximo e cotidianamente com as diversas formas de violência exerce, de fato, efeitos prejudiciais sobre a saúde mental dos entrevistados, contudo, a organização do trabalho, formatada pelo militarismo e pela rígida hierarquia, foi apontada como mais nociva pelos trabalhadores participantes. Foi possível perceber um “entorpecimento” das emoções suscitadas pelas ocorrências em que atuavam, sem correspondente apaziguamento das angústias e desilusões advindas das relações interpessoais abusivas e disseminadas no ambiente de trabalho. Neste segundo caso, os trabalhadores realmente sentem que não tem a quem recorrer, pois as inúmeras punições dispostas no regulamento disciplinar da corporação impedem qualquer manifestação de insatisfação ou

queixa com relação a possíveis abusos cometidos por superiores hierárquicos.

A instituição se configura como um campo de tensão permanente entre os diferentes grupos sociais ali contidos: por hierarquia (oficiais *versus* praças ou entre os diferentes graus hierárquicos); por idade; por formação ("antigos" que concluíram o ensino médio *versus* "novatos" com ensino superior); por lotação (operacionais *versus* administrativos, embora a maior parte dos que trabalham no expediente trabalhem no operacional nos serviços voluntários); e por forma de se conduzir no trabalho ("vibradores" *versus* "muxibas"[13]). Além disso, a instituição reforça a todo o momento a diferenciação "nós *versus* eles", entre policiais e cidadãos. O regramento e a rotina militar, ao limitarem os direitos civis dos policiais, colaboram para que se cristalize o discurso da diferença entre policiais e cidadãos/"criminosos". Paradoxalmente, entretanto, as mesmas leis, normas e disciplinas que restringem as liberdades individuais dos policiais militares, facilitam que eles reproduzam o poder sobre a sociedade por meio do uso autorizado da força. O "uso progressivo da força" se tornou o argumento e a justificativa para todas as ações da polícia militar quando os representantes da instituição são acusados de abuso de poder. Reproduzir os abusos de poder vivenciados na instituição é uma forma encontrada pelos policiais de aliviarem/descarregarem a carga exercida sobre eles com inúmeros exageros e violências.

A hipótese sobre o papel das relações de gênero sobre a subjetividade e saúde mental dos policiais militares foi confirmada pelos achados, contudo, sua importância parece extrapolar o esperado,

---

[13] Relembrando que "vibradores" são considerados os policias que buscam ativamente por ação e adrenalina por meio de abordagem de suspeitos. Os policiais chamados de "muxibas" são aqueles que têm uma atuação mais reativa, apenas quando solicitados em ocorrências. Os muxibas são vistos negativamente pelos vibradores, que os consideram acomodados. No geral, ao entrarem na instituição os policiais são vibradores e com os passar dos anos considera-se que muitos se tornam muxibas.

estendendo-se sobre todos os meandros da mediação entre condições de trabalho e saúde mental, e tendo potenciais efeitos não só nocivos, mas também protetores da saúde, a depender das condições em que se estabelecem.

Neste sentido, foi possível compreender que as relações de gênero dentro e fora da instituição são afetadas e afetam a subjetividade de forma a atuarem como um componente a mais de ameaça à saúde mental, pelo isolamento social, subjugação, discriminação e controle sobre o modo de ser destes sujeitos. Por outro lado, conforme discutimos, a igualdade de gênero nos espaços profissionais, familiares e sociais pode atuar como fator protetor da saúde mental quando existe paridade, empoderamento, reconhecimento e apoio social.

A segunda hipótese, referente aos efeitos dos contextos de trabalho inclusive sobre a vida pessoal e familiar também foi confirmada, tendo havido queixas e observações por parte de quase todos os entrevistados com relação à dificuldade em desvincular a supressão de emoções originadas no período de trabalho, da explosão de emoções no período de folga. Sobre os períodos de folga, aliás, paira sempre a possibilidade de convocação, gerando um estado relativo de repouso contraposto ao permanente estado de tensão de que a família pode ser alvo de violência em função da condição policial do trabalhador.

Neste estudo, avançamos na discussão sobre a importância e caminhos para a promoção da saúde mental de policiais militares que deve considerar todas as dimensões da vida destes trabalhadores, em especial, as relações de gênero, as violências relacionadas ao trabalho policial, a organização do trabalho e as relações de poder dentro e fora da instituição refletidas no militarismo.

Com relação ao referencial de gênero, buscamos pensar a relação entre trabalho e gênero pela perspectiva teórica pós-estruturalista e não pelo referencial marxista da divisão sexual do trabalho. A utilização deste

referencial nos permite analisar as relações e as identidades de gênero sem fixidez e, portanto, buscando descontruir a divisão de papéis e de identidades dentro da instituição militar, possibilitando maior autonomia subjetiva no exercício da profissão. Enfatiza-se a transversalidade de gênero entre os temas tratados, tendo havido importantes aproximações e distanciamentos nas vivências de homens e mulheres policiais que devem ser considerados nas ações de prevenção e promoção da saúde.

Neste sentido, consideramos que os achados deste trabalho contribuem para inovar as reflexões e diálogos interdisciplinares entre três campos: estudos de gênero e profissões; estudos em saúde mental e trabalho; e estudos em saúde coletiva, relativamente aos processos de saúde-adoecimento relacionados ao trabalho.

Pensar a promoção da saúde mental de policiais militares é tarefa complexa, pela extensão e abrangência de cada um dos componentes discutidos nesta equação e encontra pouco espaço dentro da doutrina do militarismo.

Embora a PMDF tenha buscado realizar ações institucionais voltadas à saúde mental dos profissionais e dependentes, estas ações ainda são limitadas ao tratamento pela falta de investimento e reduzida equipe de profissionais de saúde mental. É imprescindível que as corporações policiais militares do Brasil comecem a pensar estrategicamente em promoção da saúde mental, pois estes trabalhadores estão adoecendo diariamente em função das condições e conteúdo do trabalho. As ações devem ser realizadas no horário de trabalho e com incentivo à participação. Como ações de promoção de saúde mental sugere-se acompanhamento psicológico a todos os trabalhadores de forma rotineira, ofertando a possibilidade de acesso aos profissionais de saúde mental nos batalhões ou por convênio fora dos batalhões. Sugere-se ainda a ampliação e multiplicação de espaços para a prática de esportes individuais e coletivos, pela importância destas atividades, mencionadas nas entrevistas e na

discussão, como redutoras de estresse e promotoras de interação social. Qualquer destas medidas deve levar em conta o acesso dos trabalhadores aos locais das ações e a importância de serem preservados os períodos de folga, em que são fortalecidos os laços de afeto e apoio social com as famílias, além de serem necessários à reparação cognitiva, física e emocional.

Limitações da pesquisa incluem não ter havido a possibilidade de entrevistar mais oficiais que, embora não tivessem sido parte do delineamento inicial do estudo, ofereceram um contraponto discursivo importante sobre as condições de trabalho em outros círculos hierárquicos e as dificuldades inerentes à maior inserção militarizada na organização. Além disso, não houve maior exploração sobre os demais marcadores sociais da diferença (raça/etnia, classe e sexualidade) nem da intersecção deles com o gênero, uma vez que, ainda que também não fizessem parte do escopo original deste trabalho, implicariam em um enriquecimento sobre outros aspectos que podem afetar as condições de trabalho e as relações interpessoais dos policiais militares.

Outros estudos poderiam investigar os efeitos de ações preventivas e de promoção da saúde mental sobre a subjetividade dos policiais militares, bem como avaliar quais seriam as mais efetivas para aliviar o sofrimento psíquico decorrente de eventos críticos e dos inúmeros fatores que atuam conjuntamente no cotidiano do trabalho policial e da vida destes trabalhadores.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adorno S, Peralva A. Nota de apresentação. Tempo Social; Revista de Sociologia da USP. 1997; 9(1): 1-4.
- Aita E, Facci MGD. Subjetividade: uma análise pautada na Psicologia histórico-cultural. Psicologia em Revista, Belo Horizonte. 2011; 17(1): 32-47.
- Albuquerque CL, Machado EP. Sob o signo de Marte: modernização, ensino e ritos da instituição policial militar. Sociologias, Porto Alegre. 2001; 3 (5): 214-237.
- Almeida LM, Coutinho ESF. Prevalência de consumo de bebidas alcoólicas e de alcoolismo em uma região metropolitana do Brasil. Revista de Saúde Pública. 1993; 27 (1): 23-29.
- Almeida MV. Género, masculinidade e poder. Revendo um caso do Sul de Portugal. Anuário Antropológico. 1996; 95: 161-190.
- Amador FS. Sofrimento psíquico em profissões da segurança pública. Revista Transdisciplinar de Ciências Penitenciárias. 2002; 1(1): 73-92.
- Amâncio L. As assimetrias nas representações do gênero. Revista Crítica de Ciências Sociais. 1992; 34: 9-22.
- Anchieta VCC, Galinkin AL, Mendes AMB, Neiva ER. Trabalho e riscos de adoecimento: um estudo entre policiais civis. Psicologia: Teoria e Pesquisa. 2011; 27(2): 199-208.
- Anderson GS, Litzenberger R, Plecas D. Physical evidence of police officer stress. Policing: an international journal of police strategies & management. 2002; 25: 399-420.
- Andrade ER, Sousa ER, Minayo MCS. Intervenção visando a auto-estima e qualidade de vida dos policiais civis do Rio de Janeiro. Ciência & Saúde Coletiva. 2009; 14(1): 275-285.
- Arán M, Peixoto Junior CA. Subversões do desejo: sobre gênero e subjetividade em Judith Butler. Cadernos Pagu. 2007; 28: 129-147.
- Ballone GJ. Síndrome de burnout. PsiqWeb Psiquiatria Geral. Disponível em: http://www.psiqweb.med.br/cursos/stress4.html.
- Barcellos JAP. As condições e a organização de trabalho dos policiais militares que executam o policiamento ostensivo: um estudo de caso na Brigada Militar em Porto Alegre/RS. [dissertação de mestrado]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

- Barros SC. Entre a espada e o sermão: reflexões sobre fundamentalismo e intolerância religiosa. Caminhos, Goiânia. 2007; 5 (2): 311-345.
- Batista JLC, Guimarães JR. A gestão do trabalho, do homem e da vida a partir do pensamento de Michel Foucault. Kínesis. 2009; 1(2): 124 – 133.
- Bengochea JLP, Guimarães LB, Gomes ML, Abreu SR. A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã. São Paulo em Perspectiva. 2004; 18 (1): 119-131.
- Bento B. Estudos de gênero: o universal, o relacional e o plural. In: Bento B. A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond. 2006, pp.69-108.
- Bezzerra CM, Minayo MCS, Constantino P. Estresse ocupacional em mulheres policiais. Ciência & Saúde Coletiva. 2013; 18 (3): 657-666.
- Bicudo H. A unificação das polícias no Brasil. Estudos Avançados. 2000; 14 (40): 91-106.
- Botega NJ. Avaliação e manejo do risco suicida. In: Mateus MD. Políticas de saúde mental: baseado no curso Políticas públicas de saúde mental, do CAPS Luiz R. Cerqueira. São Paulo: Instituto de Saúde, 2013, pp. 269-289.
- Brasil, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília (DF): Senado Federal; 1988.
- Brasil. Decreto nº 4.346, de 26 de agosto de 2002. Aprova o Regulamento Disciplinar do Exército (R-4) e dá outras providências. Diário Oficial da União. 27 ago 2002.
- Brasil. Lei nº 11.134, de 15 de julho de 2005. Institui a Vantagem Pecuniária Especial – VPE, devida aos militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal; altera a distribuição de Quadros, Postos e Graduações dessas Corporações; dispõe sobre a remuneração das Carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal; altera as Leis nºs 7.289, de 18 de dezembro de 1984, 7.479, de 2 de junho de 1986, 10.486, de 4 de julho de 2002, 8.255, de 20 de novembro de 1991, e 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, e dá outras providências. Diário Oficial da União. 18 jul 2005.
- Brasil. Lei nº 7289, de 18 de dezembro de 1984. Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais-Militares da Policia Militar do Distrito Federal e dá outras providências. Diário Oficial da União. 19 dez 1984.
- Brasil. Lei nº 9.713, de 25 de novembro de 1998. Altera dispositivo da Lei nº 6.450, de 14 de outubro de 1977, e dá outras providências. Diário Oficial da União. 26 nov 1998.

- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem: princípios e diretrizes. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.
- Brasil. Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). Mulheres nas instituições de segurança pública: estudo técnico nacional. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2013a.
- Brasil. Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). Pesquisa perfil das instituições de segurança pública. – Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2013b.
- Breslau N, Roth T, Rosenthal L, Andreski P. Sleep disturbance and psychiatric disorders: a longitudinal epidemiological study of young adults. Biological Psychiatry. 1996: 39; 411-418.
- Brito J. Uma proposta de vigilância em saúde do trabalhador com a ótica de gênero. Cad. Saúde Pública. 1997: 13(Supl. 2);141-144.
- Brown J, Fielding J. Qualitative differences in men and women police officers' experience of occupational stress**.** Work & Stress. 1993; 7(4): 327-340.
- Brown J, Woolfenden S. Implications of the changing gender ratio amongst warranted police officers. Policing. 2011; 5 (4): 356–364.
- Brown JM. Aspects of discriminatory treatment of women police officers serving in forces in England and Wales. British Journal of Criminology. 1998; 38 (2): 265-282.
- Burke RJ, Mikkelsen A. Gender issues in policing: do they matter? Women In Management Review. 2005; 20 (2): 133-143.
- Buss PM, Pellegrini Filho A. A saúde e seus determinantes sociais. Physis. 2007;17(1):77-93.
- Buss PM. Promoção da saúde e qualidade de vida. Ciência & Saúde Coletiva. 2000; 5 (1): 163-177.
- Buss PM. Uma introdução ao conceito de promoção da saúde. In: Czeresnia D, Freitas CM (orgs). Promoção da Saúde: conceitos, reflexões e tendências. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003. p. 15-38.
- Butler J. Gender regulations. In: Butler J. Undoing gender. New York: Routledge, 2004.
- Butler J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade (1ª ed.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- Butler J. The psychic life of power – theories in subjection. California: Stanford University Press, 1997.

- Calazans ME. A constituição de mulheres em policiais: um estudo sobre policiais femininas na Brigada Militar do Rio Grande do Sul [dissertação de mestrado]. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- Calazans ME. Mulheres no policiamento ostensivo e a perspectiva de uma segurança cidadã. São Paulo em Perspectiva. 2004; 18 (1): 142-150.
- Calazans ME. Polícia e gênero no contexto das reformas policiais. Revista de Educação, Ciência e Cultura. 2005; 10 (2): 21-35.
- Campos CJG. Métodos de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. Revista Brasileira de Enfermagem. 2004; 57(4): 611-614.
- Canesqui AM, Barsaglini RA. Apoio social e saúde: pontos de vista das ciências sociais e humanas. Ciência & Saúde Coletiva. 2012; 17(5):1103-1114.
- Cappelle MCA, Melo MCOL, Brito MJM, Brito MJ. Uma análise da dinâmica do poder e das relações de gênero no espaço organizacional. RAE-eletrônica. 2004; 3 (2) Art. 22: 1-17.
- Cappelle MCA, Melo MCOL. Mulheres policiais, relações de poder e de gênero na polícia militar de Minas Gerais. RAM, Revista de Administração do Mackenzie. 2010; 11 (3): 71-99.
- Cappelle MCA. O trabalho feminino no policiamento operacional: subjetividade, relações de poder e gênero na Oitava Região da Polícia Militar de Minas Gerais [tese de doutorado]. Minas Gerais: UFMG, 2006.
- Carvalho J. Mulheres ocupam espaço nas UPPs e ainda são mães dedicadas. G1 RJ, Rio de Janeiro, 13 mai. 2012. Disponível em: http://g1.globo.com/dia-das-maes/2012/noticia/2012/05/mulheres-ocupam-espaco-nas-upps-e-ainda-sao-maes-dedicadas.html.
- Carvalho MLM. Cuidado, sociedade e gênero: um estudo sobre pais cuidadores. [tese de doutorado]. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.
- Carvalho SR. Saúde Coletiva e Promoção à Saúde: uma reflexão sobre os temas do sujeito e da mudança. 2ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2005.
- Castells M. O poder da identidade. Vol. 2 de A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. São Paulo: Paz e Terra; 2010.
- CODEPLAN (Companhia de Planejamento do Distrito Federal). Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - Brasília/Plano Piloto - PDAD/2014. Brasília: Governo do Distrito Federal, 2014.
- Cole M, Scribner S. Introdução. In: Vygotsky LS. A Formação social da mente. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991. p. 7-15.

- Collares CAL, Moysés MAA, Ribeiro MCF. Apresentação. In: Collares CAL, Moysés MAA, Ribeiro MCF. Novas capturas, antigos diagnósticos na era dos transtornos: memórias do II seminário internacional Educação Medicalizada: Dislexia, TDAH e outros supostos transtornos. 1ª edição. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013. p. 15-20.
- Conceição AC, Souza ER. Morbimortalidade de mulheres policiais militares. Cadernos de Segurança Pública. 2013; 5 (4): 4-16.
- Conselho Nacional de Saúde – Ministério da Saúde. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos – Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012.
- Consul JCDP. Brigada Militar: Identifique-se! A Polícia Militar revelando sua identidade. [tese de doutorado]. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2005.
- Costa ATM, Mattos MJS, Santos LM. Os novos padrões de seleção na polícia militar do Distrito Federal. Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio. 2012; 11: 115-132.
- Costa ATM. Reformas institucionais e as relações entre a polícia e a sociedade em Nova Iorque. Sociedade e Estado, Brasília. 2004; 19 (1): 121-150.
- Costa G. Shift work and occupational medicine. Occupational Medicine. 2003; 53: 83–88.
- Costa JSD, Silveira MF, Gazalle FK, Oliveira SS, Hallal PC, Menezes AMB, Gigante DP, Olinto MTZ, Macedo S. Consumo abusivo de álcool e fatores associados: estudo de base populacional. Revista de Saúde Pública. 2004; 38 (2): 284-291.
- Costa RG. Mediando oposições: sobre as críticas aos estudos de masculinidades. In: Almeida HB, Costa RG, Ramírez MC, Souza ER. (Orgs.) Gênero em matizes. Bragança Paulista: Estudos CDAPH – Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação, 2002. Série História e Ciências Sociais.
- Costa T, Stotz EM, Grynszpan D, Souza MCB. Naturalização e medicalização do corpo feminino: o controle social por meio da reprodução. Interface - Comunicação, Saúde, Educação. 2006; 10 (20): 363-380.
- Cunha NV. Como se fabrica um policial: considerações em torno dos processos de socialização e formação profissional. Comum (FACHA), Rio de Janeiro. 2004; 9 (22): 198-207.
- Demerouti E, Geurts SAE, Bakker AB, Euwema M. The impact of shiftwork on work-home conflict, job atitudes and health. Ergonomics. 2004; 47 (9): 987-1002.

- Dick P, Jankowicz D. A social constructionist account of police culture and its influence on the representation and progression of female officers: A repertory grid analysis in a UK police force. Policing: An International Journal of Police Strategies & Management. 2001; 24 (2): 181-199.
- Ferreira CA. Análise pericial do padrão de consumo de álcool em policiais e seus fatores de risco. Revista Especialize On-line IPOG, Goiânia. 2013; 5 (5): 1-20.
- Ferreira DKS, Bonfim C, Augusto LGS. Condições de trabalho e morbidade referida de policiais militares, Recife-PE, Brasil. Saúde e Sociedade. 2012; 21 (4): 989-1000.
- Ferreira DKS. Condições de saúde, de trabalho e modos de vida de policiais militares: estudo de caso na cidade do Recife-PE [tese de doutorado]. Recife: Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz; 2009.
- Fischer FM, Moreno CRC, Rotenberg L. Trabalho em turnos e noturno na sociedade 24 horas. São Paulo: Editora Atheneu, 2004.
- Fischer FM. Fatores individuais e condições de trabalho e de vida na tolerância ao trabalho em turnos. In: Fischer FM, Moreno CRC, Rotenberg L. Trabalho em turnos e noturno na sociedade 24 horas. São Paulo: Editora Atheneu, 2004. p. 65-78.
- Fontana A, Frey JH. The interview – from structured questions to negotiated text. In: Denzin NK, Lincoln YS. (Eds.) Handbook of qualitative research. London, Sage Publ., 2000.
- Ford DE, Kamerow DB. Epidemiologic Study of Sleep Disturbances and Psychiatric Disorders: An Opportunity for Prevention? JAMA.1989; 262 (11): 1479-1484.
- Foucault M. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976); tradução Maria Ermantina Galvão. 2ª. ed. Coleção Obras de Michel Foucault. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- Foucault M. Hermenêutica do sujeito: curso no Collège de France (1981-1982); tradução Márcio Alves da Fonseca, Salma Tannus Muchail. 2ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- Foucault M. História da Loucura; tradução de José Teixeira Coelho Netto. 9ª. ed. Coleção Estudos, v.61. São Paulo, SP: Perspectiva, 2010.
- Foucault M. Microfísica do Poder, organização Roberto Machado. 2ª. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2015.
- Foucault M. O sujeito e o poder. In: Dreyfus H., Rabinow P. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro, RJ: Forense universitária, 1995.

- Foucault M. Vigiar e punir: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhete. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- Fraga CK. Peculiaridades do trabalho policial militar. Revista Virtual Textos & Contextos. 2006; 5 (6): 1-20.
- Freire HBG, Guimarães LAM, Vasconcelos EF, Martins LNR. *Emotional Work* / Trabalhos que envolvem intense carga emocional. In: Guimarães LAM, Grubits S. Saúde mental e trabalho, vol. IV. 1ª ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008. p.151-170.
- Freire MD. Paradigmas de Segurança no Brasil: da Ditadura aos nossos dias. Aurora. 2009; 3 (5): 49-58.
- Freitas CM. A vigilância da saúde para a promoção da saúde. In: Czeresnia D, Freitas CM (orgs.) Promoção da Saúde: conceitos, reflexões, tendências. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003. p. 141-159.
- Frone MR. Work-family conflict and employee psychiatric disorders: the national comorbidity survey. Journal of Applied Psychology. 2000; 85 (6): 888-895.
- GDF (Governo do Distrito Federal). Decreto nº 31.793, de 11 de junho de 2010. Regulamenta a aplicação do inciso II, do artigo 48, da Lei nº 6.450, de 14 de outubro de 1977, que dispõe sobre a Organização Básica da Polícia Militar do Distrito Federal. Diário Oficial do Distrito Federal, nº 112, de 14 de junho de 2010.
- GDF (Governo do Distrito Federal). Portaria PMDF nº 742 de 27 de maio de 2011. Aprova o Plano Estratégico da Polícia Militar do Distrito Federal 2011-2022. Disponível em: http://www.pm.df.gov.br/em/index.php/2014-09-02-13-21-51/portarias-de-gestao/364-portaria-pmdf-n-742-2013-plano-estrategico.html. Acesso em: 13 jun 2015.
- GDF (Governo do Distrito Federal). Portaria PMDF nº 937 de 28 de novembro de 2014. Aprova o Plano Diretor de Saúde e Assistência ao Pessoal (PDSAP). Disponível em: http://www.pm.df.gov.br/em/index.php/2014-09-02-13-21-51/portarias-de-gestao/405-portaria-pmdf-n-937-2014-plano-diretor-de-saude-e-assistencia-ao-pessoal-pdsap.html. Acesso em: 13 jun 2015.
- Gemelli KK, Hilleshein EF, Lautert L. Efeitos do trabalho em turnos na saúde do trabalhador: revisão sistemática. Revista Gaúcha de Enfermagem. 2008: 29 (4): 639-646.
- Gigliotti A, Bessa MA. Síndrome de Dependência do Álcool: critérios diagnósticos. Revista Brasileira de Psiquiatria. 2004; 26 (Supl I): 11-13.
- Goffman E. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada; tradução Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988

- Goffman E. Manicômios, prisões e conventos; tradução Dante Moreira Leite. 8ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- González Rey R. Personalidade, saúde e modo de vida. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.
- Good G, Dell D, Mintz L. Male Role and Gender Role Conflict: Relations to Help Seeking in Men. Journal of Counseling Psychology. 1989; 36 (3): 295-300.
- Guarido R. A medicalização do sofrimento psíquico: considerações sobre o discurso psiquiátrico e seus efeitos na Educação. Educação e Pesquisa, São Paulo. 2007; 33 (1): 151-161.
- Guerra IC. Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo – Sentidos e formas de uso. Estoril: Princípia Editora, 2006.
- Guest D. Perspectives on the study of Work Life Balance. Social Science Information. 2002; 41 (2): 255-279.
- Haines VY, Marchand A, Rousseau V, Demers A. The mediating role of work-to-family conflict in the relationship between shift work and depression. Work & Stress. 2008; 22: 341–356.
- Hall S. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A; 2006.
- Hirata H, Kergoat D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Cadernos de Pesquisa. 2007; 37 (132): 595-609.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.
- IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Retrato das desigualdades de gênero e raça. 4ª ed. Brasília: Ipea, 2011.
- Johnson EO, Roth T, Breslau N. The association of insomnia with anxiety disorders and depression: Exploration of the direction of risk. Journal of Psychiatric Research. 2006; 40: 700-708.
- Karasek RA. Job demands, job decision latitude, and mental strain: implications for job redesign. Administrative Science Quarterly. 1979; 24: 285-307.
- Kaufmann JC. A entrevista compreensiva: um guia para pesquisa de campo. Petrópolis, RJ: Vozes; Maceió, AL: Edufal, 2013.
- Kawachi I, Berkman LF. Social Ties and Mental Health. Journal of Urban Health: Bulletin of the New York Academy of Medicine. 2001; 78 (3): 458-467.

- Kohan A, Mazmanian D. Police work, burnout, and proorganizational behavior: a consideration of daily work experiences. Criminal Justice & Behavior. 2003; 30: 559-583.
- Kolyniak HMR. Tipicidade ou representatividade? Uma proposta de metodologia em investigações psicossociais sobre a identidade/metamorfose. São Paulo: mimeo, 1999.
- Kurtz DL. Controlled burn: the gendering of stress, burnout, and violence in modern policing. [tesis] Manhattan: College of Arts and Sciences - Kansas State University; 2006.
- Lacerda ALT. Álcool e local de trabalho. In: Guimarães LAM, Grubits S. Saúde mental e trabalho, vol. I. 3ª ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003, p. 17-33.
- Leite IC, Valente JG, Schramm JMA. Relatório final do projeto Carga de Doença do Brasil, 2008. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca; 2008.
- Lima MEA. A polêmica em torno do nexo causal entre distúrbio mental e trabalho. Psicologia em Revista, Belo Horizonte. 2003; 10 (14): 82-91.
- Loiola G. As mulheres no quadro combatente da PMES: 25 anos de participação. Revista Preleção – Publicação Institucional da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo – Assuntos de Segurança Pública. 2009; 3 (5): 11-36.
- Lopes CMS. Direito do trabalho da mulher: da proteção à promoção. Cadernos Pagu. 2006; (26): 405-430.
- Lovisi GM, Santos AS, Legay L, Abelha L, Valencia E. Análise epidemiológica do suicídio no Brasil entre 1980 e 2006. Revista Brasileira de Psiquiatria. 2009; 31(Supl II): S86-93.
- Luiz RS. Ensino Policial Militar. [tese de doutorado]. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2008.
- Machin R, Couto MT, Silva GSN, Schraiber LB, Gomes R, Figueiredo WS, Valença AO, Pinheiro TF. Concepções de gênero, masculinidade e cuidados em saúde: estudo com profissionais de saúde da atenção primária. Ciência & Saúde Coletiva. 2011; 16 (11): 4503-4512.
- Maheirie K. Constituição do sujeito, subjetividade e identidade. Interações. 2002; VII (13):31-44.
- Mainardi DMO. As mulheres da polícia militar de Mato Grosso e o uso ilegal da força: reflexos do referencial masculino na educação informal. Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO – Associação Brasileira de Psicologia Social, 2007.
- Marecek J, Fine M, Kidder L. Working between two worlds: qualitative methods and psychology. In: Tolman, D. & Brydon-Miller, M. (orgs.) From

subjects to subjectivities – a handbook of interpretative and participatory methods. USA: New York University Press, 2001. p. 29-41.

- Mascarenhas RB. As condições e organização das atividades profissionais do policial militar de Goiás e as repercussões em sua saúde mental – 2005 a 2007. [dissertação de mestrado]. Goiânia: Universidade Católica de Goiás; 2009.
- Maslach C, Schaufeli WB, Leiter MP. Job burnout. Annual Review of Psychology. 2001; 52: 397–422.
- Mateus MD. Formulação de políticas e programas de saúde mental. In: Mateus MD. Políticas de saúde mental: baseado no curso Políticas públicas de saúde mental, do CAPS Luiz R. Cerqueira. São Paulo: Instituto de Saúde, 2013, pp. 108-122.
- Mateus MD. Princípios dos cuidados de saúde mental na comunidade. In: Mateus MD. Políticas de saúde mental: baseado no curso Políticas públicas de saúde mental, do CAPS Luiz R. Cerqueira. São Paulo: Instituto de Saúde, 2013, pp. 92-107.
- Mateus MD. Promoção da saúde e prevenção em saúde mental. In: Mateus MD. Políticas de saúde mental: baseado no curso Políticas públicas de saúde mental, do CAPS Luiz R. Cerqueira. São Paulo: Instituto de Saúde, 2013, pp. 252-268.
- Mattos MJS. Reconhecimento, identidade e trabalho sujo na PMDF. [dissertação de mestrado]. Brasília: Universidade de Brasília; 2012.
- Mayer VM. Síndrome de *burnout* e qualidade de vida profissional em policiais militares de Campo Grande-MS. [dissertação de mestrado]. Campo Grande: Universidade Católica Dom Bosco; 2006.
- Mendoza AZ. O uso do álcool na adolescência, uma expressão de masculinidade. [tese de doutorado]. Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo; 2004.
- Milani F. Violências versus cultura de paz: a saúde e cidadania do adolescente em promoção. [tese de doutorado], Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2004.
- Minayo MCS, Assis SG, Oliveira RVC. Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro (RJ, Brasil). Ciência & Saúde Coletiva. 2011; 16(4): 2199-2209.
- Minayo MCS, Hartz ZMA, Buss PM. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. Ciência & Saúde Coletiva. 2000; 5: 7-18.
- Minayo MCS, Souza ER, Constantino P. Missão prevenir e proteger. condições de vida, trabalho e saúde dos Policiais Militares do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2008a.

- Minayo MCS, Souza ER, Constantino P. Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in)segurança pública. Cadernos de Saúde Pública. 2007; 23 (11): 2767-2779.
- Minayo MCS. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 11ª ed. São Paulo: Hucitec; 2008b.
- Miyata M, Tamaka Y, Tsuji S. Occupational stress as the cause of psychosomatic and mental disorders. Sangyo Ilka Daugaku Zasshi. 1997; 19 (4): 297-305.
- Monteiro M. Sujeito, gênero e masculinidade. In: Almeida HB, Costa RG, Ramírez MC, Souza ER. (Orgs.) Gênero em matizes. Série História e Ciências Sociais. Bragança Paulista: Estudos CDAPH – Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação, 2002. p. 243-262.
- Morais LLP, Paula APP. Identificação ou Resistência? Uma análise da constituição subjetiva do policial. RAC, Curitiba. 2010; 14 (4): 633-650.
- Moreno CRC, Fischer FM, Rotenberg L. A saúde do trabalhador na sociedade 24 horas. São Paulo em Perspectiva. 2003; 17 (1): 34-46.
- Muniz J. A Crise de Identidade das Polícias Militares Brasileiras: Dilemas e Paradoxos da Formação Educacional. Security and Defense Studies Review. 2001; 1: 177-198.
- Musumeci L, Soares BM. Polícia e gênero: participação e perfil das policiais femininas nas PMs brasileiras. Gênero, Niterói. 2004; 5 (1): 183-207.
- Nardi HC. Ética, trabalho e subjetividade: trajetórias de vida no contexto das transformações do capitalismo contemporâneo. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.
- Neves GS. A presença da policial feminina com características afro-descendentes na polícia militar da Bahia. [dissertação de mestrado]. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2008.
- Niel M. As políticas de redução de danos na saúde mental: indicações e limites. In: Mateus MD. Políticas de saúde mental: baseado no curso Políticas públicas de saúde mental, do CAPS Luiz R. Cerqueira. São Paulo: Instituto de Saúde, 2013. p. 219-229.
- Ohayon MM, Caulet M, Lemoine P. Comorbidity of Mental and Insomnia Disorders in the General Population. Comprehensive Psychiatry. 1998; 39 (4): 185-197.
- Ohayon MM, Roth T. Place of chronic insomnia in the course of depressive and anxiety disorders. Journal of Psychiatric Research. 2003; 37: 9-15.

- Ohayon MM. Prevalence of DSM-IV diagnostic criteria of insomnia: distinguishing insomnia related to mental disorders from sleep disorders. Journal of Psychiatric Research. 1997; 31: 333-346.
- Oliveira PLM, Bardagi MP. Estresse e comprometimento com a carreira em policiais militares. Boletim de Psicologia. 2010; 59 (131): 153-166.
- Oliveira RP. Violência relacionada ao trabalho: signos, significados e práticas entre trabalhadores da construção civil. [tese de doutorado] Salvador: Instituto de Saúde Coletiva da UFBA; 2008.
- Organização Mundial da Saúde (OMS). Prevenção do suicídio: um recurso para conselheiros. Departamento de Saúde Mental e de Abuso de Substâncias, Gestão de Perturbações Mentais e de Doenças do Sistema Nervoso. Genebra: OMS; 2006.
- Pimentel FA, Villares CC, Mateus MD. Estratégias de combate ao estigma na saúde mental. In: Mateus MD. Políticas de saúde mental: baseado no curso Políticas públicas de saúde mental, do CAPS Luiz R. Cerqueira. São Paulo: Instituto de Saúde, 2013. p. 306-321.
- Porto MSG. Polícia e violência: representações sociais de elites policiais do Distrito Federal. São Paulo em Perspectiva. 2004; 18(1): 132-141.
- Prado Filho K, Martins S. A subjetividade como objeto da(s) Psicologia(s). Psicologia & Sociedade. 2007; 19 (3): 14-19.
- Pratta EMM, Santos MA. O processo saúde-doença e a dependência química: interfaces e evolução. Psicologia: Teoria e Pesquisa. 2009; 25 (2): 203-211.
- Quivy R, Campenhoudt LV. Manual de investigações em Ciências Sociais. 6ª ed. Lisboa: Gradiva, 2013.
- Ramminger T, Nardi HC. Subjetividade e trabalho: algumas contribuições conceituais de Michel Foucault. Interface - Comunicação, Saúde, Educação. 2008; 12 (25): 339-46.
- Razzouk D. Economia da saúde aplicada à saúde mental. In: Mateus MD. Políticas de saúde mental: baseado no curso Políticas públicas de saúde mental, do CAPS Luiz R. Cerqueira. São Paulo: Instituto de Saúde, 2013. p. 230-251.
- Reis HS. A utilização da mediação de conflitos nas atividades policiais. S/d. disponível em: http://www.policiamilitar.sp.gov.br/caes/artigos/Artigos%20pdf/Helena%20dos%20Santos%20Reis.pdf. Acesso em 03 fev 2013.
- Rocha EKGT. Desigualdade também no adoecimento: mulheres como o alvo preferencial das síndromes do trabalho. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em

Caxambu - MG – Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008. Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2008. p.1-19.

- Rotenberg L. Aspectos sociais da tolerância ao trabalho em turnos e noturno, com ênfase nas questões relacionadas ao gênero. In: Fischer FM, Moreno CRC, Rotenberg L. Trabalho em turnos e noturno na sociedade 24 horas. São Paulo: Editora Atheneu, 2004. p. 53-64.
- Salgado A, Alves FE. Mulheres fora do concurso para soldado da PM. O Dia, Rio de Janeiro, 20 set. 2012. Disponível em: http://odia.ig.com.br/portal/rio/mulheres-fora-do-concurso-para-soldado-da-pm-1.491950.
- Santos Junior EA, Dias EC. Violência no trabalho: uma revisão da literatura. Revista Brasileira de Medicina do Trabalho. 2004; 2(1): 36-54.
- Sawaia BB. Identidade - uma ideologia separatista? In: Sawaia BB (Org.). As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 11ª. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 119-128.
- Schactae AM. Representações: a polícia militar feminina no Paraná (1979-1984). Revista de História Regional, Paraná, 2006.
- Schraiber LB, Figueiredo WS. Integralidade em saúde e os homens na perspectiva relacional de gênero. In: Gomes R. (Org.). Saúde do Homem em debate. Rio de Janeiro, RJ: Editora Fiocruz, 2011.
- Scott JW. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Revista Educação e Realidade, Porto Alegre. 1990; 16(2): 5-22.
- Seligmann-Silva E. Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo. São Paulo: Cortez, 2011.
- Shelley TO, Morabito MS, Tobin-Gurley J. Gendered institutions and gender roles: understanding the experiences of women in policing, Criminal Justice Studies: A Critical Journal of Crime, Law and Society. 2011; 24 (4): 351-367.
- Siegrist J. Adverse health effects of high-effort/low-reward conditions. Journal of Occupational Health Psychology. 1996; 1: 27-41.
- Silva EF, Brito J, Neves MY, Athayde M. A promoção da saúde a partir das situações de trabalho: considerações referenciadas em uma experiência com trabalhadores de escolas públicas. Interface - Comunic., Saúde, Educ. 2009: 13 (30); 107-19.
- Silva JHR. Estudo sobre o trabalho do policial e suas implicações na saúde mental. [dissertação de mestrado]. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo; 2009.
- Silva MB, Vieira SB. O processo de trabalho do militar estadual e a saúde mental. Saúde e Sociedade, São Paulo. 2008; 17 (4): 161-170.

- Silva-Júnior JS da. Afastamento do trabalho por transtornos mentais e fatores associados: um estudo caso-controle entre trabalhadores segurados da Previdência Social [dissertação de Mestrado]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo; 2012.
- Silveira NM, Vasconcellos SJL, Cruz LP, Kiles RF, Silva TP, Castilhos DG, Gauer GJC. Avaliação de burnout em uma amostra de policiais civis. Revista de Psiquiatria. 2005; 27(2): 159-163.
- Siqueira MMM, Padovam VAR. Bases teóricas de bem-estar subjetivo, bem-estar psicológico e bem-estar no trabalho. Psicologia: Teoria e Pesquisa. 2008; 24(2): 201-209.
- Soares BM, Musumeci L. Mulheres policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. (Segurança e cidadania).
- Soares C, Saboia AL. Tempo, trabalho e afazeres domésticos: um estudo com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2001 e 2005. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2007.
- Soares JS. As Reformas Policiais de 1841 e suas consequências para a Secretaria de Polícia da Corte: um estudo sobre o processo de construção e legitimação da instituição policial. Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-RIO, 2012.
- Soldatos CR. Insomnia in relation to depression and anxiety: epidemiologic considerations. Journal of Psychosomatic Research. 1994; 38 (Suppl. I): 3-8.
- Sousa CSO, Santiago CF. O processo de inclusão da mulher como profissional de segurança pública na polícia militar de Minas Gerais. Caderno Espaço Feminino. 2007; 18 (2): 143-155.
- Spink MJP, Gimenes MGG. Práticas discursivas e produção de sentido: apontamentos metodológicos para a análise de discursos sobre a saúde e a doença. Saúde e Sociedade. 1994; 3 (2): 149-171.
- Spink MJP. O discurso como produção de sentidos. In: Nascimento-Schulze C. (Org.) Novas contribuições para a teorização e pesquisa em representação social – Coletâneas da ANPEPP. Florianópolis: UFSC, 1996. p. 37-46.
- Spode CB, Merlo ARC. Trabalho policial e saúde mental: uma pesquisa junto aos Capitães da Polícia Militar. Psicologia Reflexão e Crítica. 2006; 19(3): 362-370.
- Spode CB. Ofício de Oficial: trabalho, subjetividade e saúde mental na polícia militar [dissertação de mestrado]. Porto Alegre: Instituto de Psicologia da UFRGS; 2004.

- Telles VS. Prefácio. In: Nardi HC. Ética, trabalho e subjetividade: trajetórias de vida no contexto das transformações do capitalismo contemporâneo. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.
- Travassos C, Martins M. Uma revisão sobre os conceitos de acesso e utilização de serviços de saúde. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro. 2004; 20 (Sup. 2): S190-S198.
- Violanti JM, Charles LE, Hartley TA, Mnatsakanova A, Andrew ME, Fekedulegn D, Vila B, Burchfiel CM. Shift-work and suicide ideation among police officers. American Journal of Industrial Medicine. 2008; 51: 758-768.
- Weissman MM, Greenwald S, Nino-Murcia G, Dement WC. The morbidity of insomnia uncomplicated by psychiatric disorders. General Hospital Psychiatry. 1997; 19: 245-250.
- Westphal MF. Promoção da saúde e qualidade de vida. In: Rocha AA, Cesar, CLG (Org.). Saúde pública: bases conceituais. São Paulo: Atheneu, 2008. p. 149-163.
- Wharton AS. Work and Family in the 21st Century: four research domains. Sociology Compass. 2012; 6 (3): 219–235.
- WHO (World Health Organization). Constitution of the World Health Organization. Basic Documents. Geneva: WHO, 1946.
- WHO (World Health Organization). Prevention of mental disorders: effective interventions and policy options: summary report / a report of the World Health Organization Dept. of Mental Health and Substance Abuse; in collaboration with the Prevention Research Centre of the Universities of Nijmegen and Maastricht. Geneva: WHO, 2004a.
- WHO (World Health Organization). Promoting mental health: concepts, emerging evidence, practice: summary report / a report from the World Health Organization, Department of Mental Health and Substance Abuse; in collaboration with the Victorian Health Promotion Foundation (VicHealth) and the University of Melbourne. Geneva: WHO, 2004b.
- WHO (World Health Organization). The World Health Organization quality of life. Assessment (WHOQOL): position paper from the World Health Organization. Social Science and Medicine. 1995; 41(10): 1403-1409.
- Zanella ED. Masculinidade e Consumo de Bebidas Alcoólicas: A Construção de Maneiras de Beber. Ponto Urbe [Online], 9 | 2011, posto online no dia 31 Dezembro 2011, consultado em 10 junho 2015. Disponível em: http://pontourbe.revues.org/1820; DOI: 10.4000/pontourbe.1820.

ANEXO I – Roteiro norteador da entrevista

1. Por que escolheu essa profissão?
    a. Traçar trajetória individual
        i. Sucessão de empregos
    b. A escolha da profissão foi uma livre escolha ou falta de opção?
2. O que significa “ser policial”?
3. Trabalha com que ideais?
    a. Motivação para o trabalho.
4. Como é a relação com a comunidade onde atua profissionalmente?
5. Como é “ser policial”?
    a. Em que consiste o trabalho?
    b. Descreva 1 ciclo do seu trabalho.
6. Como é ser mulher/homem na corporação policial?
    a. Abordar a identidade de gênero
    b. Questões específicas relacionadas ao gênero
    c. Discriminação, violência psicológica, agressões, ameaças, assédio...
7. Houve treinamento para o trabalho?
    a. Quais os tipos de preparação (comportamental, treinamento físico, preparação psicológica para realizar o trabalho, estratégias para lidar com pessoas)?
8. Como foram os primeiros dias de trabalho?
9. Houve diferenciação por gênero no início da carreira militar?
    a. E após alguns anos de carreira?
10. Sobre o salário (importante para a questão da valorização e do reconhecimento):
    a. Está contente com o salário?
    b. O salário é suficiente ou não?
11. Já se afastou do trabalho?
    a. Motivos
12. Quais as formas de violência relacionadas ao trabalho que os policiais e as policiais identificam em seu cotidiano profissional?
13. Quais as repercussões sentidas sobre a saúde e vida do “relacionar-se diretamente com a violência”?
    a. Efeitos sobre a saúde física?
    b. Efeitos sobre a saúde mental?

   c. Ambas? Tem sintomas psicossomáticos em decorrência do trabalho?
14. Existem repercussões da profissão escolhida sobre a vida pessoal?
   a. O que faz no tempo livre?
   b. O que faz no dia de folga?
   c. Como os familiares lidam com a profissão?
   d. Acha que o trabalho interfere com outras esferas da vida?
15. Tempo de profissão?
16. Qual o turno de trabalho? Por quê?
17. Satisfação profissional:
   a. Tem orgulho de contar que é PM?
   b. Se fosse escolher hoje, manteria ou não a mesma escolha profissional? Pensa em mudar de profissão?
18. Quais as principais questões/problemas que afetam o bem-estar dos policiais e as policiais?
19. Acha que os homens estão mais expostos às situações violentas do que as mulheres no exercício do trabalho?
20. Presenciou situações que resultaram em morte ou incapacidade grave (comparação entre homens e mulheres)?
   a. Como reagiu para lidar com a situação (pós-ocorrência)?
21. Qual o turno onde há maior confrontação com situações de violência?
22. Já pensou em suicídio ou tentou se matar?
23. Tem episódios de instabilidade emocional (crises de choro, explosões de raiva, etc.)
24. Existem ações institucionais para promover a saúde mental?
25. Quais as estratégias de resiliência utilizadas?
26. Conte um acontecimento inesquecível na sua trajetória profissional.

ANEXO II – Parecer de Aprovação Ética

FACULDADE DE SAÚDE
PÚBLICA DA UNIVERSIDADE
DE SÃO PAULO

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Vida, trabalho, relações de gênero e saúde mental: mediações de policiais militares.

Pesquisador: Samantha Lemos Turte-Cavadinha
Área Temática:
Versão: 2
CAAE: 24380113.1.0000.5421
Instituição Proponente: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo - FSP/USP
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 565.104
Data da Relatoria: 21/03/2014

Apresentação do Projeto:
O estudo pretende contribuir para a ampliação do conhecimento sobre saúde mental e trabalho, especificamente considerando as relações de gênero nas instituições policiais militares, com destaque para as condições de trabalho, as mediações com a violência relacionada ao trabalho e as estratégias utilizadas para equilibrar trabalho e vida pessoal.

Objetivo da Pesquisa:
Identificar como as relações de gênero e a relação com a violência configuram as condições de trabalho e de vida pessoal e compreender de que maneira estas duas relações atuam sobre a saúde mental de policiais militares de uma corporação localizada em Brasília/DF.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:
idem parecer anterior

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:
idem parecer anterior

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:
O pesquisador explicitou a existência de riscos mínimos no TCLE e apresentou declaração comprometendo-se em encaminhar ao COEP a autorização administrativa solicitada, antes do início da pesquisa.

Endereço: Av. Doutor Arnaldo, 715
Bairro: Cerqueira Cesar **CEP:** 01.246-904
UF: SP **Município:** SAO PAULO
Telefone: (11)3061-7779 **Fax:** (11)3061-7779 **E-mail:** coep@fsp.usp.br

FACULDADE DE SAÚDE
PÚBLICA DA UNIVERSIDADE
DE SÃO PAULO

Continuação do Parecer: 565.104

Recomendações:

nada a acrescentar

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Como o pesquisador atendeu as solicitações apresentadas, recomendamos a aprovação do projeto.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

SAO PAULO, 24 de Março de 2014

Assinador por:
Sandra Roberta Gouvea Ferreira Vivolo
(Coordenador)

Endereço: Av. Doutor Arnaldo, 715
Bairro: Cerqueira Cesar **CEP:** 01.246-904
UF: SP **Município:** SAO PAULO
Telefone: (11)3061-7779 **Fax:** (11)3061-7779 **E-mail:** coep@fsp.usp.br

ANEXO III - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa intitulada “Vida, trabalho, relações de gênero e saúde mental: mediações de policiais militares.”, cujo objetivo é:

• Identificar como as relações de gênero e a relação com a violência configuram as condições de trabalho e de vida pessoal e compreender de que maneira estas duas relações atuam sobre a saúde mental de policiais militares de uma corporação localizada em Brasília/DF.

A sua participação será através de uma entrevista semiestruturada que será gravada e posteriormente transcrita. Ressalto que sua decisão em participar deste estudo é voluntária, você não será pago por sua participação, assim como não terá nenhum custo. Assim sendo, poderá se retirar do estudo a qualquer momento, sem nenhum prejuízo. A pesquisadora responsável se compromete em utilizar em todos os registros um código/codinome que substituirá seu nome e de não mencionar nenhuma informação ou característica que possa identificá-lo(a). Todos os dados coletados serão mantidos de forma confidencial. Sua identidade não será revelada em qualquer circunstância. Sua participação envolverá riscos psicológicos ou sociais mínimos em função da natureza pessoal das perguntas da entrevista.

Os discursos coletados serão usados para compor o resultado da pesquisa e podem ser usados em publicações científicas pela pesquisadora sobre o assunto pesquisado.

Estarão garantidas todas as informações que você queira acerca da investigação, antes, durante e depois da pesquisa e, se você tiver alguma dúvida, deve contatar a pesquisadora Samantha Lemos Turte-Cavadinha pelo telefone: (61) 9126-9009 ou por e-mail samturte@usp.br. Caso você se sinta prejudicado em algum momento da pesquisa, o Comitê de Ética da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo estará disponível através dos telefones (11) 3061-7779/ 3061-7742, do e-mail: coep@fsp.usp.br e endereço Av. Dr. Arnaldo, 715 – Assessoria Acadêmica.

Data ___/___/___

_____ _____

Assinatura do participante Assinatura do pesquisador

ANEXO IV – Acervo de trechos das entrevistas por categoria

ENGAJAMENTO SUBJETIVO COM A PROFISSÃO

Escolha profissional

Bom, quando eu era mais nova, eu queria ser policial. Aí, só que aí eu não pude fazer o concurso de 1998. Fiz o de 2001 e não passei e acabei meio que desistindo para seguir com outras coisas, profissão. E aí surgiu a oportunidade em 2009 de fazer o concurso e eu fiz e entrei. E assim, eu tinha vontade de ser policial, achava bacana, bonito e resolvi fazer o teste para saber se era bom mesmo. (Soldado Galena)

Eu falei, "ah, esse concurso é legal", porque a minha família toda é de policiais. Aí eu já conhecia como é que era, e eu pensei "ah, é um lugar legal pra ir" e deu certo. (Soldado Safira)

Foi um destino, apareceu um concurso, eu falei "vou fazer, eu gosto da profissão também, vou fazer". É, tem umas coisas que gosto e tem umas coisas que eu não gosto. Não é uma coisa que é 100% aqui e eu vou morrer aqui, não. Eu estou estudando, se eu arranjar uma coisa melhor, vamos dizer que eu estou estudando e passe num tribunal de contas, eu vou. Eu ficaria também na área da segurança pública. Se eu fizer concurso, vamos dizer, pra polícia civil, vou pra polícia civil. Tranquilamente. Pra mim, eu sou adaptável. Eu sou adaptável ao sistema. (Soldado Filito, homem)

Identidade e trabalho: motivações, ideais e significados

Estou feliz, gosto do trabalho, tenho orgulho de ser da polícia militar e a gente aprende, depois que gente entra, assim que a corporação é muito fechada, sabe? Assim, no sentido das pessoas te apoiarem, às vezes você passa por alguma situação de algum familiar seu que teve algum problema em alguma situação, você liga, aciona, faz o trâmite normal, aciona a polícia e você vê que todo mundo vem, aparece polícia, chega gente de tudo quanto é lado pra te dar apoio, porque eles pensam "puxa, é um colega nosso, é como se fosse alguém da nossa família". Então eles tomam aquilo, a gente vira uma família, sabe? Então isso faz com que você vá sentindo orgulho de pertencer a esse grupo, a essa corporação, né? Hoje eu estou na polícia militar, mas eu continuo com meus estudos. Eu não sei como vai ser futuramente. A gente tem colegas aqui que estão passando no concurso da polícia civil, teve esse último agora, então já saiu um número grande dos que entraram comigo, com a minha turma, um número grande já está na polícia civil. Quer dizer, não deixa de ser uma coisa que todo mundo tem o direito de estar buscando também crescer, melhorar, né? Então, assim, estar na

polícia militar dá orgulho pra gente? Dá orgulho, você passa a admirar, você passa a respeitar, por mais que aquilo não seja a primeira opção da sua vida, mas já que aquela porta se abriu, você passa a viver e saber reconhecer e valorizar. (Soldado Pérola, mulher)

Ah, eu sempre gostei muito da minha profissão. Olha, eu não sei, de uma certa maneira eu sinto assim uma certa admiração, tanto dos populares quanto da minha família. E eu acho bom também ajudar as pessoas. Quando tem uma ocorrência e a gente corre lá. Pena que agora, no momento, eu estou impossibilitada de trabalhar na rua. (Sargento Ametista, mulher)

Então nesse aspecto que eu vejo, mas eu não sei porque a profissão realmente ela tem uma carga que está sendo vencida. Por exemplo, antigamente eu não gostaria que meu filho fosse policial militar. Hoje em dia se ele for, ele está bem, com salário inicial de R$ 5.800,00, com plano de carreira e muitas regalias, a escala é favorável, podendo fazer uma faculdade... fazer não, porque só entra com nível superior, mas podendo fazer outra faculdade ou mestrado e doutorado com adequação do serviço amparado por lei, antigamente não tinha essa condição. (Sargento Crisoprásio, homem)

Ser policial é uma profissão muito bonita pra mim. Eu tenho dois filhos, eu ensino isso pra eles também, mas acontece que a gente não é reconhecido e outra coisa que eu não gosto é essa hierarquia militar. Pra mim nunca me adaptei com isso. Mas é um trabalho bom. A gente ajuda as pessoas, serve a comunidade, acho que é isso. (Cabo Xisto, homem)

É, quando a gente pensa assim, ser policial a primeira coisa que vem assim na minha mente é responsabilidade, sabe? É dedicação, muita tensão, proteção, profissionalização, que é uma área que se você precisa, mesmo a gente não estando trabalhando, no meu caso, que trabalho interno, o meu serviço é interno, você vê a necessidade de estar sempre se atualizando em razão estar vindo muita demanda, né, às vezes dos colegas que estão na rua, porque a gente trabalha muito com as ocorrências, no caso na seção que eu trabalho, e você trabalha com as necessidades que eles estão passando na rua, de alguma situação que aconteça, de alguma ocorrência, às vezes de um equipamento. Então você vê que você precisa estar atualizando, se profissionalizando e servindo também de apoio, não só pras pessoas, pra sociedade, mas também pra esse trabalho em grupo que a gente realiza. Então, assim, ser policial é uma profissão que te exige muito e que pede muito... (Soldado Pérola, mulher)

Motivação pro trabalho? É uma ocupação que eu acho que é digna. Eu gosto de ser policial, apesar de todas as dificuldades que nós temos, né? De não ser muito reconhecido também pela sociedade que muitas vezes encara a gente como se fosse meramente uma força que o Estado tem pra oprimir a população. Eu não encaro dessa forma. Eu encaro que a polícia de um modo geral, não só a polícia militar, ela tem a função dela importante de

manter a ordem, mas também de organizar a sociedade, de manter um equilíbrio na sociedade, porque o cidadão, de um modo geral, ninguém é igual. Tem os bem-intencionados, os mal-intencionados, né? Então tem que ter esse equilíbrio mesmo na sociedade. Então eu tento contribuir pra ter esse equilíbrio aí. (Sargento Granito, homem)

O policial é aquele, ele... é uma das poucas instituições que ainda funciona. É a percepção que eu tenho hoje em dia, né? Do Estado que funciona, que chega a alguns locais onde o Estado não chega. Então, ser policial é uma esperança de que a lei ainda seja cumprida em alguns locais, porque... eu falo isso, porque nós temos problemas aqui na área, problemas de drogas e de moradores de rua, por exemplo. E nenhum, não existe nenhum outro órgão que atue com esses moradores de rua, com essas pessoas viciadas em crack, por exemplo. Até existem, mas não funciona na prática. Então, pela experiência que eu tenho aqui, na nossa área de atuação, é o único meio hoje em dia que o Estado tem pra chegar nessas pessoas excluídas aí na marginalidade. Então a polícia tem uma função muito importante, porque ela acumula além das suas próprias funções, funções de outros órgãos, que seriam de outros órgãos e que seriam funções não propriamente policiais, mas funções até de assistência social, por exemplo. Então é por aí. Algumas pessoas, alguns moradores de rua tem doenças mentais também. E são encaminhadas por nós pra um hospital psiquiátrico. Então são nessas áreas aí que a polícia entra. Na omissão do Estado, a polícia é a única instituição que ainda atua, mesmo que de maneira até improvisada. (Capitão Rubi, homem)

Eu acho que com o decorrer dos anos, com a lida, parece que você já absorve o trabalho e aquela sensação que inicial do medo, pensando "nossa eu estou indo pra rua", o fato de você estar pondo uma farda, com uma arma, aquilo ali parece que já te coloca, assim, já te prepara, você tem a sensação de que a qualquer momento pode acontecer alguma coisa e que você vai ter que reagir, ou com relação à sua vida ou à vida de alguma outra pessoa. Então você vai absorvendo aquilo. Você não esquece, mas com o tempo você vai pegando segurança também e vendo que não é todo dia que você passa por aquela situação que são mais graves. Aqui em Brasília também é uma situação que a gente vive muito atípica com relação aos outros Estados, porque a gente sabe que algumas cidades-satélites, que aqui a gente tem o centro, que é o plano piloto e as cidades-satélites que é onde estão os maiores riscos, os maiores números de ocorrência, então que vive tendo situações de homicídios, situações de sequestro, casos potenciais que te expõe mais. (Soldado Pérola, mulher)

É, aí o que eu estava colocando a situação de buscar esse apoio que a gente precisa de dar pra equipe quando a gente está de serviço, né? De você sentir que, conforme você vai vendo os resultados, eu acho que esse trabalho da rua em si, ele dá muito esse retorno, enquanto que o trabalho interno é papel, é a situação já finalizada. É bom porque você vê que realmente o serviço e o preparo de todo mundo está dando certo e está atendendo ao que as pessoas, no caso na região onde o batalhão está, está

sendo atendido, né? E, quer dizer, e você vê que realmente é uma profissão que vale a pena, apesar às vezes você saber que tem os riscos. Que é uma profissão que você lida, e tem até uma frase que todo mundo fala "você sabe que de manhã você sai de casa, mas você não sabe se volta", quem vive muito isso é quem está muito vivendo o serviço de rua. Então, eu... o que eu busco, o que me motiva por manter e estar na profissão é isso, é uma profissão que te dá esse retorno, de você sentir que você pode trazer uma segurança pras pessoas e, de certa forma, não só pras pessoas que você nunca viu, e às vezes pra sua própria família, né? Então isso aí é o que mais me motiva a buscar e permanecer na profissão. (Soldado Pérola, mulher)

Só que da mesma forma que resolve, mesmo com pouco tempo de polícia eu percebi que, assim, eles podem mandar você fazer isso ou aquilo, só que na rua quem decide se vai fazer um bom trabalho sou eu, pode estar um oficial do meu lado, mas é totalmente discricionário, você vai abordar sobre fundada suspeita. Se eu estou vendo aquele peba, com cara de peba, que eu sei que é um marginal , mas eu acho que ele não está em fundada suspeita, eu não vou abordar. Então se eu estiver fardadinho, com a barba feita, cumprindo o horário, não tem como, esse tipo de coerção não adianta, não funciona, não faz a polícia funcionar melhor. Igual agora. Agora eles ativaram um sistema de controle das viaturas, de geocontrole, de monitoramento das viaturas e ficam ali da sala do comando vendo exatamente onde a viatura está. (Soldado Jaspe, homem)

Tornar-se policial

Eu acho que quando a gente forma pra ser policial, a gente sai do curso, é que nem eles falam, cheio de gás, né? Você quer ir pra rua, você quer ver a ação, você quer fazer, você quer estar ajudando, você quer ver ocorrência, você quer estar ali agindo e pondo em prática tudo aquilo que a gente aprendeu no curso. E aí, de repente, em momento algum eu me vi trabalhando internamente. Nem passava, porque eu achava que era uma coisa que estava muito distante. Até porque sempre eles colocavam "não, vocês vão ficar muito tempo no trabalho externo porque há essa necessidade. Então toda a quantidade de policial na rua é bem vindo, né?" Então em momento algum eu me vi no serviço interno. E aí quando eu vi que me chamaram, no início eu fiquei um pouco com aquela resistência. Não sabia se eu iria me identificar, porque até então você preparou o corpo, preparou o físico, o espírito, pra estar ali naquele serviço de rua, de repente eu ter que me ver atrás de uma mesa, mexendo com papel, mas em razão do conteúdo que vinha nesses papéis, do que a gente estava trabalhando internamente, você não deixa de sentir que está trabalhando como polícia, né? Então, eu acho que eu consegui me adaptar e continuar realizada. (Soldado Pérola, mulher)

Eu me tornei uma pessoa mais desconfiada. Acho que é normal. No mundo que a gente vive hoje é normal a gente ser desconfiada. E a gente é obrigada a ser desconfiada. O mundo está muito violento. E depois que eu entrei na polícia eu vigio muito mais. Eu desconfio muito mais. (Cabo Opala, mulher)

Os primeiros dias foram um pouco... um pouco de um momento de euforia, de ansiedade, por estar em situações que pudessem me trazer adrenalina e eu pudesse estar numa situação que eu via que era passada nos filmes, na televisão, que poderia ser uma situação interessante. E, por outro lado, também temeroso, pelas circunstâncias que essa situação traz, mas a gente vê que isso é muita coisa do cinema, no dia-a-dia é bem mais, como é que eu vou falar, não tem esse glamour todo não. (Cabo Diopsídio, homem)

Eu acho que, quando a gente entra, a gente já tem perfil para ser policial. Quando a gente faz os exames para passar na polícia inclusive a gente faz o psicotécnico e aí nesse exame psicotécnico se coloca uma série de situações na qual você acaba se identificando ou não com a profissão. Eu acho que a gente já tem alguma coisa, na minha época era assim. Aí depois o pessoal começou a entrar na justiça para tentar derrubar o psicotécnico quando reprova e eu acho que hoje tem um monte de gente que realmente não tem o perfil. (Sargento Esmeralda, mulher)

Olha, fácil não foi. Porque é um curso pesado, um curso com horário muito longo. Tinha hora pra entrar, não tinha hora pra sair. A própria questão de que eu nunca fui de ficar olhando arma. O costume que você tinha que fazer o processo que foi, na verdade, de pegar o armamento, manusear o armamento e começar a atirar e você saber que você tem uma arma na sua cintura. Você tem que prestar muito mais atenção. Então eu acho que foi pesado, mas não foi aquele bicho de sete cabeças, não. Deu pra levar. Já os primeiros dias foram bem difíceis, aqui, no caso. Porque, não sei, eu acho que eu não tinha entendido ainda o que era ser polícia enquanto eu estava no curso. Depois que eu, na semana que a gente teve que vir pra cá mesmo, que eu peguei a arma, principalmente, que eu fui pra casa, "caraca, eu estou com a arma aqui". Aí, esse processo, essa primeira semana pra mim foi bem compli... não é complicada, mas foi de um estresse um pouco maior, mas agora eu já acostumei total. (Soldado Turquesa, mulher)

No começo foi bem difícil. Até os cinco anos era aquela luta de como eu era antes pra me adaptar nessa nova forma de vida. Foi, assim, foi bem... ou como se diz uma batalha interna, alguma coisa assim. Pensamentos. Bem difícil, porque, principalmente, quando você vem de um meio que não tem nenhum policial. Você entrou... É igual um colega meu que fez a monografia dele, quando você entra no quartel, a guarda do quartel é um divisor de mundos. Você entrou aqui é um outro mundo. Saiu lá você tem todos os direitos. Você entrou aqui os seus direitos são cortados pela metade ou mais. (Cabo Xisto, homem)

Pra mim foi fácil, não foi difícil, não. Com o tempo foi moldando, né? Olha, pouca coisa eu mudei. Eu já vim do exército, já. A gente fica mais responsável, né? O cara está solteirão ali. A função do policial exige muita responsabilidade. Então eu era solteirão, imaturo, era um pouco irresponsável. Não tinha compromisso com horário, essas coisas. Aí no princípio eu aprendi isso. É muita responsabilidade. (Sargento Ônix, homem)

Mudei. Graças a deus, eu aprendi a ter mais paciência com as pessoas, de um modo geral, porque já passei por muita situação difícil e tinha que contornar da melhor forma, pra não comprometer a minha pessoa e as pessoas que estavam sendo atendidas também, né? Muitas vezes a gente não tinha esse retorno até da população. Você está ali pra trabalhar e, muitas vezes, você era, de uma certa forma, você era rechaçado dali, sabendo que a gente tinha que fazer aquele serviço que contraria os interesses das pessoas, né? Também eu fui amadurecendo, porque eu era muito novo, e aprendi muita coisa trabalhando na atividade e nas relações com as pessoas. Eu acho que eu pude tirar o melhor proveito, das situações difíceis que eu tive, eu acho que eu pude aproveitar essas situações pra desenvolver minha mente, né? Eu acho que sim. Pra mim eu acho que não fez muito mal, não. Acho que não fez muito mal pra mim, não. (Sargento Granito, homem)

Eu acho que a polícia me mudou em si. Assim, eu sempre fui muito tranquila, educada, não sei o que lá, mas eu me vejo de outra forma hoje. Eu não sei explicar o porquê. Não sei, mas eu me vejo de outra forma. Eu presto muito mais atenção onde eu estou. Eu não consigo mais sentar de costas pra porta quando eu estou num lugar, mesmo desarmada e tudo. Outra coisa, a minha postura sempre foi mais tranquila. Tem gente que fazia um monte de coisa antes que não faz agora, mas eu não sei. Não sei explicar, mas eu sinto dentro de mim que hoje eu estou diferente, mais observadora, mais quieta, só analisando as coisas, isso eu vejo que mudou um pouco. (Soldado Turquesa, mulher)

Foi fácil, porque em nenhum momento eu deixei de fazer as coisas que eu faço, em nenhum momento eu deixei os meus amigos que me conhecem, em nenhum momento eu mudei nada. (Sargento Mármore, homem)

É difícil ser policial, porque lida com os interesses das pessoas, tem que andar plenamente na lei. A gente é muito visto, como é uma força do Estado que tem que estar presente com a população no dia-a-dia, a gente é muito observado, né, e tem que agir estritamente dentro da lei. E isso não é fácil. Tem situações diversas aí que o policial tem que ter muito autocontrole. Situações de extremo risco, de alto estresse mesmo assim, que tem que ter muito autocontrole nas ocorrências. Porque a gente lida muitas vezes com o lado mais podre da sociedade, vamos dizer, a criminalidade. Que é uma doença que tem na sociedade e que pode ser sanada. Eu acredito que possa ser bem diminuído mesmo assim na sociedade, conforme vai desenvolvendo a presença do Estado, as políticas públicas, de atuar, de desenvolver o ensino, uma qualidade de vida, cobrindo totalmente as

necessidades básicas das pessoas pode haver uma melhora, assim, dessa situação. Uma qualidade de vida melhor, uma distribuição de renda melhor, né? Profissionalizando as pessoas, então isso aí vai minimizando esse estresse, esse desgaste que tem em relação à população e em relação ao Estado. Vai, vamos dizer assim, vai diminuindo essa dificuldade que tem de organizar o Estado. Eu acho que vai melhorando pra todo mundo, tanto pra população quanto pra gente. E eu tento contribuir pra isso e não é fácil, porque é igual eu falei, que essas diferenças até da ignorância da população muitas vezes na hora de lidar com a polícia, nem todo mundo chega com educação pra falar com a gente, muitas vezes chega já com a ideia bem distorcida da presença da polícia e a gente tem que ir contornando, né? Tem que agir até psicologicamente mesmo pra lidar com essas situações com as pessoas, né? (Sargento Granito, homem)

MILITARISMO E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Treinamento militar

Abordagem, né? Policiamento comunitário. Uso progressivo da força, né? Ou seja, usar a força necessária. Comunitário é tratar o cidadão. Um curso muito bom de policiamento comunitário. Equitação. Tiro. Porque você não pode errar. Tiro você não pode errar. Quando a gente erra um, reflete na polícia do país todo. Não é isso? Não pode errar e quando atira... Eu peço a deus que eu nunca precise usar essa arma aqui, mas se precisar, fazer o que, né? (Sargento Ônix, homem)

Dez meses. Tem muitas matérias, né? Tinha em torno de umas 23 matérias. Direito penal, processual, constitucional, técnicas de abordagem, língua portuguesa, regulamento interno, né? Estatuto. (Cabo Xisto, homem)

O treinamento pra entrar na polícia? Foi terrível, porque o que que acontece? Quando você está entrando na polícia militar, tem o chamado curso de formação e esse curso de formação, o meu, durou onze meses. E eles fazem o que? Eles pensam que vão modificar a personalidade de uma pessoa. Pô, eu entrei com 30 anos. Será que eles vão conseguir modificar a minha personalidade com 30 anos? Não vai, se o cara é calmo, ele vai continuar sendo calmo. Se o cara é nervoso, estressado, alterado, ele vai ser um cara, dificilmente ele vai mudar alguma coisa. (Soldado Filito, homem)

É, teve treinamento, mas não foi o adequado. Eu acho. Foi muita ralação, muito "Sim, senhor! Não, senhor!". Muito submisso ao superior. Quer dizer a gente estava treinando pro exército ou pra uma guerra, né? O lado psicológico não existia "vamos sair pra rua, aborda assim, joga na parede, mete a mão nas orelhas e depois tu pergunta". Em 88 era por aí. Aí eu aprendi a trabalhar desse jeito, metendo a mão na orelha, e hoje em dia não é assim. (Sargento Citrino, homem)

O treinamento militar não foi percebido pelas mulheres policiais como sendo mais brando pelo fato delas serem mulheres.

Não tinha moleza pra mulher. O treinamento é igual pra todo mundo, mas é suportável. A gente passa por muita atividade física, a gente está muito em sala de aula, mas, assim, é todo mundo junto, é todo mundo na mesma guerra, sabe? Então todo mundo suporta igual. *(Cabo Opala, mulher)*

Alguns entrevistados criticaram as exigências abusivas, tanto físicas quanto psicológicas, no processo de formação de novos policiais. Pelos relatos, foi possível notar que embora tenham acontecido mudanças em relação ao passado, alguns abusos ainda permanecem.

Hierarquia, relações de poder e abusos

Antigamente a gente fazia faxina, fazia um rodízio na faxina, além do seu serviço, você tinha uma faxina. Então fazia uma escala. Hoje eu fiz uma faxina, aí tinha uma panela, um talher e um prato do sargento. Eu não gostava de sargento. Hoje eu sou sargento e gosto de sargento. Aí eu já fiz a faxina, "não, mas falta aquele prato e aquela panela e aquele garfo ali", aí eu falei "sargento, sinto muito, mas eu sou homem igual ao senhor, fiz o que eu tenho pra fazer e aquela panela, aquele prato, aquele talher, não vou limpar porque foi o senhor que sujou, e devido ao senhor exigir muito, sobrecarregar muito aqui a gente", a gente já estava numa escala ruim que era 24X48, 3X3, você puxava 3 horas e descansava 3, aí ele ainda quer se achar no direito de sujar uma louça e você lavar? Não, peraí! Então ele só pensava em prejudicar. *(Sargento Crisoprásio, homem)*

VIOLÊNCIA RELACIONADA AO TRABALHO

Compreensão das violências

Acho que é ultrapassar os limites que a sociedade coloca é... que seja algo que se espera na normalidade. Sei lá, sai de uma discussão pra uma agressão e por aí vai. *(Soldado Jaspe, homem)*

Violência. Isso é meio complexo. Violência para mim, tapa, uma palavra assim já é violência. Entendeu? Para mim até a falta de respeito também é violência. Um som alto que incomoda os outros. É pouco, mas também é violência. *(Sargento Ônix, homem)*

Violência é tudo aquilo que te agride. Tipo assim, não necessariamente fisicamente, mas, por exemplo, uma agressão verbal, para mim também

passa a ser uma violência. Digamos assim que o chamado bullying, que hoje tem agora essa especificação do bullying, que é uma violência. Então para mim é tudo aquilo que agride, que te agride como pessoa, como um ser humano, digamos assim. Não precisa ser algo físico. Às vezes, até mesmo um gesto de hostilidade, para mim isso também é uma violência. (Soldado Galena, mulher)

Olha, tem violência física, tem violência psicológica, muitas vezes é pior que a física, né? A forma que a gente trata com as pessoas. Tem violência, falta de respeito. (Sargento Coral, homem)

Violência... Acho que tudo aquilo que agride a outra pessoa, não só fisicamente, como psicologicamente. É uma agressão. Independente de qual gênero, mas uma agressão. (Soldado Turquesa, mulher)

Violência? Violência pra mim vai desde uma coisa simples que é cercear um direito até o que é mais grave que é o homicídio. Violência é bem amplo. (Cabo Xisto, homem)

Violência é uma coisa assim, é um atentado contra a dignidade da pessoa humana. Violência pode ser uma propaganda, pode ser uma agressão verbal, uma atitude. (Sargento Mármore, homem)

Condições de Trabalho

Bota uma blusa por cima. Aí chega no meio do caminho e tira. É uma possibilidade. (...) Ah, eu não ponho o colete não. Ponho o colete só aqui. Geralmente embora eu vou com ele, mas pra vir, eu não venho. (Soldado Turquesa, mulher)

Eu acho que eu estou muito exposta. É, assim, repercussão na vida pessoal, eu não sei, mas hoje eu me sinto muito exposta. Há cinco ou seis anos atrás eu andava fardada tranquilamente. Hoje eu já não consigo sair de casa fardada. (Cabo Opala, mulher)

Aqui na nossa área, ela não tem uma comunidade de moradores. Não é uma área residencial, então o convívio com as pessoas aqui é seco, não tem contato humano daquela pessoa que você conhece, que mora ali, sei lá, a vizinhança mesmo. Porque quem trabalha nessas áreas residenciais, as pessoas são sempre as mesmas, então eu imagino que dê até pra conhecer as pessoas pelo nome. Pensando em uma situação ideal. Então com o convívio que nós temos aqui na área de atuação é até agressivo. A nossa área de atuação é diferente. Nós temos que proteger esses edifícios aqui. Então nós somos até constantemente agredidos com palavrões, com poluição sonora, né? Carros de som num volume altíssimo, pedras, pauladas, ofensas em geral, excesso de sol, às vezes, chuva, fome e sede. E na rodoviária do plano piloto, aquele lugar maravilhoso, né? É um ponto turístico, né? Nós temos lá poluição sonora, nós temos a droga, nós temos multidões, temos multidões e é isso. O convívio aqui não é nada humano. (policial militar, homem)

Falta de incentivo, a falta de reconhecimento, é o trabalho excessivo, é o você não poder escolher, né? Então, assim, muitas vezes a gente conversa aqui entre a gente, "poxa, mas a polícia militar é uma mãe", realmente ela é uma mãe, se eu preciso chegar mais tarde eu consigo, se eu preciso sair mais cedo eu consigo, coisas que os funcionários aí da iniciativa privada não conseguem. Se a pessoa trabalha na loja e ela falta, ela tem o salário dela cortado naquele dia. Se ela falta três dias seguidos e não justifica, ela está na rua. E aqui na polícia a gente não tem isso, mas por outro lado a gente enfrenta essas questões de "poxa, mas eu trabalho tanto, eu prendi isso, peguei arma e tudo" e, assim, a gente sempre ouve que "isso é obrigação". Poxa, é obrigação, mas se você for elogiado, você não trabalha melhor? (...) É, nessa situação aí na qual eu falei agora, é relacionada ao administrativo, porque o pessoal que está na tropa, eles, infelizmente, tem um tratamento diferente do nosso. No administrativo eu entro 13h, mas eu ligo pro meu chefe "olha, eu estou precisando resolver uma coisa, vou chegar um pouquinho mais tarde", então está tudo tranquilo. Já o pessoal que está na escala, eles têm uma dificuldade com relação a isso. Se chegar atrasado, se faltar e não justificar, vai ser ouvido. Aí abre-se todo um procedimento, ele é ouvido, e se não justificar, não convencer, ele vai ser punido. (Cabo Opala, mulher)

Às vezes tem alguma missão, tipo permanecer em algum ponto de bloqueio ou permanecer fazendo um PB fixo. PB fixo é uma parada fixa em determinado local escolhido por determinado comandante de um horário até o outro, tipo de 13h30 até às 15h em certo local. Às vezes pegar mais um efetivo para junto com outra viatura fazer um ponto de bloqueio, ou seja, uma barreira para verificação de documento e situação de trânsito na via, que está indo ou vindo e situação de documentação e a gente visa muito arma e droga. Então a gente sempre tem que estar sempre com isso em mente. Arma e droga. Agora existe uma coisa que a gente consegue... é individual de cada um, né? Então eu vou te falar, você consegue, em certos aspectos, saber só pela entrevista, no caso pela entrevista aqui, pela entrevista de abordagem se a pessoa está com alguma coisa ou não. Ela vai estar nervosa, ela vai estar em certos aspectos vai estar fora do normal. A gente procura chegar perto para ver se tem algum cheiro de bebida alcoólica. A gente pergunta pro passageiro se está tudo bem, tudo tranquilo. Táxi, tem a operação do táxi que de vez em quando a gente aborda táxi. Tem situações que a gente tem que abordar moto. Tem situações que eles passam pra gente "ó, hoje a incidência de roubo de veículo de marca tal foi grande, atento à abordagem de veículo tal". Também passam para a gente a placa do veículo roubado. Então via rádio todo mundo fica sabendo que aquele veículo foi roubado. Então a gente fica atento, a gente anota na prancheta a placa, a unidade federativa, cor e modelo e sempre fica atento. Só que a gente tem que saber o seguinte: as viaturas, já não existe mais a perseguição, existe acompanhamento, tendo em vista que as viaturas são muito rodadas, o que acontece, tem um carro instável. Você não tem um carro estável e você tem que prezar pela sua segurança também. No

momento que você vê certas situações, automaticamente você faz um contato e pede apoio, para que você não tenha que sair desesperadamente correndo só com uma viatura ou com duas. Então é esse o serviço. Deixa eu ver se tem mais alguma coisa a acrescentar... É, basicamente é isso durante à noite. De manhã a gente toma um café antes de entregar a viatura. (Sargento Crisoprásio, homem)

Conteúdo do trabalho: lidar com a violência

É, o que eu vejo muito é, principalmente, o tipo de ocorrência que a gente pega, que a gente mais confronta, que são os arrombamentos de veículos, assaltos, principalmente, golpes, estelionato que as pessoas praticam, que é o que a gente mais lida no dia-a-dia. São mais esses tipos de coisa. (Sargento Cristal, homem)

Às vezes a gente se depara com as pessoas toda quebradas. A gente já foi atender uma ocorrência que o rapaz tinha levado uma facada e aí ele veio a falecer. Tem as agressões físicas, tem as psicológicas que aí a gente vê muito em Maria da Penha, né? Marido agredindo, filho agredindo mãe por conta das drogas. É complicado. Deixa eu ver o que mais. É isso. Violência no trânsito tem sido, tipo assim... está em alta, digamos assim. O pessoal não tem muita paciência no trânsito aí acaba tendo muito... tanto é que os acidentes de trânsito hoje, eu vejo como sendo muito violentos. As pessoas se machucam com mais gravidade e, às vezes, é só por conta de intolerância mesmo. Então, assim, eu vejo violência mais assim. Para com a equipe, para com nós policiais, nós não sofremos muita violência física, né? Existem alguns policiais que já andaram levando uns tapas e tudo o mais, mas com relação a minha equipe e a mim eu nunca sofri nenhuma violência da comunidade. A gente escuta uns desaforos, assim, mas nada que... deixa pra lá, né? (Soldado Galena, mulher)

A própria questão da arma, pra mim é uma questão que ainda permeia, eu acho que... eu sei que eu vou ter que agir. Se eu tiver que agir, eu vou agir, mas eu tenho aquela agonia de quando eu estiver paisana, a gente chama paisano, sem farda, e se estiver acontecendo um assalto eu vou ter que agir ali, entendeu? Sozinha. Entendeu? Eu acho bem complicado. Eu trabalho não como uma opção, não. Eu acho que é uma obrigação sim. Eu acho que entra dentro da nossa cabeça dessa forma. (Soldado Turquesa, mulher)

Ah, depois que aconteceu você fica revoltado, né? Fica assim um pouco, como se diz, fica triste, né? Porque ninguém quer ver a pessoa que você trabalha ou mesmo um cidadão ser atingido por um marginal e morta, né? Ninguém quer isso. Mas aí, você vai levando a vida, né? (...) A gente conversa com os amigos lá mesmo da profissão. Eu sou um cara muito restrito, eu não gosto de levar muito problemas que eu tenho no serviço para casa, para a mulher, nem para os meus filhos, não. Tem ocorrências até que aparece na TV e que ela fica sabendo, "ah, mas não era seu amigo, amor?",

e eu falei que era, que aconteceu isso e isso, aí que eu vou falar, mas eu não chego em casa já dizendo o que aconteceu, falando que aconteceu isso e aquilo. Já para não ficar aquele... porque hoje essa profissão, querendo ou não, ela é perigosa, né? Arriscada. (Sargento Ametrino, homem)

Essa violência que tem na rua, no dia-a-dia, isso aqui que faz mal. É um serviço estressante. Estressante, sim. Então o policial tem que estar sempre atento, é uma tranquilidade que ele tem que ter, mas é aquela tranquilidade bem observadora de tudo, na vida toda, não só no serviço, como fora do serviço também. Então ele tem que estar bem, tem que estar tentando lidar com esse estresse do dia-a-dia. (Sargento Granito, homem)

Violência Policial

Durante o curso a gente passa por um, a gente tem diversas disciplinas, aí dentre essas disciplinas tem o policiamento comunitário, que eles falam, que é exatamente isso, esse contato da polícia com a comunidade, deixando aquele serviço de atender ocorrência, situação de crime, para lidar com as pessoas. Para ter essa aproximação da pessoa com o policial, para que ela possa conhecer o policial, a pessoa e ela consiga entender um pouco da atividade na rua. (Soldado Pérola, mulher)

A gente teve uma matéria chamada "Policiamento Comunitário". Ah, acho que foi útil. Um instrutor melhor qualificado ou algo mais da prática... sei lá, levar a gente pra perto da comunidade, pra fazer algum tipo de entrevista ou conversar ou perguntar alguma coisa. Talvez seria mais interessante do que ficar em sala de aula dando exemplos de como é o policiamento comunitário no Japão, os postos policiais foram criados porque no Japão criou e deu certo, só que a população lá é uma e aqui é outra, então... (Soldado Jaspe, homem)

Eu procuro ser cortês com o cidadão e essa cortesia profissional como um braço, ali representando o que de fato sou, um braço do estado para com o cidadão e trata-lo de forma respeitosa e tentar fazer, estar ali para dar a segurança, a sensação de segurança que a gente vê que é tão necessária. (Cabo Diopsídio, homem)

Eu sempre tive uma ótima relação com a comunidade. Hoje eu não estou mais na rua, eu trabalho esporadicamente no chamado serviço voluntário que é como se fosse um extra pros servidores civis. Mas a comunidade onde eu sempre atuei, eu sempre tive um ótimo relacionamento com a comunidade, inclusive, eu fiz amizade com as pessoas. Eu procuro fazer amizade, porque eu acho que tem que ter esse elo. Você está ali para servir a comunidade, mas não te impede de ser amigo da pessoa, mas também o ser amigo não te impede que você cerceie ele de alguns costumes. Você pode dar um sermão, dar um conselho. Nada te impede de ter amizade com um cidadão. (Sargento Coral, homem)

EQUILIBRANDO VIDA E TRABALHO

Organização das jornadas de trabalho

E eles tiraram essa escala noturna e aí o que aconteceu? Desandou a vida de todos os policiais da noite. Porque eu acho que, o que aconteceu, tinham os chamados PCS [Posto Comunitário de Segurança], que é o conhecido do público civil são os postinhos. Então, o que acontecia? Quando você está no posto, escalado, você entra 19h e vai até 7h da manhã. Ou seja, uma pessoa sozinha, sozinha, dentro de um PCS, muita das vezes você não aguenta, você passa 12 horas à noite acordado. Não eram duplas, eles jogavam um ali e se vira. Aí como eles estavam vendo que tinha muita gente dormindo nos postos, eles resolveram acabar. (Soldado Filito, homem)

Acredito que seja esse meu horário, de 14h às 2h, porque é o horário onde tem mais ocorrência. Porque até às 2h da manhã ali é onde acontecem as coisas. Depois das 2 horas da manhã, tipo assim, não tem muito, porque está todo mundo dormindo, então está tudo tranquilo. E aí de manhãzinha também é tranquilo, então eu acredito que seja realmente nesse nosso horário. (Soldado Galena, mulher)

No dia-a-dia eu não percebia isso, mas, assim, no decorrer do dia em razão do volume de trabalho, eu não sei se é só em razão do trabalho policial ou se em outras áreas isso costuma ocorrer, como eu trabalhei na área de saúde também, eu percebia isso também, né, da questão de lidar com vidas, eu acho que isso traz uma sobrecarga grande pra gente, porque exige da gente uma atenção e um cuidado maior. Então, assim, agora no âmbito policial, como eu estou agora na parte interna, eu digo mais em relação ao volume de trabalho, de quantidade, não tanto de expor, de estar na rua, que também é um fator estressor isso daí. Agora em termos de quantidade de trabalho é uma coisa que está sempre te exigindo ritmo, intensidade, você está sempre acelerado e, às vezes, eu percebo que a minha imunidade começa a baixar. Aí você vê que você está gripando mais do que o normal, né, porque às vezes você está ali, mas deu o seu horário, por exemplo, deu 19 horas, você está ainda no trabalho, e você tem ainda aquilo ali, não que você seja obrigado a ficar, mas você está comprometida com o trabalho e você continua, não vê, quando você vai ver já passou uma ou duas horas do seu horário de ficar. E aí você vai vendo que aquele ritmo que você está no trabalho, aquela ansiedade, aquela tensão, você começa a levar pra sua vida pessoal, aí vai refletir na sua relação com os pais, com os irmãos, com as pessoas que estão próximas ali do seu convívio pessoal, fora do ambiente de trabalho. E as pessoas notam que, às vezes, você está mais ansiosa, está mais falante, está mais estressada. Às vezes, você chega em casa e não dorme, perde noite de sono, alimentação também, mas aí depende muito do período. Há momentos em que a gente consegue equilibrar em razão das pessoas te apoiarem também no trabalho e em

outros não. Por exemplo, agora que chegaram novos policiais, terminou o curso agora e eles foram distribuídos e chegaram. Eles estão todos na rua, foram todos empregados já e, quer dizer, o número de ocorrências que têm pra cadastro, pra fazer relatório, agora praticamente duplicou ou triplicou. Então esse é um fator que acaba, no dia-a-dia agora, depois da vinda deles, trazendo de certa forma um estresse pra gente. *(Soldado Pérola, mulher)*

Agora em relação a trabalho à noite, às vezes, muitas vezes, me foge da memória muita coisa que aconteceu há uma semana, há 3 dias, eu não consigo lembrar. Eu acho que é devido a essa parte de você ficar ligado. E, às vezes, eu chego eufórico em casa, no sentido de não conseguir dormir, e só à noite que eu vou dormir. *(Sargento Crisoprásio, homem)*

Eu trabalhava numa escala de 24X72, mas mesmo assim, você parece que é fácil, 72 horas dá pro cara descansar... O problema é que quando você está atrás de um computador, quando você está com uma prancheta na mão, pra saber "ah, cadê o fulano de tal na escala?" ou "por que o fulano de tal não veio?", você se preocupa, não é obrigação ligar, mas eu ligava. Eu sempre tinha uma preocupação com as pessoas, só que as pessoas do outro lado não me davam o retorno. Então, chegou uma época que eu simplesmente, "faltou?", colocava no livro que faltou, aí deixa responder, porque a pessoa só aprende assim. Então você tem aquele monte de relatórios que você tem que fazer, você tem que enviar relatório pro comandante, pro subcomandante, pro supervisor, porque da hora que você entra 8 horas até o outro, eu praticamente, às vezes as ocorrências, às vezes até 11 horas da noite eu estava aqui. Aí você pega uma ocorrência desse jeito aqui, igual esse papel aqui, aí você vai ter que fazer um resumo dessa ocorrência e lançar ali no relatório pra você enviar pro supervisor no dia seguinte, 6 horas da manhã. Por aí, 11h, 11h30, você não dorme direito. Aí você já está, a essa hora, você já está elétrico, porque você acorda cedo pra vim pra cá, se bem que eu moro bem aqui pertinho, se não tivesse tanto trânsito, dá 35, 40 minutos. Aí você não dorme direito, aí você tem que levantar 5 horas da manhã, dorme mal dormido, aí você, eu já levantava preocupado, ligar computador, aí o computador tem que estar funcionando, aí ver as ocorrências que ocorreu na madrugada pra você já ir... tem hora que a mente não funcionava. Você não sabia como formar uma frase dessa aqui. Um texto. Tem dia que eu falava assim "nossa, não aguento isso aqui não. Não estou conseguindo nem fazer nada. Não consigo nem formular uma frase, nem fazer um resumo desse pedaço aqui." *(Sargento Mármore, homem)*

O militarismo é isso. Não tem muito diálogo. Não tem muita coisa pra você optar. Principalmente nós praças. Nós praças. E eu posso dizer que é muito, como que é aquele ditado, é muito cacique pra pouco índio, né? É muita gente pra mandar e pouca gente pra... Quase todo mundo é chefe, às vezes a gente fica aqui, determinou uma ordem, daqui a pouco muda assim e muita gente, muitas vezes isso tem um reflexo na sua vida. Muitas vezes, diversas vezes já aconteceu, você está lá com a sua família e tudo, é dia da

sua folga amanhã, vamos dizer, eu trabalhei hoje, amanhã é dia da minha folga, de uma hora pra outra eles podem te ligar "olha, não vai ter folga, não. Vai ter que descer pra esplanada porque está tendo isso, está tendo aquilo". Então tu fica meio, não pode se programar muito. E o que está acontecendo hoje, eu posso te falar, é que muita das vezes os policiais usam uma gíria que é escamar. O que significa escamar? É ir pro administrativo. Estão querendo administrativo muitas vezes porque não querem ir pra rua, porque sabem que não vai responder processo. O que acontece muito aqui, como tem muitos coronéis, majores, essas coisas todas, e aqui funciona muito na base do QI, o peixe, né? Eles falam "eu tenho um peixe lá que vai me puxar pra um administrativo lá no Comando-Geral", aí ele fica no administrativo, não está na finalidade fim. A finalidade fim é rua combatendo crime, porque sabe que é dor de cabeça. Sabe. A sociedade não está do nosso lado, a gente aprende a enxugar gelo e muita das vezes o bom policial que está na rua é o que mais sofre. E aquele que está no administrativo junto com o Coronel, com Major, com essa galera toda, o que eles conseguem? Conseguem ter mais coisa do que a gente. Consegue folga. Não conseguem promoção, porque eles têm que respeitar escala, né? Hoje tem que respeitar a escala, mas antigamente tinha uma tal de promoção por merecimento. Imagine a babação de ovo que era. Você consegue imaginar? Como eu estou grudado aqui com o comandante então daqui a pouco ele me dá uma promoção por merecimento de alguma coisa e eu passo o meu colega que está lá na rua combatendo os vagabundos a noite toda. E aí? Muitos policiais estão fazendo isso. Da minha turma têm vários. Vários. E por quê? Porque eles não se sentem valorizados. Preferem ir pro administrativo do que ficar na rua. É isso que está acontecendo. (Soldado Filito, homem)

A mim incomoda, eu acho que é o pior de tudo é isso. A folga é muito boa, mas você não pode contar sempre com ela. Às vezes você se programa. Eu não posso me programar para daqui a 3 meses, "ah, tal data eu vou estar de folga, então eu vou fazer isso", porque eu não sei se daqui a 3 meses vai ter um evento aqui na área e eles vão falar "não, precisa do policial". E isso me incomoda. É o que mais me incomoda na verdade, até mais do que o militarismo. (Soldado Jaspe, homem)

Se eu faço o voluntário à tarde, de 15h às 23h, eu tenho que cumprir o horário do administrativo de 7h às 13h. Eu não posso, "ah, hoje eu vou trabalhar voluntário, não vou trabalhar administrativo", Não, não funciona assim. Eu trabalho no administrativo e trabalho no voluntário no mesmo dia. Porque geralmente quando a gente consegue... Pra quem está no administrativo que opta por tirar o serviço voluntário, geralmente a gente vai pro final de semana, sexta, sábado e domingo. Ou seja, eu já trabalhei a semana toda, eu estou cansada da semana. Quando chega na sexta-feira que é o exemplo de hoje, que já trabalhou de manhã, e à tarde vai pra rua, pra voltar pra casa só onze horas, meia noite, é cansativo. Muito cansativo. (Cabo Opala, mulher)

Quando você se forma soldado, digamos que você é pau para toda obra. Você pega o serviço básico. Qual é o seu serviço? Prevenção. Então é manifestação, é o chamado "cosme e damião". Entendeu? Esse é o seu serviço. Ao longo do tempo que você vai para uma viatura. Hoje é até mais fácil, mas antigamente, era só "rala", digamos que era escravo do militarismo. Você chega 7, digamos que o seu horário era 7 às 19h, se não tiver nada você vai embora às 19h, se tiver alguma coisa você fica aí até eu esquecer de você. (Sargento Coral, homem)

Eu trabalho na rua em algumas ocasiões, quando os eventos são maiores. Nem sempre eu trabalho na rua, não. Aqui nós temos oficiais escalados só pra rua. Então foi até uma decisão que novamente o comandante teve de definir as funções de cada um, porque nós antes tínhamos que cumprir o expediente e cuidar, administrar o quartel e a qualquer momento nós éramos acionados pra rua em caso de alguma manifestação, algum show, algum evento religioso. Então, nós tínhamos que conciliar a atividade administrativa com a atividade policial mesmo na rua. E isso era muito estressante. Uma situação horrível. Você não faz nada bem. E aí ele conseguiu. Ele delimitou as funções, "olha, nós teremos oficiais de rua e oficiais que vão trabalhar na área administrativa". Se esses da rua falharem, né, porque eles têm também os afastamentos, tiram férias, ficam doentes, tiram abono, aí sim esses oficiais que estavam na área administrativa poderão ir pra rua pra cumprir a missão. (Capitão Rubi, homem)

Sobrecarga de serviço. Você sair de serviço e ser escalado num serviço extraordinário. Um serviço que você foi escalado sem a sua vontade, você não vai receber, então isso aí é uma coisa que sobrecarrega, porque primeiro, porque não teve o horário certo de descanso. Você contou com o descanso. Como a gente sabe da nossa escala? Você vai lá, acessa, acessa no nosso email, eles mandam a nossa escala no nosso email, a gente abre a nossa escala, ali tem: serviço voluntário, serviço extraordinário, comparecimento no batalhão pra falta. (Sargento Crisoprásio, homem)

Na copa, nós trabalhamos, a polícia militar em peso, trabalhou o mês todinho sem folga. Eu fiquei tão cansada, mas tão cansada. E aí a gente não tinha a opção, porque era um voluntário onde você... onde o policial era praticamente obrigado a colocar o nome. E aí, assim, eu estava já tão exausta, mas tão exausta, que eu chegava aqui pra trabalhar e não sabia mais que dia da semana a gente estava, só sabia que eu tinha que estar aqui hora tal, pra ir pro local tal. Aí eu comecei a perceber que a minha mente estava... eu não estava cansada fisicamente só, mas mentalmente, principalmente. (Cabo Opala, mulher)

Qualidade de vida de trabalhadores policiais militares

É muita responsabilidade. Você lida com tudo. É pressão de todos os lados. É pressão do bandido na rua. É pressão dos comandantes aqui dentro. É pressão principalmente da sociedade, porque hoje tem celular, você não pode sentar pra descansar um pouco, você não pode, sabe? "Ah, tá mexendo, o policial tá mexendo no celular", o policial nem celular ele pode ter. O policial não come, não pode comer. Sabe? (Soldado Turquesa, mulher)

Mesmo com todas as dificuldades, mesmo com toda a violência que a gente enfrenta hoje. A polícia está muito diferente de dezesseis anos atrás. Muito diferente. Poxa, é o que eu te falei lá atrás. Eu andava fardada. Hoje eu já não ando mais. Eu ia no mercado, saía do meu serviço, passava na padaria, entrava no mercado. Hoje já não mais. O bandido ele vê a polícia, a polícia não sabe quem é o bandido. Porque antigamente a gente taxava de bandido, infelizmente, os negrinhos, os malvestidos e hoje não é isso. Você está andando no shopping, a pessoa está lá toda bem apresentada e é uma pessoa que vai cometer um delito. Então eu não me exponho mais de jeito nenhum e evito falar que eu sou polícia. (Cabo Opala, mulher)

Eu acho que eles gostam. O meu esposo não é mais policial militar, ele é policial rodoviário federal, mas eu acho que ele acha tranquilo. O meu filho acha o máximo, o mais velho. A minha mãe fica mais preocupada. Ser policial hoje é muito difícil, se dá tudo certo, se dá alguma coisa errada, você sempre está errado. Então, assim, ela fica: "ah, não, esse negócio de ser polícia não dá certo, não. Porque vocês sofrem demais, porque se vocês agem, vocês estão errados, se vocês não agem, vocês estão errados". Aí eu falo: "ah, mãe, faz parte, né? É da profissão". (Soldado Galena, mulher)

Antigamente, sempre quando eu falava, minha família, por parte de pai eles têm uma condição financeira bacana e aí, desde que eu entrei, eles deram parabéns, mas dava parabéns e já "e aí, você já voltou a estudar para sair, né? Porque você não vai ser policial militar pro resto da sua vida?", e eu falava: "não, eu vou voltar a estudar". Aí depois que eu me envolvi com o serviço, eu acho que foi o meu primeiro serviço que gostei. (Soldado Jaspe, homem)

Num primeiro momento, aquele medo, angústia por você fazer parte da linha de frente de uma profissão que vai lidar com o risco. Eles ficam bem temerosos pela sua vida. Hoje em dia, mudou um pouco, porque eles entendem o risco que estamos expostos todos os dias, mas diante de uma situação que todos nós, independente de eu ser policial, de eu estar fardado, o cidadão comum de todo dia convive diariamente com a situação de violência. (Cabo Diopsídio, homem)

Quando eu fiz a escolha pela profissão, meu pai ficou muito satisfeito e torcendo pra que tudo desse certo. E hoje, eu trabalhando como policial, ele também se realizou vendo isso. Minha mãe, de certa forma, vem aquela coisa de, não sei se por ser mãe, aquela preocupação "ah, está na rua, arma, bandido, tiro", não tanto pelo desempenho da profissão, mas pelo cuidado, pela proteção, mas assim satisfeita porque ela vê que é um lugar

que eu venho feliz, que eu venho trabalhar, da mesma maneira o meu humor que eu saio de casa de manhã, eu volto pra casa à noite. (Soldado Pérola, mulher)

Meus filhos gostam da minha profissão, mas eu falo "não, vai estudar pra ser coisa melhor. Vai ser juiz", coisas melhores, né? Mas eles gostam. Eu falei "se você quiser ser policial militar, seja oficial". A menina está fazendo Direito. Ela quer ser policial. Eu falei "seja, mas seja oficial. Não seja praça, não." Que é outro mundo. São duas polícias aqui. Então eu digo isso pra eles. (Cabo Xisto, homem)

Eu sou policial, então eu vou gastar para me divertir, porque eu tenho que me divertir em função do meu serviço ser estressante. Eu tenho porque tenho que me divertir. Por exemplo, eu mudei de habitação, então esse baque para mim foi um pouco grande, então todo mundo quer sempre o melhor, mas eu já pensei daqui há 10 anos, porque quando eu me aposentar eu já tenho uma moradia excelente, então já estou com o esforço tem que vir, mas tem colegas que gastam dinheiro demais com coisa à toa que são desnecessárias. Em função, eu acredito e tenho certeza porque é a nossa convivência, daquilo que te dá um bem-estar, né? Então falta uma coisa pra o bem-estar de forma geral da corporação, porque é sempre lidando com alguma coisa, lidando com o perigo e tal, aí o emocional fica de uma certa forma, não o emocional, mas como é que eu vou te falar? Tem que ter uma válvula de escape. Se não tiver uma válvula de escape qualquer ser humano tende a ficar agitado, nervoso, alguma coisa. (Sargento Crisoprásio, homem)

Por exemplo, eu acho que é um salário que é insuficiente. Pelo padrão de vida que a gente vive em Brasília. E outra, nós que estamos restritos, não podemos fazer voluntário. Porque o voluntário, que eu já estava acostumado a fazer o voluntário anos atrás, então você acostuma com aquele dinheiro do voluntário para juntar com o salário, que dava para ficar melhor a situação. Mas aí eu já estou há muito tempo sem fazer voluntário. Por um lado é ruim, mas aí você começa a administrar melhor seu dinheiro. Aí é suficiente para pagar as suas contas. (Sargento Ametrino, homem)

Você não é valorizado profissionalmente, pelo serviço que você faz, pelo serviço que você presta e isso reflete na vida pessoal porque, por exemplo, eu converso isso com os amigos, aí sempre tem alguém que vai falar mal do policial. Sempre, sempre, sempre. Quando eu não era policial, mas eu casada com policial, e numa roda de amigos que não tinha nada a ver com polícia, sempre tinha alguém que falava mal da polícia. Sempre, sempre, sempre. Então, assim, sempre vai ter alguém ali falando mal. E, às vezes, a pessoa fala mal sem saber a situação em que o tal policial se encontrava. É claro que existem casos e casos, mas eu vejo assim que há uma... a própria corporação não valoriza o trabalho do... Acontece uma coisa muito chata na PM que é assim, existem os policiais que trabalham certo e os policiais que trabalham não tão certo, e a PM ela tem a mania de ficar passando a mão na cabeça. Em vez de você dar uma reprimenda, que ela tem meios para isso, fica passando a mão na cabeça até o problema virar uma coisa

gigantesca. E aí quando não dá mais, ninguém segura, simplesmente, tipo, é problema do policial, expulsa ele, acabou. Então resolvemos o problema expulsando aquele policial e não cuidou do problema, porque o problema existe dentro da corporação, digamos assim. Então, se eu sou uma profissional, uma policial, correta, eu nunca infringi lei nenhuma, eu sempre ando com meu uniforme impecável, sempre com a boina na cabeça, nunca xinguei ninguém, nunca bati, nunca fiz algo que pudesse chamar a atenção pro lado negativo, mas se eu tenho um colega que faz isso, aí todos nós vamos pagar por causa de um colega. Por exemplo, o policial militar é, sei lá, teve uma briga de casal, aí o cara era policial militar e matou a mulher. Aí, tipo assim, não pode falar o fulano de tal matou a esposa, não, o policial militar matou a esposa. Então eles sempre tendem a puxar para esse lado. Tudo o que é negativo, eles tendem a chamar assim, o policial militar, não é a pessoa, é o policial. Então, assim, isso desmotiva muito. Então isso é uma coisa que acontece aqui que, sinceramente, eu não sei como mudar esse tipo de comportamento, que isso desmotiva muito. Desvaloriza muito a profissão. E uma coisa que acontece é que todo o podre de polícia parece que todo mundo sabe. É engraçado. Você está numa roda "ah, o polícia lá não trabalha, só fica...", tipo, como assim? Eu trabalho todo dia e estou levando fama de que não trabalho. Só que isso reflete muito. (Soldado Galena, mulher)

Eu queria, queria ganhar mais. Principalmente, porque as outras categorias, polícia civil e Detran ganham o dobro da gente. E eu não sei o porquê dessa discriminação. Eu chamo de discriminação. Só pode ser. Não tem outra explicação. Eu não tenho outra explicação de um policial civil, não estou falando delegado não, ganhar como um oficial da polícia militar, um major. E um agente do Detran ganhar o dobro de um sargento, ganha o dobro de mim, um agente do Detran. (Sargento Ametista, mulher)

[Sobre o salário] Ele aumentou um pouquinho. Está um pouco melhor. No meu caso, a minha esposa trabalha, nós dois sustentamos a casa. Está suficiente. A gente gasta o que ganha, né? Tipo assim, tem cara que ganha 20 mil e não tem controle, tem nego que ganha cinco, seis, e tem controle. Depende muito da gente. Ele não é aquele salário, mas dá pra levar. Por enquanto, né? Por enquanto, a situação está aí da inflação, as correções que a gente recebe é bem menor. (Sargento Ônix, homem)

Suficiente, hoje, pra mim é. Eu sou satisfeito. A gente, nós, policial militar, de todo o Brasil e especificamente em Brasília, que é tido como o melhor salário, todos procuramos sempre a melhoria, mas hoje eu sou muito satisfeito. (Sargento Quartzo, homem)

O salário não é principal queixa pra mim, não. Não sei se seria suficiente no momento em que de repente você é obrigado, você faz uma outra atividade, você desempenha alguma outra coisa como forma de renda e de manter isso, não sei se seria, porque, enfim, eu tenho uma esposa que tem uma renda, e se fosse só minha e eu tivesse que prover a minha família eu não sei como seria. (Cabo Diopsídio, homem)

Se você for controlado, sim, ele é suficiente, mas como eu não sou controlado, então tem que fazer um empréstimo aqui, um empréstimo acolá, se virar. E eu acho que nós deveríamos ganhar mais pelo que a gente faz, porque já teve uma época que a gente ganhava menos de um salário mínimo. Nessa época eu passei fome. (Sargento Citrino, homem)

Eu não tenho pretensão de sair da polícia, da PM, né? Muitos colegas querem sair da policia por causa de salário, essas coisas. A minha vida financeira está bem estruturada, então assim, questão salarial não coisa. Como eu tenho dois filhos, e a baixinha tem poucos meses, então eu não tenho pretensão nenhuma de estudar, de sair da polícia, minha pretensão é ficar aqui e aquietar, entendeu? Já estou um pouco velha para começar num emprego, tudo de novo, e aí eu acho assim que não quero abrir mão de ficar com a minha filha agora nesses primeiros anos de vida dela. Acho que se eu abrir mão agora, depois pode ser tarde. (Soldado Galena, mulher)

O policial militar não é valorizado, você vai falar hoje dentro das polícias, nós não somos mais militares, e se fôssemos militares, dentro do Distrito Federal nós seríamos a última categoria. Aqui até o chamado gari ganha mais do que nós. O salário de qualquer servidor aí, se fosse falar, um auxiliar da CAESB [Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal], 6 mil reais, soldado da polícia militar, 4 mil e quinhentos reais. Aí o policial, eu estou na condição de primeiro sargento porque eu passei num concurso público, um concurso interno. A minha turma saiu o terceiro sargento agora. Isso que talvez se eles forem embora agora dentro da estrutura que existe como segundo sargento, é muito. Então a diferença é muito grande. Eu, se eu pudesse, retornaria e faria algo que tivesse valorização. E valorização no Estado são as carreiras típicas de Estado, é fiscal tributário, é fiscalização. Existem carreiras dentro do Distrito Federal, que tem três anos de criação, já ganha mais que um soldado e eles criaram com nível técnico. E ganham mais. Já fizeram duas greves. Nós inclusive tivemos uma greve e policial militar não pode fazer greve. (Sargento Coral, homem)

Afeta o bem-estar... Querendo ou não, hoje, é o salário. Você não quer ganhar que nem o coronel. Você quer ganhar o que é justo. Você tendo um bom salário, você tem condições de dar uma boa educação, uma boa escola pro seu filho, ter lazer, viajar. Agora mesmo se você for falar com policiais em qualquer canto que você for, a principal questão é o salário. Salário e a falta de uma promoção. De ser, digamos, valorizado. Apesar que a promoção hoje, não está tão valorizada porque você continua fazendo a mesma coisa. É a partir do momento que você fosse promovido e tivesse uma função que fosse num cargo mais leve e você com salário bom, digno, aí você estaria valorizado. (Sargento Coral, homem)

Agora o que eu percebo hoje em dia, por exemplo, antigamente, antigamente o poder aquisitivo era muito pouco, então muitos policiais pegavam condução, hoje em dia são pouquíssimos. Então antigamente o problema da corporação era o alcoolismo. Hoje em dia o problema da corporação é financeiro, mas não está tão grande quanto era antigamente,

devido ao salário ter aumentado, mas há resíduo daquela parte de antigamente com alcoolismo. Inclusive alguns usaram drogas e tal, mas hoje o fator principal, primordial é o poder aquisitivo. Algumas pessoas perdem o sono com o poder aquisitivo, muitas pessoas se preocupam, mas de uma forma geral estão bem de situação financeira, em relação à... estão com moradia fixa, estão com carro, mas não sei porquê não existe aquele bloqueio de não ter o controle financeiro. (Sargento Crisoprásio, homem)

São problemas sérios porque a gente... querendo ou não é uma profissão de risco, e se você não estiver bem... Aí dependendo da situação que você estiver, para você fazer uma besteira ou para dar alguma merda, é dois tempos, né? Porque eu posso, tipo assim, estar com problema familiar e vou atender uma ocorrência que é aquilo que eu estou sofrendo, então eu vou chegar lá com outra visão. Então eu acho que a PM peca nesse quesito de acompanhamento psicológico e preparação, né? A gente também é assim, o que eu vejo... (Soldado Galena, mulher)

INTERSUBJETIVIDADES DISCUTIDAS PELA ÓTICA DAS RELAÇÕES DE GÊNERO

Relações profissionais

Se os meninos se envolverem numa briga, numa confusão, então eu vou ser o ponto chave deles "vou tomar a arma dela é mais fácil". Então eu me mantenho mais na retaguarda para mim não me expor a esse tipo de perigo. Entendeu? Eu acredito que os homens ainda são os que sofrem mais, por conta dessa questão que eu te falei da outra vez, porque eles tendem a proteger a gente. Eu não sei se, por exemplo, é por questão de proteção, mas eu tenho a nítida, eu já falei pra eles "gente, eu sou mulher e, quer queria, quer não, é mais fácil tomar a minha arma do que tomar a arma de vocês" e já falei que dependendo da forma como chegarem pra tomar a minha arma não precisa nem muito esforço, eu mesma entrego. Aí eles falam "mas você não pode pensar assim". Mas se eu não pensar assim, eu vou ser mais frágil ainda porque eu sei da onde até aonde eu posso ir. Eu tenho essa consciência de até aonde, ali o meu limite. Daqui pra lá se eu for eu vou assumir um risco muito grande. Então até aqui não, até aqui eu me seguro, eu estou por cima da situação. Então eu falei, eu tenho essa consciência. Agora tem umas sem noção aí que não tem consciência nenhuma, se embrenha no meio do mato sozinha, vai, então assim, é alvo fácil. Pode espernear mais é. Se vier dois caras pra cima de mim, toma minha arma fácil, não adianta falar que não, porque toma. Eu vou dar um pouquinho de trabalho, mas vai conseguir. Então eu acredito que os homens são sim, sofrem mais esse tipo de violência do que o feminino. (Soldado Galena, mulher)

Ser homem. Ah, eu levo pra naturalidade. Você está falando em que sentido no caso? Do jeito que ela se estrutura, né? Não vejo valorizado na estrutura da polícia militar, não. O praça não é valorizado. Aqui nós somos um número. Você está bem, não está dando trabalho, ótimo. A partir do momento que eu te dou problema, que eu estou com problema e eu não estou conseguindo, e estou te dando problema também, eu me livro de você. Esse negócio é descartável. Enquanto você está bem fisicamente, "oi, tudo bem?", é um ou outro que se importa com você. Quando você cria um vínculo de amizade com alguém no âmbito do seu serviço, algumas pessoas se preocupam contigo. Você é só mais um. Você chega, tira o seu serviço no horário, não dá preocupação, bacana. Ah, começou dar alteração, então vamos encaminhar pro centro de assistência psicológica, ou vamos transferi-lo de unidade. Ninguém quer problema. Essa é a realidade. (Sargento Coral, homem)

Como é que é ser homem? Igual todos os outros. Inclusive com a entrada do corpo feminino na polícia militar houve uma grande mudança, e no meu modo de pensar, pra melhor, porque elas também são capazes, né? São capazes e também dá uma coesão maior, o homem e a mulher. (Sargento Quartzo, homem)

Como é que eu vou responder isso aí? Eu acho que o treinamento e o condicionamento eu acho que é a melhor maneira da pessoa trabalhar e exercer a sua profissão. Eu acho que o treinamento que a gente faz na polícia militar e quando a gente vai pra rua, a gente passa a ter esse engajamento, assim, na vida, na profissão e a gente vai aprendendo. Eu acho que hoje se você ver essa turma aí, você vai ver que tem menina aí que tem um metro e sessenta, não sei como é que entrou, não sei como é que vai lidar, mas é por causa do respeito da farda, da autoridade, porque nós estamos representando o Estado. A pessoa tem que saber se impor na hora de uma ocorrência. (Sargento Mármore, homem)

Digamos, por exemplo, chega uma equipe numa ocorrência, dependendo de quem são os autores ou a agressão, eu acho que qualquer um ali, dependendo se alguém está armado numa situação onde estão indo, qualquer um que descer da viatura está sujeito a tomar tiro ou de alguém chegar agredindo. Ou, às vezes, nas manifestações também que a gente vê das pessoas irem pra cima, não ter essa diferenciação homem ou mulher. Mas eu acho que o fato do homem, ele sentindo que tendo uma policial feminina compondo a equipe, dele, muitas vezes, querer tomar a frente. Acho que naquele sentido também de proteger a policial. Acho que dessa maneira, dependendo da conduta de cada um, né, dos colegas, eu acho que acaba aumentando, sendo maior ou não o risco de alguma situação na rua. (Soldado Pérola, mulher)

E sempre colocando o trabalho para que as pessoas conseguissem ver e te respeitar por aquilo ali. E, realmente, com o tempo você vai vendo. Às vezes, no curso acontecia, na época do estágio, eles dividiam que nem fala Cosme e Damião, fazer as duplinhas na rua, aí eles, aqui tem essa expressão, e aí

eles colocavam um policial masculino com um feminino. Aí na hora de fazer a distribuição, você via que muitos colegas já se juntavam, homem com homem, e a gente sentia que a gente ia ficando. Aí, às vezes, tinha que vir um oficial e falar "não, você aí vai ficar com ela. Você aqui com essa". Querendo ou não, às vezes, acaba surgindo isso de alguns colegas, mas que a gente não pode deixar isso afetar a gente e saber que a gente tem condições e capacidade de fazer o trabalho tanto quanto eles, não na intensidade de força, porque não tem como comparar, mas de resultados, a gente teria condições de apresentar também como eles. (Soldado Pérola, mulher)

Não assim, que deixar de lado, que nem eles falam as suas vaidades, esquecer de você, dos seus cuidados, mas que naquele momento que você está no serviço, você está como policial, independente se é homem ou mulher. Então eles tentam deixar isso muito claro. Você vê, às vezes, assim que, as pessoas pensam, às vezes, que por ser policial feminino você tem algumas benesses, que você às vezes é privilegiada, que tem gente que pensa que trabalhar no serviço interno é um benefício porque você está deixando de estar na rua, está deixando de se expor, mas também é questão de vontade, tem gente que passa os trinta anos da carreira de policial militar só no serviço de rua. Em momento algum teve vontade de trabalhar internamente, né? Então eu acho, assim, que ser policial feminina, às vezes a gente traz com a gente e vê que na prática, que às vezes pode ser uma coisa que vai interferir na profissão que você vai ser diferenciado ou marginalizado, alguma coisa, mas que no dia-a-dia, pelo menos com a minha experiência aqui eu não sofri com isso e é uma coisa que não me prejudica e que a gente convive bem aqui com os colegas que são policiais masculinos também. (Soldado Pérola, mulher)

Tipo assim, sei lá, você está menstruada, você está passando mal, teve uma queda de pressão porque geralmente isso acontece mais com mulher e tudo o mais. Então, assim, eles não aliviavam muito não, mas também eles não pegavam muito... assim, quando a coisa era específico de feminino, eles ficavam meio com o pé meio atrás assim de ficar esculhambando, mas quando era algo, assim, comum a todo mundo, eles não aliviavam, não. Não teve essa diferenciação muito assim, não. (Soldado Galena, mulher)

Eu tive um problema com um colega lá o ano passado, assim, porque eu não sentia confiança nele dirigindo e era ele quem dirigia. Então, assim, eu ficava muito tensa, eu tinha medo, eu morria de medo quando a gente ia pra uma ocorrência, que tinha que chegar ontem, né? Eu não sentia confiança nele, ele colocou a gente já em situações de perigo sem necessidade. Tipo assim, a gente quase sofreu um acidente sem necessidade nenhuma. Aí ele falava que eu era medrosa, que era melhor eu sair do grupo, porque eu não prestava para estar no grupo, que eu tinha medo e tudo o mais. Eu falei: "não, meu filho, o medo é o que mantém a gente vivo", né? Tem algumas ocorrências que a gente tem que chegar muito rápido, eu já falei que passo o cinto de segurança. Na prática o cinto de segurança mais atrapalha do que

ajuda. E o que passa é que já aconteceu de passar o cinto e na hora de soltar na pressa engancha e você fica presa na viatura, entendeu? Por exemplo, se você sofre um acidente, sei lá, está tendo uma troca de tiros, você sofre um acidente, você está de cinto, beleza, você não vai morrer do acidente, mas se for uma troca de tiros e os caras vierem atrás, vou te matar, sei lá, aí eu você vai ser a primeira a morrer, porque até conseguir tirar o cinto, não vou conseguir correr. Então, para mim é assim, eu tenho receio, mas a minha convicção é: eu vou trabalhar na rua enquanto estou mais nova, digamos assim, deixar para trabalhar... para mim ter uma vivência de como é ser policial, porque se você fica ali no expediente é tudo muito serviço administrativo. É como se você estivesse trabalhando em qualquer outro lugar, menos na polícia. E eu não quero isso. Eu sou policial, eu fiz o concurso para ser policial, trabalhar na rua, se eu trabalhar no expediente daqui pra frente igual quando eu estava grávida, é porque é uma necessidade, né? Mas a princípio eu quero trabalhar na rua. Quero saber como é ser policial. (Soldado Galena, mulher)

Relações familiares

Minha esposa, quando eu casei com ela, os dez primeiros anos, nós temos 26 anos de casados, nos dez primeiros ela trabalhava. Mas chegou uma época que a gente teve filho e aí, não precisou, eu adquiri uma moradia, adquiri umas coisinhas, "não, não precisa mais trabalhar. Fica em casa e cuida dos filhos". (Sargento Quartzo, homem)

A minha esposa, a minha companheira é bastante atuante em casa, ela faz bastante coisa e eu ajudo ela sempre que posso também. Eu tento amenizar toda dificuldade que tiver dentro de casa pra organizar a casa, os problemas de relacionamento entre os filhos, entre a vizinhança, se tiver, né? Então é um cuidado que a gente tem que ter com a família no dia-a-dia, gerar paz no meio da família, sossego, né? Eu acho que é isso. (Sargento Granito, homem)

Eu moro com a minha mulher e meus filhos. E tem a empregada que ajuda. Minha mulher ela tem um horário flexível também. Ela trabalha seis horas diárias. Então isso também ajuda muito, né? Ajuda porque eu tenho uma escala e ela trabalha seis horas diárias e dá pra conciliar. Dá pra ficar quase... dar muita atenção pros filhos. Mas tem muito policial que não dá, né? Tem muito policial que não dá pra fazer isso, e ainda mais, vamos dizer, que nesse batalhão tiraram a escala noturna. (Soldado Filito, homem)

Minha mãe fica meio assim, mas ela sabe muito bem que é meu ganha-pão, né? Aproveitei uma oportunidade, a instituição, porque eu não posso reclamar, não que ela me deu, porque ela paga o meu serviço. A instituição não foi lá em casa me pegar, "olha, vem para cá", ela paga a minha atividade. Então o salário me ajuda a ter o que nós temos hoje, graças a deus. Minha mãe fica com receio, porque a violência está aumentando a cada dia que passa, e qualquer familiar de bem se preocupa com o policial,

porque sabe que a violência aumenta todo dia, infelizmente, né? (Sargento Coral, homem)

Causa, às vezes, preocupação. Principalmente em casos que a gente, às vezes, tem que chegar em casa mais tarde porque está em alguma ocorrência, está em um flagrante, aí fica, geralmente, tem aquela tensão, sem saber o que está acontecendo, por mais que a gente tranquilize o nosso familiar, mas a pessoa só fica bem mesmo quando a gente chega em casa. (Sargento Cristal, homem)

SAÚDE MENTAL

Estratégias pessoais relacionadas ao equilíbrio

Uso do tempo livre

No meu tempo livre? Bom, eu tenho esposa, tenho dois filhos, tenho um filho de 18 e tenho um filho de 4 anos. Eu vou sair com meu filhinho de 4 anos, dar uma voltinha, aí eu volto, dou uma corridinha na areia para fortalecer a musculatura, tal. Aí quando já está dando na hora de eu trabalhar. Agora na minha folga, é mais em casa mesmo. É mais ficar com a família, cozinhando, porque lá em casa sou mais eu que cozinho do que a minha mulher. (Sargento Ametrino, homem)

Cuido do meu jardim. Eu tenho meu jardinzinho lá. Eu tinha minhas aranhinhas, eu tinha o meu sapinho. Tinha até uma cobrinha pequenininha. Antes eu era chefe de escoteiro. Ia acampar com os jovens. Participo muito da igreja. Dava aula de catecismo. Mas isso foi na época de 2000 pra cá, aí eu fazia tae-kwon-do, ciclismo, natação. Fazia. Aí depois que eu conheci minha mulher, ela cortou escotismo, cortou ciclismo, cortou natação, bicicleta. "Não, porque você não tem tempo. Tem que ter tempo pra mim". E agora só fico na casa e saio com a minha filha, brinco com ela. Por exemplo, eu não posso falar para a minha mulher, se amanhã eu estou de folga, ela já arrumou a agenda dela todinha pra mim fazer. Amanhã eu vou para a festa do padroeiro lá na minha cidade, eu vou participar. Vou fritar batatinha e vender na barraquinha lá. Aí é por aí. (Sargento Citrino, homem)

Eu vou pro meu jiu-jitsu, ou vou pra um parque, vou correr, vou, que mais, estou na minha família, ou falo com meus amigos Às vezes, eu não sou alcoólatra nem nada, mas tomo a minha cervejinha. Se eu tomar duas cervejas, está bom, vou pra minha família, minha mulher, está bom demais. Sou um cara tranquilo. Vou levar dor de cabeça? Vou nada. Às vezes é melhor você deixar uma coisa passar do que você levar aborrecimento pra casa. (Soldado Filito, homem)

Eu acho o seguinte, eu sempre quando eu estava numa situação de a cabeça doía, às vezes eu ficava preocupado, desanimado, eu saía de casa e ia fazer as minhas corridas, né? Lá tem um contorno e tem uma área cheia

de árvores, então eu caminhava e suava um pouco pra poder ver se soltava um pouco da endorfina pra acalmar o corpo. Mas, assim, chegou uma época que o organismo não estava respondendo. (...) Voltei. Agora eu estou fazendo as minhas caminhadas. Eu não posso correr muito porque em 2010 eu fiquei sabendo que eu estava com artrose. Então eu procurei em revista, eu fiz o RPG, mas eu procurei em revista e internet os exercícios pra eu fazer na academia. Eu vi assim: esse exercício é bom pra isso, porque melhora a minha dor. Então eu aprendi assim, tudo o que eu tenho, eu aprendi um pouco, eu pesquisei e eu faço comigo. Hoje mesmo eu já encomendei três quimonos, um pra minha filha, um pro meu filho e um pra mim. Eu sou faixa preta em karatê, mas por causa do meu problema na coluna eu deixei de treinar, porque mal eu conseguia levantar da cama porque ficava muito rígido a lombar, mas hoje eu estou melhor. Então eu já vou começar a voltar a treinar devagarzinho só pra manter, né? Eu faço junto com eles, pra incentivar eles. E eu vou por causa deles, porque eu sei um pouco, eu só não tenho mais a habilidade que eu tinha lá atrás. (Sargento Mármore, homem)

Eu acredito muito em deus, então eu defendo muito essa coisa do crer, do temor, sabe? Eu me apego muito a deus, porque deus tem resolvido muito as minhas questões. Quando eu me separei, eu tinha de tudo, tudo, tudo. Eu trocava de carro todo ano, carro zero, não andava de ônibus já tinha quinze anos. Eu tinha a vida boa. Vivia viajando. E depois que eu me separei eu perdi tudo, tudo, tudo e, principalmente, o meu sossego. Hoje, não, graças a deus, eu já tenho, assim, tenho conseguido as minhas coisas de volta, mas no começo foi duro. Eu andei um ano e meio sem carro, pegando ônibus debaixo de chuva, de madrugada, chegando em casa de noite, pegando ônibus errado. É uma benção de Jesus. Mas venci, estou aqui, firme. (Cabo Opala, mulher)

Sei lá, a gente tenta mudar os pensamentos, pensar em deus também, né? Deus é quem nos refugia dessa situação. Acho que é deus mesmo, a igreja, sei lá, a família. A família ajuda muito a gente, sabe? A família ajuda demais. (Sargento Quartzo, homem)

Às vezes fico irritado, às vezes eu me apego a deus, eu sou um... não quero dizer o termo religioso, porque eu não gosto desse termo religioso, eu sou cristão e procuro seguir ali a espiritualidade, né? Lidar com deus da forma que tem que ser no parâmetro das escrituras sagradas, saber que não é só essa vida, quer dizer, aí muita gente acredita e outros não, mas eu quero acreditar que seja assim, igual está na bíblia. As relações de respeito, de encarar a pessoa, não como inimigo, mas como um irmão, quer dizer, pra muitas pessoas não entendem isso, mas a gente tem que encarar dessa forma, que não é só uma espécie humana, mas é mais do que isso, é como se fosse irmão mesmo, né? Muitos têm irmãos problemáticos, outros têm irmãos melhores, então a gente tem que saber lidar com isso. (Sargento Granito, homem)

Ah, eu leio, gosto de ler muito a bíblia, gosto de estudar muito a palavra de deus, por vídeos, estudo também coisas interessantes que eu vejo na internet muitas vezes. Tem umas outras, ciência, notícias, política internacional, nacional também. Eu fico tentando me atualizar também. Às vezes eu vejo filmes também. Gosto de ver filmes também. Eu gosto de ver televisão, mas não gosto muito não, porque eles ficam tentando empurrar um tipo de ser pras pessoas que não cola. Ah, tenta induzir as pessoas, né? Pra formar um tipo de padrão ali pra pessoa seguir aquilo ali. Formar uma sociedade baseada naqueles, que eles falam que não tem parâmetro, que é liberdade geral, mas não é liberdade, na verdade ficam puxando pra uma vertente de um tipo de vida que eu não concordo muitas vezes. No sentido, sei lá, de liberdade plena, que gera até libertinagem, vamos dizer assim, né? Que não é por aí. Tem lei, tem que ter respeito entre as pessoas, tem que respeitar as opiniões do próximo, tanto elas que sejam divergentes, mas tem que respeitar tudo e a televisão, a mídia de um modo geral tenta direcionar pra um caminho assim que exclui, vamos dizer assim, a existência até de deus, que é um dos parâmetros que eu tenho na minha vida é deus. Então a televisão acha que deus não existe e que tem que ser aquela coisa assim: "faz o que quer que ninguém está nem aí", que não tem verdade absoluta, que tudo é relativo. É a sociedade do espetáculo que eles querem promover, pra manter todo mundo naquele meio ali, pra ficar vendendo público, botar todo mundo naquele ritmo de vida ali, como se fosse todo mundo uns cordeirinhos que vai seguindo o mestre, né? Quem é o mestre? É a mídia, né? A mídia quer promover tudo isso. Então eu acho que a mídia distorce tudo, eu não acredito nas informações da mídia. Não acredito. Principalmente a televisiva eu não acredito. Ela não expressa muito a natureza da verdade, do que acontece no dia-a-dia. É muito tendenciosa, tentando colocar o certo sendo errado e o errado sendo certo, sendo que tem lei que regulamenta tudo que a gente tem que agir dentro da lei. Então é uma coisa meio surreal, vamos dizer assim. A televisão não expressa a realidade. *(Sargento Granito, homem)*

A gente percebe que existem muitos policiais que estão estressados, que estão passando por algum tipo de problema, e aí, às vezes, o comando, chega aos ouvidos do comando e o comando não faz nada. Alguns comandantes chegam e conversam com a pessoa. Só que existem situações em que não é eu chegar para você e falar assim: "olha, eu estou sabendo que você está tendo um problema na sua família e você quer se afastar do serviço?". A pessoa vai falar que não, porque ele precisa, né, e tudo o mais. Então assim, como comandante, eu deveria te afastar pensando que você não serve para trabalhar na rua com esse tipo de problema, porque você pode vir a fazer alguma coisa errada. Digamos assim. Então eu vou te afastar e vou te encaminhar para o tratamento. E lá, se eles me disserem e fizerem um laudo que você pode ir para a rua, você está liberado. Entendeu? Isso não existe, esse acompanhamento. *(Soldado Galena, mulher)*

Acompanhamento psicológico

Eu não busquei um acompanhamento, né? Assim, eu passei de dois a três dias com aquela cena na mente e foi... abalou nesse ponto, de ficar mentalizando aquela situação. Ah, geralmente, eu gosto muito de leitura, então eu procuro na leitura, ou na música, ou no esporte, tentar desviar certas situações conflituosas que, às vezes, ficam na mente. (Sargento Cristal, homem)

O psicólogo mesmo eu vejo que os homens são meio resistentes a esse negócio de psicólogo. Eu sinto isso na minha equipe, antes, bem antes desse acidente, a gente falava e um dos colegas falava "ah, psicólogo pra mim, eu vou perder tempo falando com o psicólogo?", eu falava "se você acha que é perda de tempo, então é melhor você não ir mesmo, não". Né? Aí eu falava, que era interessante você se abrir com uma pessoa, eu até dei o exemplo "olha, eu como mulher, se eu chegar para você e falar que eu queria quando meu filho tinha uns 3 meses, 4 meses de idade, que eu queria arremessar ele pela janela. Você ia me falar que eu era a pior mãe do mundo, mas você não sabe, você não entende. Uma psicóloga me ajuda, eu posso chegar pra ela e dizer que eu posso matar alguém, que eu quero fazer alguma coisa e ela não vai me julgar. E por mais que você tenha uma pessoa que você é superamigo, ela não vai te entender e vai falar que você está com frescura". E quando na verdade não é. Eu morria de medo de um colega quando eu estava no expediente. Era um senhor e ele estava de licença médica, agora ele voltou a trabalhar, eu já estava com quase 8 meses, eu tive pouco contato com ele, mas sabe aquela pessoa extremamente depressiva? Ele era extremamente depressivo. Tanto é que ele ficou meio e tomava remédio e ele, tipo assim, as conversas dele tendiam a levar para que ele ia cometer um suicídio logo logo e os colegas de serviço ficavam, tipo, banalizando: "não, você não pode pensar assim. Que você é isso, você é aquilo..." E levando na brincadeira e eu, tipo assim, não sei se é porque eu faço tratamento com psicólogo ou se é porque eu tive outro tipo de educação, sei lá, eu via e falava pro pessoal: "gente, você não podem fazer isso com ele, porque ele já se sente o pior dos seres humanos e vocês ainda ficam fazendo isso, ele vai ficar pior do que ele já está", e eles: "não, isso é coisa da cabeça dele", eu falei: "mas é uma doença, vocês tem que entender!". Aí tipo assim, tanto é que teve uma ocorrência que ele mandava a cabeça na parede assim, e teve que o bombeiro intervir e levar pro HPA, porque ele estava totalmente transtornado. Teve um dia que eu conversei bastante com ele, falei "não, sargento, você não pode pensar assim". Aí ele não fazia tratamento com psicólogo, ele fazia tratamento com psiquiatra, mas é necessário, eu vejo que era necessário psicólogo. Só que ele, pela religião dele, ele acha que o psicólogo era deus, que ele não precisava de um psicólogo para discernir ali as coisas. Aí eu conversei com ele "não, porque o senhor não procura então, um membro lá da igreja que seja formado em psicologia, só para dar uma orientação para o senhor". Fiquei tentando levar para esse lado para tentar ajudar ele e ver se ele

procurava alguém. Aí ele ficou afastado, olha, acho que ele ficou afastado muito tempo, muito tempo. (Soldado Galena, mulher)

Eu acho que a questão de ser compulsória é complicada. Porque tudo que é obrigatório gera resistência, né? Eu acho que a partir do momento que tu fala "ó, não toma aquilo lá não porque é um copo de veneno", o cara vai lá e toma só pra contrariar, né? Então, assim, se você deixar a pessoa se sentir à vontade, "tem um psicólogo aqui, tal, ele pode te ajudar", eu acho que ia ser muito mais tranquilo. Eu até concordaria se você montasse um consultoriozinho lá longe, aí a gente fazia uma escala e falava "olha, dia tal vão fulano, ciclano e beltrano, tal". Aí daria um aspecto de sigilo, de reserva pra essa situação. Agora, por exemplo, tu abrir o seu consultoriozinho aqui e eu, compulsoriamente, mandar os caras pra cá, aí realmente é difícil. (Capitão Topázio, homem)

PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL NO TRABALHO

Psicológica eu não diria não. Assim, não sei se você pode falar que está treinando o psicológico, mas a gente foi colocado em várias situações em si que prepararam a gente, por exemplo, pra ficar muito tempo em pé, no sol, em situações que você tinha que carregar, porque a farda e o equipamento todo pesa muito, então teve que carregar aquilo por bastante tempo. Não sei, eu acho que isso é mais preparação física do que psicológica, né? (Soldado Safira, mulher)

Teve a aula de psicologia, mas o psicólogo falar especificamente desse assunto não teve. Eu não sei se praquelas pessoas que davam algumas alterações lá no curso e era indicadas pra esse tratamento lá eu não sei se falavam isso, mas pro todo, pro geralzão não chegaram a falar, não.(Soldado Turquesa, mulher)

Assim, o treinamento que a gente teve assim, foi mais ou menos esse, às vezes a gente estava em forma, igual a eu estou te falando, aí você não pode se mexer, tem que ficar imóvel e aí chegavam os comandantes e ficavam te xingando, como se fosse numa preparação psicológica. Não teve esses quebra-quebra antes da copa? Essas coisas, que até agrediram vários policiais? Então, assim, eles ficavam desse jeito "você é um policial de merda!", "você é isso", como se fosse uma pessoa, para tipo assim, você ouvir e abstrair. Para não perder o controle, isso aí até que teve, bastante. Você fica calado e tudo o mais. Só fica assim pensando, mas você fica quieto lá, não pode mexer. Tirando isso não teve não um preparamento assim. Porque ocorrência do dia-a-dia é muito... não é uma coisa assim engessada. Cada situação é uma. Nunca, por mais que sejam ocorrências parecidas, nunca vai ser a mesma coisa. Esse do psicológico não tem não. (Soldado Galena, mulher)

Não, para promover é um pouco mais difícil, mas para cuidar tem. Para promover hoje, os nossos cursos, que os novos estão chegando, eu acredito

que eles já tenham essa forma de se lidar com a saúde mental e tudo. Como eu não sou mais novo. Mas o tratamento existe. E, quando o policial busca, tem. Agora a prevenção não tem. *(Sargento Âmbar, homem)*

Prevenção não tem. Qual o mal dentro da instituição? O policial está dando problema, entre aspas, ele está chegando embriagado, é crime, está dando problema, o que a gente faz? "Não, vai dormir, vai descansar, está com problema". E esse é o erro. Entendeu? E é o mal que a gente faz, a pessoa está com problema e a gente fica com dó, que nem eu te falei, a gente tira o serviço extra, né? Pro cidadão comum é extra, para nós é serviço voluntário gratificado. A partir do momento que eu sou afastado das minhas funções, eu não posso tirar esse serviço, porque é suspenso meu porte de arma. Como é que eu vou trabalhar se eu não tenho porte de arma? A instituição ela se preocupa mais com o público externo. Ela não se preocupa com o público interno. *(Sargento Coral, homem)*

Existe o CASO, mas assim, eu acho bem falho. Eu nunca participei, mas o que eu vejo de depoimento de colegas que participaram é que precisa de mais. É bem precário, o apoio é pouco pra quantidade de pessoas. Existem de fato vários colegas, a incidência é bem grande de pessoas que precisam desse tipo de apoio psicológico. E é pequeno, é pouco. *(Cabo Diopsídio, homem)*

O CASO é realmente pra quem tem problema de alcoolismo, depressão, essas coisas aí. É muito problema do cara com a família, o cara é agressivo. *(Sargento Ônix, homem)*

ANEXO V – Currículo Lattes (Samantha Lemos Turte-Cavadinha)

Samantha Lemos Turte-Cavadinha

Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/3259768739890181

Última atualização do currículo em 14/12/2015

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. Mestre em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública/USP (2012). Possui graduação em Psicologia pela Universidade de São Paulo (2005). Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Saúde do Trabalhador. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome Samantha Lemos Turte-Cavadinha

Nome em citações bibliográficas TURTE, S. L.;TURTE, SAMANTHA LEMOS;TURTE, SAMANTHA;TURTE-CAVADINHA, S. L.;TURTE-CAVADINHA, SAMANTHA LEMOS

Endereço

Formação acadêmica/titulação

2012 Doutorado em andamento em Saúde Pública.
Faculdade de Saúde Pública, FSP, Brasil.
Título: Violências, relações de gênero e poder: efeitos do trabalho sobre subjetividades e saúde mental de policiais militares,
Orientador: Frida Marina Fischer.
Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil.
Palavras-chave: Saúde do Trabalhador; Saúde Coletiva; saúde mental; relações de gênero; policiais militares.
Grande área: Ciências da Saúde
Grande Área: Ciências da Saúde / Área: Saúde Coletiva.

2010 - 2012 Mestrado em Saúde Pública.
Faculdade de Saúde Pública, FSP, Brasil.
Título: Violência psicológica e assédio moral no trabalho: percepção e estratégias de enfrentamento de adolescentes trabalhadores.Ano de Obtenção: 2012.
Orientador: Frida Marina FIscher.
Bolsista do(a): Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, FAPESP, Brasil.
Palavras-chave: Saúde do Trabalhador; saúde mental; Saúde dos adolescentes; violência psicológica; assédio moral no trabalho; adolescentes trabalhadores.
Grande área: Ciências da Saúde
Grande Área: Ciências da Saúde / Área: Saúde Coletiva / Subárea: Saúde Pública.
Grande Área: Ciências da Saúde / Área: Saúde Coletiva / Subárea: Saúde Pública / Especialidade: Saúde do Trabalhador.

2001 - 2005 Graduação em Psicologia.
Universidade de São Paulo, USP, Brasil.
Bolsista do(a): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, Brasil.

ANEXO VI – Currículo Lattes (Profª. Dra. Frida Marina Fischer)

Frida Marina Fischer

Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 1B - CA SN - Saúde Coletiva e Nutrição

Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/0894690311392249

Última atualização do currículo em 08/12/2015

Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade de São Paulo (1971), mestrado em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (1980) e doutorado em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (1984). Realizou pós-doutorado no Institute of Occupational Health (Dortmund, Alemanha, 1984), Especialização em Ergonomia (Instituto de Psicologia da USP). Desde agosto de 1998 é professora titular da Universidade de São Paulo. Faz parte do Conselho Científico da Associação Brasileira de Ergonomia,sendo membro do Comitê de Certificação SisCEB. É membro da Associação Nacional de Medicina do Trabalho; É presidente da Working Time Society desde novembro de 2010, tendo sido re-eleita em 2013 para um novo trienio. É editora associada da Revista de Saúde Pública desde 2005; Editora Associada da Revista Brasileira de Epidemiologia; Editora adjunta da Revista Brasileira de Medicina do Trabalho. Membro do Board do Journal of Occupational Health Psychology e Contributing Editor da American Journal Industrial Medicine. Tem experiência em pesquisa e ensino na área de Saúde Coletiva, com ênfase em Saúde do Trabalhador, atuando principalmente nos seguintes temas: ergonomia, organização do trabalho, trabalho em turnos e noturno, envelhecimento funcional precoce (early aging), trabalho de jovens adultos universitários e de adolescentes,doenças relacionadas com o trabalho. Parecerista ad hoc de agências de fomento nacionais (CNPq, CAPES, FAPESP, entre outras). Parecerista ad hoc de vários periódicos nacionais e internacionais. Em 2012 recebeu o título de "Fellow" da International Ergonomics Association. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome

Frida Marina Fischer

Nome em citações bibliográficas

FISCHER, F. M.;Fischer, Frida Marina;Fischer, Frida;Fischer, Frida M;Fischer, Frida M.;Fischer, F M;Fischer, F. Marina;Fischer, F.;Fischer

Endereço

Endereço Profissional

Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública, Departamento de Saúde Ambiental.
Avenida Dr. Arnaldo, 715
Cerqueira Cesar
01246-904 - Sao Paulo, SP - Brasil
Telefone: (11) 30617116
Fax: (11) 30617755
URL da Homepage: www.fsp.usp.br